



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
-----0-----
Direcção Geral do Planeamento

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA – II

Maio 2008

Prefácio

A dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde vem sendo uma constante, com impactos de monta nos últimos anos, como atestam a graduação a país de rendimento médio, a acessão à OMC e a parceria estratégica com a União Europeia.

São ganhos que para serem decisivos sugerem às cabo-verdianas e cabo-verdianos, em todos os sectores de actividade, tanto públicos como privados, que tenham em conta, do outro lado da moeda, enormes mas empolgantes desafios à sua capacidade de trabalhar, de inovar e de, teimosamente, aceitar a modernidade e a excelência, a única via para nos próximos tempos a sociedade, sobretudo os jovens, dominar a ciência e a tecnologia, alcançar níveis de excelência do saber e do conhecimento, reduzir a pobreza e o desemprego, criar bases sustentadas de qualidade de vida, elevados índices de desenvolvimento humano.

É esse o caminho a prosseguir e o DECRP II é um chamamento para novos patamares de responsabilidade, produção e produtividade altamente competitivos, qualificação permanente da capacidade de prospecção e gestão do desenvolvimento.

A seca persistente, a insularidade e outras vulnerabilidades de natureza estrutural, não são uma fatalidade. Investindo fortemente nos recursos humanos, concerteza que emergirão imaginação e inovação suficientes para transformar não somente as vantagens comparativas mas, também certas vulnerabilidades, em vantagens competitivas.

Para tanto, a organização e o método serão fundamentais na lógica e racionalidade da nossa postura, a tolerância e a morabeza terão que ser sempre o apanágio da cabo-verdianidade, a participação construtiva um atributo da cidadania e, esta, o elemento central da democracia em crescendo permanente.

Cabo Verde vencerá todas as etapas do seu desenvolvimento com taxas elevadas de crescimento económico, social, cultural e político, porque terá na sua cultura identitária os elementos vitalizadores da sua autenticidade e da sua universalidade.

E aí residirá sempre o segredo das tantas parcerias com governos, povos e culturas pois, nos novos tempos do milénio a construção do desenvolvimento é global.

Em 2011 todos serão chamados a uma avaliação do DECRP II que, certamente, será positiva porque, todos, vamos fazer para que assim seja.

José Maria Pereira Neves

Primeiro-Ministro

Preâmbulo

O balanço da execução do DECRP I faz uma avaliação geral e específica positiva do quadro de estabilidade macroeconómica, da gestão das finanças públicas, dos sectores da educação e da saúde cujas metas foram alcançadas em 2007, da monitorização da pobreza e da progressiva inclusão social e redução da pobreza, dos esforços que conduziram à redução do desemprego, para além dos desempenhos no que se refere o rápido crescimento do IDE e as receitas do turismo, as melhorias na planificação orçamental e eficiência nas despesas públicas, etc.

Esses ganhos são fruto da conjugação de importantes factores dos quais se destacam a governação política, a governação económica, a educação, a saúde, a redução da pobreza e inclusão social e a redução do desemprego.

Pesem esses ganhos, está-se consciente de que muito há por fazer, resultante de fraquezas ainda subsistentes tais como: (i) base produtiva nacional pouco diversificada; (ii) elevados custos de bens e serviços (água, energia, telecomunicações, etc); (iii) Baixa qualidade do ensino; (iv) ensino superior ainda incipiente e ausência de mecanismos de produção de elites; (v) formação profissional muito aquém das necessidades crescentes do sistema produtivo; (vi) mercado laboral pouco flexível; (vii) sistema financeiro pouco desenvolvido; (viii) deficit de infra estruturação económica do país; (ix) fraco desempenho das comunicações (aéreas, marítimas, rodoviárias, ...); (x) sistema regulatório incipiente; (xi) existência de barreiras administrativas ao investimento; (xii) não inclusão económica das PME.

Ao balanço acima descrito acrescem novos desafios a que o país se confronta, com toda a complexidade das suas exigências, sendo de referir a graduação de Cabo Verde como país de rendimento médio, a acessão à OMC e a parceria estratégia com a União Europeia.

Assim, Cabo Verde, para prosseguir com sucesso os desafios que tem pela frente, tem que procurar criar riquezas e a prosperidade partilhada através da participação activa no mercado global. Isto é, terá que ter: a) um sistema dinâmico de produção, b) capacidades humanas bem desenvolvidas, c) pôr ênfase no desenvolvimento tecnológico e cultural, d) alinhar a solidariedade social ao crescimento económico, e) em permanência aprofundar a democracia.

Está-se, pois, num momento em que o planeamento de médio prazo exige conhecimento dos drivers da economia cabo-verdiana, até porque os dados dos anos mais recentes deixam antever uma fase de expansão económica.

É esse quadro aliciante que norteou a elaboração do DECRP II que, na continuação do DECRP I, assenta nas Grandes Opções do Plano, no Programa do Governo e numa sólida Agenda de Transformação.

Essa Agenda de Transformação pressupõe em cinco grandes pilares, a saber:

Pilar I – Boa Governação: Garante da estabilidade política, macroeconómica e enquadramento positivo das vontades sociais, consubstancia a: (i) “Reforma do Estado” a qual engloba a Reforma da Nação, incluindo por isso a própria sociedade civil, o cidadão, individual e colectivamente nas suas atitudes e na sua postura face à organização política, a organização económica em que o sector privado é o pivot de toda a dinâmica, e a organização social. Este pilar é transversal porque encerra as grandes orientações e os parâmetros por que se rege a sociedade, numa função eminentemente normativa e reguladora.

Pilar II – Capital Humano: É o corolário lógico da Reforma do Estado já que é na qualidade dos recursos humanos que reside a almejada qualidade versus competitividade do país, a possibilidade de inovar, a confiança para o risco. Efectivamente, os desafios a que nos propomos enfrentar e vencer exigem um novo conceito da ciência, tecnologia e inovação ... e isto só se cultivarmos o mérito e a concorrência não como questão puramente técnica mas, também, “CULTURAL”! Para tanto, as bases estão lançadas: i) uma visão; ii) cobertura

satisfatória do ensino e da saúde; iii) um razoável nível de infraestruturação electrónica; iv) existência de estímulos – economia aberta; v) credibilidade internacional.

Pilar III – Competitividade: Só conseguiremos construir uma economia competitiva se tivermos sucesso a nível do PILAR I (Boa Governação) e do PILAR II (Capital Humano). É que a competitividade não se constrói só com vontade política, pelo que o factor humano é a chave deste desafio. Ou melhor, a competitividade da economia CV exige como condição *sine qua non* elevados níveis de produtividade dos factores Trabalho e Capital, factores estes preferencialmente concentrados nos sectores nos quais CV detém vantagens comparativas/competitivas. Há a considerar ainda a análise de sectores com vantagens comparativas mas ainda não transformadas em vantagens competitivas, a saber: T&C (internacionalização) → Comercio internacional (inter-modal); Pescas (internacionalização); Industria & Energia; Sistema Financeiro. De considerar ainda CV como um Centro de Serviços Internacionais – Cyber Island, tendo como pivot as TIC.

Pilar III – Competitividade (Cont.): Aí não se tem que identificar os sectores nobres com os sectores que exportam, até porque o país precisa de tudo e de todos. Há, sim, que identificar sectores com uma dinâmica endógena de crescimento que suportem/alimentem os sectores com uma dinâmica exógena de crescimento, estabelecendo-se complementaridade/sinergias a serem potenciadas, conferindo-se ao sector privado nacional o papel de densificação do tecido produtivo.

PILAR IV – Infra estruturação económica do país: (Portos, aeroportos, estradas, energia, saneamento) É um dos suporte imprescindíveis ao desenvolvimento do PILAR III (Competitividade) pois, é determinante (i) para a unificação do mercado interno – objectivo que perseguimos há 30 anos!, (ii) na inclusão socio-económica de amplos sectores da sociedade civil → endogenizar os efeitos multiplicadores do crescimento económico, (iii) para a participação activa do privado nacional (PME) nos benefícios potenciados pelos sectores com dinâmicas endógenas de crescimento, (iv) para a alocação mais eficiente dos recursos humanos e financeiros, (v) para a construção de CV como um Centro Internacional de Prestação de Serviços. Neste pilar há que se dar especial destaque à infra estruturação electrónica do país → saltar etapas!

Pilar V – Coesão Social: É abordada numa perspectiva de responsabilidade social conducente à diminuição dos níveis de pobreza e de exclusão social, sustentabilidade dos sistemas de protecção social, dinâmica do emprego, qualidade de vida no trabalho e integração social, reforço dos ganhos da saúde, equidade de género e sociedade inclusiva, consequência lógica - adopção e implementação de medidas de políticas - de níveis mais acelerados de crescimento económico → produção de riqueza. Em matéria de distribuição da riqueza ela deve ser gerida, regulada e regulamentada politicamente, para dar lugar a crescentes níveis de coesão social em vectores estruturantes, (i) oportunidades de empregabilidade, (ii) mecanismos de inclusão financeira, (iii) reforço das práticas de economia solidária, (iv) melhoria do sistema de previdência social devidamente ponderado pela necessidade de se garantir a sua sustentabilidade, (v) reforço do papel da Família como unidade económica e factor de coesão social.

O sucesso do DECRP II depende de um processo de monitorização eficiente e eficaz, pelo que se vai dotar, gradualmente, de um sistema de seguimento e avaliação, no quadro mais vasto de um novo sistema nacional de planeamento capaz de apreender em cada momento os drivers da economia do país e induzir capacidades de gestão do desenvolvimento conformes as exigências dos novos tempos.

Para terminar, o DECRP II é mais um contributo e desafio para a construção de patamares mais elevados de desenvolvimento humano de Cabo Verde!

Cristina Duarte

Ministra das Finanças e Administração Pública

Índice

| | |
|--|-----------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 6 |
| 1. INTRODUÇÃO | 22 |
| 1.1. PRESSUPOSTOS DE ELABORAÇÃO DO DECRP II | 22 |
| 1.2. PROCESSO PARTICIPATIVO DA SUA ELABORAÇÃO | 24 |
| 1.3. ESTRUTURA DO DOCUMENTO..... | 25 |
| 2. CONTEXTO ACTUAL | 26 |
| 2.1. CONTEXTO POLÍTICO | 27 |
| 2.1.1. A estabilidade política | 27 |
| 2.1.2. Modernização do Parlamento | 27 |
| 2.1.3. Afirmação dos Direitos Humanos..... | 28 |
| 2.1.4. Comunicação social | 29 |
| 2.1.5. Espaços de participação | 30 |
| 2.1.6. Justiça ao serviço do cidadão e do desenvolvimento..... | 30 |
| 2.1.7. A perspectiva género | 31 |
| 2.2. A GOVERNAÇÃO..... | 32 |
| 2.2.1. Reforma do Estado e da Administração Pública..... | 32 |
| 2.2.2. Descentralização | 33 |
| 2.3. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS | 33 |
| 2.4. CONTEXTO ECONÓMICO..... | 36 |
| 2.4.1. Situação macroeconómica | 36 |
| 2.4.2. A economia real..... | 37 |
| 2.5. INFRA ESTRUTURAÇÃO DO PAÍS | 51 |
| 2.5.1. Ordenamento do Território e Requalificação Urbana e Rural | 51 |
| 2.5.2. Infra-estruturas Portuárias, Aeroportuárias e Rodoviárias..... | 52 |
| 2.5.3. Energia..... | 56 |
| 2.5.4. Água..... | 60 |
| 2.5.5. Gestão dos Recursos Hídricos | 62 |
| 2.5.6. Saneamento básico..... | 63 |
| 2.6. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO | 65 |
| 2.6.1. Dinâmica populacional | 65 |
| 2.6.2. Saúde..... | 65 |
| 2.6.3. Água e saneamento | 67 |
| 2.6.4. Emprego/desemprego/rendimento disponível | 68 |
| 2.6.5. Pobreza: estrutura e dinâmica | 69 |
| 2.6.6. Trabalho, Família e Protecção Social | 71 |
| 2.7. JUVENTUDE | 75 |
| 2.8. CULTURA | 75 |
| 2.9. DESPORTO..... | 76 |
| 2.10. MEIO AMBIENTE..... | 77 |
| 2.11. PERSISTÊNCIA DE VULNERABILIDADES | 77 |
| 3. POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO..... | 78 |
| 3.1. OS RESULTADOS | 78 |
| 3.2. OS NOVOS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO | 81 |
| 3.3. VISÃO | 82 |
| 3.4. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO | 84 |
| 3.4.1. Transformação do Estado | 84 |
| 3.4.2. Reforma da administração pública | 84 |
| 3.4.3. Ganhos permanentes da democracia..... | 85 |
| 3.4.4. Uma Economia Moderna e Competitiva..... | 86 |
| 3.4.5. Sociedade do conhecimento para a inovação, qualificação e emprego | 88 |
| 3.4.6. As TIC, a valorização do capital humano e o impulso à inovação | 88 |
| 3.4.7. Cultura e desenvolvimento | 89 |
| 3.4.8. Solidariedade social activa..... | 90 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 3.4.9. | Redução da pobreza e inclusão contínua | 90 |
| 3.4.10. | Reforçar a capacidade de gestão do desenvolvimento nacional | 91 |
| 4. | EIXOS ESTRATÉGICOS DO DESENVOLVIMENTO..... | 93 |
| 4.1. | EIXO I – Reforma do Estado..... | 94 |
| 4.1.1. | Racionalização das estruturas do Estado | 95 |
| 4.1.2. | Modernização da Administração Pública | 96 |
| 4.1.3. | Ética e transparência na gestão da coisa pública | 98 |
| 4.1.4. | Descentralização e Desenvolvimento Regional..... | 100 |
| 4.1.5. | Alargamento dos Espaços de Participação | 102 |
| 4.1.6. | Direitos Humanos, Liberdades Individuais e Colectivas | 103 |
| 4.1.7. | Comunicação Social Livre e Qualificada | 104 |
| 4.1.8. | Liberdade económica..... | 105 |
| 4.1.9. | Aperfeiçoamento permanente da democracia e da representação política..... | 106 |
| 4.1.10. | Reforma da Justiça..... | 107 |
| 4.2. | EIXO II – Capital Humano..... | 112 |
| 4.2.1. | Modernizar o sistema educativo, para mais qualidade e equidade do desenvolvimento..... | 112 |
| 4.2.2. | Cultura, educação, cidadania | 120 |
| 4.3. | EIXO III – Competitividade: Vencer os Desafios do Desenvolvimento Sustentado e da Globalização..... | 121 |
| 4.3.1. | A Estabilidade Macroeconómica como Condição Necessária ao Crescimento e Desenvolvimento Sustentados..... | 122 |
| 4.3.2. | Medidas Transversais e Redução dos Custos de Contexto..... | 127 |
| 4.3.3. | Promoção dos Sectores Dinâmicos e Melhoria do Padrão de Especialização da Economia..... | 139 |
| 4.4. | EIXO IV – INFRAESTRUTURAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS | 147 |
| 4.4.1. | Ordenamento do território | 148 |
| 4.4.2. | Transportes e comunicações | 154 |
| 4.5. | EIXO V – Coesão Social | 163 |
| 4.5.1. | Redução substancial da pobreza | 165 |
| 4.5.2. | Melhoria das condições e das relações laborais..... | 166 |
| 4.5.3. | Melhoria do sistema da Protecção Social | 167 |
| 4.5.4. | Dinamização do emprego | 169 |
| 4.5.5. | Segurança alimentar..... | 170 |
| 4.5.6. | Mais e melhor saúde para todos..... | 173 |
| 4.5.7. | Juventude e Desenvolvimento | 174 |
| 4.5.8. | Género e Desenvolvimento..... | 177 |
| 5. | QUADRO LÓGICO..... | 178 |
| 6. | CUSTO E FINANCIAMENTO DA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA..... | 209 |
| 6.1. | FONTES DE FINANCIAMENTO..... | 210 |
| 6.2. | FINANCIAMENTO INTERNO..... | 210 |
| 6.3. | FINANCIAMENTO EXTERNO | 210 |
| 6.4. | ORÇAMENTAÇÃO..... | 211 |
| 7. | IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO | 223 |
| 7.1. | QUADRO CONCEPTUAL | 223 |
| 7.2. | QUE SISTEMA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO PARA O DCRP II ? | 224 |
| 7.3. | INFORMAÇÃO E QUADRO DE PRODUÇÃO E DE CONTROLO DAS ESTATÍSTICAS | 226 |
| 7.4. | QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO..... | 227 |
| 7.5. | GESTÃO CENTRADA NOS RESULTADOS E NECESSIDADE DE DADOS | 228 |
| 7.6. | AS BASES DE DADOS DO SISTEMA..... | 229 |
| 7.7. | OS DESAFIOS DO SISTEMA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO DECRP II..... | 229 |
| 7.8. | RECAPITULANDO, NO QUADRO DE UM PLANO DE ACÇÃO, TORNA-SE IMPRESCINDÍVEL: | 230 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

Para a elaboração do DECRP II assumiram particular relevância o [Programa do Governo para a VII Legislatura](#) (2006-2011), o [Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza](#) (DECRP I) os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a [Estratégia de Transformação Económica](#) (ETE).

Um nota marcante foi o processo participativo que proporcionou o envolvimento e contribuições de agentes públicos e privados, sectorialmente, permitindo assim a construção de sinergias que continuarão a ser aprofundadas através de um processo de restituição e adequação das políticas face à rápida dinâmica da sociedade e do próprio processo de desenvolvimento.

A estrutura do DECRP II apresenta três momentos:

1. O do **Contexto actual** enquanto referência sucinta e em jeito de avaliação, seja do quadro macroeconómico, como ainda da economia real, da dimensão socioeconómica, da estrutura e dinâmica da pobreza, dos progressos dos elementos centrais da situação política, bem como das vulnerabilidades ainda persistentes, numa lógica de “lições assimiladas”, articulada com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tendo em conta a sua natureza focalizada no crescimento, na redução da pobreza, no diálogo e mobilização de recursos junto dos parceiros de desenvolvimento no país.

Com efeito, segundo o relatório de progresso em 2007 há uma avaliação positiva do quadro de estabilidade macroeconómica, da boa governação, da redução da pobreza e sua monitorização, da gestão das finanças públicas, bem como nos indicadores respeitantes à educação, da saúde, da protecção e previdência social,

Um traço marcante desta trajectória positiva prende-se com o papel crescente do sector privado e dos mecanismos de mercado na dinâmica de desenvolvimento, com destaque para o turismo e o investimento directo estrangeiro.

2. Face aos resultados alcançados e aos novos desafios da dinâmica de desenvolvimento alcançada, é adoptada a **Estratégia de Transformação**, a qual é assumida como instrumento enquadrador de uma abordagem prospectiva do desenvolvimento de Cabo Verde, ancorada numa dinâmica de crescimento dominada pela transição de um paradigma de desenvolvimento assente em vantagens comparativas para outro muito mais exigente baseado em vantagens competitivas.

Os avanços do país foram significativos tendo como alicerce, nomeadamente, a qualidade da governação política e económica levada a cabo, os grandes investimentos e resultados atingidos nos domínios da educação e da saúde, a redução da pobreza e do desemprego.

Por outro lado, há fraquezas, para além de certas vulnerabilidades que subsistem, decorrentes de constrangimentos na base produtiva do país, necessidade de maior qualidade do ensino, necessidade de assegurar bases sustentadas de certos ganhos, imperativo de consolidação do quadro macroeconómico, medidas de políticas de género mais operacionais, prestar-se atenção aos custos de contexto ainda onerosos, atenção a uma melhor eficiência e eficácia da regulação económica, qualificação dos recursos humanos, etc..

Essa relação dinâmica coloca o país face a novos desafios e exigências crescente sobretudo em termos de qualidade e competitividade, tais como a acessão à OMC, a graduação a PrM e a parceria estratégica com a União Europeia, bem como exige que haja uma ambição muito forte assente numa visão de Nação aberta ao mundo, Sistema dinâmico de produção, Capacidades humanas de excelência, desenvolvimento tecnológico e cultural avançado, uma solidariedade social com factor de um crescimento económico inclusivo, democracia cada vez mais aperfeiçoada e apropriada pelos cidadãos.

Essa visão, para que tenha alcance, projecta objectivos estratégicos de médio e longo prazo assentes na (i) Transformação do Estado que tem por base a modernização da administração pública e reforço da administração municipal, (ii) ganhos permanentes da democracia como condição para a prossecução de um crescimento sustentado, do aprofundamento da coesão social, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mais espaços de participação, afirmação da qualidade da Nação global, (iii) economia moderna e competitiva cujo fim primeiro e último deverá ser a redução da taxa de desemprego para níveis inferiores a 10% e taxas de crescimento a dois dígitos, (iv) sociedade do conhecimento para a inovação, qualificação e emprego, que signifique modernidade, saber e conhecimento tecnológico, mas, sobretudo, mais emprego durável, (v) novas tecnologias de informação e comunicação que induzam para a qualificação do capital humano, numa óptica de combate à infoexclusão, (vi) cultura e desenvolvimento enquanto vectores fundamentais do desenvolvimento económico e da coesão social, (vii) solidariedade social activa que contenha fortemente a responsabilidade social na redução da pobreza, (viii) redução da pobreza e inclusão contínua assegurando-se para isso uma taxa de crescimento médio superior a 5% e esforços na articulação e coordenação dos vários planos e programas sectoriais em curso no país, (ix) reforço da capacidade de gestão do

desenvolvimento nacional, o que vai passar pela capacitação das instituições a todos os níveis nas suas funções deliberativa e executiva e daí, a sua capacidade de seguimento e avaliação.

Nesse quadro, a estratégia de combate à pobreza continua no cerne das políticas públicas que conferem ao sector privado um papel motor na dinamização e crescimento da economia. Os vários níveis de intervenção estão imbricados, desde a governação e estabilidade macroeconómica, o foco dado à pobreza nos diferentes sectores operacionais das políticas governamentais, e a importância crescente reconhecida à participação e ao papel da sociedade civil organizada.

Ao mesmo tempo que o Estado se desengaja em particular da economia, reforça o seu papel estratégico enquanto garante dos grandes equilíbrios económicos e sociais, o orçamento ganha mais visibilidade no modo transparente como os recursos públicos são afectados e utilizados a nível sectorial e regional, encontrando-se em fase de concepção e implementação um sistema de seguimento e avaliação que, numa primeira fase, vai permitir acompanhar a execução física e financeira dos projectos.

Com efeito, a Reforma do Estado é tida como fundamental para toda a estratégia de transformação económica, inserindo-se nela a boa governação como o *modus operandi* de uma administração pública que se deseja moderna, normativa, reguladora e, sobretudo, grande referência para o sector privado e a sociedade civil prosseguirem na assumpção efectiva e eficaz de um papel dinâmico no processo de desenvolvimento do país.

3. No quadro de referência acima mencionado destaca-se a experiência e os resultados logrados com o DECRP I e a abordagem prospectiva da Estratégia de Transformação, pelo que o DECRP II, o qual se inscreve num horizonte temporal de médio prazo, 2008-11, articulando-se em torno de **cinco eixos estratégicos** – Boa Governação, Capital Humano, Competitividade, Infra-estruturação e Coesão Social – cuja identificação e desenvolvimento procuraram - de acordo com uma abordagem holística do desenvolvimento, alicerçada na metodologia do quadro lógico e num processo participativo - para além duma melhor consecução dos objectivos e metas fixados, capitalizar os ganhos obtidos numa lógica de sustentabilidade e consolidação do processo de melhoria do bem-estar da população do país, ancorado num princípio e numa estratégia de inclusão social, com destaque para a discriminação positiva das camadas mais desfavorecidas da população cabo-verdiana.

Isto é, o objectivo central de redução da pobreza assenta sobretudo em políticas estruturais, ligadas à promoção de um crescimento económico inclusivo complementadas com políticas redistributivas, socialmente compensadoras e focalizadas nos grupos-alvo vulneráveis.

Esses eixos estratégicos estão organizados em pilares que agrupam áreas afins por ordem de indução do processo de desenvolvimento, do seguinte modo:

Pilar I – REFORMA DO ESTADO:

Este pilar é horizontal porque a sua operacionalidade é transversal. Abrange, pois, as esferas estratégicas de intervenção do Estado, ou melhor, para a adequação gradual do seu aparelho na sua função normativa e reguladora por excelência e conformar o Estado de Direito Democrático na realização dos objectivos maiores da Nação, faz da **boa governação** o modus operandi permanente, desde a ética e transparência na gestão da coisa pública, à liberdade económica, desenvolvimento regional e representação política, reforma da justiça e protecção civil, continuando assim a ser uma característica marcante dos órgãos do poder do Estado e demais instituições.

É assim que consagra princípios, estratégias e objectivos (i) na qualificação das despesas de investimentos, (ii) para a descentralização e desenvolvimento regional, (iii) para o alargamento dos espaços de participação, (iv) no respeito escrupuloso dos Direitos Humanos, Liberdades Individuais e Colectivas, (v) por uma Comunicação Social Livre e Qualificada, (vi) pelo reforço e aprofundamento da liberdade económica, (vii) para o aperfeiçoamento permanente da democracia e da representação política, (viii) para uma reforma da justiça, para que ela seja célere, promova a segurança física e jurídica das pessoas e bens e afirme a autoridade do Estado, (ix) entre outras funções.

Pilar II – CAPITAL HUMANO:

Se na verdade tem havido ganhos importantes no desenvolvimento do país, graças aos importantes esforços do Orçamento do Estado no que tange o ensino, os patamares alcançados, os desafios da globalização e as novas exigências que o processo de desenvolvimento colocam, devem assentar em recursos humanos altamente qualificados, de elevados níveis do saber e conhecimento científico, técnico e tecnológico, única forma de perenizar e tornar sustentado o desenvolvimento, bem como de enfrentar e ganhar a batalha da competitividade.

É, pois, imperativa a **modernização do sistema educativo para mais qualidade e equidade do desenvolvimento**, em que (i) no pré-escolar deve ser aprofundada a parceria com os

municípios, privados e ONGs, (ii) o ensino básico, para além de obrigatório deve ter mais qualidade, (iii) no ensino secundário se deve aprofundar a sua eficácia e sustentabilidade, (iv) se deve continuar o investimento no ensino superior para reforço e aumento da massa crítica para o desenvolvimento, (v) a educação de adultos continua merecendo empenho como uma das vias para a promoção do desenvolvimento pessoal e social, (vi) o investimento na ciência e tecnologia é inovação ao serviço do desenvolvimento, (vii) a formação profissional, será encarada de forma sistémica como factor de desenvolvimento e valorização do capital humano, e instrumento crucial para o desenvolvimento socioeconómico do país, (viii) a cultura, educação e cidadania são considerados vectores essenciais de um desenvolvimento sustentado.

Pilar III – COMPETITIVIDADE:

Atravessa todos os sectores, desde o primário ao terciário, com especial ênfase para este último como sector gerador de serviços e de emprego em especial o turismo, bem como destaca o papel do sector privado na dinamização da economia.

A **competitividade** é a condição necessária para vencer os desafios do desenvolvimento sustentado e da globalização, no quadro de um crescimento forte e sustentado, ancorado num contexto de **estabilidade macroeconómica enquanto requisito permanente da competitividade**, do crescimento e do desenvolvimento sustentados do país constituindo reconhecidamente um factor favorecedor das condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis.

A economia cabo-verdiana deverá manter a sua trajectória ascendente durante o período de vigência do DECRP II (2008-2011), atingindo em média um crescimento em torno dos dois dígitos, cerca de 2 pontos percentuais acima da média registada no período 2004-07, fase em que vigorou o DECRP I.

As Finanças Públicas, em particular a política orçamental, deverá contribuir para a preservação de um ambiente macroeconómico relativamente estável e o sector das finanças públicas deverá continuar a impulsionar, na sua área de intervenção, as reformas estruturais para a promoção de um crescimento económico robusto e sustentado. (a) No concernente às receitas, as totais deverão atingir durante o período em média cerca de 31.7% face ao PIB, (b) relativamente às despesas, deverão totalizar cerca de 33.3% do PIB, no quadro de uma trajectória descendente em termos relativos, alcançando a cifra de cerca de 58.2 mil milhões de escudos no final do período,(c) as despesas de investimento deverão

atingir em média 12.5 % do PIB, mais 0.2 pontos percentuais do que o valor registado no período antecedente, 2004-07.

A **mobilização de recursos externos** em termos favoráveis numa perspectiva de análise custo-benefício, continua a revelar-se imprescindível à concretização do programa de investimentos públicos, constituindo no quadro deste cenário macroeconómico uma condição “sine qua non” à concretização das metas de redução da pobreza fixadas no DERP II e por conseguinte uma das prioridades fundamentais do DERP II.

O **deficit orçamental** global incluindo donativos, no período em análise, deverá manter a sua trajectória decrescente em termos relativos registada nos últimos anos, situando-se em média a cerca de 3% do PIB. No que se refere à **dívida pública**, a sua gestão deverá ser norteada pelos princípios da sustentabilidade e da equidade inter-geracional.

Quanto à Situação Monetária prevê-se que a **massa monetária** alargada cresça em média durante o período, em torno dos 14%, 1 ponto percentual acima da taxa média de crescimento do PIB nominal, pelo que se prevê, com base numa evolução ascendente, que ela atinja o montante de cerca de 111 mil milhões de escudos em 2008 contra 167 mil milhões de escudos em 2011.

Com base numa evolução dos preços consonante com os objectivos de estabilidade monetária e de melhoria da competitividade externa, prevê-se que a **taxa de inflação** se situe em média em torno dos 3% ao longo do período.

Não obstante o comportamento positivo esperado do lado da **balança de serviços**, que em termos médios deverá atingir um excedente anual de cerca de 32.9 mil milhões de escudos, a conta corrente continuará a ser caracterizada por um défice estrutural, que ao longo do período apresentará um valor médio anual em torno dos 8% do PIB.

Relativamente às **exportações** de serviços, a sua evolução esperada deverá reflectir uma maior internacionalização da economia do país. Nesta perspectiva, com um crescimento médio em termos correntes em torno de 18.2%, as exportações de serviços, em média durante o período, deverão atingir cerca de 68.1 mil milhões de escudos.

Finalmente e em relação às **reservas cambiais**, deverão atingir em média cerca de 3.4 meses de importações de bens e serviços previstas para o ano seguinte, situação compatível com a credibilidade e estabilidade do regime cambial caracterizado pela paridade fixa com o Euro.

São previstas Medidas Transversais e Redução dos Custos de Contexto, para que haja ganhos de produtividade e melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas empresas

nacionais, as quais deverão assumir um papel crescente de principais fontes de geração de riqueza. Daí a relevância atribuída ao capital humano, Assumem relevância específica na produtividade o capital humano¹, a inovação tecnológica e a qualidade da política económica, destacando-se neste eixo as política fiscal e de regulação.

A competitividade da economia cabo-verdiana nos mercados interno e internacional implica enveredar para os sectores em que detém vantagens comparativas e transformá-las em vantagens competitivas. Mas para isso ao Estado compete, sobretudo, regular a economia e criar condições para o desenvolvimento de um tecido empresarial forte e dinâmico, desenvolvendo políticas específicas e pró-activas de promoção do investimento privado, nomeadamente a (i) criação da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e a Inovação, que trabalhando em parceria com o sector privado, visa promover este sector, facilitando o seu desenvolvimento competitivo e inovador, (ii) reforço do Fundo de Crescimento e Competitividade, nomeadamente através de recursos financeiros gerados pelas receitas das privatizações, e seu direccionamento prioritário para sectores mais competitivos da economia, (iii) implementação do Projecto “Cabo Verde Competitivo”, cujo objectivo principal é a informação ao empresariado e à sociedade em geral sobre as políticas estruturantes do Governo e as oportunidades de investimentos, (iv) implementação de um quadro institucional e de incentivos para o estabelecimento de operações de locação financeira, (v) medidas incentivadoras ao estabelecimento de operações do capital de risco, incluindo sua agregação funcional às operações da banca, (vi) transformação da Sociedade de Desenvolvimento Empresarial (SDE) numa instituição financeira ou para-financeira dedicada ao financiamento de projectos das PME, (vii) reforço da articulação entre a Cabo Verde Investimentos (CI) e a SDE visando a integração da prestação de serviços financeiros com a prestação de serviços de aconselhamento e assistência técnica as PME.

Será dada continuidade ao processo de privatização em curso, devendo-se concluí-lo durante o período de vigência do DECRP II. Serão objecto de uma atenção especial os dossiers mais complexos e sensíveis, nomeadamente a ENAPOR, a CABAVE os TACV e a EMPROFAC. Entretanto, será prosseguida a modernização das empresas públicas, de forma a prestarem melhores serviços à economia e reforçarem a sua competitividade.

As TIC: Factor de Competitividade da Economia e Fonte de Novas Oportunidades de Desenvolvimento pois, o objectivo é acrescentar o sector das TIC como um dos vectores de especialização de Cabo Verde, para além do Turismo, Pescas, Indústria Ligeira,

¹ Pela sua importância erige-se como um eixo estratégico do DECRP II
Page of 232

Transportes, aliás associado ao projecto de montagem de uma Praça Financeira Internacional em Cabo Verde e à actual capacidade no sector das telecomunicações.

A **política fiscal** deverá contribuir para a emergência de Cabo Verde como espaço dinâmico e competitivo, pelo que esforços deverão ser desenvolvidos, conducentes a uma redução da carga fiscal global através da garantia de um equilíbrio entre o nível de impostos em relação ao PIB, a eficiência fiscal, o investimento publico e a prossecução da consolidação orçamental.

No período 2008-2011, a política fiscal deverá, no quadro do eixo estratégico competitividade, ser orientada para (i) dinamização da actividade empresarial, (ii) desenvolvimento do sistema financeiro, (iii) dinamização da poupança nacional via desenvolvimento do mercado de capitais, (iv) desenvolvimento de políticas ambientais e de combate às alterações climáticas.

Serão adoptadas medidas com vista a melhoria da administração fiscal e sua simplificação, muito em particular a desmaterialização e racionalização de procedimentos fiscais com o objectivo de reduzir os custos de contexto. A simplificação do sistema Fiscal, através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, constitui um dos principais vectores da política fiscal do Governo, e, conseqüentemente da Administração Fiscal e é um propósito tido como fundamental.

No plano legislativo serão revistos o e implementados o: Código Geral Tributário; Código do Processo Tributário; Regulamento das Custas e Emolumentos; Código do Imposto de Selo; Código dos Benefícios Fiscais; Regulamento da Inspeção Tributária.

Com vista à consolidação, eficiência e eficácia da **regulação económica**, o Governo desenvolverá medidas orientadas para a qualificação dos quadros técnicos, a criação de um sistema de avaliação do impacto da actividade reguladora na economia, a informação/comunicação dirigida aos operadores económicos, ao aparelho do Estado, à classe jornalista e à sociedade em geral, a dotação de provisões com base nas receitas previsíveis das privatizações, a conclusão da regulamentação técnica dos sub-sectores dos combustíveis, electricidade e água, no reforço/capacitação da administração central do Estado nos domínios de planeamento estratégico, fiscalização e monitorização efectiva do sector, na consolidação do processo de implementação da Agência de Regulação Económica, no fomento do surgimento de um Centro de Transferência de Tecnologias que constitua um serviço de

carácter operacional do Estado no domínio de pesquisa, testes de aplicabilidade, de adequação e adaptação de novas tecnologias energéticas à realidade do País. “

Na perspectiva de promoção dos Sectores Dinâmicos e Melhoria do Padrão de Especialização da Economia, o sector dos serviços continua a afirmar-se como um importante sector da economia cabo-verdiana.

O quadro da política económica terá em consideração outras importantes constatações da dinâmica do desenvolvimento sectorial e sua relação com a geração do emprego. Neste particular são de realçar medidas visando (i) desenvolver a competitividade do turismo, (ii) melhorar a qualidade da oferta de alojamentos, (iii) introduzir eficiência e qualidade de infra-estruturas de fornecimento de água, energia, saneamento, rodoviárias e aeroportuárias, (iv) diversificar os produtos turísticos, (v) apoiar o investimento privado nacional no turismo, (vi) melhorar a eficiência da promoção turística, (vii) internacionalização de serviços e sua competitividade.

A transformação de Cabo Verde exige um **sector financeiro moderno, dinâmico e eficiente** na medida em que o desenvolvimento de serviços financeiros eficazes e eficientes deve constituir, a prazo, um dos alicerces da economia nacional.

Para tal será desenvolvido e implementado um conjunto de iniciativas específicas alicerçadas em cinco eixos estruturantes: (i) **Promoção da competitividade do sistema financeiro**; (ii) **Promoção da Praça de Financeira de Cabo Verde**; (iii) **Melhoria da gestão do risco de crédito**; (iv) **Melhoria do acesso das MPMEs ao financiamento**.

O desenvolvimento integrado do meio rural com base na utilização sustentada e racional dos recursos do território, será continuado a partir da modernização e diversificação das actividades produtivas e o desenvolvimento integrado das comunidades rurais, através do ordenamento das bacias hidrográficas, em paralelo com o alargamento da rede de infra-estruturas e dos serviços essenciais, com realce para a electrificação rural e as vias de acesso.

A “nova agricultura” deverá estimular o surgimento de fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, em especial o turismo rural, em particular através da articulação com o processo de desenvolvimento de parques naturais e de valorização dos recursos ambientais e conservação da natureza. Neste sentido, serão reforçadas as acções nos domínios da formação, da extensão rural e do crédito, visando criar novas oportunidades e reduzir os desequilíbrios no acesso aos recursos.

Pilar IV – INFRA ESTRUTURAÇÃO:

O crescimento económico do país e seu impacto na qualidade de vida das populações tem resultado em grande medida do esforço de infra-estruturação realizado no país e a concretização dos objectivos e metas previstos no DECRP II dependerá em grande medida da continuação desse esforço de infra-estruturação e do seu efeito nomeadamente na organização do tecido produtivo nacional e na fluidez que conseguir imprimir à circulação de pessoas e bens nos vários domínios de actividade.

Outra vertente desse pilar é o **desenvolvimento regional e a coesão territorial**, assentes no desenvolvimento adequado e gradual da estratégia de desenvolvimento sustentável do país, através de mecanismos que potenciem os recursos das regiões através de *clusters* regionais como as zonas de desenvolvimento turístico integrado e zonas de reserva e protecção turística, os produtos culturais materiais e imateriais, os recursos da biodiversidade, as áreas protegidas, etc.

Será prosseguida a promoção de um **desenvolvimento com qualidade ambiental**, integrando de forma harmoniosa as componentes económica, ambiental e sócio-cultural do desenvolvimento durável, tendo como pressupostos (i) a protecção e a gestão integrada dos recursos naturais, essenciais ao desenvolvimento económico, (ii) a luta contra a pobreza; (iii) a adequação dos modos de produção e consumo.

Para fazer face ao crescimento acelerado dos centros urbanos deverão ser desenvolvidas e implementadas políticas, programas e acções nos domínios da **promoção habitacional, requalificação urbana, do desenvolvimento urbanístico, da gestão e administração urbanas e da qualidade de vida**.

No que respeita o saneamento básico a acção do Governo será orientada para a infra-estruturação básica e a implementação de procedimentos e de práticas que assegurem melhorias crescentes das condições de vida e a promoção de um ambiente sadio, tendo como estratégia, designadamente, o estabelecimento de novas parcerias para a criação de unidades modernas de tratamento e gestão de resíduos, em particular nos centros urbanos, visando uma maior eficácia no sistema de recolha e acomodação ou tratamento dos resíduos sólidos a nível nacional e local, o reforço e modernização de infra-estruturas de distribuição de água potável, da recolha de águas residuais e da promoção das ligações domiciliárias de água e esgotos, o incentivo à realização de investimentos em sistemas modernos de tratamento e reciclagem de

águas residuais, na perspectiva da gestão integrada dos recursos hídricos e do aumento da disponibilidade de água.

No quadro da implementação do Plano de Acção Nacional para o Ambiente serão desenvolvidas medidas específicas de apoio técnico e financeiro às Câmaras Municipais e aos Serviços Autónomos na gestão dos sistemas de saneamento.

A dinâmica do desenvolvimento vem dando lugar a um intenso fluxo de populações – **migrações** – seja em direcção aos principais núcleos habitacionais, seja em direcção às ilhas onde se verifica grande surto de construção de empreendimentos turísticos, acarretando já problemas sociais preocupantes decorrentes da falta de condições de acolhimento em termos de acesso a condições primárias (habitação, energia, água), bem como a situações de emprego precário, exigindo por isso, **no que respeita a mobilidade interna**, medidas e actividades produtivas, tendo em conta as comunidades de origem e de fixação dos fluxos e, **no que tange a imigração**, definição de uma verdadeira política de imigração que concilie a necessidade de agilizar a permanência legal de cidadãos estrangeiros com as necessidades sentidas no mercado de trabalho, com o combate determinado ao fenómeno da imigração clandestina e ao emprego de estrangeiros em situação ilegal.

As bases de especialização da economia cabo-verdiana em matéria de prestação de serviços internacionais de excelência estão lançadas. **Os transportes e comunicações** constituem um elemento vital de sucesso dessa estratégia, pelo que será prosseguida e consolidada a dinâmica de infra estruturação e de modernização do sector.

No que respeita os **transportes aéreos** serão desenvolvidas acções de consolidação do programa em curso, muito em particular o reforço do papel da ASA, o desenvolvimento dos sistemas (aeroportuário, circulação aérea e comunicações aeronáuticas), a melhoria do ambiente de competitividade, o reforço da segurança da aviação, reabilitação e manutenção das pistas dos aeródromos, promoção de Cabo Verde como plataforma de transportes aéreos, entre outras.

A **modernização e a expansão do sector marítimo e portuário** serão prosseguidos. Com a introdução das primeiras unidades de transporte horizontal, iniciou-se uma nova era de transportes marítimos inter-ilhas com impacto muito positivo ao nível do transporte de passageiros e de mercadorias.

Grandes obras de **infra-estruturas portuárias** vão ser concretizadas, a saber: transformação do Porto Grande de S. Vicente para servir de hub de transportes marítimos avança;

Modernização e expansão do Porto da Praia; Expansão e modernização do Porto de Palmeira; Expansão do porto em Porto Novo; Reestruturação do porto de Sal Rei; Reordenamento e expansão do porto de Vale de Cavaleiros; construção de um novo cais na ilha do Maio.

No que respeita os **transportes marítimos** as acções a desenvolver, visam: Reestruturar e reforçar o ensino náutico; aumento da oferta de portos de recreio; redinamizar a marinha mercante; montagem do sistema de controlo do tráfego marítimo costeiro, modernizar o sistema de socorro e segurança marítimos, as comunicações marítimas e a rede de ajudas à navegação.

O objectivo estratégico para a área dos **transportes e serviços rodoviários** é o de desencravar núcleos de povoamento e zonas com potencial económico em particular para o desenvolvimento de importantes empreendimentos turísticos, em estreita complementaridade com os transportes aéreos e marítimos, prestando serviços eficientes e eficazes, com acções que vão desde a conservação do património rodoviário existente, ao desencravamento das zonas rurais, à gestão e manutenção da rede de estradas principais e locais, ao reforço da segurança rodoviária e da regulação do sector.

Assegurar a **sustentabilidade económica e financeira dos transportes** é crucial, pelo que importa promover a competitividade nos diferentes ramos do sector a sua regulação.

No domínio das **telecomunicações** pretende-se melhorar a oferta para o consumidor final e como filosofia substancial a liberalização do mercado, ou seja o estabelecimento duma plena concorrência no sector;

A nova configuração do **sector energético** exige um quadro legal e institucional que permita um equilíbrio entre as exigências de um mercado livre, o interesse dos “utilizadores de energia” e ainda as prioridades do Governo.

Daí que o objectivo central da Política Energética seja a dotação do País de um Sistema Energético Moderno e Eficiente capaz de garantir a provisão dos serviços necessários ao processo de desenvolvimento, crescimento e competitividade da economia cabo-verdiana e melhoria do conforto e da qualidade de vida das populações.

Há uma aposta clara na utilização de **energias renováveis** e de novas tecnologias, prevendo-se o aumento da participação da energia eólica de forma a se atingirem os 25% de taxa de penetração da electro-eólica nas redes, pretendendo-se ainda atingir a meta de 2 % de energia solar no balanço energético para o ano 2010.

O **sub-sector dos combustíveis** foi e deve continuar a ser alvo de importantes acções visando a sua reestruturação. No quadro das reformas económicas, o estabelecimento de um novo mecanismo de fixação dos preços constitui um dos instrumentos relevantes.

Será integrada a dessalinização de água do mar e a **regeneração de águas usadas** na planificação dos recursos hídricos, com o objectivo de garantir o acesso a água potável a todos os habitantes e, por outro lado, garantir o abastecimento de água às novas unidades agrícolas modernas de tecnologia de ponta.

Será aposta a montagem de PPPs (Parcerias Público Privado) para a resolução da problemática do investimento e da operação dos novos sistemas industriais de produção e regeneração de água.

A disponibilidade de **recursos hídricos** para as actividades económicas – agricultura turismo, indústria, etc. aumentou de forma significativa, mas não de forma a superar as crescentes exigências dos diferentes sectores de consumo, pelo que será dinamizado o investimento público e privado, modernizada e alargada a rede de infraestruturas, reforçada a contribuição das energias renováveis, melhoria do controlo da qualidade da água e consolidação das reformas legislativas, institucionais e da regulação sectorial.

Pilar V – COESÃO SOCIAL:

Encerra um conjunto de domínios da vida em sociedade em que se manifesta com mais acuidade a relação umbilical entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, públicos e privados, os quais são chamados a assumirem um importante papel de responsabilidade social enquanto factor elementar do exercício da democracia e da cidadania económica e social.

É assim que se prevê a **redução substancial da pobreza**, melhoria das condições e das relações laborais, melhoria do sistema de protecção social, dinamização do emprego, medidas de reforço da segurança alimentar, mais e melhor saúde para todos, atenção prioritária ao papel cada vez mais activo dos jovens nas oportunidades de desenvolvimento, reforço das acções tendentes a uma maior integração da dimensão género nas políticas e programas de desenvolvimento.

4. Uma grelha de análise deu lugar ao quadro lógico que na vertical contém a hierarquia causal dos problemas e na horizontal os indicadores de medição.

Há por um lado o objectivo que procurar ir de encontro aos eixos estratégicos e, por outro, os efeitos que percorrem sejam os domínios transversais, sejam os domínios verticais, os cinco pilares definidos pelo Governo para sustentar as acções de desenvolvimento.

Os produtos estão organizados segundo a mesma lógica, formulados segundo as contribuições sectoriais.

Os indicadores estão em construção de qualidade permanente para que sejam mesuráveis, num esforço conjunto DGP/INE/NOSI-M&E.

5. Sobre o custo e financiamento da estratégia de crescimento e redução da pobreza, o DECRP II é a referência e um instrumento mobilizador de recursos para o período 2008-2011. Os custos da sua implementação totalizam 82.394 milhões de escudos (747 milhões de euros) para o período, sendo que 43.799 milhões de escudos já estão garantidos e corresponde ao orçamento consolidado (397 milhões de euros) e aprovado para 2008 e aos investimentos externos garantidos através de acordos de cooperação. A previsão das necessidades de financiamento para a implementação de projectos no período de 2009 a 2011 e que constitui o gap, totaliza 38.595 milhões de escudos (350 milhões de euros).

A realização dos projectos e consequentemente a concretização dos objectivos da estratégia dependerá de vários factores, entre os quais se destaca a capacidade de mobilizar os recursos junto a comunidade dos doadores e ainda das condições de elegibilidade de Cabo Verde para beneficiar da ajuda internacional.

As reformas do sistema fiscal em curso propiciarão um aumento das receitas fiscais e consequentemente a capacidade interna de financiamento da estratégia de redução da pobreza na sua vertente investimento. Há um esforço interno cada vez maior de canalizar recursos do orçamento do estado para o investimento. Tendo em conta as projecções provisórias das receitas e despesas do Quadro de Despesas a Médio Prazo 2009-2011, prevê-se dois cenários para o financiamento interno, mantendo-se constante o saldo primário, parte do qual deve ser canalizado para amortização das dividas e os restantes para os investimentos. Um primeiro cenário prevê o co-financiamento com recursos internos de até 50% do *gap* em cada ano e um segundo cenário de até 60%, sendo este condicionado à diminuição das despesas correntes.

6. A necessidade de assegurar o seguimento das acções e intervenções previstas nos diferentes quadros de desenvolvimento, vêm fazendo parte dessas preocupações, traduzidas nas tentativas de montar um **seguimento e avaliação**, parte integrante do seu sistema de planificação.

Um projecto-piloto está sendo montado com os seguintes **objectivos** :

Proceder ao seguimento dos indicadores de resultado fixados pelo DECRP II ;

Fazer o seguimento de um número de indicadores possíveis de medir e que estejam seleccionados nas matrizes, acordados pela DGP/STAD/INE, DGPOGs e GEP sectoriais;

Fazer o seguimento físico e financeiro da execução dos programas sectoriais, começando por alguns programas ligados ao MIT, MAA, MEVRH e MS, incidindo nos indicadores relativos a actividades principais e outputs de maior importância;

Para o efeito está sendo montado um sistema:

Capaz de responder às necessidades de informação ao Governo, seja na perspectiva de preparação anual do relatório de avanço da implementação do DECRP II, seja das revisões trimestrais ou semestrais de progresso relativa ;

Muito operacional;

De utilização simples e fácil;

Baixo custo apoiando-se, na medida do possível, nos equipamentos e programas existentes;

Apropriado pelas estruturas nacionais, muito especialmente pelos quadros e técnicos com a responsabilidade de fazer o seguimento.

No que respeita os **resultados esperados** o projecto-piloto deverá permitir o seguinte :

Relatório de avanço da implementação do sistema e do avanço da implementação do DECRP II;

Disponibilidade da base de dados sobre o seguimento funcional de programas (BDMP) à DGP/STAD, incluindo (i) os indicadores de resultados do DECRP, (ii) os indicadores da implementação física e da execução financeira dos projectos prioritários para o DECRP II;

Reforço da base dos dados estatísticos oficiais (BDEO) junto do INE;

Apoio à base de dados sectoriais (BDS) nos quatro ministérios, incluindo tanto os dados e os indicadores de resultados sectoriais, como os indicadores da execução física e financeira dos projectos sectoriais prioritários

Pessoal da DGP/STAD e das DGPOGs capacitados no manejo dos instrumentos técnicos e informáticos do sistema de informação;

Equipamento informático apropriado disponibilizado para a DGP/STAD e para as DGPOGs.

1. INTRODUÇÃO

1.1. PRESSUPOSTOS DE ELABORAÇÃO DO DECRP II

O processo de desenvolvimento de Cabo Verde, numa perspectiva de longo prazo, tem sido marcado por uma trajectória ascendente, caracterizada por ganhos significativos à luz dos mais diversos indicadores nos domínios económico, financeiro, social, institucional, das infra-estruturas e ambiental, entre outros, pese embora a existência de reconhecidas vulnerabilidades associadas ao contexto de uma pequena economia insular em desenvolvimento e que dificultam a dinâmica de desenvolvimento. Nesta conformidade, não obstante os ganhos acima referidos, o desenvolvimento do país continua a apresentar fragilidades persistentes, destacando-se por um lado, um nível elevado de pobreza associado a uma elevada taxa de desemprego e por outro, uma elevada dependência do exterior, patente na baixa taxa de cobertura das importações pelas exportações, no défice elevado da conta corrente e no peso elevado dos financiamentos externos concessionais.

Outro traço marcante desta trajectória positiva prende-se com o papel crescente do sector privado e dos mecanismos de mercado na dinâmica de desenvolvimento, com destaque para o turismo e o investimento directo estrangeiro.

O Estado, embora tenha deixado de desempenhar um papel dominante no funcionamento da economia de Cabo Verde, desempenha e deverá continuar a desempenhar um papel fundamental, sobretudo enquanto agente regulador e na promoção da estratégia de desenvolvimento do país. Esta actuação do Estado tem sido enquadrada por um processo de reflexão estratégica e participativa, espelhada em documentos de referência dos quais se destaca o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, o Plano Nacional de Desenvolvimento e mais recentemente a Estratégia de Transformação e o Documento de Estratégia para o Crescimento e a Redução da Pobreza, focalizado no crescimento económico, na redução da pobreza e na mobilização de recursos junto dos parceiros de desenvolvimento, em estreita articulação com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

No quadro da elaboração do Documento de Estratégia para o Crescimento e a Redução da Pobreza (DECRP II) assumem particular relevância o [Programa do Governo para a VII Legislatura](#) (2006-2011), o [Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza](#) (DECRP I) os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a [Estratégia de Transformação Económica](#) (ETE).

Relativamente ao Programa do Governo, importa no quadro da elaboração do Documento de Estratégia para o Crescimento e a Redução da Pobreza salientar os aspectos mais relevantes do ponto de vista da sua articulação com o crescimento económico e a redução da pobreza.

Quanto ao DECRP I, impõe-se uma referência ainda que sucinta e em jeito de avaliação, inscrita numa lógica de “lições assimiladas”, articulada com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tendo em conta a sua natureza focalizada no crescimento, na redução da pobreza, no diálogo e mobilização de recursos junto dos parceiros de desenvolvimento no país.

Finalmente a Estratégia de Transformação assume-se como instrumento enquadrador de uma abordagem prospectiva do desenvolvimento de Cabo Verde, ancorada numa dinâmica de crescimento dominada pela transição de um paradigma de desenvolvimento assente em vantagens comparativas para outro muito mais exigente baseado em vantagens competitivas.

O DECRP II, tem como ponto de partida o quadro de referência acima mencionado, destacando-se a experiência e os resultados logrados com o DECRP I e a abordagem prospectiva da Estratégia de Transformação. Inscreve-se num horizonte temporal de médio prazo, 2008-11, caracterizado também por desafios importantes para ao país a nível internacional – a transição para País de Rendimento Médio (PRM), o acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Parceria Especial com a União Europeia – e visa, como objectivo global “atingir um desenvolvimento humano durável assente num sistema produtivo forte e dinâmico, na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura, no contexto de um desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ambiental”.

Articula-se para o efeito em torno de cinco eixos estratégicos, Boa Governação, Capital Humano, Competitividade, Infra-estruturação e Coesão Social, cuja identificação e desenvolvimento procuraram - de acordo com uma abordagem holística do desenvolvimento, alicerçada na metodologia do quadro lógico e num processo participativo - para além duma melhor consecução dos objectivos e metas fixados, capitalizar os ganhos obtidos numa lógica de sustentabilidade e consolidação do processo de melhoria do bem-estar da população do país, ancorado num princípio e numa estratégia de inclusão social, com destaque para a discriminação positiva das camadas mais desfavorecidas da população cabo-verdiana.

O objectivo central de redução da pobreza assenta sobretudo em políticas estruturais, ligadas à promoção de um crescimento económico inclusivo complementadas com políticas redistributivas, socialmente compensadoras e focalizadas nos grupos-alvo vulneráveis.

1.2. PROCESSO PARTICIPATIVO DA SUA ELABORAÇÃO

Pela sua natureza abrangente e transversal, a ECRP impõe um amplo quadro de diálogo e concertação, condição indispensável a apropriação do processo por todos os agentes da execução das políticas nacionais, quer a nível público, quer a nível do sector privado e da sociedade civil, quer ainda dos parceiros de desenvolvimento.

Com efeito, para a construção de consensos e recolha de contribuições, tiveram lugar sessões de trabalho (i) da Ministra das Finanças e da Administração Pública com os homólogos governamentais e em várias ocasiões com os responsáveis ministeriais pelo planeamento e gestão, (ii) do STAD com os departamentos governamentais, muito em particular para o efeito do quadro lógico, orçamentação e indicadores, bem colmo com as câmaras municipais, sociedade civil e sector privado.

Também, para a elaboração das respectivas contribuições os departamentos governamentais levaram a cabo consultas internas e com os respectivos parceiros, pelo que o DECRP II é a construção da base para o topo, de diferentes sectores e níveis de participação.

Será dada importância à elaboração de um **Plano de Comunicação** que numa óptica de restituição, visa, nomeadamente: (i) a sensibilização da opinião pública quanto aos princípios que estão subjacentes ao DECRP e quanto aos objectivos e metas que se pretende realizar/atingir; (ii) mobilização dos diversos actores oficiais e privados de comunicação, incentivando-os a contribuir para a circulação de informação sobre o DECRP; (iii) gestão de expectativas, no pressuposto de que nem sempre todos os objectivos fixados e resultados esperados com a implementação do DECRP serão atingidos no período de tempo desejado.

Também, para que haja a melhor apropriação possível dos novos instrumentos (DECRP II, quadro lógico e sistema de M&E), serão desenvolvidas acções de socialização/formação/capacitação dos responsáveis dos gabinetes de estudo dos departamentos governamentais e de organizações privadas actuando em sectores de actividades de reconhecida incidência na criação de emprego e rendimentos.

1.3. ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Para além da introdução o documento é configurado segundo três grandes vertentes da sua estrutura:

Contexto actual, abrangendo seja o quadro macroeconómico, como ainda a economia real, a dimensão socioeconómica, a estrutura e dinâmica da pobreza, os progressos dos elementos centrais da situação política, bem como as vulnerabilidades;

Por uma Agenda de Transformação que face aos avanços do país com os seus ganhos e desafios, bem como as novas exigências decorrentes da graduação a PDM, da acesso à OMC e da parceria estratégica com a UE, suscita uma visão para o futuro assente (i) nos desafios da transformação, e (ii) em objectivos estratégicos de médio e longo prazo que comportam (iii) a transformação do Estado no seu todo, (iv) a modernização da administração pública, fundamental para a competitividade da economia, (v) o imperativo de ganhos permanentes da democracia, (vi) bem como de uma economia moderna e competitiva, (vii) uma sociedade do conhecimento feita de recursos humanos altamente qualificados, (viii) da valorização dos fundamentos culturais do país, (ix) da solidariedade social activa, (x) da redução da pobreza e inclusão contínuas a nortear o crescimento económico, e (xi) da criação de uma forte capacidade de gestão do desenvolvimento;

Eixos estratégicos do desenvolvimento: apresentado em cinco pilares, a saber:

Pilar I - REFORMA DO ESTADO: Faz o **enquadramento da perspectiva macroeconómica** para o período 2008-11 e trata a **boa governação** abrangendo desde a ética e transparência na gestão da coisa pública, à liberdade económica, desenvolvimento regional e representação política, reforma da justiça e protecção civil, continuando assim a ser uma característica marcante dos órgãos do poder do Estado e demais instituições;

Pilar II – CAPITAL HUMANO: Considera os recursos humanos fundamental para o desenvolvimento económico e social do país, indo à necessidade de modernização do sistema educativo desde o pré-escolar ao ensino superior, ciência e tecnologia, formação técnica e profissional, cultura e cidadania, saúde, juventude e igualdade e equidade de género no processo de desenvolvimento;

Pilar III – COMPETITIVIDADE: Atravessa todos os sectores, desde o primário ao terciário, com especial ênfase para este último como sector gerador de serviços e de emprego em especial o turismo, bem como destaca o papel do sector privado na dinamização da economia.

Pilar IV – INFRA ESTRUTURAÇÃO: Incide na sua íntima relação com o desenvolvimento económico, desde o ordenamento do território a aspectos como o urbanismo, os transportes e comunicações, o sector energético e a gestão dos recursos hídricos.função económica.

Pilar V – COESÃO SOCIAL: Encerra um conjunto de domínios da vida em sociedade em que se manifesta com mais acuidade a relação umbilical entre todos os agentes do processo de desenvolvimento, públicos e privados, os quais são chamados a assumirem um importante papel de responsabilidade social enquanto factor elementar do exercício da democracia e da cidadania económica e social.

A **pobreza** merece um tratamento transversal das políticas e medidas de política, numa visão integrada do processo de desenvolvimento, num quadro da globalização, de liberdade económica e de papel de relevo reservado ao sector privado no crescimento económico, na criação de empresas produtivas, geradoras de emprego e de rendimentos, condição *sine qua non* para a redução da pobreza.

Acompanham o documento textos interpretativos do quadro lógico e do sistema de M&A, contendo a orçamentação, os indicadores e as metas dos projectos cujas prioridades foram fixadas pelos departamentos governamentais.

De um modo geral o documento, evitando ser longo, deverá ser concreto e objectivo, procurando ser operacional na sua leitura e interpretação, nomeadamente na comunicação seja com o quadro lógico e orçamentação, seja com o sistema de M&A.

Optou-se pela criação de uma base dados que consiste na organização informatizada das contribuições sectoriais, bem como dos documentos estruturantes (planos estratégicos, planos de acção e similares), aos quais se pode ter acesso a partir de links referentes às respectivas matérias.

2. CONTEXTO ACTUAL

Neste capítulo é caracterizada a situação dos grandes eixos que enformam a actividade económica e social do país, com a identificação dos avanços e dos constrangimentos na definição e implementação de políticas.

Dá-se particular atenção à economia real cuja dinâmica colocou novos desafios, muito em particular ao sector privado enquanto motor da economia.

Quanto ao contexto socioeconómico merecem realce o sector da educação, o desemprego, a formação profissional, bem como a estrutura e dinâmica da pobreza.

O contexto político integra a estabilidade política, a boa governação, a modernização do parlamento, os Direitos Humanos, a liberdade de imprensa, a participação, a justiça e a dimensão género, factores determinantes da dinâmica de desenvolvimento do país, bem assim das respostas em termos de reorientação e/ou actualização de políticas e medidas de políticas.

As vulnerabilidades fecham o capítulo, assinalando-se a descontinuidade territorial decorrente da insularidade do país, os riscos ambientais, a pressão demográfica, a diminuta produção agrícola e a forte dependência das importações, entre outras, que, embora não ponham em causa o desenvolvimento do país, pesam grandemente na estruturação dos custos sejam os de financiamento, sejam os de gestão e exploração.

2.1. CONTEXTO POLÍTICO

O país conhece progressos cada vez maiores na via da consolidação da democracia, assinalando-se os seguintes marcos do exercício do poder:

2.1.1. A estabilidade política

Cabo Verde tem uma democracia multipartidária, com eleições livres e justas, a governação é receptiva, as liberdades políticas são respeitadas, a liberdade de imprensa é uma realidade, a sociedade civil é actuante, é tolerante e aberta e onde os mecanismos políticos são transparentes e flexíveis.

Os ganhos da [boa governação](#) estão patentes na estabilidade macroeconómica do país, no rigor da gestão do erário público, numa actuação diplomática mais intensa e maior participação do país nos fóruns internacionais e sub regionais patentes no estabelecimento de novas parcerias como fruto do melhor apreço e credibilidade junto da comunidade política e instituições financeiras internacionais, etc., pelo que continuará sendo um **recurso estratégico** para o desenvolvimento de Cabo Verde, particularmente na **gestão transparente e em conformidade com as Leis da República, do erário público**.

2.1.2. Modernização do Parlamento

É patente o reforço da centralidade do **Parlamento**, bem como o propósito de aumento da eficiência e da eficácia do Parlamento mediante a planificação do trabalho, a articulação com os sujeitos parlamentares, a valorização das Comissões Especializadas e a sua maior

aproximação da sociedade civil e dos grupos de interesse através do recurso a audições e a reuniões temáticas e descentralizadas, para além do incremento da participação dos Deputados e dos Grupos Parlamentares no sistema de Governo e da aproximação dos Deputados dos seus eleitores.

O papel do Parlamento na disseminação das informações e resultados é cada vez mais patente na produção dos impactos das políticas e medidas de políticas, na medida em que as sessões parlamentares são momentos de entrada dos processos decisoriais de importantes instrumentos tais como o Orçamento do Estado, entre outros

2.1.3. Afirmação dos Direitos Humanos

De forma isenta, instâncias internacionais idóneas têm destacado o desempenho de Cabo Verde no atinente à defesa e promoção dos **direitos, liberdades e garantias**, matéria, aliás, central à própria essência do Estado de Direito Democrático.

Com efeito, há condições para garantir a realização de eleições com toda a transparência e lisura. A logística e o cadastro eleitoral foram profundamente reorganizados. O processo de recenseamento eleitoral conheceu um novo dinamismo. Temos agora mais postos de recenseamento e os serviços da administração eleitoral estão dotados de mais meios.

Lançou-se com sucesso um movimento de promoção, protecção e reforço dos Direitos Humanos e de uma cultura de paz, bem como de observância de uma cidadania activa. Marcos relevantes são justamente o Programa Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, já pleno em funcionamento, bem como a concretização do projecto de introdução do ensino dos Direitos Humanos, Cidadania e Cultura de Paz, desde o ensino pré-escolar ao secundário.

Vive-se num ambiente de mais liberdade e tolerância, o exercício da cidadania é mais alargado e mais qualificado, há mais liberdade de expressão e mais liberdade de imprensa, há mais mecanismos de controlo do exercício do poder. *A Oposição exprime-se livremente e exerce todo o seu catálogo de direitos sem qualquer tipo de constrangimento.*

E no seu comprometimento permanente e renovado de defesa e afirmação dos direitos humanos, há uma forte aposta em políticas de combate a violência doméstica, no lar ou fora dele, bem como na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Do mesmo modo, são promovidas políticas de defesa dos direitos dos portadores de Deficiência como forma de resgatar a dignidade, o bem-estar e a igualdade de condições e de tratamento. Assim, são promovidas campanhas nacionais permanentes sobre direitos das

peças portadoras de deficiência, de prevenção às deficiências, com atenção especial às áreas médica e social, em parceria e articulação com as ONG, assegurando a inserção das peças portadoras e deficiência no mercado de trabalho.

2.1.4. Comunicação social

A **comunicação social** constitui um dos pilares da sociedade democrática e tem-se sido coerente com este entendimento. Estão garantidas condições de liberdade e isenção aos profissionais da área e, de 2001 a esta data, tem-se feito investimentos importantes no sentido da modernização do sector e da cobertura informativa do país. Todos os recantos do arquipélago chegam em pé de igualdade aos espaços informativos nacionais e, graças às capacidades tecnológicas instaladas no país, a nossa Rádio chega em tempo real às comunidades emigradas, permitindo-lhes estar mais próximas e participar nos debates sobre a vida nacional.

Com efeito, a conjuntura actual do sector onde, cada vez mais, a liberdade de imprensa e o pluralismo afirmam-se como valores caros ao processo de democratização do País e da boa governação, vem conhecendo avanços que importa consolidar. Assim se justifica o aparecimento e crescimento do sector privado e a autonomia dos media, a atribuição pelos poderes democraticamente constituídos, entre os quais o poder executivo a atribuir, nos seus Programas de Governo, um papel importante a esse sector como sustentáculo do processo de democratização da sociedade e das instituições cabo-verdianas, bem assim da qualificação dos cabo-verdianos para o exercício pleno da cidadania participativa, da boa governação e da transformação do País.

O quadro da imprensa cabo-verdiana (imprensa – órgãos de difusão massiva) evoluiu de forma satisfatória nos últimos dez anos, com a regulamentação de algumas áreas de actividades, o que permitiu a intervenção privada. O sector privado ganhou notoriedade perfazendo um panorama actual de cinco televisões, sendo quadro licenciadas no decorrer do ano de 2007, quinze rádios e sete publicações periódicas privadas, estas últimas em formato jornal, sete publicações em formato digital – on-line e temos assistido ao aparecimento de várias revistas.

Tomando o Sector da Comunicação Social como um todo, onde se incluem os órgãos de difusão massiva (públicos e privados), completa-se o panorama nacional, na última década, com o surgimento das agências de publicidade e de imagem, as de produção audiovisual e de grupos de correctores de publicidade e as agências de fotografia que prestam serviços para as

instituições e empresas. Uma parte destas agências não se encontra registada enquanto elemento do Sector da Comunicação Social, tendo como base jurídica de funcionamento o registo como empresas comerciais nos serviços notariais.

No sector público, o Estado actua como proprietário e exerce a sua gestão, enquanto tutela para as duas empresas a RTC e a Inforpress, através dos delegados do Governo na Assembleia-geral. Estando a imprensa estatal organizada no modelo organizacional de Sociedades Anónimo, onde, ainda o Estado é o único accionista. Estando já em curso um conjunto de reformas, nos domínios tecnológico, organizacional e financeiro com vista à introduzir elementos de modernização e qualidade e garantir a sustentabilidade das mesmas.

2.1.5. Espaços de participação

Vem-se investindo fortemente na **educação para a cidadania** para que haja uma melhor assumpção de qualidade dos direitos e deveres do cidadão, uma maior e melhor apropriação e usufruto dos ganhos do desenvolvimento nos planos cívico, político, económico e cultural, de efeitos elevados no exercício da democracia e do poder, nos planos local e nacional.

Com efeito, existem organizações da sociedade civil implicadas de maneira efectiva em decisões relativas à mutações económicas e sociais do país, espaços formais de concertação e pilotagem de programas de desenvolvimento e de iniciativas relativas ao género, juventude, direitos humanos, segurança, ambiente, água e saneamento, micro-finanças, VIH/SIDA, etc. Muitas vezes as ONGs organizam-se em rede, como forma de melhor implicação dos membros, procura de financiamento e implementação de projectos de interesse para as comunidades de base.

2.1.6. Justiça ao serviço do cidadão e do desenvolvimento

Vem tendo lugar profundas intervenções no sector da **Justiça e da realização da Cidadania**, sendo de se destacar as condições as ligadas às condições de funcionamento e adequação das leis aos imperativos constitucionais, sendo palpáveis os resultados decorrentes da aprovação e execução dos novos Códigos Penal e de Processo Penal, a Lei do Tribunal Constitucional e do Provedor de Justiça.

Concretizaram-se soluções não jurisdicionais que vão permitir mais celeridade na resolução de conflitos, através dos mecanismos legislativos da Mediação e da Arbitragem e foram formados árbitros que garantirão em breve o funcionamento desse instituto, e o descongestionamento dos tribunais, respostas mais rápidas aos cidadãos e às empresas.

No domínio dos Registos, Notariado e Identificação, foram prosseguidas profundas reformas com o processo de modernização. Isto é, reforçou-se o número de agentes e as unidades dos serviços, investiu-se fortemente na informatização, diminuiu-se drasticamente o tempo de resposta em alguns dos actos no registo civil e comercial e começou-se a implementação de um sistema de atendimento totalmente novo com a modernização das instalações e criação de uma imagem e identidade corporativa.

2.1.7. A perspectiva género

Cabo Verde ratificou os dois instrumentos básicos para o desenvolvimento das acções em matéria de género, nomeadamente os princípios do Plano de Acção da Conferência Internacional sobre População, de Cairo (1994), e da Plataforma de Acção adoptada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), que consagram as estratégias e caminhos de mudança para promover a igualdade entre os sexos. Subscreeveu também o Objectivo 3 de Desenvolvimento do Milénio (2004) – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”. A nível da sub-região, Cabo Verde está em sintonia com as directrizes adoptadas pelas diferentes instâncias da União Africana e da Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste (CEDEAO). A nível nacional, tanto a Constituição da República como o Código Penal, a Lei Eleitoral, o Código Laboral e o Código da Família consagram a igualdade de género, tendo sido realizados progressos consideráveis nos últimos anos muito em especial na área da educação.

Os instrumentos de planificação do Governo incluem estratégias que preconizam o desenvolvimento de condições para o exercício pleno da cidadania e a promoção de programas específicos integrados e multi-sectoriais que reduzam as desigualdades existentes entre os sexos.

De realçar a elaboração e aprovação do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), visando uma maior democratização do sistema de relações do poder, a melhoria de oportunidades a todos os níveis, a mudança de comportamentos e atitudes e uma eventual discriminação positiva da mulher quando tal se mostrar necessário. Face à melhoria da situação no que se refere à educação das mulheres, o PNIEG põe o acento tónico no reforço das capacidades em particular nos domínios visando a redução da pobreza, o emprego, a educação sexual e reprodutiva, o exercício do poder, a violência com base no género (VBG) e a comunicação social. Para além disso foi aprovado em Conselho de Ministros em 2007 o Plano de combate à VBG.

Subsistem no domínio das relações de género constrangimentos entre outros : (i) desequilíbrio no exercício o poder, tanto nos espaços públicos como privados, (ii), a fraca representatividade relativa das mulheres nos cargos de direcção e da vida política nacional, (iii) o desnível em termos de rendimentos e oportunidades de inserção na economia, (iv) acesso ainda limitado à formação técnicoprofissional, (v) a não tomada em conta o suficiente do género nos instrumentos de planificação e de seguimento-avaliação das políticas, (vi) alta incidência da violência baseada no género. As novas exigências e as novas oportunidades conseguidas pelo país exigem criação e implementação de políticas relacionadas com a igualdade e equidade de género e família.

2.2. A GOVERNAÇÃO

“A ética e transparência na gestão da coisa pública, à liberdade económica, desenvolvimento regional e representação política, reforma da justiça e protecção civil, continuando assim a ser uma característica marcante dos órgãos do poder do Estado e demais instituições”.

Visando a criação de condições para a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento económico, através de um crescimento económico sustentado, assente numa economia de mercado de base privada inserida na economia global e, por essa via, a redução da pobreza, o Governo enveredou pela implementação de uma Estratégia de Transformação Económica.

2.2.1. Reforma do Estado e da Administração Pública

Tem-se uma Administração mais próxima dos cidadãos e dos agentes económicos, mais transparente e equitativa, com recursos humanos mais qualificados, motivados e auto-conscientes da importância do serviço público, uma Administração promotora e reguladora das parcerias público privadas.

Foi criado o Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação, assumindo claramente as novas tecnologias como opção de política pública e, como resultado, há mais governação electrónica, traduzida em melhor gestão dos dados escolares, melhor gestão do processo eleitoral, mais e melhor controle sobre as finanças e os impostos do País, a cartografia e o cadastro, os transportes rodoviários e a gestão municipal. Foram simplificados os registos e o notariado, reduziu-se a emissão de certidões de nascimento e registo de firmas e de automóveis de dias para minutos, descentalizou-se o registo de nascimento para os hospitais com isenção do pagamento de taxas, aprofundou-se a desburocratização das Alfândegas e foi criado o Guia do Cidadão.

2.2.2. Descentralização

A descentralização é um processo dinâmico, em constante adequação com vista a assegurar um, a maior integração e equilíbrio no processo de desenvolvimento regional e local, sendo por isso parte integrante da Reforma do Estado.

Na sequência de ampla consulta, não somente estão em perspectiva importantes medidas no sentido de reforçar os meios e as competências do poder local, como ainda para garantir a necessária articulação dos serviços desconcentrados da administração pública.

No quadro do programa de modernização da administração do Estado e dos Municípios, alinhado com o Programa Estratégico para a Sociedade de Informação e o Plano de Acção para a HGovernança Electrónica, continua o processo de informatização integrada dos municípios através do projecto SIM – Sistema de Informatização Municipal, na perspectiva de possibilitar maior eficácia aos processos de gestão, rigor e planificação da gestão, maior fluxo da informação e celeridade na prestação de serviços aos utentes.

Foi aprovada a Lei das Finanças Locais por Lei nº 79/VI/2005 que veio a proporcionar maior mobilização de recursos financeiros por parte dos municípios.

De referir ainda a aprovação da lei-quadro da descentralização que para além de definir o conceito de autarquia local e os níveis da descentralização administrativa, vem orientar, disciplinar e harmonizar o processo de descentralização.

2.3. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O [sistema educativo](#) compreende os subsistemas de educação pré-escolar, educação escolar e educação extra-escolar.

A rápida expansão do ensino secundário foi acompanhada pela melhoria do parque escolar com construções e reparações de mais escolas e salas de aulas. A situação de coabitação do ensino básico com o ensino secundário que se verifica ainda em alguns concelhos deve ser ultrapassada com a construção de novos estabelecimentos do ensino secundário em perspectiva.

Actualmente, o ensino médio dedica-se à formação de professores do ensino básico, pelo Instituto Pedagógico (IP). Todavia, uma das preocupações que se coloca é a de elevar o IP à Unidade Associada da Uni-CV, o que passa necessariamente pela revisão de normativos que regem a Instituição e pela reestruturação dos cursos ministrados.

O **Ensino Superior** caracteriza-se por uma enorme procura por parte dos alunos que concluem o Ensino Secundário. Essa procura é reforçada, pela diminuição de possibilidades de se aceder ao Ensino Superior no exterior, para além das ofertas de cursos no país serem ainda insuficientes nem sempre correspondem às reais necessidades de desenvolvimento socio-económico;

A instalação efectiva da Universidade de Cabo Verde implica a disponibilidade de recursos necessários para essa instalação e a garantia do seu funcionamento a favor de um desenvolvimento durável de Cabo Verde nos domínios científico, tecnológico, económico, social e cultural.

- A taxa líquida de escolarização no ensino básico tem-se estabilizado, passando de 71.5% em 1990/91, para 95,1% em 2005/2006;
- No ensino básico o índice de paridade é de uma menina por um menino, facto que coloca o país dentro das metas dos objectivos EPT/OMD¹
- 80,6 % dos novos inscritos no ensino básico frequentaram o pré-escolar, o que aponta para uma tendência para a generalização do acesso a esse subsistema;
- No ensino secundário regista-se um aumento da taxa de escolarização, sendo de 58,1% em 2005/2006, com uma ligeira vantagem para as alunas, cerca de 61,8%;
- A percentagem de professores com formação passou de 67,2% em 2000/01 para 81,4% em 2005/06;
- A taxa de transição do Ensino Básico para o Secundário aumentou em 10,1% passando de 70,7% em 2000/01 para 80,8% em 2005/06;
- A percentagem de aprovação neste nível de ensino passou de 62,1% em 2001/02 para 65,2% em 2005/06;
- O abandono aumentou ligeiramente passando de 9,4% em 2001/02 para 10,6% em 2005/06, sendo 8,6% para as raparigas e 13% para os rapazes e marcadamente superior no ensino secundário com 15,8% entre as raparigas e 23,5% entre os rapazes;
- Segundo os dados do QUIBB 2006, a Taxa de Alfabetização em Cabo Verde é de 78,7 %, sendo 71,9% para as mulheres e 86,5% para os homens e, por região, 84% no meio urbano e 74% no meio rural².

² Fonte : INE. QUIBB 2006
Page of 232

- A taxa de alfabetização juvenil é superior a 93% em todos os concelhos³;
 - As despesas públicas na educação e formação representaram cerca de 23% das despesas do orçamento geral do Estado de 2007.
-
- **No que respeita a formação profissional**, as ofertas nas áreas conexas à construção civil, onde já se evidencia uma enorme carência de mão-de-obra e onde existe maior potencial de geração de emprego a curto prazo, disponibilizaram em 2007 cerca de 1/3 do total das vagas.

As áreas mais directamente ligadas ao turismo, designadamente Culinária, Guias turísticas e Línguas, onde se regista maior défice de qualificação de mão-de-obra face à exigência do sector, disponibilizaram apenas cerca de 17,1% das vagas. Não foi disponibilizada qualquer oferta formativa nas áreas de serviços de quarto, mesa e bar, restauração, cozinha, animação, etc.

Em 2001 existiam cerca de 86 estabelecimentos que se dedicavam, de forma permanente (17) ou pontual (69), à formação técnica ou profissional. Desses, 4 eram Escolas Técnicas e 13 eram Centros/Institutos de Formação Profissional.

Foram abertos mais dois Centros de Emprego e Formação Profissional – da Assomada e de Fogo/Brava e, ainda, a criação de unidades formativas em cada uma das escolas técnicas (Praia, Mindelo, Santa Catarina e Porto Novo). Reabilitaram-se os Centros de formação de São Jorginho, de Variante e do Centro de Formação Profissional (no ex. IFAP). Alargou-se a capacidade de resposta do Centro de F.P. de Pedra Badejo que iniciou as suas actividades em 2002. Criaram-se e dinamizaram-se os seis Pólos de Desenvolvimento da Formação Profissional. Está em curso a construção do Centro de FP do Fogo (São Filipe).

Regista-se ainda a entrada em funcionamento da escola técnica do Porto Novo e a remodelação e ampliação e equipamento da Escola Técnica do Mindelo, para além do Ensino Técnico reformulado apresentar o 3º ciclo como um ciclo de vocação e especialização, contando com os mais de 400 professores e monitores.

³ Fonte : INE. QUIBB 2006
Page of 232

Os empregados possuem, em geral, baixo nível de instrução, sendo 61% com Ensino Básico, 29% com ensino secundário e apenas 4% com formação superior. A «Agricultura e pescas», que gera cerca de 1/3 do emprego, ocupa, sobretudo, trabalhadores não qualificados (54%). Do lado oposto encontram-se os serviços de “Saúde” e “Educação” com cerca de 32% e 26%, respectivamente, de empregados especialistas.

Aliás, o défice de qualificação profissional é tida como uma das principais determinantes da pobreza, fenómeno que afecta particularmente as mulheres chefes de família e os jovens, a que juntam as dificuldades de acesso ao crédito como importante causa de empobrecimento das pessoas, particularmente no meio rural.

2.4. CONTEXTO ECONÓMICO

2.4.1. Situação macroeconómica

Cabo Verde tem tido um crescimento económico robusto nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento médio de 5.7 por cento no período 2000-2005, atingindo 10.8 por cento em 2006 e para 2007 as projecções indicam para um crescimento de cerca de 7 por cento. Isto permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida.

O crescimento económico é particularmente provocado pelo forte crescimento nos sectores do Turismo, telecomunicações, serviços financeiros, construção civil e no sector das pescas.

O crescimento económico sustentado dos últimos anos teve um impacto positivo sobre as finanças públicas. Ao nível das **receitas** totais, os recursos disponíveis aumentaram anualmente em termos absolutos, mesmo que em termos relativos anote-se uma ligeira diminuição. Ao nível das **despesas**, a situação foi menos linear, apesar das despesas registarem tendência para aumento desde 2003, devido ao forte crescimento dos investimentos públicos no quadro da implementação da estratégia de crescimento e da redução da pobreza (DECRP). As despesas correntes manifestaram tendência a se estabilizar em termos relativos desde 2001 ainda que a variação anual continue positiva e relativamente elevada.

A Política Orçamental continuou orientada para a manutenção da disciplina orçamental, no sentido da **sustentabilidade orçamental e financeira das Finanças Públicas**, compatível com uma política macroeconómica saudável, traduzida na contenção das despesas de funcionamento a fim de libertar recursos para investimentos públicos, de modo a diminuir a pressão do Estado sobre o crédito interno e a libertar recursos para o sector privado.

A **situação das finanças públicas** apresentou uma melhoria significativa no decorrer de 2007, resultante não só de um aumento das receitas fiscais, em virtude de um bom desempenho do IVA e do IUR mas também das entradas das receitas de privatização da Enacol, Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos e da Venda de Terrenos no período em análise.

O rácio da **dívida pública** atingiu 69,2% por cento do PIB no final do primeiro semestre de 2007, 3,5% abaixo do valor registado no final do primeiro semestre de 2006. Entretanto em termos absolutos, mantém uma trajectória ascendente, devido à necessidade de financiamento do orçamento, com maior relevo para o financiamento externo.

Ao mesmo tempo, a **inflação** manteve-se sempre abaixo dos 2 por cento por ano no período 2002-2005, embora, excepcionalmente, tenha verificado temporariamente momentos de pressão atingindo taxas de 5 por cento em 2006. O défice corrente externo diminuiu substancialmente, de 11 por cento do PIB em 2002 a 2.6 por cento em 2005 (5.1 por cento em 2006). A dívida externa (43.5 por cento em 2005 e 38.3 por cento em 2006) é considerada sustentável.

2.4.2. A economia real

As informações mais recentes sugerem uma evolução favorável da económica real nos últimos 3 anos. Do ponto de vista da procura, esta tendência foi sustentada fundamentalmente pela dinâmica do Investimento privado impulsionado pela captação de investimento directo estrangeiro. O crescimento do investimento privado resultou, essencialmente de aumentos da formação bruta de capital fixo (FBCF) em construção e em bens de equipamento. Em 2007 o investimento cresceu a uma taxa de 20% o que corresponde a mais 4 pontos percentuais dos valores alcançados em 2006.

Estes resultados sustentam-se na evolução de um conjunto de indicadores, tais como importações de materiais de construção, de bens de equipamento e material de transporte, bem como das vendas de cimento. Igualmente, a evolução de alguns indicadores conjunturais do INE, particularmente da carteira de encomendas nos subsectores da habitação e construção de edifícios não residenciais, que revela uma tendência em geral de aumento, justifica o crescimento previsto do investimento privado.

Quadro 1 - Indicadores de Investimento

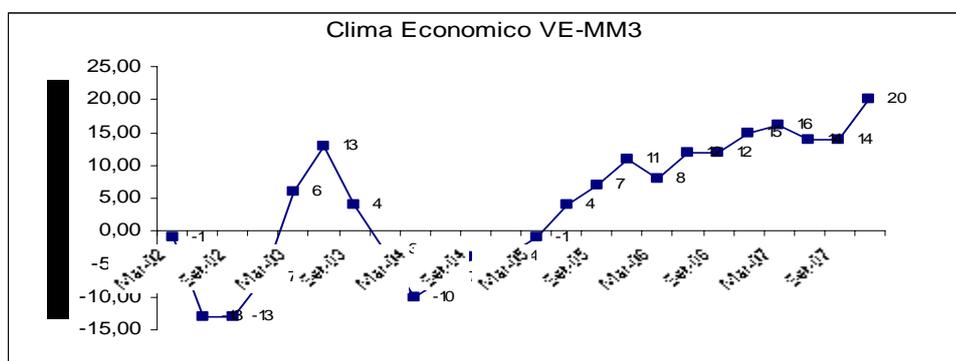
Taxas de variação anual, em percentagem

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|--|-------|------|------|
| Construção | | | |
| Importações de materiais de construção | 16,9 | 34,1 | 19,4 |
| Vendas de cimento | 27,6 | 6,7 | 38,5 |
| Bens de equipamento | | | |
| Importação de bens de equipamento (máquinas) | 14,3 | 54,4 | 31,2 |
| Material de transporte | | | |
| Importação de materiais de transporte | -41,1 | 9,5 | 93,1 |

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

A par da evolução positiva dos principais indicadores, assistiu-se à melhoria do ambiente de negócios, contribuindo para uma maior dinâmica da economia real. O Indicador do “Clima Económico (4)” tem evoluído de forma positiva desde Março de 2004 a esta parte, tendo ganho 30 pontos percentuais, passando de uma apreciação negativa para uma apreciação positiva no ambiente de negócios.

Gráfico 1 - Indicador do Clima Económico



Fonte: INE – Inquéritos de conjuntura – Síntese Económica

Com efeito, o sector privado cabo-verdiano está a reagir positivamente ao desafio da [competitividade](#), reflexo de uma melhor organização do tecido empresarial, da estrutura micro económica do país na qual as sociedades de capitais privados tem vindo a assumir uma posição dominante em detrimento das empresas públicas e das empresas em nome individual, são mais competitivas, mais produtivas e mais abertas ao capital estrangeiro.

⁴ Este diagnóstico conjuntural resulta da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora e transportes e serviços auxiliares aos transportes. (Esta apreciação é medida por um indicador denominado “Saldo de Respostas Extremas” - Diferença entre as respostas positivas e resposta negativas dividido pelo número total das respostas)

2.4.2.1. Agricultura

O sector agrário é pouco dotado de recursos naturais (e.g. água e solos) e sofre influência negativa da aleatoriedade climática acoplada a práticas de produção desajustadas, factores que determinam a fragilidade do seu ecossistema. A agricultura é do tipo familiar de subsistência exercida em pequenas unidades de exploração agrícola sujeitas a atomização pela partilha por herança. Um número significativo de camponeses não detém a propriedade dos solos que cultivam e, tipicamente, as parcelas são exploradas de forma indirecta (arrendamento e parceria).

Se em geral a presença de homens e mulheres desceu na agricultura, o decréscimo é mais evidente entre as mulheres (de 24% para 12%). De assinalar que, entre 1998 e 2004 houve uma mudança substancial na chefia das explorações agrícolas. Em 1998 a chefia das explorações era fundamentalmente masculina (64%), enquanto que em 2004 esta situação se inverteu: 50,5% das explorações são chefiadas por mulheres. A agricultura de regadio está limitada a 17% das famílias agrícolas, mas em proporções diferentes segundo o sexo do chefe de família: apenas 10% das mulheres possuem terras de regadio, contra 25% dos homens.

Não obstante a fraca participação da pecuária na formação do PIB, ela desempenha um papel particularmente importante na satisfação das necessidades das populações em proteína e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado em carne e ovos e em menor escala em leite. Assim constitui uma fonte de rendimento complementar das famílias rurais, gerando poupança e empregos.

A introdução de inovações na agricultura de sequeiro nas zonas sub-húmidas e húmidas de altitude, como a integração da prática da horticultura, incluindo tubérculos e raízes, e a fixação de fruteiras tem conduzido a resultados que se traduzem em melhoria visível dos rendimentos dos produtores participantes. A produção, multiplicação e importação de quota significativa de material de propagação vegetativa (mudas, e estacas) e de outros factores de produção vem sendo assumida pelos produtores individuais e suas associações e pelos privados, permitindo a retirada paulatina do Estado da prestação destes serviços.

Outro desempenho notável está localizado a nível da luta contra a desertificação e diz respeito à taxa de cobertura florestal ($\pm 22\%$) e edificação de estruturas mecânicas de CSA que acompanha a arborização. Registe-se que a edificação de infra-estruturas agro-florestais e de CSA tem contado com participação significativa das associações comunitárias entre 2001 e 2006 situação que permitiu beneficiar uma superfície de aproximadamente 2.730ha.

A legislação fundiária é objecto de revisão e tem na FAO a necessária assistência técnica e financeira que permitiu a elaboração de três estudos: i) Análise da legislação das políticas fundiárias; ii) Sistema administrativo fundiário em Cabo Verde; iii) Correlação entre a segurança alimentar e segurança fundiária numa perspectiva de luta contra a pobreza que já foram validados.

O Recenseamento Geral Agrícola (RGA) ilustra que entre 1988 e 2004 houve um aumento de 25% da área agrícola irrigada que foi acompanhado da adopção de novas tecnologias (sementes melhoradas em 44% das explorações) e da prática da rega localizada, (gota-a-gota) que teve um impacto positivo sobre a produção agrícola e a poupança de água de rega. A investigação aplicada e a formação dirigida aos produtores e técnicos do sector mais a execução de obras de captação, armazenamento e distribuição de água, foram determinantes para essas realizações. Assim, registe-se que o volume de água mobilizada para a rega localizada tem aumentado substancialmente desde 2003 para se situar em 2006 nos 1.697.974m³. A rega localizada, de acordo com o RGA2004, é praticada em 10% das áreas irrigadas. Esta realização é inferior aos 15% estabelecidos no DECRP para 2005.

A capacidade de mobilização de água de rega aumentou com a construção de mais infra-estruturas de captação (diques) e armazenamento (reservatórios diversos e barragem). Realça-se a construção da 1ª barragem de Cabo-Verde, a Barragem de Poilão.

2.4.2.2. Pesca

Com um potencial haliêutico que ronda as 36.000 toneladas pode-se considerar que os recursos haliêuticos do país estão globalmente sub-explorados embora recursos como lagostas, demersais costeiros são considerados plenamente explorados ou mesmo sobreexplorados. apenas uma parte desse potencial vem sendo explorado por uma frota nacional (artesanal e industrial) e estrangeira, sendo a captura da frota nacional estimada para 2006 em 9.950 toneladas.

A pesca artesanal envolve uma parte significativa da população activa cabo-verdiana. Os dados do último levantamento geral efectuado em 2005 (dados ainda provisórios) nos 77 portos de desembarque operavam 1036 botes de pesca artesanal e 3.087 pescadores a maioria dos quais se concentram nas ilhas de Santiago e Sal (46%). As capturas na pesca artesanal têm mantido estável entre 5.000 e 6.000 toneladas/ano; o rendimento médio ronda os 35Kg / viagem.

A pesca industrial está concentrada nas ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago, sendo constituída por cerca de 60 embarcações que se dedicam à captura de tunídeos, lagostas e pequenos pelágicos. Em 2006 a captura total foi de 4048 toneladas sendo 35% de tunídeos e 73% de pelágicos. As lagostas apenas representam 1% da captura total.

As exportações dos produtos da pesca diminuíram entre 2000 a 2003 sobretudo devido ao embargo imposto pela União Europeia em 2000. Mas já em Outubro de 2003 Cabo Verde entrou para a lista I dos países autorizados a exportar para a União europeia, pelo que em 2004 foram exportadas 353 toneladas de produtos da pesca para um valor de 109 milhões de escudos, com um aumento considerável em 2005 e 2006 passando para 9.124 e 15.707 toneladas respectivamente.

Esforços vêm sendo feitos pelo Governo nos domínios de motorização, construção de infra-estruturas de frio e de desembarque, introdução de novas embarcações, implementação de um sistema de controlo e de inspecção dos produtos da pesca.

2.4.2.3. Indústria

A política nacional de desenvolvimento industrial é orientada para a exportação. Um dos objectivos dessa política é estimular o desenvolvimento de uma indústria forte e de um sector empresarial capaz de estimular o crescimento e criar as condições necessárias para sua modernização e competitividade.

Empresas devidamente registadas em Cabo Verde beneficiam de inúmeros incentivos tais como isenção de direitos aduaneiros, de imposto de consumo e de emolumentos gerais na importação de materiais de construção, maquinaria, equipamentos, instrumentos e utensílios, material de transporte de carga, quando se destinam a projectos industriais autorizados. Mais, as empresas industriais beneficiam de isenção de impostos directos nos primeiros três anos da sua existência. (Decreto-lei n.º 108/89 de 30 de Dezembro, Boletim Oficial n.º 52, de 1989, I Série).

2.4.2.4. Serviços

Vem sendo, cada vez mais, o sector com maior peso na estrutura da economia do país, representando no total cerca de 65% do PIB, com especial ênfase para o turismo e serviços afins e relevância para a captação do capital estrangeiro, cujo investimento está regulado pela Lei do Investimento Estrangeiro, Lei de Utilidade Turística e Estatuto Industrial.

O **Investimento Directo Estrangeiro** tem sido o grande motor do crescimento e pode em 2006 ou em 2007 já ter assumido a liderança na formação bruta do capital fixo, na geração de rendimentos e elevado a **maior empregador**. Os esforços para atrair IDE resultaram na melhoria do nível e qualidade do investimento estrangeiro particularmente na indústria e no turismo. Os maiores investidores em Cabo Verde, por origem, são Portugal, Itália e Alemanha.

Gráfico 2 - Evolução do IDE 2000-2006



Fonte: CI

Em termos de IDE o volume de projectos aprovados, com preponderância no sector do turismo, passou de cerca de USD 44 milhões em 2004, para cerca de USD 509 milhões em 2006, a uma taxa anual de realização de 25% e criação de 9.427 postos de trabalho. Em 2006 o IDE no sector do turismo contribuiu em cerca de 37,9% para a taxa de crescimento real do PIB, as receitas representaram 18% do PIB em 2006, contra 12% em 2005, resultado do aumento em 23% da procura de Cabo Verde como destino turístico, para o aumento das exportações de serviços contribuiu o expressivo crescimento das receitas brutas do turismo (75,%) e das exportações de serviços relacionados com os transportes aéreos (21%).⁵

O **sector dos transportes aéreos e serviços aeroportuários** sofreu profundas transformações, estando assim criadas as condições que permitem a Cabo Verde aspirar à criação de um hub regional de transportes aéreos de carga e passageiros, colocando Cabo Verde numa posição única: i) foi instalado o sistema de regulação e supervisão da segurança operacional dos transportes aéreos e obteve-se a classificação de Categoria 1 da aviação civil; ii) foi assinado o acordo aéreo de céu aberto com os EUA; iii) obteve-se o certificado ETOPS para os TACV; iv) assinou-se um acordo aéreo com a Nigéria, o maior mercado gerador de tráfego para os EUA na nossa sub-região Africana e um novo acordo com Portugal; v) foi

⁵ Ver o Relatório de Actividades 2006 do BCV
Page of 232

aprovada nova legislação que permite o licenciamento de novos operadores de transportes aéreos inter-ilhas; vi) o programa de expansão e modernização da rede aeroportuária está sendo executado a ritmo acelerado, o que dotará Cabo Verde de quatro aeroportos internacionais; vi) inaugurou-se um sistema moderno de CNS/ATM de controlo de tráfego aéreo na FIR do Sal permitindo que Cabo Verde preste hoje um serviço de qualidade.

A contribuição do investimento público tem sido significativa, como resultado do (i) esforço de infra estruturação rodoviária, de sistemas de abastecimento de água e saneamento urbano, em particular em S. Nicolau, Assomada, S. Domingos, Sal, Boa Vista e Santa Cruz, (ii) a evolução da produção energética ao longo dos 5 anos registou uma taxa média de crescimento de 10.6% ano, (iii) entre 2001 e 2004 o número de clientes ligados à rede de abastecimento de água aumentou de 16.558 para 47.149 e o número de clientes ligados à rede de electricidade aumentou de 25.102 para 71243.

A **nível fiscal, a introdução do IVA** seguida da sua revisão e desagravamento, o alargamento do leque de isenções para um conjunto de equipamentos em sectores estratégicos como o dos transportes, a racionalização da pauta aduaneira que se traduziu numa diminuição dos impostos aduaneiros, a alteração e aprovação de um novo regime para a retenção na fonte do IUR através do método de alinhamento, trouxe claros benefícios para os escalões de menores rendimentos e em geral para o rendimento disponível das famílias.

Quanto ao **clima de negócios e redução das barreiras administrativas ao investimento**, procedeu-se (i) à informatização a nível nacional dos Registos e Notariados permitindo o registo de um empresa em menos de 24 horas, (ii) à informatização do cadastro fiscal de contribuintes, (iii) à melhoria do sistema de informação e gestão aduaneira, (iv) a introdução de transacções e de sistemas de pagamento electrónicos com a redução dos custos na aquisição dos serviços, ao arranque da Casa do Cidadão.

2.4.2.5. Comércio

As exportações cabo-verdianas continuam a evidenciar um comportamento positivo, apesar de registarem um abrandamento em 2007 (de 30,9% para 12,2%, em termos reais), reflexo da desaceleração das exportações de serviços, de 41% para 23,4%, em termos nominais, e redução expressiva das exportações de bens (-27,2%).

Em termos de mercado de destino, de referir a contínua supremacia da Zona Euro, que importa cerca de 79% dos produtos cabo-verdianos, e o peso crescente do Japão, que passa a representar cerca de 7,4% do mercado das exportações de Cabo Verde. Para os EUA, no

entanto, as exportações nacionais reduziram-se grandemente, facto que poderá estar relacionado, em parte, com as dificuldades de acesso dos produtos cabo-verdianos ao exigente mercado americano.

Quadro 2 - Distribuição Geográfica das Exportações de Bens

(Milhões de CVE)

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Estrutura |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------|
| | | | | | % |
| Exportação | 1.334,4 | 1.571,0 | 1.819,0 | 1.547,0 | |
| Países Baixos | 2,0 | 9,0 | 10,5 | 3,7 | 0,2% |
| Portugal | 1.044,4 | 810,2 | 905,9 | 901,7 | 58,3% |
| Espanha | 4,7 | 335,0 | 496,8 | 322,6 | 20,9% |
| Estados Unidos de América | 259,1 | 193,8 | 25,0 | 21,5 | 1,4% |
| Marrocos | 0,0 | 202,1 | 161,4 | 113,0 | 7,3% |
| Japão | 0,0 | 0,0 | 9,3 | 114,3 | 7,4% |
| Outros | 24,2 | 223,0 | 380,8 | 297,4 | 4,5% |

Fonte : Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

As importações também registaram um abrandamento, crescendo em termos reais a 12,1% (14,3% em 2006). A evolução das importações resulta do comportamento da procura interna, particularmente das suas componentes mais dinâmicas, o consumo das famílias e o investimento. Com efeito, em termos nominais e por categoria de bens, regista-se um aumento significativamente superior das importações de bens de capital (71,5%), combustível (55,4%) e bens intermédios (18%). No que concerne às importações de bens de consumo, de salientar uma desaceleração em valor no seu ritmo de crescimento, para 8%, depois de terem crescido 17%, em 2006. Em volume, nota-se um aumento das importações de bens de consumo de 29% (0,4%, em 2006).

Quadro 3 - Importações de Mercadorias CIF

Milhões de CVE

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Bens de Consumo | 16.081,8 | 18.898,1 | 20.497,7 |
| Bens Intermédios | 9.553,3 | 12.063,2 | 14.066,0 |
| Capitais | 6.536,2 | 8.302,1 | 14.235,4 |
| Combustíveis | 3.322,5 | 4.110,1 | 6.387,8 |
| Outros | 3.422,3 | 4.205,4 | 4.964,0 |
| TOTAL | 38.916,0 | 47.578,9 | 60.150,9 |

Fonte: Boletim Económico do Banco de Cabo Verde, Fevereiro de 2008; Direcção Geral das Alfândegas

No domínio do mercado das importações Portugal continua a ser o principal fornecedor, 45% em 2007, seguindo-se-lhe os Países Baixos (16,2%) e o Brasil (6,2%).

Quadro 4 - Distribuição Geográfica das Importações de Bens

(Milhões de CVE)

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Estrutura |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------|
| | | | | | % |
| Importação (CIF) | 38.459,9 | 38.914,8 | 47.578,9 | 60.135,3 | |
| Alemanha | 355,3 | 279,0 | 545,6 | 853,9 | 1,4% |
| Brasil | 1.757,2 | 3.130,3 | 3.024,7 | 3.743,3 | 6,2% |
| Espanha | 1.475,9 | 2.954,4 | 2.668,3 | 2.666,5 | 4,4% |
| Estados Unidos de América | 5.091,6 | 1.056,7 | 659,9 | 697,8 | 1,2% |
| França | 940,3 | 772,4 | 1.184,1 | 5.721,7 | 9,5% |
| Itália | 1.143,2 | 1.548,1 | 2.267,2 | 2.275,1 | 3,8% |
| Países Baixos | 5.281,0 | 6.119,6 | 5.315,8 | 9.771,2 | 16,2% |
| Portugal | 16.336,5 | 17.729,3 | 23.878,1 | 27.059,3 | 45,0% |
| Outros | 6.078,9 | 5.325,0 | 8.035,3 | 7.346,5 | 12,2% |

Fonte : Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

No que respeita a política de preços de bens e serviços é regida por lei. Ela assenta em princípios de estabilidade macroeconómica e de garantia de convertibilidade do escudo cabo-verdiano face ao euro. Na sequência da abolição de alguns monopólios (importação de milho, arroz, açúcar e trigo e farinha de trigo) vigora um regime de preços máximos para bens de primeira necessidade como o arroz, milho, açúcar, trigo, pão de farinha de trigo, batata e cebola.

A concorrência é regulada por Decreto-Lei (2/99) e há um Conselho da Concorrência, entidade governamental independente quasi-judicial mas ainda inoperante, cuja função é syndicar e resolver matérias relativas à concorrência desleal.

2.4.2.6. Crédito à economia

Em 2006 o crédito à economia cresceu cerca de 31% contra 17% em 2005⁶, suportando assim o aumento da actividade económica, como resultado de uma política orçamental aplicada permitindo libertar importantes recursos financeiros que foram intermediados para o sector privado.

A dinâmica crescente da economia está estritamente ligada à confiança que os operadores têm vindo a depositar no país, como atestam os indicadores de confiança a nível da indústria transformadora, dos transportes e serviços auxiliares, do turismo, do comércio cuja trajectória tem sido ascendente.

2.4.2.7. A regulação económica

Com a aprovação e publicação do regime jurídico geral das agências reguladoras independentes, em 2003, foram relançadas as bases da regulação das actividades económicas. Os institutos públicos que à data se ocupavam da regulação, como por exemplo o Instituto de Aeronáutica Civil, foram transformados em agências reguladoras, ao abrigo da nova lei, com ganhos evidentes em termos de autonomia funcional, patrimonial e financeira. Continuam a ser dados passos seguros na consolidação da regulação em Cabo Verde.

Hoje existem, ao todo, seis agências reguladoras em funcionamento:

1. Agência de Aeronáutica Civil (AAC);
2. Agência Nacional de Comunicações (ANAC);
3. Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA);
4. Agência de Regulação Económica (ARE);
5. Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA);
6. Banco de Cabo Verde (BCV).

⁶ Ver Relatório de actividades do BCV 2006
Page of 232

Existe ainda o Instituto Marítimo Pecuário (IMP), outra entidade reguladora, que brevemente será transformado em agência, ao abrigo do já citado regime jurídico geral.

A AAC, ANAC, ANSA, ARE e BCV são já instituições mais ou menos consolidadas, que efectivamente exercem o seu mandato. Elas contribuem para o melhor funcionamento dos mercados sob sua respectiva jurisdição, promovendo a eficiência e a concorrência.

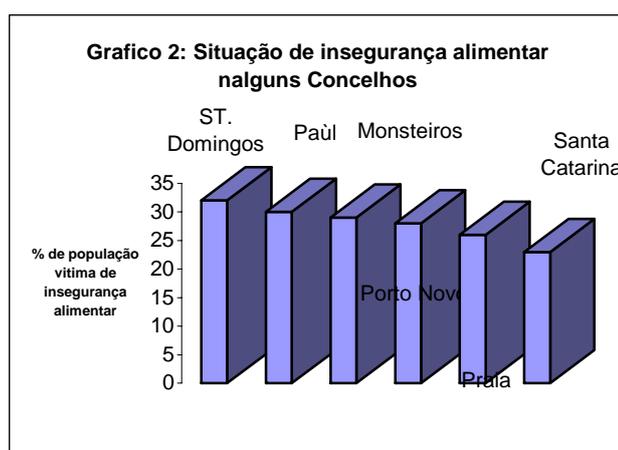
Para todos os efeitos práticos, a ARFA e o IMP encontram-se ainda em fase de instalação, e merecem atenção particular por parte do Governo e dos seus parceiros de desenvolvimento. A ARFA tem contado com o apoio financeiro do Projecto Crescimento e Competitividade, que já ultrapassou o meio milhão de dólares americanos.

De momento, o país não dispõe de mecanismos efectivos de regulação da concorrência, que não deve ser confundida com a regulação económica feita pelas agências acima citadas. Enquanto que a última se preocupa com questões como o acesso ao mercado e a formação de preços eficientes, a primeira ocupa-se com as práticas restritivas da concorrência que possam ter efeitos adversos no bem-estar colectivo. Eventualmente, o Governo deverá promover a criação de uma autoridade para a concorrência.

A. Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares

1. O sector alimentar

Em 2005 21% das famílias rurais estava em situação de insegurança alimentar, com especial incidência nos Concelhos de S. Domingos, Paul, Mosteiros, Porto Novo, Praia e Santa Catarina.



Fonte: Relatório ODM 2006

Em contraste com situações de pobreza extrema, muitas dessas famílias não prioriza a ausência ou insuficiência de alimentos no rol das suas necessidades imediatas.

O país dispõe de vários instrumentos de combate à insegurança alimentar, a saber: (i) Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) 2002-2015; (ii) Programa Nacional de Segurança Alimentar 2007-2011; (iii) Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura e Pescas para o horizonte 2015 e o respectivo Plano de Acção 2005-2008.

A ANSA – Agência Nacional de Segurança Alimentar, operacionalizada desde Julho de 2002, tem como missão fundamental de garantir a segurança alimentar do país nas melhores condições de quantidade, qualidade e preço e com intervenção directa nos seguintes produtos alimentares considerados básicos: milho, arroz, açúcar, trigo e farinha de trigo, feijão, óleo alimentar e leite em pó.

Neste quadro a agência vem garantindo uma distribuição regional equilibrada de produtos básicos, no contexto comercial de liberalização, cabendo ao sector privado em exclusivo a responsabilidade das operações comerciais.

2. O sector farmacêutico

Este sector, no tocante ao abastecimento do mercado nacional, regista uma evolução acentuada, para o que vem contribuindo, essencialmente, o facto do país dispor hoje de capacidade própria de produção, com dimensão significativa. De registar também, o alargamento progressivo do número de unidades de distribuição de medicamentos (farmácias e postos de venda), que, tendencialmente, está prestes a garantir uma cobertura adequada de todo o território nacional.

Entretanto, o mercado nacional dos medicamentos continua em larga medida dependente do abastecimento externo (cerca de 70% das necessidades do consumo) e penalizado por importações paralelas que, para além de promover a auto-medicação e o consumo de medicamentos inseguros e de eficácia duvidosa, com sérios riscos para a saúde de quem os consomem, afectam também os interesses económicas das unidades de distribuição legalmente instaladas.

O mercado dos medicamentos continua sendo marcado pela actividade de uma única empresa de importação e distribuição por grosso, que transacciona com os seus clientes directos na base de margens de fixas, regime que também vigora entre os retalhistas e seus utentes.

B. A protecção do consumidor na óptica do consumo de alimentos e medicamentos

Em Cabo Verde e relativamente aos alimentos, as situações de maior risco para a saúde dos consumidores decorrem sobretudo: a) das precárias condições higio-sanitárias dos locais de abate, processamento e comercialização das carnes, bem como dos locais de descarga, processamento e venda de pescado, b) da qualidade da água consumida por uma boa parte da população, c) da eventualidade de resíduos de pesticidas e fertilizantes químicos nos vegetais consumidos em fresco, bem como de resíduos de medicamentos veterinários nas carnes e no leite, d) de casos de consumo fora do prazo de validade de alimentos conservados, e e) alimentos que por razões conjugadas de temperatura e humidade desfavoráveis, ou outras razões, se apresentarem adulterados.

Com relação aos medicamentos, os maiores riscos para os consumidores são os inerentes à importação e venda paralelas ao circuito formal, portanto, medicamentos não submetidos a qualquer controlo da sua qualidade, segurança e eficácia.

Afora os riscos ligados às próprias características dos alimentos e medicamentos presentes no mercado, a posição dos consumidores cabo-verdianos é ainda caracterizada por um conjunto de fraquezas, de que se destacam: a) deficiente informação e educação, b) situações de pouca lealdade nas transacções comerciais e carência de leis e regulamentos e de meios técnicos para inverter a situação, c) dificuldades na gestão de litígios ligados ao consumo e d) atraso na implementação da lei da Protecção do Consumidor e ausência de medidas visando reforçar as leis e os regulamentos existentes.

Entretanto, recentes reformas institucionais havidas prenunciam a inscrição da Qualidade na agenda do país, quer a nível institucional, como a nível do sector privado e dos consumidores. A este respeito merecem destaque: a) a atribuição de competências a um membro do actual Governo nas questões relacionadas com o consumo, b) o início de actividades e o estado de desenvolvimento da Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA) e c) o dinamismo do movimento de organização dos consumidores, com destaque para a actividade que vem sendo desenvolvida pela Associação de Defesa dos Consumidores (ADECO). No tocante ao mercado dos medicamentos, o maior realce vai para a decisão da sua liberalização, o que por certo o tornará mais competitivo e acessível.

A via da regulação do mercado dos alimentos e medicamentos, pretende significar que não basta a opção pelo mercado, mas sim que o mercado deve funcionar bem, com base numa relação qualidade/preço que seja razoável para quem vende e quem compra.

C. Defesa do Direito do Consumidor

Assiste-se, entretanto, no País a uma dinâmica crescente da sociedade civil que organizada em associações de defesa de consumidor de natureza genérica e específica, vêm actuando seja na vertente informação educação, sensibilização dos consumidores, seja cooperando mas também pressionando os poderes públicos e as entidades reguladoras para a assunção plena das suas responsabilidades no que tange à protecção dos direitos dos consumidores, mas também denunciando as más praticas económicas e de mercado, a deficiente qualidade de produtos e serviços e as situações de violação dos direitos do consumidor, estribados nos mecanismos legais existentes no País e recorrendo-se uso do direito de antena e de acesso aos meios de comunicação social disponíveis no País para a promoção desses mesmo direitos.

Por outro lado, as novas tecnologias de informação e comunicação vêm dando uma valorosa contribuição na criação de uma cultura, que embora incipiente regista uma evolução muito positiva, de exigência de qualidade na prestação de serviços públicos e privados prestados aos cidadãos e dos produtos colocados à sua disposição. Cabo Verde é um País cada vez mais aberto ao mundo, os cidadãos têm acesso sobre acesso às melhores práticas nesta matéria, seja através da internet seja através dos meios de comunicação social, a economia de serviços tende a acelerar a introdução de normas e práticas de espaços social e economicamente mais desenvolvidos e a nossa realidade de País com uma vasta dispora, exerce também uma tensão positiva para a alteração das normas e das práticas e sua substituição por outras mais consentâneas com aquelas que vigoram no mundo desenvolvido.

Todavia há que reconhecer que muita falta ainda fazer-se para que o Estado assuma na plenitude as suas responsabilidades no que respeita à protecção dos direitos dos consumidores, seja no concernente à adequação do quadro legal, à criação de mecanismos que garantem a sua observância e a reposição ou ressarcimento em tempo oportuno do direito de consumidor quando violado, de criação de instâncias de mediação de conflitos de consumo, capacidade de erigir mecanismos eficazes de informação, educação e comunicação para a protecção dos direitos dos consumidores, respeito pelo ambiente e do bem comum na relação de consumo, entre outras fragilidades.

Importa destacar alguns passos dados no que respeita à produção de legislação relativas à Cybersegurança; Protecção e Segurança dos Dados Pessoais, Publicidade e Segurança e a criação de instâncias de controle de externo da qualidade e de definição de políticas públicas de importantes serviços essenciais como a saúde, a educação, a formação profissional, o ambiente, a informação que garantem a auscultação e participação dos cidadãos.

2.4.2.8. As Privatizações

Os ganhos são patentes, sendo de referir

- **Impacto fiscal positivo:** mais de 82 milhões de US\$ acumulados nas contas do Estado; 8/9 milhões de US\$ por ano em benefícios adicionais; 6/8 milhões por ano em poupanças com a ausência de subsídios por parte do Estado
- **Ambiente económico:** (i) houve diminuição da contribuição percentual das empresas liquidadas para o PIB; (ii) contudo, aumentaram os seus volumes de valor acrescentado, à excepção da ELECTRA
- **Crescimento do PIB:** foi a uma taxa maior do que o produto das empresas privatizadas; aumento do investimento directo externo
- **Emprego:** (i) houve diminuição nas empresas privatizadas; (ii) os trabalhadores despedidos foram absorvidos por programas de mitigação e redimensionamento; (iii) as condições de trabalho e as relações laborais melhoraram
- **Impacto estrutural:** (i) concorrência mais forte nos sectores produtivos; (ii) reforço da competitividade das empresas privatizadas, embora ainda fraca na exportação

2.5. INFRA ESTRUTURAÇÃO DO PAÍS

2.5.1. Ordenamento do Território e Requalificação Urbana e Rural

A Cartografia de Base, enquanto instrumento de desenvolvimento ao serviço do OT, do planeamento urbanístico, do sector das infra-estruturas, dos operadores privados, das profissões liberais e da sociedade civil em geral, deu um grande salto qualitativo estando hoje o país dotado de cartografia digital. Não obstante ainda não se dispõe de cartografia em escala adequada para o planeamento das zonas de expansão urbana e para dotação de novas infra-estruturas produtivas e básicas.

O diagnóstico crítico feito ao sector dá mostras de manifesta insuficiência de meios materiais e técnicos evidenciada pela escassez de recursos financeiros para elaborar e executar os seus investimentos de planeamento de que resulta morosidade, deficiente capacidade de acompanhamento sobretudo da parte dos municípios. Tal situação tem originado intervenções muitas vezes desconcertadas, descoordenadas e desconexas em matéria de ordenamento, administração e gestão do território à escala nacional, regional e municipal.

2.5.2. Infra-estruturas Portuárias, Aeroportuárias e Rodoviárias

As linhas de orientação estratégica da **Infra estruturação** visam contribuir para a redução da pobreza, para o desenvolvimento económico e para a unificação do espaço nacional, através de [sistemas de transportes](#) eficazes e sustentáveis.

2.5.2.1. Rede e infra-estruturas portuárias

Tanto o movimento de mercadorias como o de passageiros têm registado uma importante dinâmica de crescimento, sendo de destacar o movimento de carga contentorizada que cresceu a uma taxa media anual de 19,2% desde 1995.

Quadro 5 - Movimento total nos Portos de Cabo Verde 1995, 1996, 2006

| | 1995 | 1996 | 2006 | TCMA ⁷ 2006/1997 |
|--|----------------|----------------|------------------|--------------------------------|
| Total Movimento de Navios (n.º) | 3.985 | 4.766 | 6.202 | 6,4% |
| Navios de cabotagem | 3.313 | 3.861 | 5.087 | 4,8% |
| Navios de Longo Curso | 672 | 905 | 1.115 | 21,4% |
| Movimento de mercadorias | 655.550 | 848.300 | 1.712.405 | 9,5% |
| Mercadoria de cabotagem (ton) | 256.059 | 365.778 | 596.667 | 8,1% |
| Mercadoria de Longo Curso (ton) | 399.491 | 482.522 | 1.115.738 | 10,4% |
| Movimento de Passageiros | 273.914 | 450.673 | 676.646 | 11,7% |
| Movimento de contentores | | | | |
| Numero de contentores | 6.390 | 18.512 | 48.321 | 17,3% |
| Movimento de contentores (ton) | 49.242 | 137.875 | 403.901 | 19,2% |

Fonte: ENAPOR

Este crescimento no movimento tem vindo a pôr em evidencia fragilidades:

⁷ TCMA – taxa de crescimento médio anual
Page of 232

1. Insuficiência de cais acostáveis adequados que permitam a acostagem dos diferentes tipos de navios utilizados no comércio nacional e internacional.
2. Limitações dos terraplenos para a movimentação de mercadorias, em especial da carga geral contentorizada;
3. Deficiências ao nível dos equipamentos para o manuseamento dos diferentes tipos de carga;
4. Constrangimentos no funcionamento das infra-estruturas portuárias, nomeadamente ao nível dos procedimentos portuárias e da burocracia associada, que oneram a passagem da mercadoria pelos portos e consequentemente aumentam os custos globais de transporte.

Estes constrangimentos são sobretudo notórios ao nível do tráfego internacional de contentores, nos portos da Praia em Santiago e do Porto grande em S. Vicente, mas também se verificam, embora como menores implicações, ao nível de transportes inter-ilhas de mercadorias e passageiros.

2.5.2.2. Infra-estruturas aeroportuárias

Nos últimos anos tem-se registado importantes acções de modernização no domínio das infra-estruturas aeroportuárias, a saber: O Aeroporto Internacional da Ilha do Sal (Aeroporto Internacional Amílcar Cabral) sujeita recentemente a obras de modernização nomeadamente na pista, terminal de passageiros e de carga; O Aeroporto da Praia, recentemente remodelado com uma nova pista e instalações para passageiros; Aeroporto de São Pedro (ilha de S. Vicente) cujas obras estão concluídas, aguardando-se presentemente a conclusão do processo de certificação; e o Aeroporto da ilha de Boa Vista, recentemente inaugurado

A rede de infra-estruturas de transportes aéreos engloba ainda mais 5 aeródromos, 3 dos quais por razões de segurança, não estão operacionais: Mosteiros na ilha do Fogo, Ponta do Sol em Santo Antão e aeródromo da Brava.

A par das reestruturações das Infra-estruturas aeroportuárias temos assistido a uma importante dinâmica no crescimento do sector na vertente dos tráfegos aéreo, passageiros carga e correios nos aeroportos e aeródromos de Cabo Verde merecendo maior destaque o tráfego de passageiros que cresceu nos últimos 7 anos a uma taxa media anual de 7,5%.

Quadro 6 - Estatísticas de Tráfego

| | ATM | | | | | | | TCMA |
|-------------------------------|-----------|-----------|---------------|---------------|---------------|------------------|------------------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | |
| Tráfego aéreo ⁸ | 28.631 | 34.780 | 38.350 | 35.444 | 34.519 | 33.192 | 33.034 | 2,87% |
| Passageiros ⁹ | 917.560 | 1.138.772 | 1.243.343 | 1.276.269 | 1.317.304 | 1.495.211 | 1.380.513 | 7,50% |
| Carga ¹⁰ (ton.) | 4.885.963 | 5.605.682 | 6.248.660 | 5.207.718 | 4.924.928 | 4.990.133 | 4.879.223 | 0,54% |
| Correio ¹¹ | 442.026 | 389.912 | 384.678 | 370.941 | 336.646 | 334.537 | 457.182 | 1,68% |

Fonte: Autoridade de Aviação Civil

No **plano institucional**, o sector deu ainda grandes passos na formulação de um quadro jurídico, legal e técnico-comercial de acordo com as normas internacionais.

A par de importantes acções de modernização no domínio das infra-estruturas aeroportuárias pairam constrangimentos de variada ordem e que comprometem o desafio estratégico de colocar Cabo Verde numa posição importante na prestação de serviços de transporte aéreo entre Africa Ocidental e a América do Norte e entre a Europa e a América do Sul. A saber:

- Insuficiência das infra-estruturas aeroportuárias em algumas ilhas não permite satisfazer as condições segurança (Brava) e qualidade (Fogo e Santo Antão) desejáveis
- A pequena dimensão do terminal de passageiros no Aeroporto da Praia. Não é possível acolher 2 voos internacionais ao mesmo tempo;
- Problemas nas ajudas à navegação nomeadamente Informação meteorológica deficiente (ventos);
- Não existência do ILS no aeroporto da Praia e não existe PAPI's na maioria dos aeródromos;

2.5.2.3. Infra Estruturas Rodoviárias

O diagnóstico mais recente feito no âmbito das infra-estruturas rodoviárias mostram enormes progressos conseguidos no âmbito do Programa de Apoio ao Sector Rodoviário (RSSP)¹².

⁸ Tráfego Aéreo = (Descolagem+aterragem)

⁹ Estatísticas de Passageiros nos aeroportos e aeródromos de CV

¹⁰ Estatísticas de tráfego de carga nos aeroportos e aeródromos de CV

¹¹ Estatísticas de tráfego de correio nos aeroportos e aeródromos de CV

¹² O programa, assinado em 2005 foi orçado em 45 milhões de USD. Contém duas componentes principais: melhoria da gestão rodoviária e intervenções em obras rodoviárias que são justificadas (i) pelos seus efeitos sociais em termos de luta

Na vertente do apoio institucional destaca-se (i) a criação do Instituto de Estradas, órgão público que se encarrega do planeamento da rede e sua gestão, representando o Estado enquanto Autoridade Rodoviária; (ii) a criação de um Fundo Rodoviário de 2ª geração – o FMR – que recebe fundos directamente da cobrança de uma taxa sobre os combustíveis e os aplica na manutenção das estradas. No quadro do mesmo programa foi ainda reequipado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, elemento fundamental da melhoria global da qualidade das obras públicas, e financiada a revisão da legislação de enquadramento das mesmas obras através do IGOP, órgão do Ministério que se encarrega do licenciamento das empresas de obras de construção e da regulamentação e fiscalização do sector.

O RSSP lançou ainda projectos-piloto de contratos de manutenção de estradas por níveis de serviço, os quais têm vindo a ser implementados e cuja avaliação está em curso.

No domínio dos **Transporte rodoviários**, o número total de veículos registados no país e em circulação nas estradas aumentou 317% no período compreendido entre 1995 e 2005. Por categoria de veículo, foi o número de veículos ligeiros que apresentou a maior taxa de crescimento. (332%) Este crescimento reflecte uma renovação rápida do parque.

Quadro 7 - Numero de veículos em circulação

| Categoria | 1995 | 2005 | % Variação |
|-------------------|--------|--------|------------|
| Veículos Ligeiros | 8.048 | 26.741 | 332,3% |
| Veículos Pesados | 2.004 | 5.739 | 286,4% |
| Motociclos | 931 | 2.358 | 253,3% |
| TOTAL | 10.983 | 34.838 | 317,2% |

Fonte: Direcção Geral de Transportes Rodoviários, Ministério dos Transporte

Pese embora os enormes progressos constatados em matéria de gestão rodoviária e de intervenção em obras rodoviárias, persistem algumas ameaças diagnosticadas no sector designadamente, i) Manutenção do processo de degradação da rede rodoviária; II) manutenção ou agravamento das deficientes condições de acessibilidade a que estão sujeitas algumas populações, III) aumento descontrolado do uso automóvel pode repercutir-se no aumento dos custos de manutenção rodoviária, e IV) agravamento dos níveis de sinistralidade

contra a pobreza, e (ii) pelos seus efeitos socioeconómicos (reflectida numa taxa interna de rendibilidade económica obtida, *ex-ante*, através de uma análise custo – benefício)

2.5.2.4. Logística e Inter modalidade

Ao nível da logística e da intermodalidade Cabo Verde regista um atraso significativo que importa superar, sobretudo através da disponibilização de infra-estruturas e equipamentos adequados.

No âmbito da elaboração dos planos de ordenamento dos portos principais foram já identificadas as carências e oportunidades para o desenvolvimento da actividade logística, quer as de apoio à racionalização do transporte de mercadorias, quer as de valor acrescentado, e previstas áreas logísticas de desenvolvimento prioritário.

Será igualmente importante conceber e desenvolver pequenas plataformas, de nível inferior, junto dos portos secundários de forma a apoiar e racionalizar e facilitar o movimento de mercadorias inter-ilhas.

A preocupação com o desenvolvimento da logística estende-se também aos aeroportos onde o Governo anunciou já o desejo de criar condições para a atracção e instalação de actividades económicas que rentabilizem os espaços aeroportuários e potenciem o desenvolvimento da produção e do emprego.

Um aspecto fundamental para garantir a eficiência e a viabilidade destas infraestruturas logísticas é a necessidade de garantir condições de intermodalidade ou seja, de áreas de articulação modal que favoreçam a fácil transferência entre modos de transportes. Neste contexto, deverão ser previstas áreas de estacionamento de veículos e áreas de transferência de carga devidamente equipadas e boas acessibilidades rodoviárias aos portos e aeroportos e entre estes.

Ao nível do transporte rodoviário de mercadorias, a realidade actual não justifica ainda, face à existência de outras prioridades de intervenção, a construção de centros de racionalização da distribuição de mercadorias.

2.5.3. Energia

2.5.3.1. Produção de energia

O sector energético em Cabo Verde é caracterizado pelo consumo de, combustível fóssil (derivados do petróleo), biomassa (lenha) e utilização de energias renováveis, nomeadamente a energia eólica. O consumo de combustível fóssil é constituído pelos derivados do petróleo, a saber: a gasolina, o gasóleo, o fuel óleo, o Jet A1, o gás butano e os lubrificantes. O consumo

da biomassa é basicamente constituído pela lenha utilizada nas zonas rurais e periferias das cidades para a confecção de alimentos.

A contribuição de energias alternativas (eólica e térmica) na matriz de fornecimento de Cabo Verde ainda é modesta, com menos de 4% do total, sendo a produção energética feita com base nos Geradores a Diesel (96%)

Relativamente à energia eléctrica, esta é produzida essencialmente a partir de centrais térmicas utilizando o diesel e o fuel óleo (fuel 180 e 380). A utilização da energia solar é praticamente insignificante, limitando-se praticamente à bombagem de água.

Cabo Verde reexporta uma parte dos combustíveis fósseis importados (Jet A1 para a aviação e gasóleo para os transportes marítimos), mas uma grande parte é destinada ao consumo interno, essencialmente para os transportes e produção de electricidade e água dessalinizada. O combustível com maior peso no consumo interno é o Gasóleo, que representa cerca de 41%, seguido da lenha e outra biomassa e do fuel com 19,4% e 16% respectivamente.

A produção de água dessalinizada está directamente ligada à produção de energia eléctrica e consome cerca de 10% da energia eléctrica produzida em Cabo Verde.

Entre 2003 e 2006, o crescimento anual da geração de energia eléctrica é de 8,1% ao ano, atingindo os 250.921 MWh em finais de 2006 o que a primeira vista parece ser um indicador de acompanhamento adequado do crescimento da economia (6,5% ao ano).

Não obstante, este número deve ser analisado em conjunto com o crescimento das perdas (15% ao ano) e o das vendas de energia (7,5% ao ano). Isto demonstra que uma parte significativa no aumento da produção não está sendo remunerada pelos usuários, limitando a capacidade de investimento da Electra.

Quadro 8 - Evolução da produção energética da Electra nos últimos cinco anos

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Taxa Anual 2003/2006 |
|----------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------------|
| Produção Energética | 178.971 | 198.653 | 218.813 | 236.058 | 250.921 | 8,1% |
| - Taxa de crescimento | | 11,0% | 10,1% | 7,9% | 6,3% | |
| Perdas energéticas | n.a | 35.559 | 40.586 | 40.885 | 54.069 | 15,0% |
| - % da produção | | 17,9% | 18,5% | 17,3% | 21,5% | |
| Produção de água | n.a | n.a | 21.218 | 22.426 | 23.350 | 4,9% |
| - % da produção | | | 9,7% | 9,5% | 9,3% | |
| Consumo Interno | n.a | n.a | 9.703 | 9.442 | 8.727 | -5,2% |
| <i>Em % de produção</i> | | | 4,4% | 4,0% | 3,5% | |
| Venda Electricidade (MWh) | 117.612 | 132.500 | 147.306 | 161.667 | 164.775 | 7,5% |
| - Taxa de crescimento | | 12,7% | 11,2% | 9,7% | 1,9% | |

Fonte: Electra: Evolução dos Resultados 2002 e 2006.

Quadro 9 - Tarifa Média de Electricidade - Electra

| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Variação 2005/2006 |
|---|------|------|------|------|--------------------|
| Tarifa Média (€/MWh) Receita por MWh Vendido | 153 | 151 | 153 | 167 | 9,15% |

Fonte: Electra

Há ainda por destacar a factura resultante da importação de combustíveis que absorve consideráveis recursos financeiros e exerce uma pressão permanente sobre os recursos financeiros do país, quer ao nível macroeconómico (via balança comercial), quer a nível macroeconómico (sobre os custos de produção das empresas). O preço do combustível tem uma participação de 85 a 90% no custo variável da concessionária, Electra.

Confrontada recentemente com as subidas do preço médio do petróleo, no mercado internacional, a tarifa de energia praticada pela Electra é assunto colocado permanentemente em pauta em todas as ilhas de Cabo Verde, seja pelos consumidores que sempre acham que a tarifa é alta, seja pela própria empresa que não consegue cobrir seus custos operacionais com os valores cobrados, os quais são, de certa forma, fixados e autorizados pelo Governo.

- Acesso à rede

Em 2006 constatou-se que 70% dos agregados familiares têm acesso à electricidade, sendo que essa proporção é de 88% no meio urbano e 45% no meio rural. A nível nacional, o aumento ocorrido nos últimos seis anos é de cerca de 20 pontos percentuais, sendo 16 no meio urbano e 24 no meio rural.

Contudo, no que diz respeito à energia utilizada para a preparação dos alimentos, a tendência não parece ser favorável, pois é ainda grande a dependência de fontes primitivas de conforto e bem-estar. Com efeito em 2006, cerca de 62,5% dos agregados familiares utilizam principalmente o gás na preparação dos alimentos quando em 2000 dois terços (62,9%) dos agregados familiares utilizavam principalmente esse tipo de combustível. A proporção de agregados que utilizam principalmente a lenha passou de 33% em 2000 a 35% em 2006. No meio rural, 71% das famílias utilizam principalmente a lenha, o que representa mais 5,2 pontos percentuais dos valores registados em 2000.

Quadro 10 - Principal fonte de energia para preparação dos alimentos e iluminação
(Distribuição % por residencia)

| | Preparação dos Alimentos | | | | | | Energia para Iluminação | | | | | | |
|--------|--------------------------|------|--------|------|--------|------|-------------------------|------|--------|------|--------|------|------|
| | RURAL | | Urbano | | Cverde | | Rural | | Urbano | | Cverde | | |
| | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | |
| Lenha | 65.5 | 70,7 | 8.2 | 11,1 | 32.9 | 35,1 | Electricidade | 29.7 | 44.9 | 80.4 | 87.5 | 58.6 | 70.4 |
| Gaz | 31.2 | 27,6 | 86.9 | 86 | 62.9 | 62,5 | Gaz | 4.5 | 1.5 | 1.8 | 0.6 | 2.9 | 1.0 |
| Outros | 3.3 | 1,6 | 4.9 | 2,8 | 4.2 | 2,3 | Petróleo | 49.1 | 26.7 | 10.4 | 3.3 | 27.1 | 12.7 |
| | | | | | | | Vela | 16.7 | 26.6 | 7.4 | 8.1 | 11.4 | 15.6 |

Fonte: INE – (IDRF 2001/2002 e QUIBB-2006)

Segundo fontes do QUIBB 2006, a pior cobertura encontra-se indiscutivelmente nas ilhas de Fogo, S. Antão Maio, Santiago e Brava onde a proporção de famílias com acesso ao gás é inferior à média do País (62,5%) com excepção do concelho da Praia (87%). Sal apresenta os mais elevados índices de desenvolvimento em infra-estrutura entre todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde (92%).

Os casos mais gritantes no desenvolvimento das infraestruturas de energia encontram-se nos concelhos de São Salvador do Mundo e Santa Catarina do Fogo. Nestes concelhos a proporção de famílias que utilizam a electricidade é inferior aos 15% sendo que a utilização do gás para alimentação não ultrapassa os 22%.

2.5.3.2. Electrificação Rural

A electrificação rural foi eleita como um dos instrumentos estratégicos para a materialização dos objectivos de desenvolvimento das zonas rurais. Efectivamente o país tem conhecido nos últimos tempos importantes investimentos na electrificação rural, o que permitiu que a taxa de cobertura eléctrica nacional seja hoje de 70,5%.

Assim, para a satisfação da procura por electrificação nas zonas rurais dispersas foi concebido um projecto de electrificação rural com recurso à energia solar fotovoltaica e mini-eólica para beneficiar 12.000 fogos isolados e tecnicamente excluídos das redes convencionais de transporte e distribuição a longo termo¹³. Prossegue-se com a execução do projecto de ligações domiciliárias de carácter social (população de baixo rendimento) que contempla a aquisição e instalação de equipamentos para ligação de cerca de 4.000 fogos nas zonas periféricas dos principais centros urbanos do país.

2.5.4. Agua

2.5.4.1. Produção

Em 2006 a Electra produziu 4.309.769 m³ de agua, dos quais 3.797.875 m³ de agua dessalinizada (88% do total) e 511.894 de origem subterrânea (12%). Em relação a 2005 a produção total cresceu cerca de 1,1% o que corresponde a 47.168 m³.

A evolução da produção de água por centros de produção pode ser observada no quadro abaixo.

¹³ A estratégia inicial de estruturação do projecto revelou-se ineficaz, pelo que foi proposta ao Banco Mundial a reformulação da metodologia de implementação.

Quadro 11 - Evolução da produção de água da Electra nos últimos cinco anos (mil m3)

| Centro de produção | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Varição 2005/2006 |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------------|
| S.Vicente | 1.145 | 1.121 | 1.088 | 1.285 | 1.379 | 7,3% |
| Sal | 519 | 551 | 594 | 668 | 744 | 11,5% |
| Boavista | 67 | 57 | 60 | 64 | 63 | -2,2% |
| Praia | | | | | | |
| Furos | 484 | 474 | 504 | 449 | 430 | -4,4% |
| Galerias | 128 | 131 | 103 | 108 | 82 | -23,7% |
| Dessalinização | 1.296 | 1.717 | 1.737 | 1.688 | 1.612 | -4,5% |
| Total Praia | 1.908 | 2.322 | 2.344 | 2.246 | 2.124 | -5,4% |
| Produção Total Electra | 3.639 | 4.050 | 4.086 | 4.263 | 4.310 | 1,1% |
| Do qual dessalinizada | n.a | 3.446 | 3.480 | 3.707 | 3.799 | 3,3% |
| <i>Em % de produção</i> | | 85,1% | 85,2% | 87,0% | 88,1% | |
| Consumo Interno (mil m3) | n.a | 24 | 24 | 27 | 20 | 8,7% |
| Venda (mil m3) | 2.605 | 2.845 | 2.849 | 2.932 | 2.999 | 1,8% |
| Perdas (mil m3) | n.a | 1.179 | 1.211 | 1.313 | 1.283 | 2,9% |
| - % da produção | n.a | 29,1% | 29,6% | 30,8% | 29,8% | |

Fonte: Evolução dos resultados Electra entre 2002 e 2006. Fonte: Electra

Das quatro ilhas, a do Sal apresentou o maior aumento na produção de água dessalinizada (11,5%), seguida por São Vicente (7,3%).

As perdas entre a produção e distribuição de água também apresentam altos índices representando em média 29,8% do volume total da produção.

Como a Electra enfrenta sérias dificuldades para atender a crescente demanda por água e electricidade, faz com que os empreendimentos hoteleiros de grande porte incluam a geração de água dessalinizada nos planos de investimentos.

2.5.4.2. Acesso a infra-estruturas

De acordo com os dados do Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB – CV 2006), do Instituto Nacional de Estatística, em Cabo Verde, 44% da população abastece-se através de ligações domiciliárias, 37% através de fontanários, 6% através de autotanques, ou seja, 84,9% da população tem acesso ao abastecimento de água por um

sistema mais ou menos seguro e 25,1% da população abastece de forma mais ou menos precária. Este quadro piora no mundo rural, pois apenas 28% possui água encanada e 23% abastece-se de fontes inseguras tais como poços, levada, cisternas e nascentes.

Quadro 12 - Acesso a água

| | RURAL | | URBANO | | CVERDE | |
|------------------|-------|------|--------|------|--------|------|
| | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 |
| REDE | 10.0 | 28,3 | 49.7 | 54,4 | 32.7 | 43,9 |
| CHAFARIZ | 47.3 | 45,2 | 26.6 | 31,6 | 35.5 | 37,1 |
| AUTOTANQUE | 3.6 | 4,0 | 11.2 | 6,9 | 7.9 | 5,7 |
| AGUA NÃO POTAVEL | 39.1 | 22.5 | 2.5 | 7.1 | 23.9 | 13.3 |

Fonte: INE – (IDRF 2001/2002 e QUIBB-2006)

Em apenas 6 dos 22 concelhos de Cabo Verde, mais de metade dos agregados familiares está ligada à rede pública de água. São Domingos, Ribeira Grande de Santiago e São Salvador do Mundo são os únicos cuja proporção de famílias com água canalizada fica muito abaixo da média do meio rural que é de 22%.

2.5.5. Gestão dos Recursos Hídricos

A excepção da água do mar dessalinizada, a água doce provem dos recursos subterrâneos e/ou água de escoamento superficial.

As águas subterrâneas apresentam maior facilidade de exploração e utilização embora associadas a elevados investimentos. O potencial técnico explorável situa-se entre os 44 e 65 milhões de m³/ano. Anualmente o caudal explorado pode situar-se entre os 36 e 40,3 milhões de m³/ano. Globalmente, a água subterrânea é produzida mediante execução de sistemas de exploração ao alcance do “Know-how” nacional, tais como i) Nascentes/Galerias, caudal explorado 62.668 m³/dia) ii) Poço (29.548 m³/dia) e iii) furos (18.548 m³/dia) (fonte INGRH).

As nascentes e poços representam uma fracção importante dos recursos subterrâneos explorados, cuja utilização está particularmente direccionada às actividades rurais, ligadas à agricultura e pecuária. Segundo INE (IDRF), aproximadamente 10% da população dos agregados familiares utilizam essa água para consumo.

No cômputo geral, o caudal explorado dos furos representa uma parcela menor (quando comparado com nascente e poço), contudo tem uma importância fundamental no abastecimento e às populações dos centros urbanos secundários e nas zonas rurais de Cabo Verde (todo interior de Santiago, mais cinco das dez ilhas). Além disso uma boa parte dessa água é consumida pela agricultura irrigada 3.328.180 m³/ano e pela indústria (dado disponível apenas da Praia) 74.378 m³/ano.

2.5.6. Saneamento básico

O diagnóstico a fazer no âmbito das infra-estruturas de saneamento básico mostra alguns progressos conseguidos no âmbito do Programa e Energia Água e Saneamento (PEAS). Os dados do QUIBB 2006, quando comparados com as informações do IDRF/2001/2002 atestam que tanto nos meios rurais como a dos meios urbanos, o acesso as infra-estruturas no que respeita à evacuação dos excreta e das águas residuais melhoraram como pode-se constatar nos dois quadros abaixo referidos.

Contudo, o quadro vigente a nível nacional é bastante precário, de acordo com os levantamentos mais recentes do QUIBB-CV:

Quadro 13 - Situação do Saneamento Básico

| | RURAL | | URBANO | | CVERDE | |
|---|-------|------|--------|------|--------|------|
| | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 |
| Casa de banho com retrete | 21,9 | 32,9 | 62,0 | 68,2 | 44,8 | 54,0 |
| Casa de banho sem retrete | 9,1 | 8,0 | 6,5 | 3,9 | 7,6 | 5,5 |
| Retrete/ Latrina | 3,5 | 2,5 | 1,5 | 0,9 | 2,4 | 1,6 |
| Sem casa de banho sem retrete/ Latrina | 65,5 | 56,6 | 30,0 | 27,0 | 45,3 | 38,9 |

Fonte: INE – (IDRF 2001/2002 e QUIBB-2006)

A nível nacional, cerca de 38,9% dos agregados familiares não tem acesso a um serviço mínimo e adequado de evacuação dos excreta, recorrendo à natureza para a satisfação das suas necessidades fisiológicas, quadro este, que piora nos centros rurais (56,6%);

Apenas 54% da população possui casa de banho com retrete, estando estas mais concentradas nas zonas urbanas (68,2%).

Em 2006, apenas 34,5% dos agregados familiares declararam evacuar as **águas residuais** através de fossa séptica ou de rede de esgotos, ou seja aproximadamente sessenta e seis de

cada 100 famílias dão destino impróprio às águas residuais, atirando-as principalmente em redor da casa (38,4%) ou na natureza (26,5%).

| Quadro 14 - Modo de Evacuação das Águas Residuais | | | | | | |
|--|--------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| | RURAL | | URBANO | | CVERDE | |
| | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 | 2000 | 2006 |
| Fossa séptica | 4,7 | 5,9 | 23,7 | 32,5 | 15,5 | 21,8 |
| Esgoto | 0 | 0,3 | 17,5 | 21 | 10 | 12,7 |
| Redor da casa | 66,9 | 52,2 | 43,4 | 29,2 | 53,5 | 38,4 |
| Natureza | 28,4 | 41,1 | 15,3 | 16,7 | 20,9 | 26,5 |
| Fonte: INE – (IDRF 2001/2002 e QUIBB-2006) | | | | | | |

Mesmo no meio urbano apenas 53,5% das famílias declararam evacuar de forma correcta as **águas residuais**, embora a grande maioria (68,2%) tenha casa de banho com retrete ou seja tem ligação a fossa séptica ou à rede de esgotos. No meio rural apenas 7% do agregado familiar evacua as águas residuais através da rede de esgotos ou de fossa séptica.

No que respeita a utilização do sistema de **recolha de resíduos sólidos domésticos** (lixo), em Cabo Verde apenas 59,7% das famílias utilizam os contentores e o carro de lixo, sendo que 27,3 atiram-no à natureza. Este quadro piora nos centros rurais onde apenas 21% do agregado evacua os resíduos sólidos nos contentores e no carro de lixo, sendo que a maior parte devolvem-no à natureza (53,4%)

Com vista à procura de uma solução para os graves problemas que caracterizam os sectores de Água de Abastecimento e o Saneamento, que se fazem sentir com maior intensidade neste último, no âmbito da cooperação bilateral envolvendo diversos parceiros internacionais, foram promovidos e implementados Projectos de Abastecimento de Água e Saneamento no Meio Rural nas ilhas de Santo Antão, Santiago, entre outras, com a participação directa dos municípios e das Organizações Não Governamentais (ONG's), com vista a dotar as populações rurais de meios para uma eliminação higiénica dos excreta, contribuindo deste modo para a melhoria das condições de salubridade nesses meios.

Contudo continuam existir graves lacunas na evacuação de excretas, combinadas com a fraca cobertura das comunidades pelos sistemas de drenagem das águas residuais e deficientes práticas de higiene por parte da população, factores que constituem potenciais riscos para a saúde pública e o meio ambiente, através da proliferação das fontes de poluição difusa, além de apresentarem

importantes entraves para o desenvolvimento económico do País, com significativa redução da qualidade de vida dos habitantes e perpetuação dos ciclos de pobreza.

2.6. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO

2.6.1. Dinâmica populacional

Segundo o INE – Resumo dos principais indicadores demográficos, 2000-2020, para 2008 a população foi estimada em 499.796, sendo 51,6% mulheres e 60% com idade inferior a 25 anos. Para o horizonte do DECRP II, em 2011 a população está estimada em 527.269 habitante. A ilha de Santiago comporta cerca de metade da população do país, cabendo à cidade da Praia, capital do país, cerca de ¼ do total.

Os progressos realizados nas áreas da saúde e da educação permitiram melhorias nos indicadores sociais, como sendo a esperança de vida que em 2008 alcançará os 68,5 anos nos homens e 76,3 anos nas mulheres, a taxa de crescimento anual médio natural que alcança os 1,97, o índice sintético de fecundidade de 2,88 crianças por mulher.

Cabo Verde é tradicionalmente um país de emigração, verificando-se contudo uma diminuição dos fluxos, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento tradicionais (entre 1990-95 e 1995-2000, o saldo passou de 9900 para 8900 emigrantes, estimando-se que em 2008 seja de -1.355).

Fenómeno dos últimos anos, Cabo Verde passou a ser um país de imigração de cidadãos, na sua maioria residentes em situação irregular, como, também, sem condições de acolhimento, agravadas com a prática de baixos salários a que se sujeitam, isto é, um conjunto de problemas sociais e humanos que merecem respostas adequadas de maneira a serem enquadrados e integrados em condições humanas minimamente aceitáveis.

2.6.2. Saúde

A nível do sector da **saúde** os progressos são consideráveis, confirmados por indicadores permitindo afirmar que Cabo Verde atingirá os objectivos do milénio em matéria de redução da mortalidade infantil e melhoria da saúde materna.

Com efeito, em 2006 74% dos agregados familiares tem acesso facilitado aos serviços de saúde, entre 2000 e 2007 a taxa de mortalidade infantil passou de 29,8/1000 para 25,3/1000, sendo a meta de 18,7/1000 em 2015. No mesmo período a taxa de mortalidade infanto-juvenil passou de 39,6/1000 para 32,8/1000.

No que respeita a mortalidade materna, embora não se possa afirmar se a tendência é crescente ou não, ela passou de 30/100.00 em 2003 para 14,5/100.000 em 2005.

| Quadro 15 - Evolução da mortalidade materna | | | |
|--|------------------------|------------------------|-------------------|
| Ano | N.º Nascimentos | Óbitos maternos | tx materna |
| 2001 | 12.550 | 5 | 39,8 |
| 2002 | 12.345 | 1 | 8,1 |
| 2003 | 12.120 | 4 | 33,0 |
| 2004 | 11.862 | 5 | 42,2 |
| 2005 | 11.554 | 2 | 17,3 |
| 2006 | 11.925 | 5 | 41,9 |

Fonte: Relatório OMD 2006

A prevalência do [HIV/SIDA](#) foi estimada em 0,8% em 2005, sendo 1,1% para os homens e de 0,4% entre as mulheres, continuando estas mais expostas que os homens às doenças sexualmente transmissíveis (72% dos homens e 46% das mulheres dizem proteger-se com preservativos). A situação na ilha de Santiago é a mais preocupante, com 69,2% dos casos de infecção despistados no país. As populações privilegiadas para as intervenções intensivas são os toxicod dependentes, os presos, jovens de 15-19 anos e as mulheres grávidas. O modo principal de transmissão é a via sexual, com 90% dos casos, as mulheres são mais vulneráveis, com 58% dos casos.

Em 2004 a estratégia de prevenção foi reforçada com o tratamento integrado da doença pela via do seguimento psicológico, o tratamento de infeções oportunistas e a introdução de anti-retrovirais (AVR) fornecidos gratuitamente, com reflexos notórios nos comportamentos. Para além do mais, a taxa de incidência da tuberculose baixou consideravelmente entre 1989 e 2002, graças à despistagem e ao tratamento de curta duração, o que faz concluir que a doença está controlada.

O paludismo é de baixa endemicidade, a tuberculose mantém-se endémica no país, determinado por atitudes e comportamentos, e condições socio-económicas, e as doenças passíveis de serem prevenidas pela vacinação vêm diminuindo de frequência.

Quadro 16 – Paludismo
incidência e mortalidade, 2005 e 2006

| Ano | 2005 | 2006 |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| População | 475.465 | 483.090 |
| Casos | 68 | 80 |
| Incidência (por 100.000) | 14,3 | 16,5 |
| Óbitos | 1 | 7 |
| Taxa mortalidade (por 100.000) | 0,21 | 1,5 |
| Taxa de letalidade (%) | 1,5 | 8,8 |

Fonte: Relatório OMD 2006

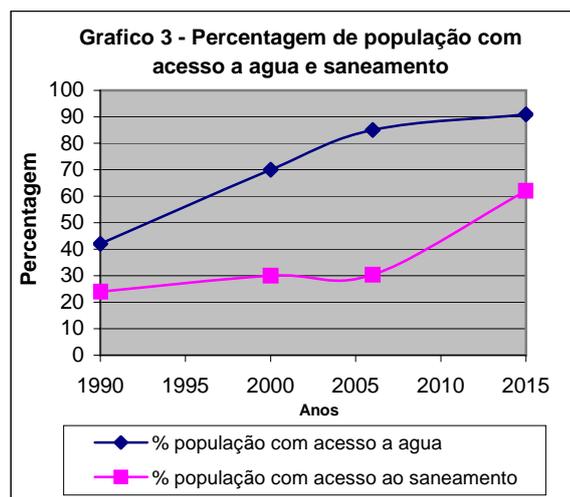
A análise da situação põe ainda em evidência a fraqueza das diferentes instituições da saúde em pessoal, pelo que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Saúde prevê melhorias até 2011, particularmente a nível dos médicos, enfermeiros e técnicos de saúde do nível intermédio.

Subsistem contudo as disparidades regionais e a procura crescente de cuidados especializados, o que aumenta os custos em virtude das evacuações no país e para o exterior.

No plano institucional ainda é escassa a articulação entre os sectores público e privado. O Estado ainda não criou todas as condições para exercer o seu papel regulador e implementar a fiscalização dos estabelecimentos privados, de modo a se evitar a transferência de encargos para o sector público.

2.6.3. Água e saneamento

A melhoria do acesso a água e a serviços de saneamento vem sendo um dos factores da melhoria dos indicadores de saúde e das condições de vida das populações. Segundo o gráfico a seguir, a percentagem da população com acesso a água potável passou de 42% em 1990, para cerca de 85% em 2006, sendo 77% no meio rural e 93% no meio urbano, persistindo, contudo, disparidades em relação ao meio rural, uso impróprio dos recursos e dos meios.



Fonte: Relatório OMD 2006

Já no que respeita o saneamento: (i) não há tratamento adequado das águas residuais, (ii) o acesso a rede de esgoto e fossa séptica cobre somente cerca de 30,5% dos agregados familiares dos quais somente cerca de 9% no meio rural, (iii) somente cerca de 50% dos agregados familiares têm casa de banho e retrete.

2.6.4. Emprego/desemprego/rendimento disponível

Em 2006 a população activa era de 183.254, isto é, 61.190 e 11.941 acima do volume da força de trabalho de 1980 e 2000, respectivamente. Destes, 149.680 encontravam-se ocupados e 33.574 estavam desempregados, corresponde a uma taxa de desemprego de 18,3%, contra 24% em 2005. De realçar a taxa de desemprego entre as mulheres ser o dobro que os homens, 23% e 14% respectivamente (ISE/IEFP 2006).

Cerca de 64% do rendimento das famílias cabo-verdianas provem do salário. O emprego é, assim, uma forte determinante do rendimento, consequentemente, da condição de vida. A política do emprego deve considerar não apenas o volume do emprego, mas também a remuneração condigna, pois cerca de 29% da população empregada é pobre, sobretudo indivíduos que trabalham no sector primário, seguido do comércio e da construção civil, perfazendo estes 3 sectores cerca de 56% do emprego a nível nacional.

O trabalho informal ocupa um lugar importante no mercado de emprego. Dos 149.680 ocupados em 2006, cerca de 105.295 (70%) trabalhavam sem qualquer vínculo formal. No seio das empregadas domésticas esta situação atinge 95%. A importância do trabalho informal sugere que a política de emprego tenha como referência a agenda do trabalho decente da OIT,

visando a promoção do emprego formal ou informal com remuneração condigna e protecção social.

O aumento do emprego arrastou consigo o aumento do volume global das remunerações, a par da melhoria sensível do nível salarial. A remuneração média por trabalhador passou de 94.164 escudos ano em 1990 para 215.986 escudos ano em 2006. Entretanto, o crescimento da remuneração média por trabalhador não resulta apenas dos aumentos salariais, mas também do efeito da elevação do nível de qualificação da mão-de-obra. Com efeito, em 2006 cerca de 35% da população ocupada tinha o nível secundário ou mais, contra 29% em 2000.

Cerca de 33% dos desempregados são jovens e destes, 52% são relativamente instruídos. Cerca 44% tem nível secundário (41%) ou superior (3%), cerca de nove pontos percentuais acima dos empregados. Os desempregados que já trabalharam são mais jovens mas também mais instruídos do que os actuais empregados. As disparidades de género entre os jovens de 15-24 anos são grandes, representando as jovens desempregadas 47,6% e 35,5% jovens desempregados.

As mulheres representam cerca de 48% da força de trabalho e (45%) dos empregados. Cerca de 36% dos trabalhadores por conta de outrem na situação de pobreza é do sexo feminino. Cerca de 42% dos trabalhadores não qualificados que trabalham por conta de outrem são mulheres. Por outro lado, as mulheres constituem a maioria (55%) dos trabalhadores pobres que trabalham por conta própria e destes cerca de 8.000 são trabalhadoras não qualificadas. Cerca de 61% do universo dos activos sem trabalho são do sexo feminino. Destas últimas, cerca de 10.293 trabalhavam antes, constituindo cerca de 57% dos desempregados que já trabalharam. É no acesso ao emprego que se detectam os maiores desequilíbrios em desfavor das mulheres, em particular as chefes de família (16,4% mulheres e 10,3% homens).

2.6.5. Pobreza: estrutura e dinâmica

Perante os ODM, Cabo Verde tem o desafio de retirar da pobreza extrema cerca de 47.000 habitantes. Para isso devem contribuir as intervenções do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural ([PLPR](#)), que em muito tem proporcionado a criação de emprego e rendimento, a formação e capacitação profissional.

No âmbito do [PNLP](#) são de destacar: (i) a construção e melhoramento de infra-estruturas comunitárias para aumento do acesso aos serviços de base nos domínios da educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, (ii) o apoio a iniciativas locais, (iii) promoção de acções

de formação para o auto-emprego e actividades geradoras de rendimento, através da concessão de micro-créditos.

Em 2004 e 2007 foram realizados inquéritos pelo Banco Mundial, INE e DGP que apontam para uma diminuição da população em situação de pobreza absoluta entre 1988-89 e 2001-02, de 49 para 37%.

Segundo a tabela a seguir a pobreza baseada nos bens/posses diminuiu em 11,7 percentuais, passando de 36,5% em 2001-02 para 24,9% em 2006.

Quadro 17 - Incidência da pobreza, métodos alternativos, Cabo Verde 2001-2006¹⁴

| | Pobreza prevista em 2006 com base na distribuição do consumo e crescimento no PIB per capita de 2001 | Pobreza prevista em 2006 com base na distribuição do consumo e crescimento no consumo per capita de 2001 | Redução na pobreza baseada nos bens entre 2001 e 2006 | Componente crescimento da redução na pobreza baseada nos bens entre 2001 e 2006 |
|------------------------------|--|--|---|---|
| Nacional | | | | |
| 2001-02 | 36.7 | 36.7 | 36.5 | 36.5 |
| 2006 | 28.7 | 26.9 | 24.9 | 28.0 |
| Diferença (2001-2006) | -8.0 | -9.8 | -11.7 | -8.5 |
| Urbano | | | | |
| 2001-02 | 25.0 | 25.0 | 24.9 | 24.9 |
| 2006 | 17.5 | 16.0 | 17.2 | 19.3 |
| Diferença (2001-2006) | -7.6 | -9.0 | -7.8 | -5.7 |
| Rural | | | | |
| 2001-02 | 51.1 | 51.1 | 50.8 | 50.8 |
| 2006 | 42.5 | 40.3 | 31.3 | 28.6 |
| Diferença (2001-2006) | -8.6 | -10.8 | -19.5 | -22.2 |

Fonte: Autores utilizando IDRF (2001/02) e QUIBB (2006).

A situação de pobreza continua significativa e decorre essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de gerar emprego, rendimentos e bem-estar às populações.

¹⁴ Ver: BM - Sair da situação de pobreza em Cabo Verde (2001-2007): Comparação das avaliações quantitativas e qualitativas;
Page of 232

2.6.6. Trabalho, Família e Protecção Social

Alguns dos programas, implementados no quadro do primeiro DECRPI para o período 2005-2007 visavam melhorar as intervenções nos domínios de administração do trabalho e de protecção social, de forma a contribuir para a redução dos níveis da pobreza no país e estabeleciam um conjunto de objectivos estratégicos a serem concretizados, através de vários projectos, com impacto significativo no desenvolvimento do sector.

Contudo, da avaliação da situação do sector, constata-se a existência de um conjunto de constrangimentos de natureza diversa, que impediram o cumprimento de alguns objectivos definidos, o que impõe a necessidade de uma maior capacidade institucional de intervenção, particularmente em áreas importantes como a administração e inspecção do trabalho e as da protecção e inserção sociais.

2.6.6.1. Relações e condições de trabalho

A dinâmica actual de desenvolvimento do país deu lugar ao crescimento do universo laboral (novas iniciativas empresariais, em algumas ilhas com um aumento de mais de 100%, novas formas de organização de trabalho e modalidades de relação de trabalho) requerendo um ordenamento jurídico e institucional mais de acordo com as exigências e os desafios do processo.

Assim, no domínio das relações e condições laborais, salientam-se como acções e projectos desenvolvidos: (i) A revisão, elaboração e aprovação de vários diplomas, entre os quais a preparação de ante-projectos de diplomas sobre o trabalho marítimo e aeronáutico e do trabalhador estudante e do trabalhador estrangeiro; (ii) A elaboração e aprovação, pelo Parlamento do novo Código Laboral, que deverá entrar em funcionamento no início de 2008; (iii) Acções de prevenção, acompanhamento e mediações de conflitos laborais; (iv) Actividades inspectivas que abrangeram várias empresas; v) Outras acções que visam a aplicação e divulgação da lei de bases sobre a higiene, saúde, segurança no trabalho e prevenção de riscos de acidentes trabalho e doenças profissionais; vi) A promoção do diálogo social com todos os parceiros no seio do Conselho de Concertação Social.

Tratando-se, no entanto, de um sector de importância relevante no processo de desenvolvimento do país e, em particular, na melhoria das condições e relações de trabalho dos cabo-verdianos, na promoção do Trabalho Digno assumido pela OIT, o mesmo apresenta, no entanto, um conjunto de constrangimentos de natureza organizacional e institucional,

registando-se insuficiências nas actuais estruturas, principalmente as com funções preventivas e de fiscalização, insuficiência de recursos humanos com redução dos efectivos dos agentes inspectivos, bem como de meios técnicos adequados para o exercício das acções inspectivas.

2.6.6.2. Protecção e Inserção Sociais

Neste âmbito, e visando particularmente a reforma do sistema de protecção social e a luta contra a pobreza, foram desenvolvidos os seguintes programas estruturantes no domínio da protecção social:

a) Reforma da Protecção Social

Visando a reestruturação da protecção social, numa óptica de sustentabilidade, maior justiça social, e universalidade do sistema, enquadrado no processo de reforma do sistema em curso no país, têm sido desenvolvidos vários projectos e acções, com destaque para: (i) revisão da Lei de bases da Protecção Social; (ii) Diagnóstico e da Estratégia para o Desenvolvimento da Protecção Social em Cabo Verde, com enfoque no Regime não Contributivo; (iii) elaboração da Carta Social e do Atlas Social; (iv) aprovação do Decreto-Lei 24/06 que cria a Pensão Social; (v) aumento, diversificação e melhoria das prestações sociais numa base de solidariedade e de justiça social; (vi) criação e funcionamento do Centro Nacional de Pensões; (vii) integração dos trabalhadores da Administração Pública e dos bancos no regime de protecção social por conta de outrem, assim como os trabalhadores independentes; (viii) elaboração do Quadro de Despesas sectoriais a médio Prazo, que encerra uma nova abordagem da planificação e gestão estratégica por resultados permitindo ao sector melhorar a eficiência e a eficácia dos programas.

O regime de **previdência social para os trabalhadores por conta de outrem** deu lugar a um alargamento da cobertura, de que se destaca a integração dos cerca de 15.000 agentes da administração pública e das municipalidades. Em 2006, o número de contribuintes aumentou em 4,7% em relação a 2005 e o de segurados em 20,7%, atingindo um total de **15.560** inscritos e **62.940** pessoas seguradas.

No âmbito do **Regime não Contributivo** foi instituída em 1995, a **protecção social mínima** cobre através dos programas das pensões um total de 21.361 pessoas, resultante da fusão da Pensão Social Mínima e a Pensão de Solidariedade Social, beneficiando, sobretudo idosos, doentes crónicos, pessoas com deficiência ou invalidez e ex-trabalhadores das FAIMO. As prestações traduzem-se na concessão de uma pensão mensal que tem evoluído

significativamente ao longo dos anos, atingindo actualmente os 3.000\$00 e de 3.150\$00 respectivamente.

Com o aumento das pensões registado nos últimos anos, os custos anuais do programa ascendem a cerca de 790.058.000\$00 anuais.

b) Inserção social e acesso aos serviços sociais

Em termos de apoio ao acesso aos serviços sociais de base, destacam-se como acções específicas realizadas e em curso: i) apoio à saúde, através da evacuação de doentes, assistência médica e medicamentosa, garantindo o direito à saúde das pessoas mais vulneráveis não cobertas por qualquer outro esquema de protecção; ii) apoio à formação de estudantes de famílias carenciadas, através da atribuição de um subsídio para formação – programa de abrange actualmente 230 estudantes de diferentes níveis de formação (técnico-profissional, média ou superior); iii) reabilitação e apoio à inserção dos portadores de deficiência, com algumas respostas aos problemas dos portadores de deficiência particularmente nas áreas da saúde, educação e definição e definição de um Plano Nacional para a área da Deficiência; iv) Projecto de Rede de Agentes de Intervenção Comunitária para o apoio a iniciativas de Combate à Pobreza e Exclusão Social desenvolvidas por organizações da sociedade civil.

O grande dinamismo verificado nesta área, envolvendo diversas iniciativas das organizações da sociedade civil, e a diversidade de cobertura actual assegurada pelos equipamentos sociais, já configura a necessidade de se estabelecerem normas e regulamentos de funcionamento, fixando a tutela licenciadora e inspectiva desses serviços de modo a garantir, por um lado, um melhor acompanhamento e coordenação das actividades e, por outro, uma melhor qualidade na prestação dos serviços às populações. A cobertura dos serviços sociais é insuficiente para as necessidades crescentes, em particular no apoio às mulheres chefes de família com dependentes (crianças, deficientes e idosos).

c) Infância e Adolescência

As intervenções neste domínio inserem-se em duas grandes áreas, designadamente, a da Promoção e Divulgação dos Direitos da Criança e a da Protecção e Reinserção Sociais, que contemplam vários projectos dirigidos às crianças em situação de risco pessoal e social.

A protecção do direito das crianças tem-se traduzido nas campanhas de solidariedade, sensibilização e educação para os direitos das crianças, estudo sobre as diversas problemáticas na área da infância e da adolescência, bem como na prestação de serviços directos, incluindo o atendimento e apoio psico-social a crianças em situação de risco pessoal e social, em parceria com os outros sectores e organizações da sociedade civil. Regista-se uma grande expansão da cobertura e acesso a equipamentos sociais em todos os concelhos, sendo os equipamentos sociais existentes no país destinados maioritariamente ao apoio à primeira e segunda infância (68% do total).

No intuito de defender e promover os direitos da criança já se encontram criados 16 **Comités Municipais de Defesa dos Direitos da Criança** em praticamente todos os municípios, faltando abrir o último no Concelho do Tarrafal – Ilha de Santiago.

Apesar da tendência para o aumento dos casos problemáticos, registam-se alguns avanços neste domínio, particularmente no reforço da legislação de protecção à infância, elaboração de estudos sobre as diversas problemáticas que afectam a criança, e no desenvolvimento de diversos serviços e instituições de apoio, aconselhamento e encaminhamento de crianças e respectivas famílias.

d) Família

O desemprego, a pobreza, a desigualdade de género e as deficientes condições habitacionais, associados à ocorrência de determinados fenómenos com graves implicações no futuro das gerações mais jovens (instabilidade e desestruturação familiar, alcoolismo, violência doméstica, delinquência juvenil, prostituição infantil situação das crianças de rua) impedem as famílias de exercerem as suas funções, o que compromete seriamente o desenvolvimento do país. As mulheres são as mais afectadas, sendo cada vez maior o número de agregados familiares chefiados por mulheres, como único recurso tanto do ponto de vista económico, como educativo e social.

A implementação das políticas de apoio à família tem sido assegurada através de alguns programas e de uma série de serviços e de equipamentos sociais, em que intervêm outros sectores como as municipalidades e organizações da sociedade civil, procurando responder às situações de carência. Contudo, e apesar dos avanços registados nas diversas áreas, com impactos positivos nas famílias, reconhece-se as respostas não são suficientes, de modo a contribuir para redução da pobreza e marginalidade em que vivem muitos agregados familiares, tanto a nível rural, como urbano.

2.7. JUVENTUDE

No quadro da implementação da Política Nacional da Juventude, foi dado um forte impulso ao associativismo juvenil com a criação do Conselho Nacional da Juventude, ligas juvenis, centros e telecentros da juventude, o voluntariado e a mobilização social, como resultado da Lei do Associativismo Juvenil.

São de se assinalar os avanços na implementação de medidas de políticas, muito em particular nos domínios da educação de que se destaca a Universidade de Cabo Verde, da formação profissional, do emprego, da cultura e do lazer, do ambiente e da agricultura, cujas perspectivas futuras apelam aos jovens para patamares mais elevados do conhecimento e da cultura em geral, impondo por isso políticas que confirmam mais qualidade ao ensino e à formação profissional para níveis superiores de especialização em determinadas áreas do saber e do saber-fazer.

Com a entrada em funcionamento de novas unidades de formação (ponto 2.3), os jovens estão perante um ensino técnico de qualidade e valorizado, reformulado e articulado com a FP. Assim se compreende que o número de alunos neste nível de ensino aumentou em duas vezes e meio, passando de 1031 em 2000, para 2598 em 2004, a que se acrescentam centenas de jovens enviados para formação a nível do ensino técnico profissional no exterior.

A promoção de jovens micro-empresários tem merecido atenção, como atesta o financiamento de actividades geradoras de rendimento e de emprego para jovens atingido perto de 13.500 contos.

Embora o conjunto de medidas e acções referidas, segundo dados de 2005, o desemprego afecta em 48% a faixa etária dos 15 aos 24 anos, correspondendo a 38,6% da população economicamente activa. Interessa ressaltar que o perfil dos jovens desempregados é essencialmente composto por aqueles que têm como nível de escolaridade o Ensino Básico Integrado e o Ensino Secundário, mostrando a necessidade de se investir e reforçar ainda mais, por um lado formação técnico-profissional e, por outro, o fomento empresarial com vista a geração do emprego, inclusive incentivos à emergência do empresariado juvenil.

2.8. CULTURA

São significativos os ganhos da cultura e isto a diversos níveis: a defesa e a afirmação da nossa identidade se têm processado através de uma política de promoção, preservação e valorização do nosso património; está em curso o dossier de Candidatura da «Cidade Velha a

Património Mundial»; foram levados a cabo trabalhos de investigação histórica, antropológica e ainda na área da tradição oral; prosseguem os trabalhos de transferência, catalogação, conservação, tratamento, preservação, microfilmagem, digitalização e divulgação do património arquivístico nacional; as redes de bibliotecas vêm ganhando uma dimensão cada vez mais significativa; a pesquisa arqueológica e subaquática tem ganhado uma expressão cada vez mais significativa; de igual modo, tem tido grande dinâmica as Feiras do Livro, a edição de obras significativas e os serviços de biblioteca e de livraria.

No âmbito da promoção cultural tem havido grande preocupação em estimular, fomentar, compartilhar, dialogar, incentivar a sustentabilidade cultural e criar sinergias.

A internacionalização da nossa Cultura, através de acções de promoção e divulgação cultural no exterior tem merecido a atenção dos poderes públicos e da cidadania artístico-cultural. A política de abertura ao mundo, de tolerância e de valorização da diversidade cultural, faz com que sejamos sensíveis às conquistas da humanidade e às riquezas do humanismo.

2.9. DESPORTO

Importantes investimentos foram direccionados a infraestruturas desportivas, foi institucionalizada a Bolsa Jovem Atleta, bem como foram concedidos apoios aos clubes e a escolas de iniciação desportiva, paralelamente a assinatura de contratos programas com as federações desportivas.

É assim que no plano internacional foram alcançados resultados tais como os da selecção nacional de futebol ou ainda as medalhas conquistadas nas modalidades de Ginástica Rítmica Desportiva, Boxe ou Taekwondo e basquetebol. De realçar as medalhas conquistadas por deficientes motores em competições internacionais da Zona 2.

2.10. MEIO AMBIENTE

A fraca infiltração e retenção das águas pluviais traduz-se na insuficiência de águas subterrâneas, as práticas agrícolas inadequadas contribuem grandemente para a degradação dos solos, o êxodo rural dos últimos anos vem contribuindo para a ocupação anárquica do espaço urbano com implicações para a poluição do solo, do ar e da água resultantes da acumulação e dispersão de resíduos sólidos e de águas residuais, a extração massiva de rochas e de areias na orla marítima provoca a infiltração da água do mar, a perda da biodiversidade, a degradação da qualidade da pouca água do subsolo e das zonas a vocação turística.

A interdependência entre o ambiente e a pobreza é muito pronunciada. Daí que a **crescente pressão demográfica sobre o meio rural** esteja na origem de uma corrente de êxodo para as principais cidades e centros secundários, dando lugar a rápida saturação das infra-estruturas, o aumento da pobreza urbana e problemas ambientais com impactos sobre a saúde pública e as condições de vida.

Foi adoptado o Plano de Acção Nacional para o Ambiente I e II, o qual apresenta um quadro estratégico de gestão racional e durável dos recursos naturais e das actividades económicas de luta contra a pobreza, em linha com a protecção do ambiente, a disponibilidade de água, a criação de empregos e a segurança alimentar, sendo domínios prioritários (i) a gestão durável dos recursos hídricos, (ii) o saneamento de base, (iii) a biodiversidade, (iv) o ordenamento do território.

Foram ainda elaborados e encontram-se em execução, o plano estratégico para a agricultura, os planos municipais ambientais e o plano de acção do sistema de informação para o ambiente, ao mesmo tempo que foram iniciadas acções visando a gestão eficaz dos recursos hídricos, a formação dos agricultores e a promoção do sistema de irrigação gota-a-gota através do programa especial de segurança alimentar.

2.11. PERSISTÊNCIA DE VULNERABILIDADES

Embora os avanços conseguidos no plano socio-económico, persistem e são determinantes determinadas **vulnerabilidades**, tanto de natureza estrutural, como conjuntural, de que se destacam.

Os **graves problemas de seca**: as análises agro-climatológicas demonstram que há uma diminuição da duração da estação húmida o que aumenta os frequentes episódios de **seca**, de efeitos devastadores na fragilização do ecossistema e desaparecimento da biodiversidade.

A **descontinuidade territorial**: constitui um dos principais constrangimentos à produtividade dos portos e à competitividade de todos os sectores da economia mas, também, um desafio ao desenvolvimento, sobretudo os ligados aos transportes marítimos e aéreos e ao custo dos factores de base para a dinamização da actividade económica.

Grande dependência das importações: em particular as de combustíveis e produtos alimentares, fortemente sujeitos aos choques económicos externos causados pelas constantes variações de preços. Em 2004 o impacto negativo do aumento do preço de barril do petróleo foi amortecido no seu conjunto sob os efeitos conjugados da baixa de tarifas, racionalização das taxas indirectas, reforma do sector petrolífero, liberalização, contribuições públicas e aumento crescente das transferências e de capitais privados. Contudo, a persistência do **aumento do preço de barril de petróleo** afectou a situação macroeconómica, nomeadamente a taxa de inflação, as necessidades de financiamento e os termos das trocas. Isto é, o sector energético foi particularmente afectado já que o peso do petróleo no consumo total de energia é de 93%.

Dependência das remessas e da ajuda pública ao desenvolvimento: uma das mais importantes vulnerabilidades. Em conjunto representam cerca de 34% do PIB e parte significativa dos esforços de desenvolvimento baseia-se nas transferências.

Flutuações consideráveis e imprevisíveis das produções: aliadas aos factores conjunturais e estruturais atrás apontados, constituem enormes factores de risco para as populações rurais explicando assim a intensidade da pobreza no meio rural, onde perto da metade da população é pobre.

3. POR UMA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO

3.1. OS RESULTADOS

O país tem vivido rápidas e profundas transformações resultantes tanto da dinâmica interna do seu desenvolvimento, como do fenómeno da globalização, uma e outra colocando novas e complexas exigências à capacidade de inovação, pelo reforço permanente da prospectiva e reconfiguração de políticas seja no plano interno, seja no plano externo.

- O rendimento per-capita está a US\$2316
- Taxa de alfabetização: 79% para adultos e 97% nos jovens
- Índice de Desenvolvimento Humano: .736
- Esperança de vida: 76.1 anos (mulheres), 72.3 anos (homens)
- Taxa de crescimento estável do PNB, atingindo mais de 10% em 2006
- Desempenho muito positivo das exportações - cresceram em termos homólogos 43,5% 2006 contra 17.7% 2005
- Rápido crescimento do investimento directo estrangeiros que superou o APD
- Rápido Crescimento do turismo que pela primeira vez superou as remessas da emigração



A evolução bastante encorajadora está alicerçada em reconhecidos **ganhos** em particular os da

- **Governança política** de que é testemunho a estabilidade política e social, a alternância na governação através de eleições directas, livres, transparentes e democráticas;
- **Governança económica**, confirmada pela estabilidade macroeconómica fruto de um bom historial de gestão económica e de um crescimento económico sustentado;
- **Educação**, com um historial de engajamento forte e persistente na melhoria do desenvolvimento humano;
- **Saúde**, de que são prova a esperança de vida à nascença de 72,3 anos em 2006, a percentagem da população (76,1%) da população com acesso a água potável, a taxa de prevalência do HIV/SIDA calculada em 0,8%;
- **Redução da pobreza e inclusão social** visto que de 1988 a 2002, o número de cabo-verdianos a viver na pobreza baixou em um quarto, para 36,7 por cento da população; os restantes pobres estão também mais próximos do limiar da pobreza e a desigualdade entre eles tem diminuído.
- **Redução do desemprego** segundo os dados do INE que apontam para ___% em 2007, contra ___% em 2006.

Mas, também, está-se consciente das **fraquezas** seguintes:

- (i) Base produtiva nacional com altos custos de produção, insuficiências nos mercados e um sistema de controlo de qualidade ineficiente;
- (ii) Necessidade de elevar ainda mais a qualidade do ensino primário e secundário, para além do acesso universal à educação, bem como de expansão e melhoria do ensino técnico e terciário para a criação de capacidades para os sectores chave do desenvolvimento e aumento de capacidades empresariais;
- (iii) Necessidade: de se garantir o progresso sustentado na prossecução dos ODM, especialmente a níveis locais; de reforço da capacidade de planificação, gestão e administração; de reforço do sistema de prestação de saúde para suportar e responder às demandas do desenvolvimento do turismo; de enfrentar os desafios do alastramento de doenças transmissíveis que possam estar associados ao desenvolvimento em geral;
- (iv) O imperativo de uma série de políticas básicas para consolidar a estabilidade macroeconómica, descentralizar a tomada de decisões e prestação de serviços públicos, promoção do emprego através do desenvolvimento de sectores produtivos de efeito multiplicador sobre o emprego, melhorar a distribuição de rendimentos e melhorar a protecção social e proteger o ambiente;
- (v) O imperativo da implementação de acções afirmativas de género, tendo em conta o carácter sistémico das desigualdades de género
- (vi) o custo e o fornecimento de electricidade; o abastecimento de água; (ii) o custo de mao-de-obra, a inflexibilidade da legislação laboral;
- (vii) impostos e taxas alfandegárias elevados;
- (viii) telecomunicações caras e deficientes;
- (ix) deficiente disponibilidade e custo do financiamento;
- (x) recursos humanos não especializados;
- (xi) deficiente desempenho dos portos; e
- (xii) regulação económica incipiente

3.2. OS NOVOS DESAFIOS DA MODERNIZAÇÃO

O quadro brevemente descrito significa que nos desafios se colocam, fruto de responsabilidades acrescidas assim graduadas:

Acesso à OMC

Enquanto membro da OMC, Cabo Verde está comprometido com a racionalização do seu regime comercial. Tal comprometimento inclui a reforma do seu quadro legal e a redução de tarifas e implica a aceitação das regras da OMC e a negociação de concessões com os principais parceiros comerciais. Este desafio tem a ver com a capacidade nacional em aproveitar as oportunidades emergentes e de reconhecer o potencial de outros concorrentes.

Gradação a PrM

Cabo Verde satisfaz dois dos três critérios necessários para graduar do grupo de PMA, a saber, a média do Rendimento Bruto Nacional, e o Índice de Capital Humano.

As questões-chave envolvem a implementação efectiva da visão estratégica de Cabo Verde para a transformação do país para garantir a gradação efectiva e sustentável enquanto que, ao mesmo tempo, mobilizando o apoio financeiro da Comunidade Internacional para combater a pobreza e as vulnerabilidades do país.

Parceria estratégica com a União Europeia

O acordo de parceria estratégica, como ancoragem a um espaço dinâmico, estruturado, com fortes e profundos vínculos nos planos histórico, humano e sociocultural, visa a capacidade de gerar fluxos alternativos indispensáveis à redução das vulnerabilidades estruturais de [Cabo Verde](#), e implantação de actividades geradoras de rendimento que sustentem o crescimento, permitam a acumulação interna de capital e confirmem mais solidez à integração económica internacional do país, ao mesmo tempo que o reforço do diálogo político e a convergência económica entre as partes¹⁵.

Daí haver a preocupação em identificar e caracterizar domínios-chave do desenvolvimento futuro do país, com propostas de aprofundamento e qualificação de políticas, de forma a ganhar os desafios e caminhos do desenvolvimento futuro, que implicam visão e capacidade de transformação, tendo sempre como denominador comum o crescimento económico, a diminuição significativa do desemprego e a redução máxima da pobreza.

¹⁵ Conselho de Ministros da EU.
Page of 232

3.3. VISÃO

A visão do desenvolvimento nacional será alcançada através da implementação de estratégias de desenvolvimento que incluam uma perspectiva transversal de género, enformando uma agenda de transformação económica¹⁶ que dê lugar ao fim gradual da pobreza, pela criação de riqueza, aumento da capacidade produtiva dos pobres e focalização dos programas de luta contra a pobreza nas camadas vulneráveis da população.

Os elementos da visão encerram o significado de desenvolvimento no contexto do país e considerados objectivos de longo prazo, consubstanciados nas seguintes dimensões:

Uma nação aberta ao mundo

O mundo, incluindo Cabo Verde, está a mudar rapidamente. A concorrência aumentou, tornou-se global, e há cada vez mais desafios para os países em desenvolvimento. No mundo emergente hiper-competitivo, é bastante claro que países como Cabo Verde, sem recursos naturais, devem apostar fortemente na sua capacidade inovadora, de forma a inserir-se de forma competitiva no mercado global.

A globalização e a liberalização do comércio têm potencial para promover a competitividade das economias nacionais e, por conseguinte, aumentar o emprego produtivo, reduzir a pobreza e, no geral, melhorar a qualidade de vida. Assim, Cabo Verde tem que procurar criar riquezas e a prosperidade partilhada através da participação activa no mercado global.

Um Sistema Dinâmico de Produção

Para além dos constrangimentos estruturais já conhecidos, a vulnerabilidade de Cabo Verde reflecte-se também na sua forte dependência dos fluxos de recursos externos, principalmente das remessas e da ajuda ao desenvolvimento, estando fortemente exposto aos choques externos como os aumentos do preço do petróleo e as flutuações das taxas cambiais.

Daí que a economia deva transformar-se para enfrentar os desafios da globalização e reduzir a vulnerabilidade. É necessário haver um sistema dinâmico de produção para assegurar o crescimento sustentado que é necessário para criar empregos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Capacidades Humanas bem desenvolvidas

Há que se prosseguir com a construção da capacidade humana para elevados patamares de conhecimento e de excelência, condição *sine qua non* para que se possa desenvolver e

¹⁶ See Appendix 2.1 for a Matrix of Policies and Activities of the Economic Transformation Agenda
Page of 232

implementar estratégias, políticas e programas para realizar a visão de um futuro de bem-estar das populações.

Ênfase no desenvolvimento tecnológico e cultural

A ciência e a tecnologia devem desempenhar um papel importante na agenda de transformação, que é crucial para o desenvolvimento e o crescimento económico a longo prazo, com a implementação de estratégias e políticas adequadas para apoiar o crescimento económico e a criação de empregos, com impacto positivo na qualidade de vida das pessoas.

O desenvolvimento sustentável e o florescimento da cultura são interdependentes. A harmonia entre a cultura e o desenvolvimento, o respeito pelas identidades culturais e igualdade e equidade de género, a tolerância pelas diferenças culturais num quadro de valores democráticos plurais e de equidade socio-económica são alguns dos pré-requisitos.

Um dos principais objectivos do desenvolvimento humano é a satisfação social e cultural do indivíduo. O desenvolvimento e a vitalidade cultural incluem a criação, divulgação e apoio às artes e cultura enquanto dimensão da vida quotidiana na nação.

Solidariedade Social de par com o crescimento económico

A solidariedade social é matéria que deve ir de par com o crescimento económico. Trata-se de um elemento importante nos programas que os países desenvolvem para combater a exclusão social e melhorar a coesão social. Geralmente, a coesão social é conseguida através da implementação de políticas sociais numa perspectiva de género, incluindo as políticas de emprego, de redistribuição de rendimento e o acesso à educação, saúde, água e saneamento, à informação e à cultura. O país aspira implementar estratégias apropriadas para enfrentar os desafios da exclusão social de modo a garantir uma vida digna a todos os seus cidadãos.

Democracia em aprofundamento permanente

O País vive em clima de confiança, liberdade e segurança resultante dos ganhos conseguidos com a consolidação e o reforço da democracia, a promoção e protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a alternância política, a procura de consensos sobre grandes questões nacionais e com a alargamento dos espaços para o exercício da cidadania.

Por este facto Cabo Verde continua a ser uma referência permanente em termos de construção da democracia e de promoção de todas as liberdades dos cidadãos. Fez-se, recentemente, a revisão do Código Eleitoral e pretende-se implementar, brevemente, a figura de Provedor de

Justiça e o Tribunal Constitucional com vista ao continuado reforço da democracia e da cidadania.

3.4. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

3.4.1. Transformação do Estado

Visando a criação de condições para a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento económico, através de um crescimento económico sustentado, assente numa economia de mercado de base privada inserida na economia global e, por essa via, a redução da pobreza, o Governo enveredou pela implementação de uma Estratégia de Transformação Económica.

Confiando na capacidade do país há que se conseguir vencer o desafio do fortalecimento do Estado, nas suas três funções básicas: (i) provimento de segurança, (ii) garantia de justiça e (iii) fomento da prosperidade económica.

O projecto de transformação vem sendo sustentado através do desenvolvimento de um ambicioso programa que implica a reavaliação do actual papel e a dimensão do Estado cabo-verdiano. As intervenções futuras serão essencialmente nas duas esferas da governação, **o poder central e o local**, assim como nos três pilares do poder do Estado, **executivo, legislativo e judicial**, implicando ainda o reforço e racionalização das três áreas essenciais que ele tem que garantir: **segurança, justiça e a dimensão socio-económica**.

3.4.2. Reforma da administração pública

Tem-se uma Administração mais **próxima dos cidadãos e dos agentes económicos**, mais transparente e equitativa, com recursos humanos mais qualificados, motivados e auto-conscientes da importância do serviço público, uma Administração promotora e reguladora das parcerias público privadas.

Para o futuro o objectivo é aproximar ainda mais a administração pública do cidadão e das empresas, o que passará pela qualificação das funções de gestão, motivação e valorização dos recursos humanos, pelo reforço da função reguladora e fiscalizadora do Estado, por uma maior capacidade do poder local na gestão do desenvolvimento local.

3.4.2.1. Reforço da administração municipal

Novas competências surgem no horizonte da acção municipal, pelo que um novo rigor no planeamento e na gestão dos recursos torna-se condição fundamental.

Neste quadro, torna-se imperativo a adopção e implementação de políticas capazes de fortalecer a confiança nas autarquias locais na sua tarefa de promoção do desenvolvimento local, permitindo que estas alcancem cada vez mais, níveis mais eficientes e eficazes de satisfação das necessidades locais.

Assim, para além de outras medidas de política preconizadas no PND, será elaborada uma estratégia de parceria entre as entidades públicas (Governo, Municípios) e as OSC, visando reforçar a participação da sociedade civil no processo de descentralização.

Será prosseguida uma política de administração local que assume a descentralização administrativa como uma das vias para a correcção de certas assimetrias regionais, através de medidas que aproximem mais o poder dos cidadãos, aposta em parcerias público-privadas e transferência de competências e de meios para as entidades municipais nomeadamente nas áreas da educação e saúde.

O quadro de parceria estratégica com a União Europeia comporta importantes espaços de participação das autarquias, no sentido da reconfiguração e capitalização da cooperação descentralizada, pelo que os municípios são interpelados a conceberem e desenvolverem políticas e programas em conformidade com as exigências que a graduação impõe. Trata-se de um processo em que o departamento governamental competente deverá desenvolver importantes sinergias com as autarquias locais.

3.4.3. Ganhos permanentes da democracia

Cabo Verde é um país viável. O entendimento que se tem da democracia é de que se trata de uma cadeia de princípios e valores em aperfeiçoamento permanente de forma a assegurar:

- ***Um crescimento continuado e de forma sustentada da economia***, pautado pela modernização do país, elevação do conhecimento, da inovação, qualificação acelerada dos recursos humanos e dos serviços públicos indutores do desenvolvimento e do progresso;
- ***Aprofundamento permanente da coesão nacional*** em prol de menos pobreza, mais solidariedade e mais igualdade de oportunidades;
- ***Melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos***, com menos desemprego, mais e melhor qualidade ambiental, satisfação crescente das necessidades básicas (habitação, acesso a água potável, energia, saúde e educação), melhoria ascendente dos indicadores do desenvolvimento humano, melhor organização e coesão territorial.

- ***Mais espaços de participação***, onde haja cada vez mais apropriação qualitativa da democracia e da cidadania, aprofundamento e reforço contínuo da credibilidade do Estado e dos órgãos de soberania, do sistema político e dos instrumentos de segurança individual e colectiva ao serviço dos cidadãos, bem como mais e melhor diálogo com os partidos políticos, com os agentes económicos, com os trabalhadores, com a sociedade civil e respectivas organizações representativas e com as confissões religiosas;
- ***Afirmção plena e substantiva da qualidade de Nação Global*** integrando no espaço e no tempo as ilhas atlânticas e as ilhas da diáspora espalhadas pelo mundo na afirmação da caboverdianidade, valorizando o quadro internacional da política externa de Cabo Verde, dando ênfase ao seu posicionamento nos planos económico e cultural, adequado ao reforço da nossa inserção e afirmação crescente na comunidade internacional:

A **boa governação** vem sendo factor elementar para a consolidação dos sucessos alcançados, na criação de condições da sua irreversibilidade e na crescente credibilidade do Estado e das suas instituições, pelo que continuará sendo um recurso estratégico para o desenvolvimento do país, particularmente na gestão transparente e em conformidade com as Leis da República.

A **ética na governação** continuará a guiar a acção do Governo, pelo que tudo fará no sentido da aprovação e implementação do Estatuto dos titulares de cargos políticos, de forma a haver a devida responsabilização dos mesmos na gestão da coisa pública.

Será assegurado um **justo equilíbrio de poderes e uma cooperação institucional sã entre os órgãos do poder do Estado**, em conformidade com a Constituição, pela via do reforço e consolidação das instituições, o aprofundamento da democracia e a procura de consensos alargados sobre matérias do maior interesse para toda a Nação cabo-verdiana.

3.4.4. Uma Economia Moderna e Competitiva

O crescimento robusto e a competitividade da economia cabo-verdiana são os principais eixos de actuação dos poderes públicos, num quadro de reforço e fomento do sector privado, para que haja uma redução drástica da taxa de desemprego. Isto é, são dois os objectivos maiores da política económica:

Redução da taxa de desemprego para níveis inferiores a 10%: pois, a Redução da Pobreza será, obrigatoriamente, o resultado de mais e melhor emprego, com carácter prioritário para as

mulheres. O crescimento da economia criará mais actividades geradoras de rendimento e mais emprego cada vez melhor remunerado.

Taxas de crescimento do PIB a dois dígitos: visto o desempenho da economia nos últimos 5 anos (em 2007, 10,6% de taxa de crescimento do PIB segundo o FMI), as tendências actuais e as previsões, nomeadamente, as do FMI, e as perspectivas de investimento público e privado, serão adoptadas e desenvolvidas medidas e acções que assegurem e consolidem a curva ascendente.

Cabo Verde adoptou uma estratégia de base alargada para promover a competitividade e fomentar o crescimento económico e a criação de empregos. Os principais elementos desta estratégia são:

- Desenvolver a economia de mercado encorajando micro, médias e grandes empresas nacionais, assim como promover parcerias com investidores estrangeiros.
- Promover parcerias público/privadas e lançar uma política de concorrência que promova a criação e a melhoria das condições institucionais para a entrada de novos negócios e empresas em todos os sectores da economia.
- Aumentar a eficiência na provisão de bens e serviços através da implementação do programa de privatização.

Decorrente da acessão à Organização Mundial do Comércio, é necessário aumentar a produtividade para que se possa fazer face à pressão da concorrência no novo contexto da economia cabo-verdiana, principalmente no que se refere à graduação do país para **País de Desenvolvimento Médio**. Tratar-se-á de produzir mais e melhor para que se alcance a almejada competitividade da economia nacional, mais valor acrescentado e mais oportunidades de emprego.

A chave da competitividade da economia cabo-verdiana reside na **elevada qualificação dos recursos humanos e nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação**, com impactos tanto na inovação de processos, como na inovação de produtos e serviços. E o processo de inovação não é fruto do acaso. A dinâmica de inovação de um país como Cabo Verde não pode ser um resultado, aleatório, de rasgos individuais – é o produto de um sistema que envolve as instituições e enquadra as práticas dos agentes económicos do país – “o chamado sistema de inovação”.

Por outro lado, a Lei Laboral deverá ser reformada e, no sentido de responder as realidades do mercado de trabalho, ter, nomeadamente, flexibilidade suficiente para evitar perturbações no crescimento económico, bem como enquadrar as relações informais de trabalho que representa 25% do emprego, e o trabalho independente que representa 40% do emprego. As reformas a serem introduzidas deverão caminhar no sentido da flexibilização, da facilitação do emprego e do aumento da produtividade.

3.4.5. Sociedade do conhecimento para a inovação, qualificação e emprego

Trata-se da modernidade por excelência, do saber e tecnologia intensivo, requerendo alta qualificação do factor humano - ciências, tecnologia e inovação - sem a qual não será possível dominar as exigências da globalização. Importa, pois, definir o quadro legislativo, dirigir o sistema de ensino no seu todo para esse fim e apoiar a transformação das ciências e tecnologia em sistema nacional de inovação, como um dos pilares do desenvolvimento real da economia, aumento das taxas de crescimento, geração das oportunidades de emprego produtivo e promoção de uma economia baseada no conhecimento.

Daí a aposta na Universidade de Cabo Verde, através da criação de infra-estruturas que se traduzem na construção de campus universitários e reforço da capacidade física, tecnológica e de recursos humanos das instituições de formação do nível superior que vêm desenvolvendo as suas actividades de formação no país.

Do mesmo modo, as políticas serão materializadas através da estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/ Formação/ Emprego, do desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências Profissionais, do estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a Formação Profissional Inicial a todos os níveis e nas diversas variantes, da promoção e Desenvolvimento da Formação Contínua, da criação e implementação de acções de formação e actualização permanente para gestores, formadores e tutores de formação profissional, assim como a organização de um sistema de informação estatística sobre o emprego e a formação profissional.

3.4.6. As TIC, a valorização do capital humano e o impulso à inovação

Os Institutos Técnicos Superiores e a futura Universidade de Cabo Verde serão determinantes na formação e aumento da qualificação dos recursos humanos nas áreas de TIC e no apoio às novas empresas na elaboração de planos de negócio, planos técnicos de infra-estruturação, gestão e manutenção do parque informático, concepção ou parametrização de aplicações.

Neste âmbito, serão definidas políticas e mecanismos que mobilizem as TIC para a qualificação do capital humano de Cabo Verde, em duas vertentes: i) aumento da qualidade e do acesso ao sistema educativo e formativo e ii) formação dos cidadãos em TIC.

O enfoque será na promoção de condições equitativas de acesso às TIC nas escolas primárias e secundárias, na dinamização de campus virtuais e do ensino a distância, na formação permanente dos professores, no desenvolvimento de novos currículos nas TIC, e na formação em TIC para os vários segmentos da população.

Neste âmbito será implementada uma nova abordagem, inovadora e ambiciosa, na capacitação dos recursos e na formação das novas gerações para que sejam realizadas todas as vantagens e oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, seguindo três eixos de actuação, cada um procurando ir ao encontro das necessidades específicas dos vários segmentos da população no sentido de educar, graduar e formar continuamente: (i) TIC nas Escolas; (ii) TIC no Ensino Superior; (iii) TIC na Sociedade Civil.

3.4.7. Cultura e desenvolvimento

O esforço no domínio da educação é considerável, devendo-se fazer este mesmo esforço no domínio cultural, isto é, o desenvolvimento harmonioso e a globalização com rosto humano exigem que os cidadãos conheçam profundamente a história, a cultura, o meio ambiente, a idiossincrasia cabo-verdiana. Ora, o melhor veículo desse conhecimento é a educação/formação sistémica e sistemática.

Há que se adoptar e implementar políticas e estabelecer procedimentos para pôr a cultura cabo-verdiana em sintonia com as exigências de uma economia internacionalmente competitiva, e possibilitar a implementação da estratégia de transformação económica e harmoniosa do país.

Os desafios do sector assentam-se no seguinte: (i) promoção de uma política cultural na perspectiva do reforço da identidade nacional e da abertura à modernidade; (ii) recentragem da cultura na projecção de Cabo Verde; (iii) qualificação e promoção dos produtos culturais; (iv) valorização e promoção do património histórico-cultural. Um outro desafio é o de desenvolver uma indústria cultural sustentada e ligada ao desenvolvimento sustentado da indústria do turismo e à redução da pobreza.

3.4.8. Solidariedade social activa

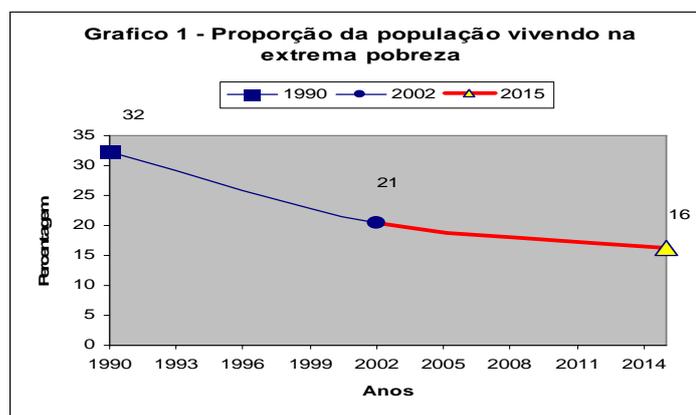
Para fazer face aos constrangimentos e a fim de garantir uma maior eficácia e eficiência na implementação das políticas sectoriais nos domínios do trabalho, protecção e integração sociais, no reforço das estratégias de luta contra a pobreza e na promoção do equilíbrio e coesão sociais, decorrem como principais desafios deste sector:

- Contribuir para redução da pobreza e das desigualdades sociais, promovendo a criação de condições para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, sobretudo das camadas mais desfavorecidas, garantindo-lhes o acesso ao rendimento e aos serviços sociais de base.
- Criar uma capacidade institucional que contribua para o reforço e consolidação do sistema de administração do trabalho e da protecção social, de modo a ter um impacto forte na mudança da situação de vulnerabilidade do país e, conseqüentemente, com efeitos na evolução do sector e no processo de desenvolvimento em curso.

3.4.9. Redução da pobreza e inclusão contínua

Desde que se continue com uma taxa de crescimento médio superior a 5%, será possível atingir-se o objectivo de redução da pobreza, conforme a tendência constante do gráfico a seguir. Para tanto, é propósito construir sobre a dinâmica de transformação já induzida e avançar para um patamar superior de desenvolvimento do país assente em novos paradigmas de crescimento e competitividade:

- Um crescimento forte, gerador de riquezas e movido pelo sector privado
- Uma economia competitiva assente no desenvolvimento de vantagens competitivas, suportada pela inovação, pela produtividade, pela qualidade e pela qualificação
- Um crescimento gerador de emprego e conducente à redução da pobreza.



Fonte : INE -1990 e 2002

Serão prosseguidas as políticas públicas de desenvolvimento, particularmente as políticas sociais activas, pelo que serão melhoradas e aprofundadas as políticas em curso e introduzidas inovações, com vista a, por um lado, fazer face aos muitos e complexos problemas sociais que ainda subsistem na sociedade cabo-verdiana, afectando largas camadas da população, principalmente as em situação de maior vulnerabilidade, e, por outro, responder e ajustar aos desafios e às exigências do processo de desenvolvimento do país.

Tendo sido já definido no âmbito da política social um quadro institucional e estratégico no qual se inscrevem vários instrumentos de combate à pobreza, de que se destacam o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP e o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP, o Plano Nacional de Igualdade e Equidade Género, resta concentrar **esforços na articulação e coordenação dos vários planos e programas sectoriais em curso no país** e que concorrem para o mesmo fim, e são dirigidos a indivíduos, grupos, famílias e comunidades mais carenciados.

3.4.10. Reforçar a capacidade de gestão do desenvolvimento nacional

As estratégias e os programas para o reforço da capacidade de gestão do desenvolvimento comportam como condição *sine qua non* **a capacitação a nível das instituições do poder local e dos serviços desconcentrados da administração pública.**

Um levantamento de capacidades a nível nacional concluído em Dezembro de 2004 enfatizou várias questões relacionadas à capacidade nacional na gestão do desenvolvimento. Entre as questões identificadas esteve a fraca capacidade institucional e humana, assim como a falta de uma estratégia e um quadro unificados para a criação de capacidades em Cabo Verde. Sem uma estratégia e abordagem unificadoras, os esforços de criação de capacidades em Cabo Verde têm tido uma falta de coerência e não têm sido capazes de fornecer os resultados

esperados. Consequentemente, uma recomendação chave do levantamento é a **necessidade de uma estratégia orientadora e a coordenação das intervenções de criação de capacidades em Cabo Verde.**

Para além de recursos humanos altamente qualificados para uma efectiva capacidade de gestão do desenvolvimento nacional, coloca-se com acuidade a necessidade de mecanismos de coordenação seguimento e avaliação, sendo de se destacar o Centro de Políticas Estratégicas e a Unidade de Coordenação da Reforma do Estado, duas estruturas de missão especializadas, criadas pela Resolução n.º 36 / 2006, de 21 de Agosto e pela Resolução n.º 34/ 2006, de 14 de Agosto, respectivamente.

No âmbito do DECRP II e na perspectiva de um novo Sistema Nacional de Planeamento, está em curso de concepção de implementação gradual, um sistema de seguimento e avaliação apropriado, que numa primeira fase fará o seguimento e avaliação da execução física e financeira dos projectos, para numa segunda fase, em concertação com o INE, conceber e implementar a avaliação dos impactos. Sobre esta matéria dá conta o título 7 do presente documento intitulado ***Implementação, Seguimento e Avaliação.***

A capacidade de gestão do desenvolvimento passa, necessariamente, pela possibilidade de, com regularidade, haver elementos de avaliação objectivos da execução de políticas, desde a fase da adopção de medidas, aos passos posteriores de formulação e implementação de programas e projectos, a partir de critérios e indicadores de impacto fiáveis.

No contexto da visão de desenvolvimento nacional e da estratégia de transformação económica, os programas de capacitação nacional do desenvolvimento deverão alcançar os seguintes **resultados**:

- (i) Reforço substancial da capacidade das instituições de gestão do desenvolvimento
- (ii) Capacidade criadas para a formulação e implementação de políticas estratégicas
- (iii) Reforço da capacidade dos planificadores a nível nacional, sectorial e local
- (iv) Reforço da capacidade negocial com os parceiros externos
- (v) Conhecimento aprofundado da organização e funcionamento das principais organizações parceiras do desenvolvimento
- (vi) Melhoria das capacidades da Assembleia Nacional na sua função de formulação de políticas e de fiscalização

4. Eixos Estratégicos do Desenvolvimento

Face à dinâmica de desenvolvimento que Cabo Verde conheceu nos últimos anos com profundas alterações no tecido social e económico, bem como, no quadro da globalização, a novas exigências próprias da sua inserção na política e economia internacional de que são exemplo a graduação como PDM, a acesso à OMC e a parceria estratégia com a EU, torna-se imperativa a consolidação das políticas como dá conta o capítulo 3 em termos de visão.

Os grandes domínios da política governamental assentam num crescimento da economia a dois dígitos e o desemprego a um dígito, na decorrência do qual haverá a diminuição significativa do desemprego e dos indicadores da pobreza.

A presente estratégia que consubstancia o DECRP II parte da Agenda de Transformação e do Programa do Governo para se desenvolver em cinco pilares, conforme o fluxo grama a seguir:



Em primeiro lugar é desenvolvida a **Reforma do Estado** abrangendo domínios caros à **boa governação** do país como sejam racionalização das estruturas do Estado, a modernização da administração pública, a ética e transparência na gestão da coisa pública, descentralização, os espaços de participação e cidadania, as liberdades individuais e colectivas, o sistema judicial, a liberdade económica, etc.

De seguida destaca-se o **Capital Humano**, abrangendo os domínios essenciais do ensino, da investigação e da formação profissional, indispensáveis ao alcance de níveis de excelência conformes as exigências do desenvolvimento que comportam sejam os graus referidos no parágrafo anterior, como ainda as graduações a que se vem fazendo referência. Neste pilar são ainda tratados domínios como a cultura, a saúde e a juventude, como fundamentos de um capital humano apto a enfrentar os desafios da transformação que se almeja.

Fruto em grande medida de um capital humano qualificado haverá elevado grau de **competitividade** pressupondo políticas e medidas de políticas que, certamente, trarão profundas transformações nas atitudes e comportamentos da sociedade política, civil e privada.

A **infra-estruturação**, é o substrato material em que assenta a relação e complementaridade entre todos os domínios de actividade, pelo que ela é tratada com um forte cunho económico, em particular aqueles que comportam oportunidades de negócio, de geração de emprego e rendimentos.

O pilar da **coesão social** abrange os domínios essenciais dos compromissos próprios do Estado em relação a bens e serviços essenciais a que o cidadão tem direito, em articulação com as políticas macroeconómicas, especialmente no que toca o combate à pobreza.

4.1. EIXO I – Reforma do Estado

O país atravessa um momento de transição em que todos os agentes de desenvolvimento integram e conformam o Estado de Direito Democrático na realização dos dos objectivos maiores da Nação, de acordo com os desafios da globalização e as exigências impostas pelos patamares de desenvolvimento alcançados.

Não basta o reconhecimento desse desiderato, mas sobretudo, que haja profundas mudanças organizacionais e comportamentais no modo como as instituições e seus agentes operam face aos desafios actuais e futuros do desenvolvimento.

Por um lado, impõe-se a adedquação gradual do aparelho do Estado na sua função eminentemente normativa e reguladora e, por outro, é imperativa a modernização da máquina administrativa, para a eficiência e eficácia das políticas e medidas de políticas emanadas das instâncias de governação do país.

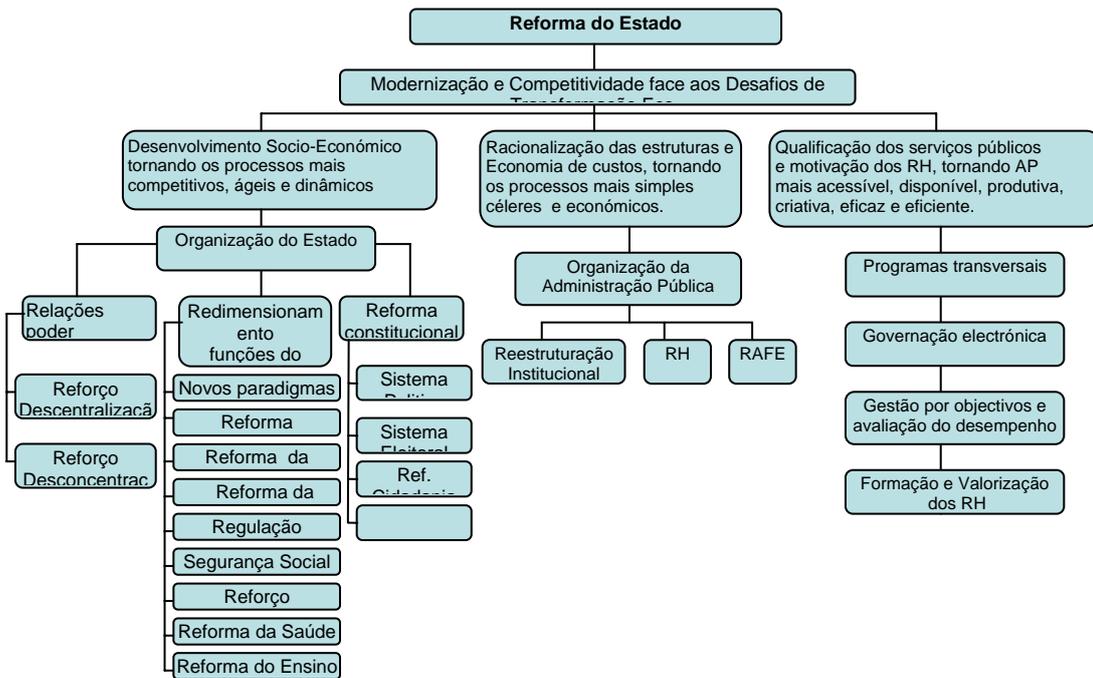
Daí a **Boa Governação** emergir com *modus operandi* de todo o aparelho do Estado e da Administração Pública, desde a relação com os cidadãos e utentes de um modo geral, à

gestão da coisa pública, ao modo como se promove o livre exercício da cidadania e da democracia, particularmente espelhados nos pontos 4.1.3 a 4.1.10.

4.1.1. Racionalização das estruturas do Estado

Para atingir os objectivos preconizados a Comissão do Programa para a Racionalização das Estruturas do Estado estabeleceu as seguintes linhas de acção:

- Reforço das funções estratégicas, estudo e avaliação/controlo de resultados de apoio á Governança.
- Reforço das funções normativas, reguladora e fiscalizadora do Estado.
- Concentração das funções de investigação & desenvolvimento nas zonas de captação institucional da UNICV.
- Racionalização e, eventualmente, terceriarização das funções produtivas e de prestação de serviços.
- Desenvolvimento e partilha de serviços instrumentais comuns, de nível ministerial ou inter-ministerial, nas áreas de apoio á gestão orçamental e financeira, do pessoal e patrimonial de forma a reduzir estruturas e processos redundantes.
- Flexibilização, desburocratização e aumento da comunicação horizontal e vertical através de redução de cadeias de comando e criação de estruturas horizontais e matriciais de projecto e forte recurso a tecnologias de informação e comunicação.
- Melhoria das qualificações de processos, trabalho e, conseqüentemente dos funcionários da administração central implementando as novas estruturas de acordo com uma estratégia de gradualismo e testagem em pilotos.



4.1.2. Modernização da Administração Pública

Serão prosseguidas as acções em curso com vista a adopção de importantes instrumentos de condução das políticas públicas da reforma, numa perspectiva de médio e longo prazos, nomeadamente o estudo sobre o Reforço das Capacidades Humanas e Institucionais de Cabo Verde, a Gestão Estratégica dos Recursos Humanos da Administração Pública e a Coordenação Institucional das Reformas, instrumentos estes que, com o Programa Estratégico para a Sociedade de Informação e do Plano de Acção para a Governação Electrónica, significarão ganhos importantes para o processo de modernização da administração pública.

Paralelamente, serão prosseguidas medidas visando:

A – Maior e melhor aproximação da Administração Pública dos cidadãos e das empresas

- Implementação da rede de casas do cidadão no País;
- Criação do Portal do Governo de Cabo Verde e o Portal do Cidadão;
- Promoção e actualização permanente das páginas electrónicas de todos os Ministérios com informação actualizada para o cidadão, as empresas e a sociedade civil em geral;
- Contínua melhoria da qualidade de acolhimento e atendimento dos cidadãos e dos empresários nos serviços públicos, materializando progressivamente as medidas contidas na Lei de Modernização Administrativa;

- No Ministério responsável pela Administração Pública, criação de um serviço de inspeção administrativa, destinada, designadamente a fazer o acompanhamento da aplicação das medidas pelos diversos serviços públicos ao nível de todo o País e das embaixadas;
- Continuar a promoção da valorização do serviço e do servidor públicos, assinalando, designadamente o Dia da Função Africana e das Nações Unidas para a Função Pública, distinguindo-se nesta data os melhores servidores e os projectos e as acções que contribuem para melhoria do serviço público.

B – Qualificação das Funções de Gestão, motivação e valorização dos Recursos Humanos

- Elevação do INAG a categoria de Escola do Governo e sua integração na Universidade de Cabo Verde;
- Desenvolvimento de um Plano Integrado de Formação dos RH da Administração Pública ao nível nacional;
- Criação de um Departamento de Formação no Ministério responsável pela Administração Pública, com funções de articulação, diagnóstico e planeamento.
- Implementação do Fundo de Formação dos Trabalhadores Públicos;
- Realização do Programa de Formação dos Administradores Públicos, em decorrência da aprovação da respectiva carreira;
- Aprovação de um novo PCCS e de novos instrumentos de avaliação de desempenho com base no mérito e nos resultados;
- Implementar gradualmente o recrutamento do pessoal dirigente de nível III por concurso, melhorando a transparência, o mérito, a justiça, a equidade e igualdade de tratamento e de oportunidades no acesso a cargos dirigentes na APUB;
- Melhorar a coordenação interdepartamental em particular ao nível das funções Planeamento Orçamento e Gestão e reforçar e modernizar os serviços desconcentrados do Estado;
- Implementar a Reforma da Integração dos Funcionários Públicos no Sistema da Previdência Social dos Trabalhadores por Conta de Outrem.

C – Reforço das Parcerias Público/Privado e a Função Reguladora e Fiscalizadora do Estado

- Reforçar a qualificação e a capacidade de intervenção das Agências Reguladoras e de Promoção do Investimento Privado;
- Simplificar as regras de administração financeira em matéria de compras de bens e serviços públicos;
- Reforçar a auditoria e o controlo financeiro do Estado, articulando pedagogia, transparência e responsabilidade, designadamente, reforçando as competências do TC e promovendo o julgamento atempado dos relatórios de inspeções e auditorias que contenham indícios de irregularidades na gestão dos bens públicos.

4.1.3. Ética e transparência na gestão da coisa pública

- **Política Orçamental de Rigor**

O programa do Programa do Governo no capítulo “ Uma Gestão Sã das Finanças Públicas” realça a governação focalizada na modernização, na transparência, na eficiência e na eficácia onde a política de rigor na gestão das finanças públicas, a manutenção do défice orçamental global e a dívida pública, se mantêm em níveis sustentáveis ao longo do ciclo económico.

Neste quadro, impõe-se encetar, urgentemente, um programa de “Qualificação das Despesas Públicas e de Gestão Eficiente e Racionalizada das Receitas”, que se deverá traduzir num aumento da qualidade, eficiência e eficácia da despesa pública – “ *Value for Money* “, no reforço do peso dos investimentos públicos na despesa total, garantindo uma trajectória ascendente e sustentada dos investimentos públicos, com base numa programação plurianual e na melhoria da previsibilidade do financiamento. Por outro lado, a filosofia da preparação do orçamento de Estado deve enquadrar-se na nova modalidade de ajuda orçamental e no acordo assinado entre o Governo de Cabo Verde e o FMI para um Instrumento de Apoio às Políticas Económicas e Financeiras.

Este programa exige continuidade e persistência na operacionalização da nova geração de instrumentos de gestão das finanças públicas no quadro das reformas em curso, nomeadamente:

- i. A nova Lei de Enquadramento Orçamental;
- ii. O novo Plano Nacional da Contabilidade Pública;

- iii. O novo Código dos Mercados Públicos;
- iv. A nova Lei de Bases do Planeamento;
- v. O Quadro Despesas a Médio Prazo, global e sectorial (como instrumento de alocação de recursos) devidamente alavancado ao exercício de Revisão das Despesas Publicas (“Public Expenditures Review”);
- vi. Consolidação do SIGOF nas suas várias vertentes: 1) desconcentração da gestão orçamental (programação/reprogramação, execução, avaliação...), e neste contexto a operacionalização das figuras do ordenador financeiro e do controlador financeiro; 2) Informatização da Administração Fiscal e consequente melhoria da gestão das receitas; 3) Implementação de um Sistema de Gestão Patrimonial; 4) Adopção de plataformas tecnológicas de gestão de Tesouraria (“Bancarização do Tesouro”); 5) Adopção e rápida difusão dos pagamentos electrónicos; 6) Adopção e operacionalização de um novo Sistema Nacional de Planeamento devidamente ancorado, por sua vez, num sistema de Avaliação e Seguimento (“Monitoring & Evaluation”) ambos pilares de uma gestão da coisa publica com “Base em Resultados” (“Results Based Management”); 7) Reforço da capacidade inspectiva e fiscalizadora da máquina publica ([Tribunal de Contas](#)/IGF/Inspeção Geral do Estado); 8) Difusão do SIGOF a todos os departamentos da Máquina Publica incluindo os FSA e Órgãos de Soberania.

- **Contenção e qualificação das Despesas de Funcionamento**

- (i) Implementação da política de Racionalização das estruturas nas suas várias valências (orgânicas, missões, atribuições, dimensionamento e perfil dos RH)
- (ii) Implementação inadiável dos novos mecanismos de gestão dos RH: novo PCCS
- (iii) Priorizar as despesas obrigatórias e reter apenas as novas que se justifiquem pela sua pertinência e impacto positivo no alcance dos objectivos fixados, tendo como pano de fundo a necessidade de assegurar um excedente corrente primário.
- (iv) Os sucessivos orçamentos anuais deverão reflectir, a nível do funcionamento, a alocação de recursos aos departamentos da máquina pública com funções de fiscalização e regulação.
- (v) Uma alocação de recursos mais equitativa interdepartamental e inter -sectorial

- **Qualificação das despesas de investimentos**

A elaboração do programa de Investimento deve ter como linhas orientadoras os eixos de políticas do Programa do Governo e as Grandes Opções do Plano combinados com a Estratégia de Transformação.

O Programa Plurianual de Investimento Publico deve contribuir para reforçar os pressupostos da consolidação orçamental, nomeadamente priorizando os sectores vectores da transformação do capital sócio – económico e da infra-estruturação do País com vista a realizar os objectivos do Milénio e garantir a sustentabilidade do crescimento económico e ambiental do desenvolvimento integrado do País.

O QDMP enquanto documento orientador de previsão das receitas e afectação das despesas comportáveis com a sustentabilidade e de potenciação do crescimento económico deve servir de referência para os níveis de despesas no âmbito do Programa Plurianual de Investimento Publico.

Os principais objectivos do Programa Plurianual de Investimento Publico para o período 2008-2011 são no sentido de contribuir para o crescimento do PIB em torno dos 10 %, mantendo níveis de inflação e défice orçamental sustentáveis e reduzir a taxa de desemprego de 18,3 em 2006 para um dígito em 2011.

4.1.4. Descentralização e Desenvolvimento Regional

Mais do que a regionalização político-administrativa, importa a consolidação e o aprofundamento do poder local, o que pressupõe um conjunto de reformas globais e de acção e iniciativas públicas visando o desenvolvimento institucional dos municípios, a capacitação dos seus recursos humanos, a consolidação da autonomia municipal, a modernização da administração municipal, o fomento da solidariedade municipal e a consolidação da tutela de legalidade.

Novas exigências surgem no horizonte da acção municipal, implicando capacidades financeiras, humanas, técnicas e logísticas. Um novo rigor no planeamento torna-se condição fundamental; uma nova ousadia é requerida na complementaridade e partilha de recursos e equipamentos; há que adequar a orgânica do Município e reforçar as suas relações com os munícipes;

Neste quadro, torna-se imperativa a adopção e implementação de políticas capazes de fortalecer a confiança nas autarquias locais na sua tarefa de promoção do desenvolvimento

local, permitindo que estas alcancem cada vez mais, níveis mais eficientes e eficazes de satisfação das necessidades locais.

Prosseguindo com a política de descentralização o Governo propõe-se implementar as seguintes medidas:

- (i) Considerar a especificidade do Município de Praia, que, além das funções municipais tradicionais, também concentra as funções de sede de poder político e de centro metropolitano;
- (ii) Implementação da Lei-quadro da Descentralização;
- (iii) Estimular processos de participação popular em todas as etapas da gestão municipal, criando novos processos e mecanismos de controlo fiscal e social;
- (iv) Favorecer soluções de proximidade, a presença de autoridade administrativa e a resolução das questões que afectam o quotidiano, a nível das comunidades locais;
- (v) Aprovar a lei da cooperação descentralizada, visando a criação de um sistema de informação e de gestão, acompanhamento e avaliação dos projectos da cooperação descentralizada, bem como a definição de regras e modalidades de parcerias entre os municípios e o sector privado;
- (vi) Adoptar mecanismos eficazes de coordenação estratégica em matéria de descentralização, da administração periférica do Estado e de coordenação territorial das políticas públicas;
- (vii) Regulamentar a nova lei das finanças locais, com vista a promoção do acesso dos municípios ao crédito e introdução de mecanismos de cooperação técnica entre os municípios e o Governo e implementar o Fundo de Desenvolvimento Municipal;
- (viii) Promover estudos visando a adopção de um estatuto de pessoal municipal baseado no estatuto do pessoal da função pública, bem como políticas de incentivo à fixação de quadros qualificados nos municípios;
- (ix) Criação de condições legais para a criação da polícia municipal e definir um quadro de apoio Estatal aos municípios na estruturação e montagem desse serviço;
- (x) Rever os actuais Estatutos dos municípios e dos eleitos locais;

Será prosseguida uma política de administração local que assume a descentralização administrativa como uma das vias para a correcção de certas assimetrias regionais, através de

medidas que aproximem mais o poder dos cidadãos, aposta em parcerias público-privadas e transferência de competências e de meios para as entidades municipais nomeadamente nas áreas da educação e saúde.

4.1.5. Alargamento dos Espaços de Participação

Haverá forte investimento na **educação para a cidadania** para que haja uma melhor assumpção de qualidade dos direitos e deveres do cidadão, uma maior e melhor apropriação e usufruto dos ganhos do desenvolvimento nos planos cívico, político, económico e cultural, de efeitos elevados no exercício da democracia e do poder, nos planos local e nacional.

Continuará a ser prestada a devida atenção ao reforço do papel da sociedade civil organizada no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, conferindo-lhe **espaços mais alargados de participação e de concertação** para que o cidadão seja mais envolvido na gestão directa de interesses colectivos nas várias esferas de intervenção económica, cultural, social e cívico, forma privilegiada dos jovens, mulheres, operadores económicos, agentes culturais e desportivos e agentes do desenvolvimento comunitário, exercerem o quotidiano da democracia e da cidadania.

O **quadro normativo que regula a organização e o funcionamento das Organizações da Sociedade Civil**, bem como as relações com os poderes públicos será objecto de regulamentação e de criação de novos instrumentos, com vista à sua adequação à evolução que a dinâmica associativa privada, sem fins lucrativos, vem conhecendo no país no último decénio e no mundo.

Neste quadro, propõe-se:

- Aprovar os Estatutos das Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento (ONG's);
- Criar o Fundo de Apoio a Programas e Projectos Sociais da OSC;
- Criar um sistema de Registo das Organizações da Sociedade Civil;
- Criar um quadro de referência a partir do qual, as organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos organizarão os seus respectivos planos de contas;

A **participação e apropriação do processo do desenvolvimento por parte dos jovens** continua merecendo o maior empenho, como via privilegiada de assegurar patamares mais elevados de desenvolvimento económico e social.

Daí a importância ainda maior que o se confere ao **Associativismo Juvenil** na perspectiva de luta por uma democracia política, económica, social e cultural que vá de encontro à expectativa de todos os jovens cabo-verdianos.

O **Fundo de Apoio ao Associativismo Juvenil** deverá ser implementado no mais curto espaço de tempo possível.

Entre outras medidas e acções visando a participação dos jovens, será prosseguida com mais vigor o alargamento **Corpo de Jovens Voluntários de Cabo Verde** a todas as regiões do país, ao mesmo tempo que a sua intervenção de qualidade nas áreas produtiva, social e cultural.

Prossegue a instalação de **Centros de Juventude e Telecentros** em todos os Concelhos, considerando a sua importância como espaços de encontro e formulação de iniciativas juvenis, bem como de intercâmbio, lazer, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, formação, etc.

Do mesmo modo, será prosseguida com determinação a abertura e funcionamento das **Pousadas de Juventude** que virão desempenhar um papel importante no fomento da mobilidade e intercâmbio juvenil entre as diferentes ilhas e regiões do país, bem assim no fomento de iniciativas visando a criação do emprego jovem.

A realização de **Campos de Férias** de carácter municipal continua, com a preocupação de elevar cada vez mais a participação dos jovens, o intercâmbio e o debate de ideias.

4.1.6. Direitos Humanos, Liberdades Individuais e Colectivas

Com base no comprometimento permanente e renovado com a Constituição da República no sentido da defesa e afirmação dos direitos humanos, será constante uma forte aposta em políticas de combate a violência baseada no género, no lar ou fora dele, bem como na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Do mesmo modo, serão promovidas políticas de defesa dos direitos dos portadores de Deficiência como forma de resgatar a dignidade, o bem-estar e a igualdade de condições e de tratamento, pelo que continuarão as campanhas nacionais permanentes sobre direitos das pessoas portadoras de deficiência, de prevenção às deficiências, com atenção especial às áreas médica e social, em parceria e articulação com as ONG e assim permitir/assegurar a inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho.

Será dedicada grande atenção à protecção, reinserção social e familiar, com as seguintes acções:

- Intervenções, em particular para amenizar as dificuldades decorrentes da grande vulnerabilidade económica, social e cultural a que estão expostas muitas famílias;
- Promoção da igualdade e equidade de género
- Reforço da acção social escolar muito especialmente na vertente compensação das desigualdades sociais;
- Responsabilização dos jovens em conflito com a lei;
- Promoção e divulgação dos Direitos das Crianças.

4.1.7. Comunicação Social Livre e Qualificada

Gerir bem o sector pressupõe: dotar o País de um quadro legal moderno, uma regulação independente, credível e competente, de profissionais alinhados com as boas práticas do exercício da profissão com isenção, objectividade, compromisso social e sentido de responsabilidade, e prover um serviço público de informação, prestado mediante contrato claro de Concessão de Serviço Público, por empresas públicas de difusão massiva que orientam-se por cultura de economia no seu sentido capital: fomentar o uso racional dos escassos bens à disposição das mesmas para prestar o melhor serviço aos cidadãos.

E é neste quadro de entendimento que se pretende reformar o sector da comunicação social de modo a continuar a contribuir de forma significativa para a prossecução dos eixos principais das estratégias de redução da pobreza em Cabo Verde, assumindo-se como parceira das instituições sociais na luta contra a pobreza e a exclusão social e na promoção da participação democrática dos cidadãos na vida política, económica e social.

Os órgãos públicos, que por lei são os prestadores/ concessionários de serviço público, estão a laborar num quadro de dificuldades organizacional, financeira, tecnológica e de recursos humanos necessários para sua sustentabilidade, num ambiente cada vez mais concorrencial e de exigência de elevado padrão de qualidade.

Assim, necessário se torna, desde logo, aprimorar a prestação do serviço público de comunicação social, quer imprimindo-lhe qualidade e diversidade na programação, quer suprimindo as deficiências de cobertura das emissões de rádio e de televisão.

Levar o sinal da rádio e da televisão pública a todos os cantos do País constitui um dever do Serviço Público, ainda não cumprido na íntegra. Várias comunidades isoladas e pobres, sobretudo no meio rural ainda não têm acesso ao serviço de informação público.

A qualificação dos recursos humanos e a sua distribuição mais equitativa a todo o território nacional é um outro grande “desafio” do sector.

Por outro lado, sendo este um país de emigração, com uma grande comunidade diaspórizada e que participa activamente do processo de desenvolvimento do País, quer através das remessas e da prestação solidária às suas famílias, do investimento económico, quer da participação nos processos políticos e sociais e da afirmação da cultura cabo-verdiana no mundo.

Tudo isso justifica que os prestadores de serviço público de comunicação social garantam esta ligação do País com essa vasta Comunidade de cabo-verdianos residentes na diáspora.

Os meios financeiros e humanos disponibilizados até então, no quadro orçamental, e mobilizados junto dos parceiros de desenvolvimento têm-se revelado insuficientes para fazer galgar o sector a patamares mais elevados de qualidade e extensão do serviço prestado e, logo, para responder aos desafios e as necessidades do sector e da sociedade cabo-verdiana.

É desta forma que, no quadro da estratégia de crescimento e de redução da pobreza 2008-2011, se propõe adoptar medidas políticas e instrumentais para empoderar a comunicação social nacional, com vista a servir de suporte e parceira das instituições públicas e da sociedade civil nos seus esforços de potenciar o crescimento, reduzir o desemprego e debelar a pobreza.

4.1.8. Liberdade económica

As variáveis que servem de base à construção do índice estão agrupadas em dez categorias: política comercial, carga fiscal, intervenção do governo na economia, política monetária, fluxos de capitais e investimento externo, sistema bancário e financeiro, salários e preços, direitos de propriedade, regulação e actividade no mercado informal.

Sobre elas será continuado o trabalho que graduou Cabo Verde a PDM, acedeu o país à OMC, sustentou a parceria estratégica com a EU, bem assim os ganhos da estabilidade macroeconómica, social e política.

Forte investimento e empenho na qualificação dos recursos humanos é condição sine qua non para o sucesso da estratégia de transformação, versus da liberdade económica

4.1.9. Aperfeiçoamento permanente da democracia e da representação política

A democracia e a representação política são questionadas em permanência, de acordo com a dinâmica que elas mesmas forem capazes de imprimir à vida social, económica e social, com vista a serem alcançados patamares superiores de qualidade de vida.

O reforço da cultura democrática e a valorização da democracia representativa aos olhos do cidadão, através da sua dimensão participativa e participada, passa por uma reforma do sistema eleitoral, mas, também, por todo o potencial da sociedade da informação, pelo que urge delinear e executar um programa consistente nesse domínio, de modo a que assegure um maior envolvimento dos cidadãos – tanto no país como na diáspora - na vida política, melhorando a sua relação com as instituições representativas da República.

Para a vigência do DECRP II são delineadas as seguintes medidas que se consideram fundamentais para o desenvolvimento da democracia em Cabo Verde:

- Realização de um novo recenseamento geral, na sequência da reforma do Código eleitoral;
- Realização de experiências com voto electrónico, a diversos níveis, com vista à sua generalização no futuro e à facilitação do exercício do direito de voto;
- Reforço da capacidade técnica da DGAE;
- Utilização das novas tecnologias de informação, como forma de garantir a transparência nos processos de recenseamento e processos eleitorais, aumentando a confiança dos cidadãos eleitores e a criação do e-democracy;
- Revisão do sistema de actualização do recenseamento eleitoral, de forma a facilitar o exercício do sufrágio, eliminando os obstáculos legais actualmente existentes quanto à transferência de inscrições no recenseamento em virtude da mobilidade dos cidadãos eleitores;
- Criação de uma base de dados para os cabo-verdianos recenseados no estrangeiro;
- Promoção da participação de Cabo Verde em organizações internacionais e regionais vocacionadas para a defesa e desenvolvimento da democracia.

4.1.10. Reforma da Justiça

4.1.10.1. Melhorar e tornar célere a resposta judicial

Será dada atenção à área do processo penal, de forma a garantir as perspectivas abertas com as reformas conducentes a uma maior celeridade da justiça penal, assim fazendo combate ao sentimento de impunidade.

O combate à violência baseada no género deve ser objecto de intervenção prioritária, o que passa pela revisão do quadro jurídico-legal que enquadra esta matéria, de forma a fortalecer o marco penal e processual, para assegurar uma protecção integral desde as instâncias jurisdicionais, para além da priorização dos casos VBG em termos processuais.

Face aos novos desafios provocados pela crescente sofisticação do crime organizado, constituirá prioridade o reforço dos meios do Ministério Público, nomeadamente através da criação de um gabinete especializado para o combate à criminalidade económico-financeira e da corrupção, para uma maior celeridade e eficácia das investigações dos correspondentes feitos-crime.

A alteração de regras processuais civis, tornando-as mais leves, desburocratizadas e de imediata acessibilidade, será uma prioridade da agenda legislativa do sector, a par da reforma do contencioso administrativo.

Será igualmente dada prioridade à revisão dos estatutos dos magistrados e reavaliado o sistema de gestão das magistraturas. Serão ainda possibilitadas assessorias técnicas nos quadros orgânicos do Supremo Tribunal de Justiça, da Procuradoria-Geral da República, bem como dos Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público, para possibilitar maior celeridade e melhor qualidade das decisões destes órgãos no exercício das suas funções e atribuições.

Tendo em conta a necessidade de melhoria contínua das condições para que os tribunais exerçam a sua função soberana de administrar a justiça em tempo oportuno, terá lugar o alargamento do número de juizes que integram o Supremo Tribunal de Justiça, bem como o seu funcionamento por secções especializadas.

A capacitação profissional será uma aposta de fundo, tendo em vista a rentabilização auspiciosa de toda a reforma legislativa e da logística material e tecnológica já implementada.

Será ainda dada uma especial atenção à necessidade do reforço da capacidade do sistema

judiciário, nomeadamente através da adopção das seguintes medidas:

- A concretização da reforma da organização judiciária, incluindo a introdução dos tribunais de pequenas causas.
- Implementação da Reforma das Secretarias judiciais e do Ministério Público;
- Continuação da requalificação do parque judicial existente;
- Adopção de uma política coerente de qualificação e formação contínua dos agentes da justiça na área processual e das novas tecnologias;
- O desenvolvimento e a ultimateção da informatização dos tribunais e a sua ligação em rede, entre si e em relação com os restantes sistemas do sector da Justiça;
- Reforço da vertente de combate à violência baseada no género com vista a celeridade da resposta judicial e desagregação dos dados estatísticos sobre os crimes de VBG;
- Será continuada a promoção do acesso ao Direito, na sua fundamental vertente da informação jurídica. Neste contexto, as Casas do Direito serão instaladas em todos os Concelhos do país.

4.1.10.2. Melhoria das condições de segurança nas prisões, promoção de políticas efectivas de reinserção social dos reclusos e crianças e jovens em conflito com a lei

Na área dos serviços penitenciários, vai ser lançado um programa estratégico específico para a continuação do redimensionamento do parque prisional face ao aumento da população prisional e a sobrecarga dos actuais estabelecimentos prisionais, de forma a adequá-los à necessidade de uma mais efectiva separação de reclusos em função da idade, da distinção entre preventivos e condenados e dos níveis de perigosidade de certos reclusos, quando houver. Nesta área, serão igualmente executados projectos articulados que promovam a reinserção social de reclusos a partir das condições institucionais já criadas para o efeito.

Especial atenção será dada à consolidação das medidas institucionais e legais já tomadas em matéria de enquadramento e reinserção social de crianças e jovens em conflito com a lei a par com a conclusão da reforma do sistema de justiça juvenil no quadro da revisão, em curso, do quadro legal e institucional da criança e do adolescente.

4.1.10.3. Melhor serviço de registos notariado e identificação aos cidadãos e às empresas

O processo de modernização e informatização dos serviços de registos notariado e identificação será generalizado a todo o país e serão estabelecidos novos serviços lá onde o crescimento da demanda revele a necessidade de reforço dos meios existentes, apostando-se sobretudo no acesso diferenciado aos serviços, utilizando a via on-line ou balcões diversificados incluindo as Câmaras de Comércio e Indústria e as Casas do Cidadão.

Para a modernização das áreas vocacionadas para as empresas, serão concretizados os projectos na área da legislação comercial para adequar o sistema às crescentes exigências e complexidades das sociedades modernas. O processo de constituição de empresa no mesmo dia, em fase final de implementação será concluído rapidamente. A tabela de emolumentos será revista na linha das diversas propostas existentes nesta matéria.

Continuará a ser dada especial atenção à promoção do registo das crianças à nascença com acções coordenadas com parceiros interessados.

Paralelamente, promover-se-á de forma programada a formação dos agentes do sector e ampliar-se-á o quadro de pessoal lá onde se mostrar necessário.

4.1.10.4. Promover a segurança das pessoas e bens e afirmar a autoridade do Estado

Uma primeira abordagem integrada da situação do país em matéria de segurança apontou as seguintes «Ameaças» ao futuro do país, ao seu desenvolvimento e à segurança dos cidadãos:

No plano da soberania: os tráficos ilícitos (pessoas, estupefacientes – particularmente da cocaína – e armas) e a actuação de organizações criminosas transnacionais na região.

- No plano social: as diversas formas de violência, sobretudo, aquela que vem sendo manifestada através da criminalidade urbana, bem como a relação existente entre o tráfico de drogas e o HIV-SIDA, a violência e a criminalidade urbana, a fragilização da organização das famílias e a eventual porosidade social facilitadora de actividades terroristas.
- No plano ambiental: as actividades de poluição e degradação ambiental.
- No plano económico-comercial: pescas ilícitas, sobre-exploração de zonas pesqueiras, o branqueamento de capitais, o contrabando.

De forma a fazer face com eficácia aos novos desafios emergentes, a estratégia em vista pretende responder aos problemas e necessidades prioritários, de forma transversal, e orientada em função de três vertentes fundamentais:

- **Redução de oferta de drogas** através do reforço de actividades de controlo de entrada e trânsito de drogas, do reforço dos serviços repressivos e exploração de formas mais eficazes de detecção e dissuasão do tráfico no quadro da cooperação internacional para o combate à criminalidade transnacional
- **Redução da procura** relançando a prevenção primária a nível descentralizado, e desenvolver o sistema de prevenção em meio escolar recreativo e de lazer, avaliar as tendências e características da situação das drogas e toxicodependências bem como readaptar o programa de tratamento e de reinserção social às novas necessidades e tendências do consumo
- **Reforço do Estado de Direito Democrático** e de luta contra a criminalidade transnacional organizada englobando a luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais, combate à criminalidade organizada.

Na sequência das reformas já iniciadas foi instituído um sistema de segurança nacional garante da tranquilidade e ordem pública e, logo, favorecedor do desenvolvimento, assente em três pilares fundamentais: as forças policiais (a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária, já atrás referida), o Sistema de informações da República (SIR) e as Forças Armadas.

Melhorar a qualificação e especialização das diferentes forças policiais integradas na Polícia Nacional, o sistema de coordenação e articulação dessas forças tendente ao desmantelamento de redes de crime organizado e ao reforço da segurança nacional, será um objectivo a ser prosseguido.

Paralelamente, a Polícia Nacional vai continuar a ser dotada dos meios necessários à melhoria da sua acção de garante da ordem pública e da legalidade democrática.

Em conformidade com as normas constitucionais e as regras de controlo normais de um Estado de Direito Democrático deverá ser criado e posto a funcionar um **Serviço de Informações da República (SIR)**, capaz de fornecer dados que permitam uma avaliação sistemática dos níveis de perigo e riscos nacionais que possam existir, bem como chamar a atenção das entidades especializadas legalmente competentes para a evolução dos principais factores de risco para a Segurança Nacional.

As **Forças Armadas** devem continuar a ser adequadas à realidade nacional e a um sentido crescente da sua utilidade prática e não apenas doutrinária, e simultaneamente, continuar a consolidar a sua função constitucional de garante da Paz, da soberania, da estabilidade democrática e da unidade nacional e territorial.

Os eixos prioritários da política militar de defesa deverá ter em conta a qualificação permanente dos recursos humanos e o aperfeiçoamento da gestão estratégica dos meios necessários ao cumprimento das suas missões.

4.1.10.5. Protecção Civil ao serviço dos cidadãos

Importante se torna que o país seja dotado de medidas tendentes a minimizar as situações de perigos, privilegiando acções de carácter preventivo e de sensibilização dos cabo-verdianos para os riscos susceptíveis para o país e para as populações, para além se prover os SNPC de meios adequados e de competências necessárias para o cabal cumprimento da sua missão.

Assim, serão adoptadas as seguintes medidas:

- Agir no sentido de instrumentar o sector de protecção civil de uma legislação que facilita ainda mais a implementação do Sistema Nacional de Protecção Civil;
- Trabalhar em coordenação permanente com as autarquias com vista à definitiva instalação dos órgãos municipais de Protecção Civil, entendendo que os Municípios devem ser encarados como pilares-mestres de todo o Sistema Nacional de Protecção Civil;
- Dar continuidade ao esforço, até agora empreendida, com vista ao levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos de origem natural ou tecnológica;
- Estimular e reforçar as acções de sensibilização, informação e formação das populações com recurso a novos instrumentos, propiciando a adopção de medidas individuais e colectivas de prevenção e de auto protecção, em caso de ocorrência de situações de emergência;
- Em estreita colaboração com o Ministério da Educação, agir no sentido de as regras e procedimentos a adoptar em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, nomeadamente no domínio de auto-protecção, serem incluídos nos programas de ensino a vários níveis, nos estabelecimentos escolares do país;
- Aprofundar a cooperação com os parceiros e organismos internacionais ligados à Protecção Civil, nomeadamente a Organização Internacional de Protecção Civil;

- Constituir e organizar a Plataforma Nacional para a Redução dos Riscos de Catástrofes, conforme as recomendações do ISDR (Secretariado Internacional para a Redução de Catástrofes)/ Nações Unidas;
- Elaborar o Plano de Acção Estratégico da Plataforma Nacional para a Redução das Catástrofes.

4.2. EIXO II – Capital Humano

Se na verdade tem havido ganhos importantes no desenvolvimento do país, graças aos importantes esforços do Orçamento do Estado no que tange o ensino, os patamares alcançados, os desafios da globalização e as novas exigências que o processo de desenvolvimento colocam, devem assentar em recursos humanos altamente qualificados, de elevados níveis do saber e conhecimento científico, técnico e tecnológico, única forma de perenizar e tornar sustentado o desenvolvimento, bem como de enfrentar e ganhar a batalha da competitividade.

De acrescentar ainda, a cultura e a cidadania, como factores essenciais da modelação das atitudes e comportamentos.

4.2.1. Modernizar o sistema educativo, para mais qualidade e equidade do desenvolvimento

Não obstante se ter edificado um sistema estruturado e que consagra o direito à educação, gerou-se um sentimento generalizado e bem enraizado na opinião pública, da urgência de se efectuar um esforço adicional para seu aperfeiçoamento.

Neste contexto, serão desenvolvidos programas de melhoria da qualidade e da equidade na educação, adoptando os seguintes princípios orientadores:

- (i) Da qualidade, deslocando-se o foco para o processo e resultados da aprendizagem;
- (ii) Da equidade, implicando uma grande sensibilidade institucional para as diferenças locais e sociais no acesso à educação, dando uma atenção especial às regiões e grupos sociais menos favorecidos;
- (iii) Da pertinência social e económica traduzindo-se numa procura constante de ganhos sociais e económicos para Cabo Verde e para os cabo-verdianos;
- (iv) Da participação das famílias nos custos e na gestão e tomada de decisões;

- (v) Da descentralização responsável e progressiva da gestão do sistema educativo de acordo com as potencialidades e capacidades das autarquias locais;
- (vi) Da parceria social, através do apoio às iniciativas privadas a todos os níveis do ensino, incluindo o superior.

Sem substituir ou limitar o papel do Estado na definição e implementação das políticas para o sector, será **promovido e fomentado o ensino privado** entendido como uma opção e complemento ao ensino público, adoptando-se medidas que garantam a sua qualidade, com o imprescindível envolvimento de parceiros, nomeadamente as igrejas, as ONGs e as OSCs.

Para se viabilizar a modernização do sistema, ancorado nos princípios acima definidos, torna-se necessário desenvolver estudos, avaliar opções programáticas e desenvolver cenários alternativos que permitam o lançamento das bases de um Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, através do diálogo permanente com a sociedade e os diferentes actores sociais.

Para uma **maior eficiência e eficácia na prestação dos serviços de educação** a realização dos objectivos do sistema educativo e sua modernização implicam, necessariamente, uma capacidade **institucional sólida nas áreas de gestão, planeamento e avaliação e, naturalmente, a capacidade técnica para a implementação de programas e projectos de desenvolvimento do sistema.**

O bom desempenho do sistema deverá ser aferido em função da qualidade de serviço prestado ao público e aos clientes do sistema. Para isso, a **descentralização e o aprofundamento da autonomia das escolas** constituem ainda desafios incontornáveis. Por outro lado, será necessário aprimorar os mecanismos de supervisão e de avaliação indispensáveis à pilotagem do sistema.

4.2.1.1. Educação pré-escolar: qualidade e parceria

Apesar dos avanços conseguidos nos últimos cinco anos e de um crescente reconhecimento da sua importância social, o subsistema continua ainda padecendo da falta de uma visão *holística* da criança e, portanto de uma abordagem integrada da pequena infância, constituindo este facto um forte constrangimento à eficácia das acções desenvolvidas, a um maior envolvimento dos diferentes parceiros e a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Destinada a crianças entre 4/6 anos, a frequência à educação pré-escolar não é obrigatória e os custos são suportados pelas famílias, pelo Estado, pelo Poder Local e diversas outras entidades não-governamentais. Mais de 65% das crianças frequentam este subsistema onde subsistem ainda assimetrias no atendimento e na qualidade das ofertas, abrangendo sobretudo as zonas socialmente mais desfavorecidas.

Assim sendo,

- Serão desenvolvidas de coordenação das acções ao nível institucional e político e implementados programas transversais que fomentem um clima de cooperação e participação de todos os actores no processo educativo – a família, a comunidade e a criança como centro de todo o processo.
- Os esforços de avaliação das condições pedagógicas, económicas e sanitárias dos jardins-de-infância iniciados na legislatura anterior serão continuados e normas e medidas correctivas serão introduzidas de modo a consolidar e alargar o atendimento e a participação das famílias.
- Será continuada a política de formação de monitores e demais agentes educativos e assegurada a orientação e o apoio pedagógico.
- Serão criadas condições para o enquadramento sócio-laboral dos agentes educativos do pré-escolar, em parceria com os municípios, os privados e as ONG'S de forma a tornar atractiva a respectiva carreira e incentivar a expansão da educação pré-escolar.

4.2.1.2. Ensino Básico: uma escolaridade obrigatória de qualidade

A actuação consistirá na continuidade, adoptando-se medidas para o reforço da melhoria da qualidade pedagógica, para a diminuição das assimetrias geográficas e sociais no acesso e, também para o desenvolvimento de atitudes, valores, comportamentos, capacidades, aptidões, ao mesmo tempo que promoverá a aquisição de conhecimentos técnicos.

A qualidade do ensino ministrado neste nível continuará a ser o objectivo primeiro, destacando, entre outras, as seguintes medidas:

- Avaliação da qualidade do subsistema de ensino básico, no sentido da sua optimização a fim de se tomarem medidas de melhoria;
- Implementação de medidas de revisão curricular e melhoria da articulação com o ensino secundário;

- Reforço e consolidação das estruturas e diversificação das ofertas formativas da formação do pessoal docente, visando a erradicação da não qualificação de professores, bem como a melhoria do acompanhamento pedagógico;
- Reforço de medidas de desenvolvimento do ensino e formação a distância;
- Melhoria e expansão do parque escolar, mediante acções de manutenção preventiva, recuperação, expansão e apetrechamento das escolas com material adaptado ao projecto pedagógico;
- Fortalecimento da educação especial com ênfase na integração escolar das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE)
- Fortalecimento da política de promoção e de redução da retenção gradual no ensino básico;
- Melhoria de condições institucionais, pedagógicas e académicas que favoreçam a formação de quadros qualificados na gestão, coordenação pedagógica e inovação, a nível do subsistema de ensino básico;
- Criação de condições para o aumento efectivo de horas lectivas no ensino básico, a nível de Concelho;
- Alargamento gradativo da escolaridade básica de oito anos, na observância dos parâmetros da qualidade, da equidade e da sustentabilidade financeira.

4.2.1.3. Ensino Secundário: sua eficácia e sustentabilidade

A universalização do ensino básico provocou um rápido crescimento do ensino secundário que tem tido como objectivo fundamental somente a continuação dos estudos.

Considera-se, contudo, que neste nível de ensino se deve privilegiar a **aquisição de técnicas de aprendizagem** (aprender a aprender) aliada a uma **sólida base em línguas, nas tecnologias e nas ciências**, tendo em vista uma educação geral de qualidade e com um padrão curricular comum.

Serão prosseguidas as seguintes acções:

- Aperfeiçoamento do Ensino Secundário Geral e Técnico em articulação com a Formação Profissional. **Os programas de formação complementar profissionalizante serão implementados em estreita articulação com o sistema de formação profissional e em parceria com o mundo empresarial;**
- Generalizar o acesso ao 1º ciclo e continuar a expansão de forma progressiva e controlada do 2º ciclo e 3º ciclos;
- Reformular toda a estrutura curricular de cada um dos ciclos de ES;
- Reforçar nos currícula e nas práticas pedagógicas valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a cultura da paz, a solidariedade e a justiça social;
- Reequacionar a problemática do ensino das línguas;
- Fortalecer a educação especial com ênfase na integração escolar das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE)
- Implementar os Centros Integrados de Recursos e Competências no apoio à inovação de metodologias de ensino a distância, para a formação de quadros e docentes;
- Revisão e utilização dinâmica da carta escolar a fim de se poder melhorar a gestão dos fluxos escolares, programar os investimentos em infra-estruturas e equipamento, nomeadamente o de laboratório, informática e material didáctico-pedagógico e à recuperação do parque escolar;
- Regulamentar e apoiar o desenvolvimento do ensino secundário privado.

Uma outra preocupação para o sector é a da consolidação dos ganhos e valorização científica e profissional da carreira docente, o que passará, de entre outras medidas previstas, pela renovação das instituições e dos sistemas de formação, de acompanhamento, de actualização e de avaliação da formação de docentes.

Prevê-se, igualmente, o relançamento de dispositivos de orientação escolar e profissional para apoiarem os estudantes com informações claras que facilitem as escolhas e opções de formação (secundário geral ou técnico e superior).

4.2.1.4. Ensino Superior: reforço da massa crítica para o desenvolvimento e sustentabilidade

A realidade do ensino superior em Cabo Verde está hoje marcada por uma forte procura social, por um quadro plural de instituições públicas e privadas, pela tendência ao estabelecimento no país de instituições estrangeiras e ainda pela instalação da universidade pública. Contudo, é de se reconhecer a existência de um défice de enquadramento estratégico, jurídico e institucional dessa nova realidade.

Tendo em conta a opção política de Cabo Verde por um ensino de qualidade e o entendimento do ensino superior como instrumento de desenvolvimento duradouro do país e motor de sua inserção competitiva no mercado mundial, propõe-se as seguintes medidas de desenvolvimento deste subsistema para os próximos cinco anos:

- Elaboração, aprovação e implementação de normas reguladoras do funcionamento e financiamento do Ensino Superior, nomeadamente, os Estatutos do Ensino Superior Público, Privado e Cooperativo, a regulamentação e funcionamento da Comissão Nacional de Equivalências, e ainda medidas que se prendem com a sustentabilidade financeira do sistema de bolsas de estudo;
- Credenciamento de instituições e cursos do ensino superior segundo padrões e critérios de aferição da qualidade definidos em diálogo com a comunidade técnica e científica.
- Redefinição e reforço da política sócio-educativa e de financiamento da formação superior, tendo em conta a nova realidade do ensino superior;
- Criação e instalação de um órgão regulador da qualidade do ensino, habilitado para realizar e promover, de forma periódica, a avaliação do desempenho das instituições;
- Promoção da investigação e da divulgação dos seus resultados;
- Desenvolvimento e estímulo da prática do ensino a distância;
- Implementação de medidas de acompanhamento social e académico dos estudantes no país e no exterior.

Para além disso, vai-se continuar a desenvolver esforços tendentes a criação das condições infraestruturais convencionais e apostar fortemente nas novas tecnologias de informação e

comunicação para a edificação de um sistema de ensino superior com enfoque na formação à distância como meio de redução de assimetrias.

No que diz respeito ao ensino superior no estrangeiro, prevê-se continuar a analisar os resultados académicos e a qualidade de vida dos estudantes no exterior, a par da forma como os seus estudos são organizados e financiados, a fim de se definirem e negociarem novos acordos com universidades de acolhimento e otimizar as relações custo/eficácia.

4.2.1.5. Educação de Adultos: Promoção do Desenvolvimento Pessoal e Social

O *subsistema de educação extra-escolar* compreende as actividades de educação de base de adultos, o ensino secundário recorrente e a aprendizagem e formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão.

Um dos grandes desafios para os próximos anos é a implementação de sistema nacional de formação de adultos à distância, através da rádio, enquanto modalidade especial de ensino e que permite ampliar a oferta de oportunidades de cursos sócio profissionais, a partir dos locais de trabalho e oferecer oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos à procura de emprego, através de abordagens pedagógicas inovadoras que permitam uma experiência de ensino-aprendizagem adequada às características dos participantes e as demandas de conhecimento e actividades profissionais. Serão implementados, sob forma de unidades capitalizáveis, vários cursos de formação à distância, ligados ao sector dos serviços, com especial destaque para o turismo, meio ambiente e educação para cidadania.

Para o apoio a estas medidas vai-se apostar nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e na Rádio Educativa, instituição que evoluirá para um Instituto Radiofónico.

4.2.1.6. Ciência e Tecnologia, versus inovação, ao serviço do desenvolvimento

Com a entrada em efectividade da universidade pública, estarão reunidas para a emergência e a consolidação de uma cultura moderna e científica, face aos desafios impostos pela globalização, através da difusão, adaptação e uso de novos processos, formas de organização, produtos e serviços.

Para isso, serão indispensáveis parcerias com o sector privado e a comunidade científica internacional, criação e promoção de uma elite técnica e científica nacional, conforme as prioridades de desenvolvimento do país.

Em ordem à obtenção de resultados palpáveis de uma tal política a acção será centrada, prioritariamente, em:

- Formular uma política nacional de Ciência e Tecnologia consentânea com os recursos humanos e materiais.
- Generalizar, progressivamente, a ligação das escolas à Internet em todos os níveis de ensino.
- Promover clubes de ciência e outras iniciativas nas escolas, em áreas de conhecimento que privilegiem, por exemplo, o mar e o ambiente.
- Criar condições para o desenvolvimento de uma capacidade endógena para a investigação e a inovação.
- Disponibilizar recursos para a implementação de programas de formação avançada e de apoio à C&T.
- Mobilizar os cidadãos para a sociedade de informação e do conhecimento.

4.2.1.7. Formação técnica e profissional para o emprego

A Formação Profissional, será encarada de forma sistémica e como factor de desenvolvimento e valorização do capital humano, e instrumento crucial para o desenvolvimento socioeconómico do país em geral, devendo, por conseguinte, proporcionar ao mercado nacional as competências e qualificações coerentes com as estratégias de crescimento e competitividade, definidas.

Neste quadro haverá esforços para a criação das condições institucionais, humanas e financeiras necessárias à estruturação do sistema nacional de formação, através da implementação do Plano Estratégico de Formação Profissional para o período 2006/2010, segundo seis eixos estratégicos, a saber:

- Estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/ Formação/ Emprego;
- Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências Profissionais;

- Estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a Formação Profissional inicial;
- Promoção e Desenvolvimento da Formação Contínua, com a participação das empresas e de outros parceiros sociais envolvidos na Formação Profissional;
- Criação e implementação de um Centro de Formação e Actualização Permanente para formadores e tutores;
- Organização de um sistema de informação estatística para a formação profissional, nomeadamente através da criação de um Observatório da Formação Profissional. Pretende-se com este Observatório a produção de estatísticas da FP e o acompanhamento e a análise da evolução desta actividade, nomeadamente no que se refere ao impacto das formações realizadas, de forma a produzir informações fiáveis e Credíveis para o sustento da elaboração de políticas para o sector.
- Desenvolvimento e apoio a acções de disseminação da formação técnica e profissional.

Como medidas prioritárias para a implementação das políticas aprovadas e execução dos respectivos instrumentos, em particular o **desenvolvimento da capacidade empreendedora**, muito em especial os jovens, terão lugar:

- A reconfiguração institucional do Sistema de Formação Profissional.
- A constituição e a definição de mecanismos de alimentação do Fundo da Formação Profissional, num quadro de parceria com outras instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- A criação de uma rede de Centros de Formação Profissional com vista a garantir-se uma cobertura satisfatória do território nacional, a diversificação da oferta formativa e uma resposta mais consentânea com as demandas da economia e da sociedade.

4.2.2. Cultura, educação, cidadania

As estratégias definidas para o sector traduzem-se na necessidade de:

- Adopção de uma política linguística adequada à realidade linguística nacional;

- Desenvolvimento de uma política de infra estruturação cultural sustentável, optimização e utilização dessas infra-estruturas através do relançamento de actividades de animação, de defesa e de promoção culturais;
- Concepção e aplicação de uma política cada vez mais dinâmica para o sector do livro e dos arquivos;
- Implementação de uma política cultural conseqüente para a emigração;
- Desenvolvimento e incentivo ao ensino, à formação e à qualificação nos domínios da história, da arte integrada, particularmente da música, como também da antropologia cultural, em geral;
- e adopção de medidas de incentivos à criação nos mais diversos domínios da arte e da cultura.

Atendendo que uma das âncoras do desenvolvimento do país é o turismo, e para que se desenvolva uma política cultural que confira ao turismo a autenticidade requerida, propõe-se que a legislação sobre o turismo tenha sempre em conta os aspectos culturais; que as infra-estruturas turísticas, na sua concepção, tenham em conta a cultura, podendo ser, por isso, sujeito de incentivos; que o consumo cultural do turismo tenha em boa conta o mercado local da cultura; que se defina uma percentagem do retorno turístico para investimentos na cultura; e que os operadores turísticos e económicos que investirem na cultura possam beneficiar de incentivos fiscais.

4.3. EIXO III – Competitividade: Vencer os Desafios do Desenvolvimento Sustentado e da Globalização

A abordagem do eixo estratégico competitividade veicula a metodologia integrada baseada no quadro lógico que dá suporte à elaboração do DECRP II. Neste âmbito trata a problemática da competitividade numa perspectiva sistémica e multidimensional. Reafirma a natureza fundamentalmente microeconómica da competitividade sem deixar de considerar as valências macroeconómica e mesoeconómica, nos planos transversal e sectorial. Refira-se que a perspectiva sistémica da competitividade tem permitido o estabelecimento de rankings a nível internacional, dos quais Cabo Verde participa, nomeadamente sobre a liberdade económica e o “doing business” do Banco Mundial.

No quadro da consolidação e sustentabilidade do processo de desenvolvimento do país, os próximos anos são cruciais face aos desafios da concretização (i) de um crescimento forte e sustentado - ancorado num contexto de estabilidade macroeconómica - que seja gerador de riquezas, de emprego e conducente à redução da pobreza e à inclusão social (ii) de uma economia competitiva suportada pela qualificação das pessoas, pela produtividade, pela qualidade e pela inovação.

O quadro da política económica virada para um crescimento económico acelerado e sustentado, num contexto de estabilidade macroeconómica, visando um patamar de dois dígitos e a redução da taxa de desemprego para níveis próximos de 10%, requer necessariamente:

- A salvaguarda da estabilidade macroeconómica, de acordo com uma actuação orientada pela preservação dos grandes equilíbrios macroeconómicos e inscrita numa política integrada e consistente em relação às finanças públicas, ao sector monetário, à economia real e à balança de pagamentos;
- A implementação de medidas de política de natureza transversal aos diferentes sectores, associadas aos factores dinâmicos de competitividade, à redução dos custos de contexto, ao fortalecimento de relações e conexões intersectoriais que contribuam para alavancar os sectores dinâmicos da economia e à promoção do investimento privado bem como do desenvolvimento empresarial;
- A promoção dos sectores dinâmicos da economia, onde as oportunidades de criação de valor baseada em vantagens competitivas se conjuga com a propensão para a criação do empregos.

4.3.1. A Estabilidade Macroeconómica como Condição Necessária ao Crescimento e Desenvolvimento Sustentados

A estabilidade macroeconómica é considerada de forma clara no Programa do Governo como uma condição necessária e um requisito permanente da competitividade, do crescimento e do desenvolvimento sustentados do país e constitui reconhecidamente um factor favorecedor das condições de vida dos grupos sociais mais vulneráveis, não apenas a nível do crescimento económico como também face à punção exercida pela inflação sobre o poder de compra dos mesmos e o efeito nefasto de taxas de juro elevadas no seu acesso ao crédito. Neste sentido o cenário macro-económico de enquadramento do DECRP II inscreve-o num contexto de

estabilidade, decorrente em grande parte da articulação e consistência das políticas dos quatro principais macro-setores da economia.

A economia cabo-verdiana deverá manter a sua trajetória ascendente durante o período de vigência do DECRP II (2008-2011), atingindo em média um crescimento em torno dos dois dígitos, cerca de 2 pontos percentuais acima da média registada no período 2004-07, fase em que vigorou o DECRP I.

Para o período 2008-11, período de vigência do DECRP II, optou-se também por um cenário macroeconómico relativamente prudente, tendo em conta a importância da credibilidade do DECRP para o sucesso da estratégia de desenvolvimento do país, com destaque para a mobilização de recursos externos e a existência de um contexto internacional caracterizado por um nível elevado de incerteza, com ênfase para a evolução dos preços dos combustíveis e dos riscos que impõe riscos no lado descendente.

Para o cenário favorável antecipado de aceleração do crescimento económico a nível interno deverá contribuir um conjunto variado de factores.

Começando pelo investimento interno bruto, na óptica da formação bruta de capital fixo, atingirá em média 60.7% em relação ao PIB, face aos 40% do período 2004-2007, apresentando, em média, uma taxa de crescimento de 25.5% em termos nominais. Numa análise mais desagregada da formação bruta de capital fixo, a componente privada, com um peso crescente, deverá atingir em média 50.5% em relação ao PIB e 83.2% do total, apresentando uma taxa média de crescimento em termos correntes de 27.6%.

Em termos nominais, deverá ascender à volta de 94.3 mil milhões de escudos em média e cerca de 126.4 mil milhões de escudos no final do período, reafirmando claramente o papel propulsor do sector privado na dinâmica de crescimento da economia nacional. A componente pública apresenta igualmente uma trajetória ascendente em relação ao PIB e deverá representar em média cerca de 10.2% do PIB, o correspondente a 16.8% do total e 15.7 mil milhões de escudos em termos nominais, atingindo em 2011 a fasquia dos 20.4 mil milhões de escudos. Este cenário espelha assim o esforço de investimento a realizar por parte dos poderes públicos, com realce para a infra estruturação económica e social do país, indispensáveis à concretização das metas fixadas na estratégia de redução da pobreza e na agenda de transformação.

Numa análise do produto na óptica da oferta, antecipa-se a aceleração do crescimento económico durante o período, 2008-11, com base nas seguintes taxas médias anuais de crescimento: agricultura, silvicultura e pecuária 4.5%; pescas 4.4%; indústria e energia 7.7%; construção 17.8%; comércio 8.07; hotéis 13.6%; transportes e comunicações 7.7%; bancos e seguros 5.4. Todos os sectores supra-referidos deverão conhecer uma aceleração da taxa média de crescimento em comparação com o período de vigência do DERP I, 2004-07.

4.3.1.1. Finanças Públicas

A política orçamental deverá manter uma contribuição fundamental - enquanto principal instrumento da política económica no contexto da paridade fixa com o euro - para a preservação de um ambiente macroeconómico relativamente estável e o sector das finanças públicas deverá continuar a impulsionar, na sua área de intervenção, as reformas estruturais para a promoção de um crescimento económico robusto e sustentado. A gestão das **finanças públicas** será orientada para uma melhor priorização das despesas públicas, patente designadamente na evolução do saldo corrente primário e num esforço acrescido do lado da realização do investimento público.

No concernente às **receitas**, as totais deverão atingir durante o período em média cerca de 31.7% face ao PIB, ascendendo no final do período a cerca de 55.7 mil milhões de escudos. As fiscais deverão situar-se em torno de 23.3% do PIB, atingindo a fasquia de 45.1 mil milhões de escudos em 2011, reflexo do aumento da capacidade de arrecadação das mesmas associada por um lado, ao aumento da eficiência fiscal e por outro, à continuação da boa dinâmica da economia cabo-verdiana. No que concerne aos donativos, tendo em conta a sua recente trajectória e a graduação de Cabo Verde do grupo de Países Menos Avançados, deverão diminuir o seu peso no PIB, situando-se, em média, em torno de 5.6%, cerca de 1.3 pontos percentuais abaixo da média do período anterior, atingindo em 2011 cerca de 6.2 mil milhões de escudos.

Relativamente às **despesas**, deverão totalizar cerca de 33.3% do PIB, no quadro de uma trajectória descendente em termos relativos, alcançando a cifra de cerca de 58.2 mil milhões de escudos no final do período. As despesas correntes, deverão também evidenciar um peso decrescente no PIB, situando-se em média em torno de 19.3% do PIB, atingindo em 2011 cerca de 18.6% do PIB, aproximadamente 32.4 mil milhões de escudos em termos nominais.

As **despesas de investimento** deverão atingir em média 12.5 % do PIB, mais 0.2 pontos percentuais do que o valor registado no período antecedente, 2004-07. A taxa média anual de

crescimento prevista é de 10% em termos nominais e as despesas de investimento deverão ser aplicadas de forma prioritária nas áreas cruciais para o crescimento e a redução da pobreza.

Não obstante o esforço de contenção das despesas correntes em termos relativos, com vista à libertação de recursos para o investimento público, a **mobilização de recursos externos** em termos favoráveis numa perspectiva de análise custo-benefício, continua a revelar-se imprescindível à concretização do programa de investimentos públicos, constituindo no quadro deste cenário macroeconómico uma condição “sine qua non” à concretização das metas de redução da pobreza fixadas no DERP II e por conseguinte uma das prioridades fundamentais do DERP II.

O **deficit orçamental** global incluindo donativos, no período em análise, deverá manter a sua trajectória decrescente em termos relativos registada nos últimos anos, situando-se em média a cerca de 3% do PIB. Todavia importa salientar a necessária mobilização de recursos suplementares preferencialmente sob a forma de donativos e de empréstimos em termos concessionais para cobrir o diferencial de financiamento que advém essencialmente do esforço de investimento público.

No que se refere à **dívida pública**, a sua gestão deverá ser norteada pelos princípios da sustentabilidade e da equidade inter-geracional, quer da componente interna como da externa. Em relação à dívida interna, deverá manter a sua trajectória decrescente em termos relativos, conforme o acordado com o FMI no âmbito do Instrumento de Apoio às Políticas Económicas e Financeiras, estabilizando-se, em média, em torno dos 20% do PIB. A dívida pública total deverá evidenciar uma trajectória compatível com a sustentabilidade das finanças públicas e com uma envolvente macroeconómica relativamente consolidada, devendo o rácio da dívida pública total em relação ao PIB apresentar uma tendência decrescente, evolução para a qual deverá também contribuir a aceleração da taxa de crescimento do PIB durante o período.

4.3.1.2. Situação Monetária

No quadro do cenário macroeconómico do DERP para o período 2008-2011, os objectivos e as metas monetárias veiculam a estreita articulação com a política de estabilidade macroeconómica, com ênfase para a política orçamental e são consistentes com a continuidade duma política de preservação da estabilidade de preços, da credibilidade do regime cambial e com a canalização dos recursos financeiros internos preferencialmente para o financiamento do sector privado. Neste contexto, durante a vigência do DERP II, as reservas cambiais deverão reforçar o seu peso em relação às importações de bens e serviços prevendo-

se que aconteça o mesmo relativamente ao crédito ao sector privado na estrutura do crédito interno líquido total.

Prevê-se que a **massa monetária** alargada cresça em média durante o período, em torno dos 14%, 1 ponto percentual acima da taxa média de crescimento do PIB nominal, admitindo a hipótese de velocidade de circulação da moeda constante. Assim, durante o período, com base numa evolução ascendente, a massa monetária deverá atingir o montante de cerca de 111 mil milhões de escudos em 2008 contra 167 mil milhões de escudos em 2011.

A prossecução de uma política macroeconómica consistente, de estreita articulação da política orçamental com a política monetária, os sectores real e externo da economia, deverá traduzir-se numa evolução dos preços consonante com os objectivos de estabilidade monetária e de melhoria da competitividade externa, prevendo-se que a **taxa de inflação** se situe em média em torno dos 3% ao longo do período.

Quanto às disponibilidades líquidas sobre o exterior, deverão atingir em média no referido período cerca de 50.4 mil milhões de escudos, no contexto de um crescimento regular, ascendendo a cerca de 59.8 mil milhões de escudos em 2011, um crescimento de 50.4% face ao valor do início do período. Em termos relativos, a evolução positiva prevista deverá reflectir-se no aumento das reservas internacionais em relação às importações de bens e serviços, com base numa trajectória moderadamente ascendente, cifrando-se em média em 3.4 meses de importações do ano seguinte, com um máximo de 3.5 meses de importações em 2011. Para esta evolução deverá contribuir, em particular, a continuação do bom desempenho quer das exportações de serviços como do investimento directo estrangeiro.

4.3.1.3. Balança de Pagamentos

Não obstante o comportamento positivo esperado do lado da **balança de serviços**, que em termos médios deverá atingir um excedente anual de cerca de 32.9 mil milhões de escudos, a conta corrente continuará a ser caracterizada por um défice estrutural, que ao longo do período apresentará um valor médio anual em torno dos 8% do PIB.

Relativamente às **exportações** de serviços, a sua evolução esperada deverá reflectir uma maior internacionalização da economia do país. Nesta perspectiva, com um crescimento médio em termos correntes em torno de 18.2%, as exportações de serviços, em média durante o período, deverão atingir cerca de 68.1 mil milhões de escudos. Desta esperada evolução favorável das exportações serviços, que deverão evoluir positivamente correlacionadas com o investimento directo estrangeiro, prevê-se para o conjunto do período um montante de

exportações ligadas ao turismo de cerca de 45.5 mil milhões de escudos em média anualmente e de 15.7 mil milhões de escudos para as exportações associadas aos transportes, dois sectores considerados estratégicos no quadro da agenda de transformação.

Em termos globais, a balança de pagamentos deverá apresentar um excedente médio de cerca de 2.9% do PIB, contribuindo assim para o reforço das reservas cambiais do país.

Finalmente e em relação às **reservas cambiais**, deverão atingir em média cerca de 3.4 meses de importações de bens e serviços previstas para o ano seguinte, situação compatível com a credibilidade e estabilidade do regime cambial caracterizado pela paridade fixa com o Euro.

| Quadro 18 - Principais Indicadores Económicos | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| PIB (taxa crescimento real) | 7.8 | 8.4 | 10.2 | 10.2 |
| Inflação | 3.0 | 2.8 | 3.3 | 3.1 |
| Massa Monetária (taxa crescimento) | 12.6 | 13.5 | 16.1 | 14 |
| Saldo Orç Global (CVE 10 ⁹) | -3,4 | -2.0 | -1,4 | -2,5 |
| Saldo Orç Global (em % PIB) | -2.7 | -1.3 | -0.8 | -1.4 |
| Saldo Corrente Primário (CVE 10 ⁹) | 9.4 | 11.6 | 15.3 | 19.8 |
| Saldo Corrente Primário (em % PIB) | 7.5 | 8.3 | 9.4 | 10.9 |
| Investimento Público (CVE 10 ⁹) | 11.8 | 13.6 | 17.7 | 19.9 |
| Reservas cambiais (meses import) | 3.2 | 3.3 | 3.4 | 3.5 |

| Quadro 19 - Outros Indicadores Económicos | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| PIB nominal (CVE 10 ⁹) | 129.6 | 144.6 | 160.7 | 178.9 |
| Receitas Totais (% PIB) | 31.4 | 31.7 | 31.9 | 31.7 |
| Receitas Fiscais (% PIB) | 23.1 | 23.3 | 23.7 | 23.3 |
| Despesas Totais (% PIB) | 34.1 | 33.1 | 32.7 | 33.3 |
| Despesas Investimento (% PIB) | 12.2 | 12.1 | 13 | 12.5 |
| Peso Crédito Economia no Crédito Interno Líquido (%) | 72.4 | 75.6 | 76.7 | 78.6 |

4.3.2. Medidas Transversais e Redução dos Custos de Contexto

As medidas de política de natureza transversal e ligadas à redução dos custos de contexto são amiúde direccionadas para factores intangíveis, normalmente considerados factores dinâmicos de competitividade. No DECRP II destaca-se a necessidade de promoção da produtividade, da

qualidade dos serviços, do sector privado e do desenvolvimento empresarial, das tecnologias de informação e comunicação, duma política fiscal potenciadora da competitividade e de reforço da regulação.

4.3.2.1. Promover Ganhos de Produtividade e Melhoria da Qualidade dos Serviços

A produtividade constitui uma condição necessária à garantia da competitividade sustentada da economia do país, com destaque para as empresas cabo-verdianas, que deverão assumir crescentemente o papel de principais fontes de geração de riqueza. Isto implica deixar de “fazer mais do mesmo” e passar a fazer cada vez mais, mas sobretudo melhor, com mais qualidade, menor custo e maior rapidez. Juntamente com os factores trabalho e capital, a produtividade constitui um factor fundamental do crescimento e uma determinante do crescimento sustentado. Acresce ainda que a remuneração sustentada dos factores, com destaque para os rendimentos do trabalho, está directamente ligada à evolução da produtividade, conforme explicita o acordo tri-partido (Governo, Sindicatos, Empresariado) de concertação estratégica vigente no país, assumindo assim a promoção da produtividade uma importância crucial no quadro do DECRP II, pelo seu impacte directo no rendimento das famílias e na melhoria da performance do país, maxime na qualidade de vida das pessoas.

Assumem relevância específica na produtividade o capital humano¹⁷, a inovação tecnológica e a qualidade da política económica, destacando-se neste eixo as política fiscal e de regulação.

Considerando a importância crescente da produtividade, numa altura em que Cabo Verde adere à OMC e se confronta com a necessidade de reforçar significativamente o peso dos bens e serviços transaccionáveis na sua estrutura produtiva - visando o desenvolvimento de uma base produtiva diversificada, sólida e competitiva - apostar-se-á na promoção de uma Política de Inovação, assente nas novas tecnologias de informação, na protecção da Propriedade Intelectual e na Gestão da Qualidade alicerçada na adopção de normas e padrões para os produtos e serviços de origem cabo-verdiana de acordo com as melhores práticas internacionais.

Serão superados ou minimizados determinados constrangimentos que se opõem à produtividade e à competitividade da economia e que se prendem, nomeadamente, com:

¹⁷ Pela sua importância erige-se como um eixo estratégico do DECRP II
Page of 232

- **Dimensão** – A acção visará facilitar o aparecimento de empresas e grupos com dimensão que lhes permita enfrentar com sucesso a concorrência em sectores-chave como o turismo, a construção civil, os transportes, as telecomunicações, a energia e os serviços financeiros.
- **Custo e acesso aos factores de produção** – no sector bancário sofreram uma descida, nomeadamente a nível das taxas de juro, e o Governo agirá no sentido de contribuir para a manutenção dessa tendência. Por outro, a melhoria progressiva da notação de Cabo Verde em termos do risco país, facilitará o acesso do Estado e dos agentes económicos privados a fontes de financiamentos mais concorrenciais. Dar-se-á continuidade ao programa de infra estruturação e de modernização do país, de forma a melhorar o custo dos factores de produção.
- **Custos de Contexto** - serão continuadas as políticas públicas de modernização da Administração Pública no sentido (i) da melhoria do acesso, da qualidade e eficácia da justiça de modo a reforçar a segurança do clima de negócios, com vista a facilitar o estabelecimento e a gestão de negócios como também a funcionar como atracção ao estabelecimento de novos empresários (ii) e do aprofundamento da reforma da administração pública, nomeadamente pela via da capacitação dos servidores públicos, da focalização no utente/cliente e nos resultados, da simplificação dos procedimentos, da informatização, do lançamento e consolidação de iniciativas estruturantes como a Casa do Cidadão e a Empresa no Dia.

A competitividade da economia cabo-verdiana nos mercados interno e internacional implica enveredar para os sectores em que detém vantagens comparativas e transformá-las em vantagens competitivas. Passa por fazer melhor do que os competidores e por uma focalização estratégica, enquadrada pela estratégica de transformação, esforçando-se por fazer bem aquilo que só as suas condições permitem fazer.

Saliente-se a este nível o caso paradigmático dos produtos da cultura cabo-verdiana que são, por definição, únicos (música, literatura, culinária, festas de romaria, património material); a localização geográfica e o clima que dela resulta são únicos; as qualidades da nossa população são únicas, a geografia das ilhas é única. Importa pois imprimir alta competitividade nos sectores de actividade económica que são tributários desta vantagem, através de políticas públicas específicas de qualificação e promoção.

Relativamente à qualidade, será criado um Departamento de Gestão da Qualidade, célula organizativa encarregue pela implementação e gestão das questões relativas à qualidade, isto

é, pela elaboração, registo e publicação das normas nacionais, pela criação e implementação do Sistema Nacional de Qualidade, pela gestão das questões relacionadas com a metrologia, certificação e creditação, visando a promoção dos produtos e serviços “made in Cabo Verde”.

4.3.2.2. Promoção do Sector Privado e Desenvolvimento Empresarial

O sector privado desempenha crescentemente o papel de motor do crescimento económico e de sector dominante da economia, patente nomeadamente no peso do investimento privado no investimento global e do emprego no emprego global. O investimento privado tem-se concentrado em sectores mais dinâmicos e competitivos, facilitando assim uma melhor afectação dos recursos com incidência notável na produtividade e modernização tecnológica.

Ao Estado compete sobretudo regular a economia e criar condições para o seu desenvolvimento. Por isso, é objectivo do Governo apoiar o desenvolvimento de um tecido empresarial forte e dinâmico.

A Boa Governação, com ênfase para a Estabilidade Macroeconómica, é um recurso estratégico para a competitividade global do país e para promover o investimento privado. Contudo políticas específicas e pró-activas de promoção do investimento privado deverão ser prosseguidas.

Os principais obstáculos ao desenvolvimento do sector privado continuam a ser as dificuldades de acesso ao crédito, a pequenez do mercado, a formação e qualificação profissional, a capacidade empresarial, a assistência técnica para a elaboração e montagem de projectos e uma gestão moderna.

Assim, as políticas de promoção do sector privado serão dirigidas no sentido de:

- Criação da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e a Inovação, que trabalhando em parceria com o sector privado, visa promover este sector, facilitando o desenvolvimento de um sector privado competitivo e inovador através da focalização em áreas como o financiamento, através de linhas de crédito, de desenvolvimento do leasing e do factoring e da gestão de fundos de financiamento; o reforço das capacidades tem como áreas prioritárias a formação (e.g. em gestão, liderança, finanças e estratégia) a coordenação com instituições como o IEFP e a Universidade de Cabo Verde, o aconselhamento empresarial, a certificação da qualidade, a produtividade, a inovação, a criação de um ambiente regulador apropriado que contribua para a redução dos custos dos factores e facilite o “doing business”, o desenvolvimento de incubadoras de empresas, de

formação na área do empreendedorismo e na divulgação das melhores práticas a nível da gestão empresarial; a política e estratégia no quadro da gestão do projecto de privatizações, crescimento e competitividade, das parcerias público/privado, da realização de estudos estratégicos, da publicação e disseminação da informação sobre a envolvente de negócios; e processo de negócios ligados às cadeias de valor e às interações sectoriais, às incubadoras de empresas, à produtividade e inovação e à identificação e disseminação das melhores práticas.

- Reforço do Fundo de Crescimento e Competitividade, nomeadamente através de recursos financeiros gerados pelas receitas das privatizações, e seu direccionamento prioritário para sectores mais competitivos da economia. Este Fundo procurará responder às necessidades de formação e assistência técnica das PME;
- Implementação do Projecto “Cabo Verde Competitivo”, cujo objectivo principal é a informação ao empresariado e à sociedade em geral sobre as políticas estruturantes do Governo e as oportunidades de investimentos;
- Instituição de um quadro institucional e de incentivos para o estabelecimento de operações de locação financeira. As políticas irão no sentido da concessão de incentivos fiscais e da simplificação institucional permitindo a agregação dessas operações à actividade da banca. A operação de locação financeira é uma das opções fundamentais para colmatar as dificuldades do empreendedor nacional na realização do capital próprio e ajusta-se bem às necessidades das PME;
- Igualmente, serão tomadas medidas incentivadoras ao estabelecimento de operações do capital de risco, incluindo sua agregação funcional às operações da banca;
- Transformação da Sociedade de Desenvolvimento Empresarial (SDE) numa instituição financeira ou para-financeira dedicada ao financiamento de projectos das PME. Esta transformação implicará o aumento do capital da sociedade, reforço da sua capacidade institucional e operativa;
- Reforço da articulação entre a Cabo Verde Investimentos (CI) e a SDE visando a integração da prestação de serviços financeiros com a prestação de serviços de aconselhamento e assistência técnica as PME. Nesta perspectiva o Governo tomará as medidas que facilitem o aproveitamento de sinergias entre a SDE, o CI e os serviços das Câmaras de Comércio;

Terá que ser revista a política de incentivos no sentido de uma maior racionalização e orientação para sectores alvo bem como a adequação das medidas aos princípios da OMC.

Será dada continuidade ao processo de privatização em curso, devendo-se concluí-lo durante o período de vigência do DECRP II. Serão objecto de uma atenção especial os dossiers mais complexos e sensíveis, nomeadamente a ENAPOR, a CABAVE os TACV e a EMPROFAC. Entretanto, será prosseguida a modernização das empresas públicas, de forma a prestarem melhores serviços à economia e reforçarem a sua competitividade.

A privatização deverá contribuir para a dinamização da Bolsa de Valores de Cabo Verde. Neste sentido, as acções destinadas aos trabalhadores das empresas a privatizar e aos pequenos accionistas (incluindo emigrantes e público em geral) serão colocadas em Bolsa, à semelhança do que se fez, recentemente e com sucesso na oferta pública de venda da Sociedade Caboverdeana de Tabacos. Também as participações residuais do Estado em empresas como a ENACOL ou a INPHARMA serão colocadas em Bolsa, sempre que não haja direitos de preferência dos actuais accionistas ou o exercício desses mesmos direitos.

4.3.2.3. As TIC: Factor de Competitividade da Economia e Fonte de Novas Oportunidades de Desenvolvimento

A existência de uma população jovem, suficientemente escolarizada e com apetência para a área das TIC, de infra-estruturas de telecomunicações, de uma experiência bem sucedida do Estado a nível da governação electrónica associada a uma vontade política e de iniciativas do sector privado visando o desenvolvimento das TIC - nomeadamente no quadro do ensino superior em Cabo Verde - em conjugação com a deslocalização produtiva provocada pela economia do conhecimento, constituem factores favoráveis no sentido do desenvolvimento em Cabo Verde de uma indústria TIC baseada na criação de vantagens competitivas. O objectivo é acrescentar o sector das TIC como um dos vectores de especialização de Cabo Verde, para além do Turismo, Pescas, Indústria Ligeira, Transportes, aliás associado ao projecto de montagem de uma Praça Financeira Internacional em Cabo Verde e à actual capacidade no sector das telecomunicações.

Assim, a actuação irá no sentido de:

- a) Apoiar a modernização e aumento da competitividade do tecido empresarial, dinamizando simultaneamente a concorrência interna e preparando as empresas dos sectores chave da economia cabo-verdiana e com vocação para a exportação para competirem no mercado global;
- b) Dinamizar o desenvolvimento dos negócios electrónicos, que constituem uma via cada vez mais importante de acesso aos mercados mundiais, combatendo o problema da insularidade e de periferia do território de Cabo Verde;
- c) Apoiar o surgimento de uma nova economia, com base em medidas de apoio ao sector privado com vista a facilitar a criação de novas empresas, servindo o mercado interno e inseridas em redes mundiais, que irão contribuir para o alargamento da base produtiva de Cabo Verde, minimizando as limitações de periferia territorial de Cabo Verde.
- d) Adoptar medidas verticais da Administração Pública que estimulem o acompanhamento pelas empresas e grupos sociais na utilização das TIC;
- e) Capacitar e mobilizar as empresas privadas para a prestação de serviços nos projectos de modernização da Administração Pública e de prestação de serviços sociais;
- f) Definir um modelo de intervenção integrado, que enderece todos os factores críticos de sucesso, em complementaridade e forma sinérgica, em termos de acções concretas e específicas.

4.3.2.4. Política Fiscal Potenciadora da Competitividade da Economia Cabo-verdiana

A política fiscal deverá contribuir para a emergência de Cabo Verde como espaço dinâmico e competitivo, pelo que esforços deverão ser desenvolvidos, conducentes a uma redução da carga fiscal global através da garantia de um equilíbrio entre o nível de impostos em relação ao PIB, a eficiência fiscal, o investimento publico e a prossecução da consolidação orçamental.

No período 2008-2011, a política fiscal deverá, no quadro do eixo estratégico competitividade, ser orientada para:

- Dinamização da actividade empresarial, particularmente das pequenas e médias empresas, contribuindo para a emergência de um tecido empresarial denso, competitivo, e capaz de agarrar as oportunidades de negócio proporcionadas pelo crescimento económico.

- Desenvolvimento do sistema financeiro, criando as condições para que paulatinamente Cabo Verde emerja como uma Praça Financeira Internacional;
- Dinamização da poupança nacional via desenvolvimento do mercado de capitais;
- Desenvolvimento de políticas ambientais e de combate às alterações climáticas (Protocolo de Quioto), como uma prioridade, nomeadamente no que respeita (i) racionalização do consumo energético, (ii) incentivo à produção e utilização das energias renováveis; (iii) preservação e valorização, num quadro de sustentabilidade, dos recursos naturais em particular: os inertes, o mar, etc.

A. Medidas de Política Fiscal

Combate á Fraude e Evasão Fiscais

A estratégia no combate à fraude e evasão fiscais e, conseqüentemente, a actuação da Inspeção Tributária centrar-se-á em três aspectos fundamentais:

- (i) Melhoria da divisão de contribuintes mais relevantes, visando um acompanhamento permanente mais eficaz, com recurso a adequadas ferramentas de análise de risco;
- (ii) Enfoque nos contribuintes que operam fora do “sistema”, ou seja, dos que integram a comumente denominada “economia paralela”, designadamente através da dinamização e reforço da actuação da Direcção da Inspeção Tributária;
- (iii) Desenvolvimento da auditoria externa.

Racionalização do Sistema de Incentivos Fiscais

Feita que já foi a reavaliação dos benefícios fiscais em vigor no âmbito dos impostos sobre o rendimento e no âmbito dos impostos sobre o património, as isenções ou incentivos fiscais inadequados ou injustificados serão reanalisados, no âmbito da criação do Código dos Benefícios Fiscais, focalizando os que se justificam, orientando-os para a prossecução dos objectivos estratégicos definidos no DECRP II.

Diminuição da Carga Tributária num Quadro de Consolidação Orçamental

Haverá uma diminuição da carga tributária das famílias, nos diferentes escalões, que serão actualizados em função da inflação. Haverá também a política de redução progressiva do Imposto Único sobre o Rendimento pessoas colectivas (IUR-PC) e simplificação do regime fiscal, conferindo-lhe maior equidade, transparência e eficiência, com realce para os benefícios e isenções fiscais.

Melhoria da Equidade Fiscal

Ela se enquadra no princípio da justiça tributária cuja realização constitui uma das funções essenciais da administração tributária.

O grande desafio do governo, consiste precisamente na determinação de qual a justa medida desta capacidade, de qual o critério aferidor, que seja, em simultâneo, capaz de assegurar a satisfação dos interesses do Estado e dos contribuintes, garantido a realização plena da justiça tributária nas suas diversas vertentes.

Esse desafio requer a concepção de um sistema em que os impostos – cada um de *per si* e no seu conjunto – se integrem e ajustem adequadamente, ou seja, uma ordenação substancial do material jurídico-fiscal como um todo consistente, coerente, ordenado e baseado em princípios fundamentais e livre de lacunas, sobreposições e contradições, e um sistema que, por sua vez, se integra e articula coerentemente com o sistema jurídico global.

Sistema Fiscal Eficiente e Direcção para o Contribuinte

Os sistemas fiscais devem permitir aos indivíduos e as empresas beneficiarem integralmente das reais possibilidades e potencialidades do mercado interno. Tal implica tornar estes sistemas fiscais mais simples e mais compreensíveis para o contribuinte.

A elaboração da nova Lei Geral Tributária deverá, contribuir, na realidade para uma maior segurança das relações entre a administração tributária e os contribuintes, permitindo ao sistema tributário cabo-verdiano aproximar-se do sistema tributário das sociedades democráticas mais avançadas.

B. Melhorar a eficiência da Administração Fiscal/Modernização da DGCI

No intuito de atingir as metas preconizadas pela Administração Fiscal, nomeadamente o aumento da arrecadação fiscal, a DGCI em colaboração com o NOSI e o projecto CFAA irá dar continuidade ao processo de informatização (Projecto SIGOF) e modernização da Administração Fiscal:

- (i) Reformulação do site da DGCI actualmente existente, efectuando uma gestão de conteúdos eficiente, garantido a permanente actualização da informação;
- (ii) Efectuar a gestão da emissão de notificações aos contribuintes em função da capacidade de atendimento das Repartições de Finanças Concelhias, permite também acompanhar a evolução de todos os procedimentos (dos contribuintes e dos serviços)

até ao encerramento dos processos, fornecendo ainda estatísticas dos vários estados evolutivos, de grande utilidade para a gestão;

- (iii) Diminuição dos custos para o contribuinte, e para a própria Administração Fiscal, mediante a criação de mecanismos para evitar a deslocação dos contribuintes às Repartições de Finanças.

C. Simplificação do sistema fiscal

Nesta área, dar-se-á continuidade à desmaterialização e racionalização de procedimentos fiscais com o objectivo de reduzir os custos de contexto. A simplificação do sistema Fiscal, através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, constitui um dos principais vectores da política fiscal do Governo, e, conseqüentemente da Administração Fiscal e é um propósito tido como fundamental

D. Medidas Legislativas

A Direcção Geral das Contribuições e Impostos deverá conhecer no ano de 2008 uma melhoria significativa do seu desempenho, suportada sobretudo na capacitação dos seus recursos humanos e no reforço da componente institucional pela via nomeadamente da revisão do:

- Código Geral Tributário,
- Código do Processo Tributário,
- Regulamento das Custas e Emolumentos,
- Código do Imposto de Selo,
- Código dos Benefícios Fiscais
- Regulamento da Inspeção Tributária.

A Administração Fiscal deverá implementar estes Códigos estruturantes para todo o sistema fiscal cabo-verdiano, pois, a conclusão dos projectos do novo Código de Processo Tributário, Código Judicial e das Execuções Fiscais, Código do Imposto Pessoas Singulares e Código do Imposto Pessoas Colectivas são instrumentos fundamentais para a clarificação do regime aplicável à Administração Fiscal e aos seus funcionários, para a eficiência e a boa execução das atribuições legais, bem como para a melhoria da gestão e controlo sobre as fases de arrecadação de receitas em todas as repartições de finanças.

4.3.2.5. Reforçar a Regulação

No caso específico da economia de Cabo Verde, com uma dinâmica de desenvolvimento assente em estratégias de desenvolvimento que privilegiam os mecanismos de mercado e a actividade produtiva privada, a regulação económica deve assumir um papel fundamental, para assegurar o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado e salvaguardar os interesses públicos e sociais para os quais apenas o funcionamento do mercado se revela manifestamente insuficiente.

Nesta conformidade, o Programa do Governo para a legislatura 2006-2011, no seu Capítulo I “Novos Paradigmas de Crescimento e Competitividade da Economia “ defende o *“reforço da capacidade nacional de regulação, seja a nível da consolidação do enquadramento legal desta actividade seja a nível da regulamentação dos vários sectores económicos regulados.*

Com vista à consolidação, eficiência e eficácia da regulação, o Governo accionará as seguintes medidas:

- Formação de quadros técnicos altamente qualificados
- Criação de um sistema de avaliação do impacto da actividade reguladora na economia
- Desenvolvimento de actividades de informação/comunicação, dirigida aos operadores económicos, ao aparelho do Estado, à classe jornalista e à sociedade em geral, tendo por objectivo a divulgação dos fundamentos e mecanismos da regulação
- Para o reforço da capacidade nacional de regulação deverão ser feitas provisões com base nas receitas previsíveis das privatizações, que se situam ainda em algumas dezenas de milhões de dólares em 2006-2007, mediante adenda à Lei-Quadro das Privatizações
- Atenção especial à conclusão da regulamentação técnica dos sub-sectoros dos combustíveis, electricidade e água, no reforço/capacitação da administração central do Estado nos domínios de planeamento estratégico, fiscalização e monitorização efectiva do sector, na consolidação do processo de implementação da Agência de Regulação Económica, no fomento do surgimento de um Centro de Transferência de Tecnologias que constitua um serviço de carácter operacional do Estado no domínio de pesquisa, testes de aplicabilidade, de adequação e adaptação de novas tecnologias energéticas à realidade do País. “

Não obstante as especificidades sectoriais, importa que as opções de política regulatória estejam enquadradas por uma perspectiva integrada alicerçada num conceito rigoroso de regulação independente - amiga do mercado, consonante com a liberalização e o fomento da concorrência, protectora da eficiência, do interesse geral - no âmbito de uma lei-quadro que estabelece as grandes linhas do seu conceito institucional, padronize e racionalize as principais soluções e estabeleça uma base jurídica mínima comum para as entidades reguladoras.

O reforço da capacidade reguladora constitui um dos principais desafios no quadro do processo de modernização do país e de melhoria do seu posicionamento competitivo.

Alguns avanços foram conseguidos, nomeadamente a aprovação do Regime Jurídico das Agências Reguladoras (Lei n.º 20/VI/2003 de 21 de Abril) e a criação da Agência de Regulação Económica (DL n.º26/III/2003, de 25 de Agosto).

Hoje o Quadro Regulador Cabo-verdiano já tem uma expressão relevante, sendo composto pelo Banco de Cabo Verde, enquanto entidade reguladora da actividade financeira e seguradora e por várias Agências: de Regulação Económica (ARE), de Aeronáutica Civil (AAC), Nacional de Comunicações (ANAC), de Segurança Alimentar (ANSA) e de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares (ARFA). Existe ainda o Instituto Marítimo Portuário (IMP), outra entidade reguladora, que brevemente será transformado em agência, ao abrigo do já citado regime jurídico geral.

A AAC, a ANAC e a ARE são já instituições mais ou menos consolidadas, que efectivamente exercem o seu mandato. Elas contribuem para o melhor funcionamento dos mercados sob sua respectiva jurisdição, promovendo a eficiência e a concorrência.

Para todos os efeitos práticos, a ARFA e o IMP encontram-se ainda em fase de instalação, e merecem atenção particular por parte do Governo e dos seus parceiros de desenvolvimento. A ARFA tem contado com o apoio financeiro do Projecto Crescimento e Competitividade, que já ultrapassou o meio milhão de dólares americanos.

De momento, o país não dispõe de mecanismos efectivos de regulação da concorrência, que pela sua natureza transversal difere da regulação económica. Acresce que a última se preocupa com questões como o acesso ao mercado e a formação de preços eficientes e a primeira ocupa-se com as práticas restritivas da concorrência que possam ter efeitos adversos no bem-estar colectivo. Eventualmente, o Governo deverá promover a criação de uma autoridade para a concorrência.

No horizonte do DECRP II o reforço da capacidade reguladora constitui uma prioridade, destacando-se o imperativo de garantia da universalidade no funcionamento e abastecimento de bens e serviços públicos essenciais às camadas mais desfavorecidas, no quadro de um conceito de serviço público inclusivo e de uma actuação que promova a sustentabilidade dos serviços, a eficiência alocativa, a eficiência produtiva e a equidade ou eficiência distributiva.

4.3.3. Promoção dos Sectores Dinâmicos e Melhoria do Padrão de Especialização da Economia

Numa perspectiva sectorial, o sector dos serviços continua a afirmar-se como um importante sector da economia cabo-verdiana, destacando-se o turismo, num contexto de necessidade de melhoria do padrão de especialização da economia e duma maior diversificação da estrutura produtiva, com vista a conferir-lhe maior solidez.

4.3.3.1. Sector Terciário, Sector de Crescimento e Emprego

As mudanças estruturais ocorridas na economia cabo-verdiana resultam essencialmente do sector terciário cuja trajectória ascendente na composição do PIB e geração do emprego tem sido um dos traços essenciais caracterizadores da economia. A afirmação crescente do sector terciário tem sido ditada pelo forte desempenho do turismo, dos transportes, da banca e dos seguros, contribuindo para a alteração da estrutura produtiva do país.

O sector terciário, particularmente o turismo, encerra grandes potencialidades de inter-relações sectoriais a montante e a jusante com outros sectores, ou seus componentes, tipo “cluster”, como sejam a construção civil que é fonte importante de geração de emprego, o sector primário que pode ver o mercado para seus produtos de pesca e agro-pecuários alargar-se significativamente e os transportes nos seus componentes rodoviário, aéreo e marítimo, internacional e inter-ilhas e ainda os serviços financeiros.

O quadro da política económica terá em consideração outras importantes constatações da dinâmica do desenvolvimento sectorial e sua relação com a geração do emprego. Neste particular são de realçar as situações seguintes:

Desenvolver a Competitividade do Turismo

O turismo continuará sendo o motor principal da economia. Serão identificadas e implementadas políticas acertadas que respondam com melhor eficácia aos problemas e dêem resposta aos novos desafios impostos pela modificação na situação do mercado, entre outros:

- O aumento significativo da competitividade internacional do turismo cabo-verdiano;
- A promoção do desenvolvimento de empreendimentos turísticos integrados e de superior qualidade.

Melhorar a Qualidade da Oferta de Alojamentos

Até 2002 o investimento no turismo caracterizou-se pela construção de instalações tipo “resorts”, operando na modalidade “all included” e auto-suficiente em infra-estruturas básicas.

Mais recentemente novos tipos de investidores têm procurado Cabo-Verde, apresentado também tipos de produtos diferentes. São no essencial operadores imobiliários interessados em grandes porções de terreno, para desenvolvimento de um “mix” de produtos que em regra integram residências, hotéis, golfe, marines, destinados a um segmento de clientes de maior poder de compra.

Esta nova tendência traz vantagens que se relacionam com maiores efeitos multiplicadores na economia através de maior utilização do mercado interno de produtos e serviços, além da promoção de qualidade no turismo. Também impõe maiores desafios no concernente à eficiência e qualidade de infra-estruturas de fornecimento de água, energia, saneamento, rodoviárias e aeroportuárias.

Assim, impõe-se um conjunto de medidas acertadas para responder a esta situação nova criada pelo mercado, como sejam:

- Instituição de um quadro de incentivos discriminando de forma positiva projectos integrados combinando produtos imobiliários e turísticos promotores da qualidade do destino. Estes incentivos poderão consistir na bonificação das condições de concessão de utilidade turística;
- Instituição de um quadro regulador da construção de portos de recreio e marinas e campos de golfe, abrangendo entre outros incentivos fiscais, normas ambientais e procedimentos para o licenciamento;

- Introdução da concorrência na produção e distribuição de água e electricidade nas zonas de desenvolvimento turístico e definição e aplicação das normas reguladoras nas relações entre concessionárias e produtores e distribuidores independentes;
- Instituição de um quadro contratual de parceria publico privado para gestão e desenvolvimento de zonas turísticas especiais e zonas de protecção turística, incorporando as modalidades de contrato de gestão e convenções de estabelecimento que enquadrem o investimento privado.

Diversificar os Produtos Turísticos

Existe já uma procura do turismo rural em Cabo Verde. A reputação do país no domínio da música é reconhecida internacionalmente. Importa pois promover uma política de diversificação assente nesses dois produtos, turismo rural e turismo cultural, em combinação ou desassociados dos produtos principais sol e praia. As políticas de promoção desses dois produtos de diversificação, de forte impacto na economia local, devem ser prosseguidas em coordenação com as autarquias locais e associações cívicas representativas e com o organismo central que se ocupa do ambiente. Devem ser enquadradas também no âmbito de programas de criação de emprego no meio rural e fomento do empreendedorismo jovem.

Apoiar o Investimento Privado Nacional no Turismo

A competitividade do sector resulta também e em grande medida da qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Neste particular é importante o perfil profissional do investidor e sua capacidade financeira e empresarial. Constitui aposta do Governo promover a graduação do turismo cabo-verdiano para além do patamar médio baixo.

A fim de facilitar o acesso de empreendedores nacionais a este tipo de empreendimentos o Governo desenvolverá políticas específicas de apoio ao sector privado nacional, visando sua associação com capital e “know how” externos.

Ainda relativamente à promoção do investimento privado nacional no sector, o Governo desenvolverá um conjunto de políticas, integrando a abordagem género, visando a sua capacitação empresarial e financeira para intervenção em projectos e negócios que se desenvolverão em vários segmentos a montante e a jusante do sector, como sejam a restauração, o serviço de transporte para os hotéis, o aluguer de viaturas, o artesanato, a produção agro-pecuária e serviços de manutenção e reparação mecânica e eléctrica, entre outros. Essas políticas abarcarão a formação profissional, incentivos para operações de locação financeira, assistência técnica e criação de linhas de crédito específicas com apoio

público. São políticas de promoção do crescimento em actividades económicas com propensão para criação do emprego particularmente jovem e independente, e por isso estarão na agenda prioritária do Governo.

Melhorar a eficiência da promoção turística

A importância do turismo para a economia nacional requer especialização a alto grau de profissionalismo na vertente promocional. Esta exigência deverá ser satisfeita através da autonomização da função promoção turística no seio da Cabo Verde Investimentos, por um lado, e do recurso ao “outsourcing” de serviços de especialistas, por outro lado.

4.3.3.2. Internacionalização de serviços e sua competitividade

Dentro do Sector Terciário destacam-se outros segmentos de serviços como impulsionadores do crescimento e geradores do emprego.

Os segmentos dos transportes, das telecomunicações, dos serviços financeiros destacam-se como segmentos dinâmicos de crescimento e de grande propensão para geração do emprego. Assim, dentro do quadro da política económica centrada no crescimento acelerado e redução do desemprego, e também pela importância que detêm como segmentos de apoio ao desenvolvimento do turismo, esses segmentos devem ser objecto de intervenção especial através de políticas públicas que aumentem sua eficiência e facilitem a transformação de Cabo Verde num centro competitivo de serviços internacionais.

As políticas e programas devem ser direccionados particularmente para serviços de entrepostagem comercial e industrial, “transshipment” de carga, marítima e aérea, entrepostagem e comercialização da pesca baseada na captura internacional e nacional, registo internacional de navios, serviços à aviação, serviços de telecomunicações, serviços financeiros, reparação naval, “banking” e fornecimento de mão-de-obra especializada à marinha mercante e pesca internacional.

A **transformação de Cabo Verde num centro de serviços internacionais** deve assentar nos seguintes eixos estratégicos:

- **Políticas e programas que promovam o aproveitamento inter-modal do conjunto porto aeroporto para prestação de serviços internacionais.** A existência efectiva e prevista de instalações portuárias e aeroportuárias adequadas nas Ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente, são pilares essenciais para implementação dessas políticas. Neste contexto, as infra-estruturas em construção ou programadas devem ser preparadas para facilitar esta

estratégia. São particularmente relevantes os portos da Praia e de Palmeiras que devem ter a dimensão e equipamentos adequados, bem como melhorias no aeroporto da Praia.

- **Uma oferta de serviços internacionais integrados**, de modo a que as vantagens competitivas de uns compensem a relativa desvantagem de outros e as sinergias entre eles resulte em ganhos globais de competitividade. Assim por exemplo os serviços marítimos portuários devem ser oferecidos em pacotes coerentes de produtos portuários, de reparação naval, de fornecimento de mão-de-obra qualificada, entrepostagem frigorífica, e registo internacional de navios e transporte de passageiros e carga aérea internacionais.
- **Relativa especialização dos centros de prestação de serviços internacionais consoante suas vantagens competitivas**. Nesta perspectiva Mindelo deve focar nos serviços marítimos, mas sempre mas com a vantagem de ter um aeroporto internacional; Sal nos serviços aéreos mas procurando alargar a oferta de produtos com aproveitamento do porto de Palmeiras e oferta de produtos turísticos; Praia deve tirar vantagens de sua ligação aérea directa com o continente africano, Brasil e Estados Unidos, e de um porto que vai ser ampliado e modernizado.

4.3.3.3. Modernizar e internacionalizar o sistema financeiro

A transformação de Cabo Verde exige um sector financeiro moderno, dinâmico e eficiente na medida em que o desenvolvimento de serviços financeiros eficazes e eficientes deve constituir, a prazo, um dos alicerces da economia nacional.

Nos últimos anos, com a adopção da nova lei orgânica do BCV, da redução do financiamento interno do Governo, da continuação da modernização do sistema de pagamentos, do aumento das reservas cambiais e da entrada de novas instituições, o sistema financeiro nacional conheceu uma importante melhoria da sua envolvente institucional. Para além da consolidação destas políticas de melhoria da envolvente institucional, o objectivo central a nível do sector financeiro será o aumento da concorrência e o aprofundamento do sector, com destaque para a entrada de novas instituições financeiras e o surgimento de produtos e serviços financeiros especializados, mais adaptados às necessidades específicas do empresariado nacional.

As condições estão solidamente criadas para que este processo de desenvolvimento do sistema financeiro se consolide e se aprofunde durante o período de vigência do DECRP II. Para tal será desenvolvido e implementado um conjunto de iniciativas específicas alicerçadas em cinco eixos estruturantes:

(i) **Promoção da competitividade do sistema financeiro** – com base neste princípio promover-se-á a consolidação do processo de abertura do sistema financeiro a outros operadores, de modo a tornar o sector mais competitivo e concorrencial. Por essa via, serão também melhoradas e facilitadas as condições de acesso dos investidores a capitais de longo prazo assim como o acesso ao mercado internacional de capitais;

(ii) **Promoção da Praça de Financeira de Cabo Verde** - serão desenvolvidas políticas que estimulem a instalação completa de actividades de instituições financeiras em Cabo-Verde, de modo a que do seu estabelecimento em território nacional resulte maiores ganhos em empregos especializados, transferência de conhecimentos e financiamento da economia nacional. Neste quadro, serão desenvolvidos através de parceria público-privado projectos de desenvolvimento imobiliário e de requalificação urbana que facilitem a construção na Praia e em Mindelo de edificios modernos utilizáveis pelas instituições financeiras internacionais; serão incentivadas a instalação e ampliação de infra-estruturas de telecomunicações baseadas em tecnologias de ponta que permitem o abaixamento considerável do custo de telecomunicações; a Bolsa de Valores de Cabo-Verde, será dinamizada e aperfeiçoada e será implementada um campanha de promoção internacional da praça financeira de Cabo-Verde.

(iii) **Melhoria da gestão do risco de crédito** – concorrerão para este objectivo a melhoria do quadro regulador, a capacitação dos intermediários financeiros e o lançamento de um programa de “Garantia de Crédito”, devidamente suportado pelas agências de financiamento internacional.

(iv) **Melhoria do acesso das MPMEs ao financiamento** – Neste contexto promover-se-á a capacitação dos empresários e das empresas, reforçar-se-á a natureza catalizadora do Fundo de Competitividade, possibilitando às MPME’s a contratação da assistência técnica necessária à elaboração e negociação de projectos de investimento e à reestruturação organizacional das empresas, bem como a reestruturação da Sociedade de Desenvolvimento Empresarial (SDE) como uma alternativa de financiamento às PME’s, nomeadamente pela via da promoção do capital de risco e do reforço da capacidade técnica da instituição em matéria de desenvolvimento e supervisão de projectos de investimento.

4.3.3.4. Desenvolvimento integrado do meio rural

Está em curso a modernização e a diversificação das actividades produtivas e o desenvolvimento integrado das comunidades rurais, através do ordenamento das bacias

hidrográficas, em paralelo com o alargamento da rede de infra-estruturas e dos serviços essenciais, com realce para a electrificação rural e as vias de acesso.

A finalidade é a utilização sustentada e racional do conjunto dos recursos “no território”, associando, acções integradas de promoção da produção, de desenvolvimento das infra-estruturas socioeconómicas e de reforço da capacidade de gestão dos utilizadores e das organizações comunitárias .

A “nova agricultura” estimulará o surgimento de fileiras competitivas, incluindo a prestação de serviços, em especial o turismo rural, em particular através da articulação com o processo de desenvolvimento de parques naturais e de valorização dos recursos ambientais e conservação da natureza. Neste sentido, serão reforçadas as acções nos domínios da formação, da extensão rural e do crédito, visando criar novas oportunidades e reduzir os desequilíbrios no acesso aos recursos.

O desenvolvimento do sector do turismo abre novas perspectivas à produção agro – pecuária. Assim, a melhoria da qualidade e do circuito de comercialização e o reforço da capacidade empreendedora dos produtores, merecerão uma atenção particular.

O desenvolvimento integrado das comunidades rurais prosseguirá os seguintes objectivos:

- a) Assegurar as condições de existência durável aos produtores;
- b) Optimizar a integração das actividades agrícolas e não–agrícolas, com base na exploração sustentável dos recursos naturais, humanos e económicos.

Para a concretização desses objectivos as intervenções deverão articular-se de forma complementar em torno dos seguintes eixos:

- c) **Gestão durável dos recursos naturais** – hídricos, fundiários e biológicos - visando a intensificação e a diversificação da produção agrícola,
- d) **Valorização dos produtos agrícolas**, pelo reforço das actividades de conservação, transformação, comercialização e promoção, de forma integrada, das actividades rurais geradoras de rendimento;
- e) Reforço **dos serviços de extensão e de investigação /desenvolvimento**, com base na abordagem produção e protecção integrada na articulação intersectorial e orientada para: o reforço da ligação entre a investigação /desenvolvimento e a extensão/vulgarização; o desenvolvimento de uma capacidade de prestação de serviços especializados; a análise das

componentes socio- económicas dos sistemas de produção , assente numa forte articulação entre os serviços públicos , privados e comunitários .

f) Estabelecimento **de um ambiente socioeconómico e político favorável**, através : do reforço das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, vias de acesso, electrificação rural, saúde, entre outros; do desenvolvimento dos serviços de promoção e apoio adaptados (factores de produção, micro-crédito, formação, comercialização); reforço da capacidade empreendedora dos produtores agrícolas; da criação de empresas e de associações de produtores; da formação/capacitação dos produtores e o estímulo à profissionalização dos trabalhadores da agricultura moderna; do reforço da capacidade de seguimento e avaliação, incluindo as estatísticas sectoriais; a qualidade e a segurança da cadeia alimentar.

g) **Luta sustentada contra a insegurança alimentar e a má nutrição**, incluindo: o desenvolvimento de sistemas de alerta e de intervenção rápidos, com base num sistema de informação para a segurança alimentar; a complementaridade entre os projectos de investimento e as acções de protecção, em particular para as camadas mais vulneráveis da população. Nesta perspectiva, os programas de emprego público, designadamente através das frentes de alta intensidade de mão-de-obra, utilizados na luta contra a pobreza serão desenvolvidos de forma a garantir a articulação entre as necessidades de garantir um rendimento estável , a curto prazo, e a problemática de desenvolvimento rural global , a longo prazo, com vista a se estabelecer uma base para o desenvolvimento económico sustentável, em particular para as populações rurais mais pobres.

No plano sectorial o Governo propõe:

a) **Produção vegetal:** adaptação dos sistemas de produção às potencialidades das zonas agro-ecológicas, através da integração agro- silvo – pastoril; aumento da produtividade e a diversificação da produção nas zonas húmidas e sub-húmidas, com base na mobilização e na gestão melhorada dos recursos hídricos, na promoção de pacotes tecnológicos de alto valor acrescentado em produção irrigada, no aumento da área coberta com micro-irrigação para as culturas hortícolas de elevado valor acrescentado.

b) **Produção animal:** Integração do sector da pecuária nos sistemas de produção agro-silvo-pastoril intensivos, com a conseqüente adaptação às capacidades dos recursos naturais das diferentes ZAE; reestruturação das explorações nas zonas semi-árida e árida ; a promoção da complementaridade agro-pecuária nas zonas húmidas e a diversificação e a valorização dos

produtos, permitindo rentabilizar de forma sustentável a pecuária, tanto para os camponeses (pecuária familiar melhorada) como para os investidores (pecuária intensiva semi-industrial).

c) **Silvicultura:** Gestão durável dos recursos, com base no ordenamento das bacias hidrográficas, o desenvolvimento dos sistemas agro-florestais e a gestão participativa dos perímetros florestais, visando melhorar de forma significativa: (i) conservação dos solos e da água; (ii) produção forrageira, (iii) a produção vegetal sustentável; (iv) disponibilidade energética.

Atenção particular será dispensada à prevenção contra os incêndios florestais e à restauração de ecossistemas degradados.

d) **Outras actividades geradoras de rendimento** serão promovidas no seio das comunidades rurais, através do incentivo à criação de uma rede de associações e de micro e pequenas empresas em domínios como: (i) a defesa e conservação do ambiente (ii) a animação sócio cultural, (iii) a execução e gestão de infra-estruturas comunitárias; (iv) a promoção de mutualidades (v) o artesanato local, (vi) transformação, embalagem e comercialização, (vii) a pesca artesanal, (viii) o turismo rural.

4.4. EIXO IV – INFRAESTRUTURAÇÃO ECONÓMICA DO PAÍS

A infra-estruturação engloba um conjunto de sectores cujos serviços – electricidade, transportes, telecomunicações, água, saneamento e ambiente – têm impacte directo quer na qualidade de vida das famílias quer na actividade económica, com ênfase para a competitividade do país. Estudos empíricos mostram que a um aumento da infra-estrutura de 1% corresponde um aumento do PIB de 1%^[1].

No quadro da estratégia de crescimento e redução da pobreza, a infra-estruturação tem ocupado uma posição relevante que deverá continuar no quadro do DECRP II. Com efeito, os desafios de desenvolvimento do país colocam na linha de frente dos investimentos, quer a questão do ordenamento do território, quanto a sua infra-estruturação económica e as políticas de descentralização e desenvolvimento regional, de modo a se potenciar os recursos locais, promover complementaridades e assegurar o desenvolvimento integrado e harmonioso do país. Isto é, o crescimento económico do país e seu impacto na qualidade de vida das populações tem resultado em grande medida do esforço de infra-estruturação realizado no país e a concretização dos objectivos e metas previstos no DECRP II dependerá em grande

^[1] Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento no Mundo 1994
Page of 232

medida da continuação desse esforço de infra-estruturação e do seu efeito nomeadamente na organização do tecido produtivo nacional e na fluidez que conseguir imprimir à circulação de pessoas e bens nos vários domínios de actividade.

4.4.1. Ordenamento do território

4.4.1.1. Instrumentos de políticas

O ordenamento do território deve ser condição básica de uma gestão eficiente e parcimoniosa do território e dos recursos naturais, a bem do desenvolvimento económico e social sustentável, da defesa e salvaguarda do ambiente e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Para além da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico e a Lei das Expropriações, já aprovadas, bem como do apoio aos municípios na elaboração dos respectivos planos urbanísticos, deverão ser adoptados os seguintes instrumentos:

- Lei de Uso dos Solos,
- Lei do Cadastro e a Lei da Produção Cartográfica
- Integração da problemática do planeamento urbanístico nos Planos Ambientais Municipais, bem assim observações GPS para a modernização da Rede Geodésica Nacional e cálculo das coordenadas de transformação para a produção de cartografia nacional.
- Montagem de um Sistema Nacional de Cadastro, que permita um melhor conhecimento do território nacional e dos territórios municipais, bem como a actualização dos rendimentos colectáveis, para efeitos de incidência do IUP, e que confira maior segurança jurídica aos negócios imobiliários.
- Regulamentação dos instrumentos de ordenamento já aprovados;
- Elaboração da Directiva Nacional de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento, DNOTD, enquanto figura de Plano de ordenamento e de desenvolvimento de hierarquia superior, prevista na nova Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico;
- Elaboração dos Esquemas Regionais de Ordenamento do Território, EROT's, de Santiago, Santo Antão e Fogo, enquanto Figuras de Planos de Ordenamento do Território, de âmbito

regional, (mais do que um Município) que irão dimanar orientações urbanísticas para os Planos Urbanísticos Municipais;

- Elaboração do EROT de São Nicolau;
- Dotação de um Serviço Central de Cadastro e instalação de células municipais de cadastro, para a montagem de um autêntico Sistema Nacional de Cadastro;
- Produção da cartografia à escala nacional (1:10.000 de todo o país e 1:2.000 de todos os centros urbanos);
- Montagem de um Sistema de Informação Geográfica de Base Territorial – SIT.

O ordenamento do território dará especial atenção às zonas de planeamento especial tais como os espaços urbanos e rurais, das bacias hidrográficas, das zonas turísticas especiais, da orla costeira e dos parques industriais, como meio de potenciar o território, como factor de bem estar dos cidadãos e de competitividade da economia constitui outro eixo, bem como de luta contra a pobreza, de sustentabilidade, equidade e justiça social.

4.4.1.2. Desenvolvimento regional e coesão territorial

A coesão territorial deve assentar no desenvolvimento adequado e gradual da estratégia de desenvolvimento sustentável do país, através de mecanismos de que potenciem os recursos das regiões através de *clusters* regionais como as zonas de desenvolvimento turístico integrado e zonas de reserva e protecção turística, os produtos culturais materiais e imateriais, os recursos da biodiversidade, as áreas protegidas, etc.

Para o efeito serão desenvolvidas e implementadas as seguintes medidas de políticas:

- Adopção de um Plano de Desenvolvimento Regional com base em diagnóstico das necessidades de investimento público ou privado contribuindo para o reforço da coesão territorial;
- Elaboração de estudos prospectivos e de análise da evolução económica e social do país que forneçam elementos de fundamentação do conjunto de quadros de referência sobre as prioridades do investimento público à escala regional;
- Reforço da infra estruturação do país para contribuir para a superação das assimetrias regionais;

- Cobertura regional em matéria de distribuição de água potável e de tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos e dos resíduos industriais;
- Valorização da componente ambiental; reforço da política de desenvolvimento da economia rural como instrumento de fixação das populações do interior do país.

4.4.1.3. Ambiente e desenvolvimento durável

Será prosseguida a promoção de um desenvolvimento com qualidade ambiental, integrando de forma harmoniosa as componentes económica, ambiental e sócio-cultural do desenvolvimento durável, tendo como pressupostos (i) a protecção e a gestão integrada dos recursos naturais, essenciais ao desenvolvimento económico, (ii) a luta contra a pobreza; (iii) a adequação dos modos de produção e consumo.

Assente nos seguintes eixos estratégicos:

- a) Gestão sustentável dos recursos naturais;
- b) Conservação e a valorização da natureza e do território, a protecção da biodiversidade e da paisagem;
- c) Reforço da integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento regional e local;
- d) Reforço da informação e formação ambiental.
- e) Valorização dos recursos humanos

A nível sectorial a acção será orientada para (i) o reforço da integração do ambiente nas políticas sectoriais, através dos mecanismos de revisão do PANA II e dos instrumentos de planeamento pluri - anual ; (ii) O ordenamento do território, com a elaboração dos diferentes planos, a montagem de um Sistema Nacional de Cadastro e a criação de um Sistema de Informação Territorial.

A implementação das convenções das Nações Unidas no domínio do ambiente, em particular as ligadas à Diversidade Biológica e à Luta contra a desertificação e efeitos da seca e mudanças climáticas, merecerão uma atenção particular dos poderes públicos.

4.4.1.4. Requalificação urbana e habitação

Para fazer face ao crescimento acelerado dos centros urbanos deverão ser desenvolvidas e implementadas políticas, programas e acções nos domínios da promoção habitacional, requalificação urbana, do desenvolvimento urbanístico, da gestão e administração urbanas e da qualidade de vida, em conformidade com os seguintes eixos estratégicos de intervenção:

- Criação de espaços urbanos humanizados, com especial preponderância para a organização e requalificação dos bairros, introduzindo valências dinâmicas na definição de arruamentos, traçados e calcetamento de ruas, água e saneamento, tratamento das encostas, praças e espaços verdes, pintura e reboco das fachadas, iluminação pública, e recolha e tratamento do lixo.
- Orientação da política urbanística para as questões da sustentabilidade ambiental, elemento determinante para a integração espacial, social e funcional do território.
- Gestão do território como processo de mudança, coesão social e aprofundamento dos mecanismos de participação da população na qualidade urbanística.
- Resposta a novas procuras em áreas diversas como espaços livres, a cultura, o recreio e o lazer.

Ao nível da requalificação e renovação urbana, para além da reabilitação das áreas históricas, de elevado interesse cultural e arquitectónico, será dada atenção a áreas críticas de recuperação e requalificação, em particular às áreas Habitacionais Degradadas dos bairros periféricos das cidades, dotando-os de condições de habitabilidade, equipamentos e acessibilidades.

4.4.1.5. Saneamento Básico

A acção do Governo será orientada para a infra estruturação básica e a implementação de procedimentos e de práticas que assegurem melhorias crescentes das condições de vida e a promoção de um ambiente sadio, tendo como estratégia:

- Alargamento e a modernização das infra - estruturas de saneamento básico , designadamente nos domínios da recolha e tratamento dos afluentes, da recolha, tratamento dos resíduos sólidos e sua reciclagem.
- Estabelecimento de novas parcerias para a criação de unidades modernas de tratamento e gestão de resíduos, em particular nos centros urbanos, visando uma maior eficácia no

sistema de recolha e acomodação ou tratamento dos resíduos sólidos a nível nacional e local.

- Desenvolvimento do acesso facilitado das populações aos serviços de água e saneamento, através do reforço e modernização de infra-estruturas de distribuição de água potável, da recolha de águas residuais e da promoção das ligações domiciliárias de água e esgotos,
- Incentivo à realização de investimentos em sistemas modernos de tratamento e reciclagem de águas residuais, na perspectiva da gestão integrada dos recursos hídricos e do aumento da disponibilidade de água.

No quadro da implementação do Plano de Acção Nacional para o Ambiente serão desenvolvidas medidas específicas de apoio técnico e financeiro às Câmaras Municipais e aos Serviços Autónomos na gestão dos sistemas de saneamento.

4.4.1.6. Migrações

A dinâmica do desenvolvimento vem dando lugar a um intenso fluxo de populações, seja em direcção aos principais núcleos habitacionais, seja em direcção às ilhas onde se verifica grande surto de construção de empreendimentos turísticos, acarretando já problemas sociais preocupantes decorrentes da falta de condições de acolhimento em termos de acesso a condições primárias (habitação, energia, água), bem como a situações de emprego precário.

Daí que, entre outras, terem que ser desenvolvidas estratégias e acções da seguinte natureza:

No que respeita a mobilidade interna

- Esforços a nível dos poderes central e local com vista a melhor conhecer as comunidades de origem desses fluxos e determinar medidas e actividades produtivas que estimulem as respectivas populações a se fixarem, sobretudo os jovens, a partir da satisfação das suas necessidades básicas.
- Ter em conta que muitas das zonas de pobreza mais acentuada encontram-se em áreas protegidas, estas portadoras de potencialidades em matéria de serviços e produtos geradores de emprego (auto-emprego) e rendimentos agregados à actividade tradicional de sequeiro, pecuária ou silvicultura. Esta perspectiva permitirá a não descapitalização de regiões que no futuro poderão vir a ser objecto de importantes programas e projectos de desenvolvimento.

- Sendo necessário o acolhimento de trabalhadores para os empreendimentos nas ilhas de muito baixa densidade populacional, tanto o poder local, como o poder central, deverão, em parceria com os operadores turísticos, conceber e implementar acções nomeadamente nos domínios da habitação e da qualificação profissional, de modo a haver o indispensável enquadramento social e, também, assegurar qualidade de vida mínima.

Quanto à imigração

Considerando a complexidade as fragilidades que caracterizam o tecido económico e social do País, traduzidas na significativa franja da população afectada pela pobreza, pelo desemprego e vivendo em condições habitacionais precárias; considerando, por outro lado, a vocação de Cabo Verde como País defensor da dignidade da pessoa humana e do direito que assiste a cada ser humano de buscar a paz, a segurança e o bem-estar, mas também das responsabilidades do Estado e das suas instituições de garantir a compatibilidade desses direitos com a estabilidade interna e os necessários equilíbrios sociais; considerando a sentida necessidade de adequar as soluções consagradas no regime jurídico de entrada e permanência de cidadãos estrangeiros no País às exigências actuais de definição de uma verdadeira política de imigração que concilie a necessidade de agilizar a permanência legal de cidadãos estrangeiros com as necessidades sentidas no mercado de trabalho, com o combate determinado ao fenómeno da imigração clandestina e ao emprego de estrangeiros em situação ilegal, decidiu o Governo a criação de uma Comissão interdepartamental com a seguinte missão e objectivos:

- Proceder ao reconhecimento passado e presente da situação da imigração em Cabo Verde, analisando os aspectos determinantes que, em termos de pressupostos legais e de ambiência interna e externa, a condicionam;
- Recolher a opinião de instituições, parceiros e forças económicas e sociais, grupos de interesses, especialistas e personalidades sobre política nacional de imigração;
- Fazer o levantamento das obrigações assumidas pelo Estado de Cabo Verde no plano internacional, regional, comunitário e compilar toda a legislação em vigor no País relativa à entrada, permanência de cidadãos estrangeiros no País, regime de contratação de mão-de-obra estrangeira, gestão de fluxos de imigrantes.
- Elaborar um relatório final que, partindo das conclusões alcançadas, contenha as reflexões e recomendações da Comissão Interdepartamental e termine com a formulação dos seguintes documentos:

- Linhas gerais para uma Política Nacional de Imigração.
- Proposta de Lei-quadro da Política Nacional de Imigração.
- Proposta de enquadramento institucional para implementação, seguimento e avaliação das
- Medidas de política definidas

4.4.2. Transportes e comunicações

As bases de especialização da economia cabo-verdiana em matéria de prestação de serviços internacionais de excelência estão lançadas. Os transportes constituem um elemento vital de sucesso dessa estratégia, pelo que será prosseguida e consolidada a dinâmica de infra estruturação e de modernização do sector.

4.4.2.1. Transportes aéreos e serviços aeroportuários

No domínio da **aviação civil** as seguintes acções irão constituir o essencial das medidas com impacto importante na consolidação das conquistas do passado recente:

- Reforço do papel da ASA enquanto órgão regulador e de supervisão da actividade aeronáutica nacional
- Promoção do desenvolvimento contínuo dos sistemas nacionais – aeroportuário, de circulação aérea e de comunicações aeronáuticas;
- Promoção das condições favorecedoras de um serviço de transporte aéreo seguro, regular, eficiente e económico para responder cada vez melhor às expectativas do público utente quanto a um serviço;
- Promoção de um ambiente de sã competitividade entre os operadores nacionais;
- Promoção da segurança da aviação, coordenando a implementação do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil;
- Realização do Plano Nacional do Sistema Aeroportuário;
- Reabilitação de pistas nos diversos aeródromos, com destaque para Maio e S. Filipe;
- Início da II Fase das obras de expansão do terminal de passageiros do Aeroporto da Praia;

- Início das obras de expansão do terminal de passageiros no AIAC;
- Criação de condições para o desenvolvimento de actividades privadas nos espaços aeroportuários, designadamente concessão de espaços para a manutenção e assistência de aeronaves civis;
- Promoção de Cabo Verde como plataforma de transportes aéreos.

Com a conclusão das obras de extensão do aeroporto de S. Pedro em S. Vicente, estarão criadas as condições mínimas para o início de um novo ciclo de operações internacionais, aspecto de grande importância especialmente para o desenvolvimento do turismo nessa ilha, bem como na de Santo Antão.

4.4.2.2. Transportes marítimos e serviços portuários

A **modernização e a expansão do sector marítimo e portuário** estão sendo prosseguidos. Com a introdução das primeiras unidades de transporte horizontal, iniciou-se uma nova era de transportes marítimos inter-ilhas com impacto muito positivo ao nível do transporte de passageiros e de mercadorias.

Grandes obras de **infra-estruturas portuárias** vão ser concretizadas, a saber:

- O projecto de transformação do Porto Grande de S. Vicente para servir de hub de transportes marítimos avança.
- Modernização e expansão do Porto da Praia, que engloba três componentes (a terrestre – construção de estrada de acesso ao porto -, a extensão do molhe acostável e a construção do parque de contentores e a componente offshore – construção de um quebra-mar ao largo da baía do porto);
- Expansão e modernização do Porto de Palmeira, que engloba a expansão do molhe acostável, a construção de um parque de contentores, a dragagem dos fundos para permitir a atracação de navios de grande porte, a construção de uma estrada de acesso, a construção de edifícios administrativos, armazéns e gare marítima e a renovação e alargamento do parque de equipamentos;
- Expansão do porto em Porto Novo;
- Reestruturação do porto de Sal Rei;
- Reordenamento e expansão do porto de Vale de Cavaleiros;

- Criação de condições para a construção de um novo cais na ilha do Maio;
- Criação de condições para o desenvolvimento de um Plano Director que enquadre as soluções técnicas mais adequadas para as obras de reordenamento e expansão dos molhes acostáveis.

No que respeita os **transportes marítimos** as acções a desenvolver, visam:

- Reestruturar e reforçar o ensino náutico, a todos os níveis, articulando essa formação com a efectuada para a pesca;
- Aumentar a oferta de portos de recreio, promovendo uma dinamização da própria náutica de recreio e dos desportistas náuticos;
- Redinamizar a marinha mercante, captando investimento nacional e estrangeiro que faça do armamento nacional um ponto forte, capaz de potenciar o desenvolvimento da economia cabo-verdiana;
- Promover a construção e operação do sistema de controlo do tráfego marítimo costeiro, modernizar o sistema de socorro e segurança marítimos, as comunicações marítimas e a rede de ajudas à navegação, aumentando a segurança da navegação e a própria segurança marítima;

Tendo em atenção os enormes ganhos em termos de eficiência, celeridade e mobilidade de pessoas e mercadorias que a introdução gradual do transporte horizontal vem representando no sistema de transportes inter-ilhas, será dada uma atenção muito especial ao reforço da intermodalidade dos transportes. Para isso, procurará exercer uma influência positiva junto dos armadores nacionais no sentido de claramente optarem pela aquisição de navios do tipo roll on-roll off adaptados ao tipo e volume de tráfego existente, ao mesmo tempo que criará as condições em todos os portos, designadamente com a construção de rampas, para que aquele tipo de operação seja possível em todo o território nacional.

A rápida ligação entre os nós aeroporto-porto em todas as ilhas constitui, por sua vez, um objectivo a ter presente na definição de novos projectos, bem patente aliás no formato encontrado com a integração dos projectos de Circular da Praia/Aeroporto da Praia e Expansão e modernização do Porto da Praia.

4.4.2.3. Transportes e Serviços Rodoviários

O objectivo estratégico é o de desencravar núcleos de povoamento e zonas com potencial económico em particular para o desenvolvimento de importantes empreendimentos turísticos, em estreita complementaridade com os transportes aéreos e marítimos, prestando serviços eficientes e eficazes.

No que se refere a **infra-estruturas** assinalam-se como grandes objectivos:

- Conservação do património rodoviário existente, através de obras de reabilitação e da implementação da gestão e manutenção de estradas por níveis de serviço;
- Continuação do programa de desencravamento das zonas rurais, com o objectivo de dotar cada ilha de um sistema de estradas locais que ofereça às comunidades rurais o acesso rápido e seguro aos mercados, serviços e à rede principal de estradas;
- Dotar cada ilha de uma rede de estradas principal a ligar os centros administrativos, mercados, portos e aeroportos;
- Modernização e extensão da rede de estradas do país;
- Montar um sistema eficiente, transparente e sustentável para a gestão e manutenção da rede estrada principais e locais.
- Reforço institucional, através da implementação do sistema de planeamento e gestão, da consolidação do Instituto de Estradas e da operacionalização do Fundo de Manutenção Rodoviária;
- Reforço do quadro legislativo e regulamentar no sistema de transportes rodoviários, com vista ao incremento da segurança rodoviária e da regulação do sector.

Serão concluídas todas as obras estruturantes iniciadas ou adjudicadas nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Maio, S. Nicolau e S. Vicente e, igualmente, serão criadas as condições necessárias para se dar continuidade ao programa de construção de estradas estruturantes em todas as ilhas, nomeadamente o anel do Fogo e a via rápida Praia-Tarrafal.

No que respeita os **meios de transporte terrestre**, são identificadas as seguintes intervenções:

- Estabelecer um quadro legislativo e regulamentar apropriado;
- Apoiar o sector privado, em particular os operadores da área, no sentido de organizarem a prestação de serviços específicos decorrentes da dinâmica do turismo;

- Promover a qualidade do transporte urbano e inter-urbano, em colaboração com os municípios e com os operadores do sector;
- Melhorar a segurança rodoviária e limitar os impactos negativos sobre o ambiente físico e social

4.4.2.4. Sustentabilidade económica e financeira do Sector dos transportes e das infra-estruturas de transportes

Assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos transportes é crucial. Tornar os transportes mais efectivos em termos de custo e benefício e continuamente receptivo a variações da demanda implica promover a competitividade nos ramos onde um mercado comercial possa operar sem adversidades significativas. A competitividade terá de ser facilitada através da regulação para possibilitar às empresas privadas a sua entrada e saída livre do mercado.

O aumento da capacidade de resposta da oferta dos transportes às necessidades dos utentes pasas pelo estímulo à competitividade e encorajamento da participação dos utentes. Pode ser conseguido:

- A. Intensificando o uso de estruturas competitivas do mercado nos serviços dos transportes
- B. Aumentando a eficiência de uso, oferta, financiamento e gestão das infra-estruturas de transportes
- C. Promovendo um quadro favorável à competitividade
- D. Desenvolvendo as necessárias capacidades em termos de planeamento estratégico e de gestão do Sistema para complementar o mercado

Em resumo, a infra estruturação é uma base excelente para tratar algumas das necessidades qualitativas dos diferentes sectores económicos e sociais. Conseguir conciliar os esforços e reforçar a coesão entre os diferentes objectivos e intervenções sub sectoriais é desafio a ganhar.

4.4.2.5. Telecomunicações

No domínio das **telecomunicações** pretende-se melhorar a oferta para o consumidor final e como filosofia substancial a liberalização do mercado, ou seja o estabelecimento duma plena concorrência no sector;

Destacam-se como objectivos:

- A implementação da liberalização do sector nos termos da “Declaração de Política de Telecomunicações”
- O reforço da regulação técnica e económica, designadamente com a criação da agência de regulação das telecomunicações;
- A consolidação e o reforço do quadro institucional;
- A gestão efectiva dos recursos raros (espectro, números, espaço orbital, o domínio top level.CV, etc.);
- O desenvolvimento e introdução de novos serviços, nomeadamente VoIP;
- A criação de condições para a transformação futura de Cabo Verde num centro de trânsito de telecomunicações internacionais da Região África.

4.4.2.6. Sector Energético

O princípio director da política energética de Cabo Verde é o de ‘construir, a longo prazo, um país sem dependência de combustíveis fósseis’, visando garantir a segurança e sustentabilidade energética. Os princípios subjacentes a esta visão devem poder responder às aspirações do país relativas à: eficiência, segurança energética, e sustentabilidade.

*A visão de Cabo Verde para o sector energético baseia-se na construção de
“um futuro sem dependência de combustíveis fósseis”*



- **Energias Renováveis:** Investir e adoptar tecnologias de energias renováveis e alternativas, para continuamente reduzir a dependência dos combustíveis fósseis
- **Segurança Energética e redução da dependência das importações:** Garantir a redução da dependência das importações de energia e facilitar o acesso contínuo ao fornecimento de energia, não obstante as incertezas e imprevisibilidade do mercado mundial
- **Sustentabilidade:** Garantir a sustentabilidade do sector energético do ponto de vista ambiental, socio-político e económico

- ***Eficiência:*** Garantir um sistema de fornecimento, distribuição e consumo de energia adequado e eficiente em todo o país

Essa estratégia visa: (i) o aumento da concorrência e da melhoria da supervisão e regulação do sector; a expansão da capacidade de produção; (ii) o aumento da penetração das energias renováveis; (iii) a implementação de medidas de conservação e eficiência energética, o reforço da capacidade institucional; (iv) o investimento na inovação e adopção de tecnologias mais eficientes; (v) atingir uma cobertura de electricidade de 100%.

Ademais, uma forte ênfase deve ser colocada no **aumento da penetração das fontes de energias renováveis**, para redução da dependência das importações e de uma das principais vulnerabilidades do país, garantindo, assim, um futuro energético seguro e sustentável.

Os principais elementos da estratégia incluem:

- ***Promoção da eficiência no sector energético:*** A eficiência no sector energético é tanto o objectivo da política, como o seu instrumento, adoptando-se abordagens incluindo a promoção da concorrência e fortalecimento a todos os níveis das agências de regulação e de formulação de políticas, visando o reforço da supervisão e da regulação.
- ***Expansão da capacidade de produção de energia eléctrica:*** A saúde do subsector da electricidade é crucial para a construção de um sector energético seguro e sustentável que seja eficiente e capaz de sustentar a agenda de transformação. Será promovida a abertura do sector, para facilitar a entrada de novos participantes no mercado e a concorrência, através de parcerias público/privado. Uma das perspectivas é a construção de uma Central Única de Produção energia eléctrica, em cada ilha permitindo assim custos de produção mais baixos devido a economia de escala.
- ***O aumento da penetração da energia renovável e alternativa:*** Cabo Verde tenciona aumentar a **penetração** das energias renováveis e alternativas (vento, sol, ondas do mar, detritos, bio-combustível), visando a redução da dependência dos produtos petrolíferos, sendo intenção cobrir 50% das necessidades em energia eléctrica, até 2020, através de fontes renováveis e ter uma ilha com 100% de energia renovável. .
- ***A promoção da conservação de energia e eficiência:*** Será prestada atenção à credibilidade e eficiência da distribuição através da modernização da rede de distribuição, bem ao investimento para esse fim imediato. Por outro lado, o público e os operadores

económicos em geral serão envolvidos em programas visando a conservação da energia e a redução do consumo.

- ***Expansão da cobertura e garantia do acesso à energia:*** O acesso à energia é um requisito essencial de crescimento e desenvolvimento e do tratamento do fenómeno da pobreza. Garantir uma cobertura em energia eléctrica de 95% até 2011 é um dos principais objectivos da política para o sector. Até 2015, a meta estabelecida é de uma cobertura de 100% e a garantia de uma maior qualidade e fiabilidade no acesso à energia.
- ***Reforço da Capacidade Institucional:*** (i) Em primeiro lugar, o reforço da capacidade de formulação e implementação de políticas e de regulação, através da capacitação, reforço dos recursos humanos e implementação do quadro jurídico e regulamentar adequado. (ii) Em segundo lugar, será desenvolvido e implementado um quadro jurídico adequado para a prospecção do petróleo, visando facilitar os investimentos necessários. (iii) Em terceiro lugar, a ELECTRA será reprivatizada, logo que sejam concluídas a reengenharia e reestruturação da empresa e a sua capacidade para cumprir o seu mandato tenha sido reforçada. (iv) Em quarto lugar, facilitar e implementar a agenda para a criação de uma empresa de logística, com o objectivo de melhorar a rede de distribuição e a eficácia do subsector de combustíveis. (v) Por último, facilitar o planeamento de negócios e a criação da Empresa Nacional de Energia Renovável como uma parceria público/privado, para conduzir os esforços nacionais e facilitar investimentos nas energias renováveis e alternativas.
- ***Promoção da investigação e adopção de novas tecnologias:*** Cabo Verde só atingirá a sua visão de um futuro sem dependência de combustíveis fósseis, através do investimento, desenvolvimento e adopção de tecnologias e de abordagens inovadoras que diminuirão o seu consumo de energia e sua dependência dos produtos petrolíferos. Serão desenvolvidas parcerias especiais com empresas inovadoras no domínio de energias renováveis e alternativas. Será ainda facilitada a capacitação e formação, especialmente através da Universidade de Cabo Verde, visando aumentar as competências nacionais. Serão identificadas as prioridades, facilitando investimentos e a adopção de tecnologias de produção de água dessalinizada que sejam mais eficientes e consumam menos energia. Serão encorajadas experiências estratégicas e parcerias público/privado.

O **sub-sector dos combustíveis** foi e deve continuar a ser alvo de importantes acções visando a sua reestruturação. No quadro das reformas económicas, o estabelecimento de um novo mecanismo de fixação dos preços constitui um dos instrumentos relevantes.

Serão desenvolvidos programas, planos e projectos visando:

- Criar um mecanismo de reserva estratégica e seu accionamento pelo Estado em caso de emergência ou crise;
- Um novo e moderno mecanismo tarifário e o estabelecimento de uma nova fórmula de fixação dos preços dos produtos petrolíferos;
- A racionalização do sistema de recepção, transporte e distribuição de combustíveis, com a criação de uma empresa de logística e regulamentando o seu funcionamento;
- A conclusão da legislação e regulação do sector e consolidação do funcionamento da entidade reguladora independente.

Será integrada a dessalinização de água do mar e a **regeneração de águas usadas** na planificação dos recursos hídricos, com o objectivo de garantir o acesso a água potável a todos os habitantes e, por outro lado, garantir o abastecimento de água às novas unidades agrícolas modernas de tecnologia de ponta.

Será aposta a montagem de PPPs (Parcerias Publico Privado) para a resolução da problemática do investimento e da operação dos novos sistemas industriais de produção e regeneração de água.

4.4.2.7. Gestão integrada dos recursos hídricos

A disponibilidade de água para as actividades económicas – agricultura turismo, indústria, etc. aumentou de forma significativa.

Contudo, subsistem limitações face às crescentes exigências dos diferentes sectores, pelo que serão accionadas medidas visando a gestão integrada dos recursos hídricos, bem como o aumento das capacidades instaladas no domínio da dessalinização, do melhor aproveitamento das águas de escoamento superficial, do alargamento dos sistemas de tratamento e de aproveitamento das águas residuais, tendo como **objectivos**:

- A exploração durável da água e de todos os recursos a ela ligados
- A melhoria das condições de vida das populações
- A dinamização das actividades económicas

A acção do Governo será orientada pelos, seguintes **eixos**:

- Elaboração e implementação de um Plano de Acção Nacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos;
- Dinamização do investimento, tanto público como privado, associado à promoção da cultura empresarial nos diversos níveis de intervenção e ao estabelecimento de parcerias publico/ privado para a mobilização dos recursos para o financiamento dos investimentos em sistemas modernos de produção de água, para abastecimento às populações como para as actividades económicas, incluindo a agricultura;
- Alargamento da rede de infraestruturas de captação e stockagem de água , incluindo a construção de novas barragens e de grandes reservatórios , no quadro da valorização e do ordenamento das bacias hidrográficas;
- Reforço e modernização de infra-estruturas de distribuição de água potável, da recolha de águas residuais e da promoção das ligações domiciliárias de água e esgotos, nos meios urbanos e rurais;
- Reforço da utilização das energias renováveis para a mobilização/ produção de água;
- Melhoria da qualidade e do controlo da água para o abastecimento público e da água residual tratada, promovendo unidades de tratamento e de controlo a nível nacional e local e desenvolvendo legislação, regulamentos e normas aplicáveis;
- Consolidação das reformas legislativas, institucionais e da regulação sectorial.

4.5. EIXO V – Coesão Social

Este capítulo traduz a consequência lógica ou a relação estreita entre o crescimento económico e domínios vitais da vida em sociedade, condição fundamental para assegurar elevados índices de desenvolvimento humano e a paz social fundada na coesão social. O que se pretende como objectivo é que se vá para além da solidariedade social no seu sentido mais corrente, isto é, que um conjunto de compromissos entre cidadãos e instituições, públicas e privadas, modele o quotidiano da sua actividade económica em prol de uma sociedade baseada num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade, de uma sociedade civil participativa, num Estado funcionando com fortes parcerias com a sociedade civil.

Entre outros aspectos de relevo, o DECRP II: (i) tem em conta a necessidade de reforçar os meios de fortalecimento do capital social; (ii) propõe um sistema de segurança e acção social que seja coerente e universal e uma protecção social adaptado às novas realidade económicas

e sociais; (iii) assume o objectivo de diminuir os níveis de pobreza ou exclusão, edificar uma sociedade humanista e solidária, em que não haja exclusão do crédito institucional; (iv) trata o emprego como uma das condições para a integração social e melhoria da qualidade de vida; (v) coloca a dimensão género no centro das políticas públicas com o objectivo de alcançar a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo da modernidade e do desenvolvimento; (vi) dá importância às TIC para assegurar a inclusão digital, contra o risco da info-exclusão.

Trata-se de um desafio que exige, entre outros aspectos, que se tenha em devida atenção a igualdade de oportunidades, nomeadamente a paridade de género e dos grupos sociais mais desfavorecidos, como instrumento de mobilidade e coesão social.

De acordo com o enunciado, para edificar uma sociedade com coesão social, são consideradas as seguintes prioridades estratégicas:

| Prioridades sectoriais | Vectores |
|--|--|
| Diminuição dos níveis de pobreza e de exclusão social | <ul style="list-style-type: none"> • Combate à pobreza e salvaguarda da coesão social e intergeracional • Reforço do papel da economia social na óptica da diminuição dos níveis de pobreza |
| Sustentabilidade dos sistemas de protecção social | <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da sustentabilidade do regime geral da segurança social • Reforço da interligação entre o sistema de protecção social e as políticas activas do mercado de trabalho |
| Dinâmica do emprego, qualidade de vida no trabalho e integração social | <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e combate ao desemprego aumentando a empregabilidade • Desenvolvimento de políticas activas de emprego • Reforço do papel das pequenas, médias e micro-empresas na criação de riqueza e de emprego • Melhoria das condições de trabalho • Reforma das relações de trabalho e do quadro de diálogo social |
| Reforço dos ganhos da saúde | <ul style="list-style-type: none"> • Reforço dos cuidados primários de saúde e promoção |

| | |
|---------------------|--|
| | <p>da saúde pública</p> <ul style="list-style-type: none"> • Racionalização da rede de unidades de saúde • Articulação dos cuidados continuados |
| Equidade de género | <ul style="list-style-type: none"> • Instauração de uma sociedade de efectiva igualdade de oportunidades em todos os domínios fundamentais da vida |
| Sociedade inclusiva | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas inclusivas para pessoas com deficiência, grupos de riscos e desfavorecidos • Comunidades mais preocupadas com a população da terceira idade |

Tais prioridades são consubstanciadas nos seguintes eixos de intervenção:

4.5.1. Redução substancial da pobreza

Será dada continuidade à implementação e ao aprofundamento da estratégia de transformação económica, articulando as políticas macroeconómicas e sociais, com vista ao aumento da produtividade, a criação de riqueza e uma repartição mais justa dos recursos a todos os cidadãos cabo-verdianos.

A atracção de investimentos estrangeiros para financiar os grandes investimentos, principalmente a infra-estruturação do país, o reforço do tecido empresarial e os projectos do sector social, entre outros, permitirão o aumento da competitividade do país, o crescimento substancial das exportações, proporcionando mais emprego, o que contribuirá para a redução da taxa do desemprego e da pobreza, e consequentemente para o bem-estar das populações.

Também será privilegiado o **incentivo às iniciativas no domínio da economia informal e da economia solidária**, com vista a promoção do mutualismo como forma de garantir a auto organização das comunidades em prol da assistência médica, medicamentosa e funerária, assistência nos estudos e formação profissional, assistência na perda de emprego ou rendimentos familiar, de entre outras, além do desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento para as camadas mais desfavorecidas, em especial às do meio rural, das comunidades piscatórias e das mulheres chefe de família, experimentando e promovendo formas alternativas de protecção e co-responsabilização social.

Nesse sentido medidas serão adoptadas em matéria de **regulamentação e normatização do sector das micro-finanças**, de atribuição de crédito e de criação de oportunidades de formação para o reforço da capacidade técnica e profissional nesses domínios.

Para atingir esse objectivo, considera-se de extrema importância o desenvolvimento de **parcerias entre sectores, público, privado e a sociedade civil**, o que irá permitir não apenas a emergência de uma rede de pequenas e médias empresas de produção, e de prestação de bens e serviços, como a resolução imediata dos problemas desses grupos em situação de vulnerabilidade pela via no desenvolvimento das respectivas comunidades e do país de um modo geral.

Tendo sido já definido no âmbito da política social um quadro institucional e estratégico no qual se inscrevem vários instrumentos de combate à pobreza, de que se destacam o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza – PNLP e o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP, devem ser concentrados esforços na **articulação e coordenação dos vários planos e programas sectoriais** em curso no país e que concorrem para o mesmo fim (indivíduos, grupos, famílias e comunidades mais carenciadas).

Nesse sentido, poderá permitir uma efectiva participação de todos os actores que intervêm no processo de combate a pobreza, na medida em que haverá uma melhor optimização de recursos e de sinergias, com impacto nos resultados pretendidos, ou seja, na mudança das condições de vida dos grupos mais atingidos pela pobreza e seu engajamento no processo de desenvolvimento do país.

4.5.2. Melhoria das condições e das relações laborais

Com a adopção do modelo de economia de mercado e o consequente desenvolvimento do sector privado, a competência do Estado passa a incidir sobretudo na regulação e fiscalização do funcionamento do mercado de trabalho, na promoção da prevenção de acidentes de trabalho, doenças profissionais e conflitos laborais, bem como no diálogo e concertação sociais, visando, por um lado, a melhoria das condições laborais dos trabalhadores e o reforço da justiça e coesão sociais, e, por outro, o aumento da competitividade e o desenvolvimento sócio-económico sustentado do país.

Neste particular, assume importância relevante a redefinição de uma política laboral, mais consentânea à realidade do país que privilegie a adequação da legislação laboral, a regulamentação e adequação às convenções da OIT sobre a segurança e saúde dos

trabalhadores e o reforço das relações de cooperação entre os empregadores e os trabalhadores e ou os seus representantes.

Torna-se fundamental a criação de um quadro jurídico e legal mais adequado às exigências actuais, nomeadamente:

- Aprovação de um novo Código Laboral, de forma a se dispor de um instrumento que permite regular a relação entre os vários parceiros do mundo laboral e contribuir para a melhoria das condições profissionais dos trabalhadores.
- Regulamentação de toda a legislação em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Promoção de acções de formação específicas para capacitação do pessoal da área Inspectiva;
- Criação de condições para a fiscalização da aplicação das medidas de politica em matéria de segurança, saúde e higiene no trabalho.

Igualmente, será dada atenção ao reforço da capacidade do sub-sector através, nomeadamente, da dotação de meios técnicos e humanos e da qualificação e capacitação dos técnicos, bem como a sensibilização e engajamento dos parceiros sociais.

4.5.3. Melhoria do sistema da Protecção Social

No domínio da **Protecção Social** são definidos os seguintes eixos de intervenção:

- i) Redefinição do quadro institucional público de coordenação e implementação das políticas de protecção social;
- ii) Aprofundamento do processo de descentralização das políticas de protecção social
- iii) Definição de um quadro normativo e institucional de parceria público-privada no domínio da protecção social

No que se refere a **Lei de Bases da Protecção Social** e o processo de reforma em curso, alguns aspectos serão privilegiados:

- Melhoria das prestações e da cobertura social;

- Integração efectiva dos trabalhadores da administração pública e dos bancos no regime de protecção social por conta de outrem;
- Alargamento dos beneficiários da rede de solidariedade (Regime não Contributivo) com vista a garantir a universalidade do sistema;
- Aumento, diversificação e melhoria das prestações sociais numa base de solidariedade e justiça social;
- Melhoria da gestão das pensões do Regime não Contributivo;
- Integração efectiva das empregadas domésticas no sistema de protecção social.

Também, e com o objectivo de prestar um serviço de melhor qualidade aos beneficiários do Regime não Contributivo, **será implementado o Centro Nacional das Pensões Sociais** que assegurará toda a gestão das pensões a nível nacional segundo uma filosofia moderna de gestão, permitindo ultrapassar os muitos problemas existentes nesse domínio.

Em articulação com diferentes parceiros, será dada continuidade ao desenvolvimento de programas que contribuem para a integração e inserção de referidos grupos, entre outros,

Programas de Apoio a:

- Órfãos e outras crianças vulneráveis;
- Pessoas portadoras de deficiência;
- Estudantes de famílias carenciadas;
- Famílias chefiadas por mulheres;
- Terceira Idade;
- Integração e Inserção social dos repatriados e outros em situação de risco;
- Atendimento psicossocial a pessoas com HIV/SIDA;
- Iniciativas de desenvolvimento comunitário, nomeadamente a existência de alternativas adequadas de cuidados para as crianças e dependentes de mulheres pobres que tem de trabalhar.

Em matéria de intervenção no domínio da **menoridade**, é objectivo o desenvolvimento de um sistema de protecção dos direitos da criança, sendo que as grandes linhas orientadoras de

intervenção vão no sentido de consolidar todo o processo de reforma legal e institucional em matéria da infância e adolescência já iniciada, com enfoque em três grandes áreas:

- a) A promoção e Divulgação dos Direitos da Criança, em que se pretende:
- b) Protecção, Reinserção Social e Familiar
- c) Intervenção Sócio-educativa para a responsabilização dos jovens em conflito com a Lei
- d) Promoção da co-responsabilização dos homens na família e dignificação de todas as formas de organização familiar

4.5.4. Dinamização do emprego

Serão desenvolvidas **parcerias com as empresas e outras entidades privadas**, através de medidas específicas de fomento e de estímulo à participação de todos os actores, tendo em vista o desenvolvimento da oferta, em todo o país, propondo-se:

- Reforçar o diálogo e a concertação com os parceiros sociais em matéria de emprego e formação e melhorar os mecanismos da sua participação no sistema, nomeadamente através: da sua participação na gestão de centros públicos de formação e do seu envolvimento na planificação, programação, implementação e avaliação de programas de formação profissional;
- Aprofundar a concertação e a integração entre o sistema de formação profissional e o sistema de educativo, proporcionando uma rápida transição da escola para mundo do trabalho;
- Promover incentivos à criação de postos de trabalho, através nomeadamente da concessão de créditos para financiamento de pequenos projectos; da promoção e do desenvolvimento de micro-empresas e de actividades geradoras de rendimento, com base em critérios de rentabilidade que garantam a sua sustentabilidade; da promoção das iniciativas locais de emprego;
- Dotar os serviços de emprego, as autarquias e outras entidades locais sem fins lucrativos, de dispositivos técnicos e financeiros de apoio coordenado ao desenvolvimento local e ao aproveitamento das oportunidades de emprego;
- Produzir e publicar de forma periódica estatísticas de emprego/desemprego

- Difundir a informação disponível, ao nível nacional e local, sobre novas áreas de emprego e novas condições de empregabilidade;
- Melhorar o apoio à mobilidade e flexibilidade e ao funcionamento dos mercados locais de emprego, com base na reforma dos serviços locais de emprego, nas suas funções de informação, colocação e orientação profissional e acompanhamento e intervenção ao nível local;
- Proceder à racionalização da legislação relativa às políticas específicas do emprego;
- Desenvolver a concertação estratégica com os parceiros sociais com vista à promoção do emprego.

4.5.5. Segurança alimentar

Neste momento assiste-se ao aumento desmedido dos preços dos produtos agrícolas a nível mundial, tornando crítica a situação da segurança alimentar cujas causas são, entre outras, da natureza seguinte: (i) o aumento da procura, a insuficiência da oferta e o aumento dos custos, como principais indicadores da situação actual e das tendências de redução da produção de cereais e oleaginosas como resultado do aumento da produção de bio carburantes; (ii) a melhoria das condições acarretando consigo o aumento do consumo de bens alimentares; o crescimento da população; (iii) sem falar da especulação financeira e das aquisições de precaução.

Cabo Verde não será indiferente ao fenómeno, dadas as suas características estruturais e factores conjunturais que lhe tornam extremamente vulnerável a choques externos, entre outras: (i) a crescente escassez de chuvas; (ii) escassos recursos em terra arável; (iii) a completa dependência energética; (iv) mais de 80% do consumo de alimentos depende das importações; (v) custos elevados dos factores de produção.

Disponibilidade e possível evolução dos preços dos cereais no mercado interno

| Produto | Disponibilidade temporal | Preços no mercado |
|----------------|---|--|
| Arroz | Incluindo as importações há uma garantia de cobertura das necessidades até meados Novembro 2008 | Em Junho/Julho poderá haver um aumento significativo dos preços, visto o aumento verificado no mercado |

| | | |
|--------------|---|---|
| | | internacional |
| Milho | Incluindo as importações há uma garantia de cobertura das necessidades até meados Novembro 2008 | Não se perspectiva um agravamento dos preços |
| Trigo | Incluindo a importação, há uma cobertura das necessidades estimada até meados de Julho 2008 | Em Junho/Julho, face ao aumento no mercado internacional, poderá haver um aumento de preço no mercado em cerca de 10% |

A ANSA tem estado em negociações com a MOAVE (com a participação do Governo) no sentido de serem encontradas soluções que possam imprimir uma certa estabilidade dos preços. Os cenários possíveis, numa conjugação dos preços dos dois últimos lotes adquiridos pela empresa, apontam para a estabilização de preços numa primeira fase e, numa segunda, para um aumento na ordem dos 10%.

Com este cenário de forte aumento dos preços a partir de Junho/Julho, vão ser identificadas e propostas medidas de política para amenizar o impacto dos aumentos significativos de preços dos cereais registados e em perspectiva, podendo ser classificadas da seguinte forma:

- **Medidas fiscais e de estabilização**

- ⇒ Isenção de Direitos de Importação e IVA nos Cereais

- ⇒ Perequação dos preços dos produtos internos

- ⇒ FESA – Fundo de Estabilização e Segurança Alimentar (No contexto actual poderá ser necessário retomar e adequar as suas funções)

- **Medidas visando a melhoria da eficiência do sistema de distribuição interna**

- ⇒ Redução dos custos de transportes inter-ilhas

- ⇒ Redução dos custos de prestação de serviços nos portos

- **Medidas visando a melhoria da eficiência do sistema de importação**

- ⇒ Melhoria do sistema de abastecimento de cereais (Silos)

⇒ Como Importar a Preços mais Competitivos?

⇒ Busca de soluções duradouras para o aprovisionamento de cereais (médio/longo prazo)

• **Medidas visando o aproveitamento da mobilização da comunidade internacional sobre a problemática do aumento generalizado dos preços**

⇒ Reforço da Ajuda Alimentar, em regime de Emergência

⇒ Stock Financeiro para segurança alimentar (SFSA)

⇒ Nova Iniciativa da FAO na luta contra o Agravamento dos Preços dos géneros alimentícios (IFPA)

A ANSA é a entidade incumbida de garantir a segurança alimentar do país, sendo pois urgente o reforço da sua capacidade de regulação nomeadamente no que respeita: (i) a divulgação de informação aos agentes económicos interessados, (ii) a gestão da ajuda alimentar de forma a assegurar o normal funcionamento dos mercados, (iii) a garantia de acesso aos produtos alimentares básicos por parte da população com um mínimo de qualidade e (iv) capacidade de intervenção nas questões relativas à definição de política alimentar, seja do ponto de vista económico, seja do ponto de vista normativo.

Face à situação descrita, para avaliação do real impacto e medidas de curto, médio e longo prazos, será promido o diálogo e a concertação com diferentes **parceiros** nomeadamente:

Essas medidas deverão ser acompanhadas de um diálogo com a sociedade e os actores directamente envolvidos no processo, entre outros:

- Agência Nacional da Segurança Alimentar
- As Câmaras de Comércio na sua função de importação e abastecimento do mercado;
- A CIC – Companhia de Investimentos de Cereais
- A IGAE – Inspeção-geral da Actividade Económica
- As associações de defesa do consumidor
- O PNLP e ONGs com vista a se avaliar a situação muito em particular de grupos vulneráveis propondo medidas e acções concretas;
- A comunidade portuária
- Os sindicatos e associações patronais

- A FAO, no sentido de apoio a eventuais medidas de emergência voltadas para os pobres

4.5.6. Mais e melhor saúde para todos

No processo de desenvolvimento do país, pretende-se do sector da saúde a garantia de bem-estar físico, mental e social à população, o que requer do Estado e da sociedade um maior investimento em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, e ainda no que concerne à organização e à gestão.

As orientações estratégicas fundamentais assentam-se sobretudo na:

- Reorganização do Serviço Nacional de Saúde.
- Oferta de cuidados de saúde que sejam acessíveis e que englobam todas as dimensões do ser humano e capazes de seguir os episódios de doença ou de risco, o que pressupõe uma organização de serviços, sobretudo da atenção primária.
- Execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos
- Rever e adequar a rede de estruturas na sua diversidade de tipo e de competências.

Para garantir a modernização e a sustentabilidade do **Serviço Nacional de Saúde** prevê-se (ver PNS): i) Aumentar a capacidade de intervenção administrativa e técnica a nível central e local; ii) Reforçar o desempenho técnico e administrativo das Delegacias de saúde; iii) Criar regiões sanitárias; iv) Reestruturar os programas de saúde pública; v) Diferenciar a capacidade técnica e os níveis de intervenção dos hospitais centrais; vi) Reestruturar a prestação dos cuidados secundários nos hospitais centrais; vii) Definir normas e padrões de funcionamento do SNS; viii) Criar um programa de garantia de qualidade dos cuidados de saúde.

Os **recursos humanos** constituem um elemento fundamental para a materialização da reforma do sector da saúde pelo que se torna essencial a execução do “*Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Saúde 2005 – 2014*”.

As orientações estratégicas vão no sentido de: i) Redefinição das equipas técnica, administrativa e de apoio; ii) Planeamento a médio e longo prazos da formação inicial, de aperfeiçoamento e de especialização; iii) Modernização dos procedimentos e mecanismos de gestão dos recursos humanos; iv) Promoção do desenvolvimento de carreiras profissionais de saúde enquanto factor de motivação do pessoal e de estabilidade entre as classes profissionais.

Para atingir os objectivos de cobertura e equidade da oferta é necessário **adequar a rede de estruturas** na sua diversidade de tipo e de competências. Assim, as orientações estratégicas se orientam para: i) Elaboração duma Carta Sanitária e sucessivas actualizações; ii) Implantação duma rede de Centros de saúde na Praia e no Mindelo; iii) Inclusão das unidades privadas de saúde nos estudos para a Carta Sanitária; iv) Consolidação da rede, investindo no seu apetrechamento e na manutenção dos edifícios e equipamentos.

4.5.7. Juventude e Desenvolvimento

As políticas do Governo visam proporcionar aos jovens mais e melhores condições de participação na vida social, política, económica e cultura do país e, no sentido do aprofundamento e reforço das políticas de valorização do capital humano, presta uma atenção prioritária ao papel cada vez mais activo dos jovens nas oportunidades de desenvolvimento.

a) Apoiar o florescimento de iniciativas empresariais jovens

Para o aumento e consolidação da competitividade da economia cabo-verdiana, é fundamental o rejuvenescimento da força de trabalho, pelo que serão desenvolvidas medidas e acções que promovam a emergência de uma cultura empresarial e o florescimento de um tecido vivo de iniciativas empresariais jovens.

Para tanto, com as instituições financeiras públicas, bem como do sector financeiro privado, serão concebidas e criadas **linhas de crédito específicas e incentivos fiscais** destinadas a fomentar e apoiar a instalação de micro, pequenas e médias empresas jovens que sejam competitivas, assegurando-se mecanismos e eficazes para a sua concessão e, a fundo perdido, a prestação da assistência indispensável à elaboração, implementação e gestão dos respectivos projectos de investimento.

Para fomentar a emergência de micro, pequenas e médias empresas nas zonas periféricas serão adoptados **incentivos fiscais especiais que estimulem o jovem empresário a capacitar-se e fixar-se nas suas regiões de origem**, o que nos seus efeitos multiplicadores gerará mais emprego directo e indirecto e tornará atractiva a actividade económica.

Será dado grande impulso ao **Crédito Jovem Habitação** e através de outros programas da juventude, no sentido de serem criadas condições favoráveis aos jovens para a aquisição de habitação própria, muito em particular na periferia.

b) Formação profissional e dignificação do trabalho

A política de formação profissional deverá visar a rápida integração dos jovens no mundo do trabalho e na vida social activa, quer na perspectiva de criação da própria empresa, quer na satisfação da oferta de trabalho, pelo que se dará particular atenção à componente gestão de negócios.

Com as instituições públicas e privadas serão desenvolvidas acções de **formação em exercício**, pelo que incentivos específicos serão criados, tanto para os jovens empregados como para as empresas em particular as da iniciativa dos jovens.

Será dinamizado o **Programa de Inserção e Emprego Jovem** e sua integração com os diferentes programas nacionais e de cooperação internacional. Ainda nesse âmbito, com as entidades patronais e respectivas associações representativas, serão desenvolvidas parcerias visando o recrutamento de jovens, mediante incentivos nomeadamente de natureza fiscal para as empresas empregadoras nacionais e estrangeiras.

Ainda nesse quadro, visando o envolvimento adequado de empresas e pessoas singulares na formação, capacitação e sensibilização da juventude e respectivas associações, será adoptada com urgência a **Lei do Mecenato Juvenil**.

c) Reforçar e aprofundar a participação dos jovens

É conferida importância ao **Associativismo Juvenil** como modelo de organização e espaço de desenvolvimento integral dos jovens, de aprendizagem de princípios e valores essenciais ao desenvolvimento de um espírito de sã convivência e de vivência democrática, constituindo um fórum de partilha de ideias e concretização das mesmas, na perspectiva de luta por uma democracia política, económica, social e cultural que vá de encontro à expectativa de todos os jovens cabo-verdianos.

O **Fundo de Apoio ao Associativismo Juvenil** deverá ser implementado pelo que serão assegurados os recursos indispensáveis à prossecução dos fins para que foi criado, isto é, a concessão de apoios e incentivos a associações e agrupamentos juvenis.

Entre outras medidas e acções visando a participação dos jovens, será prosseguida com mais vigor o alargamento **Corpo de Jovens Voluntários de Cabo Verde** a todas as regiões do país, ao mesmo tempo que a sua intervenção de qualidade nas áreas produtiva, social e cultural.

Nesse âmbito, será prosseguida com empenho renovado a instalação de **Centros de Juventude e Telecentros** em todos os Concelhos, considerando a sua importância como espaços de encontro e formulação de iniciativas juvenis, bem como de intercâmbio, lazer, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, formação, etc.

Do mesmo modo, será prosseguida a abertura e funcionamento das **Pousadas de Juventude** que virão desempenhar um papel importante no fomento da mobilidade e intercâmbio juvenil entre as diferentes ilhas e regiões do país, bem assim no fomento de iniciativas visando a criação do emprego jovem.

A realização de **Campos de Férias** de carácter municipal será continuada com a preocupação de elevar cada vez mais a participação dos jovens, o intercâmbio e o debate de ideais.

Implementação do programa *“Lazer e Desporto na Rua”* com o objectivo de ocupar o tempo livre dos jovens e alargar os espaços de encontro e intercâmbio.

A massificação do programa **Cartão-jovem** no país e na diáspora será intensificada, como um instrumento privilegiado de promoção da mobilidade e intercâmbio juvenil.

d) Juventude e cultura

Os jovens estarão no centro das políticas e medidas de política da acção governativa no domínio cultural, o que implicará uma estreita coordenação e envolvimento dos respectivos departamentos governamentais.

Os Centros de Juventude e telecentros, bem como as Pousadas de Juventude, enquanto espaços de encontro e intercâmbio juvenil, proporcionarão oportunidade de promoção, produção e inovação culturais dos jovens.

O **Festival da Juventude cabo-verdiana** será institucionalizado, tendo como objectivo o encontro de jovens talentos e de referência, no país e na diáspora, na vertente cultural, desportiva e musical.

Também, será criado o **CCY/Cabo Verde (Centro de Jovens Criativos)** em estreita parceria com CCY/Estados Unidos, visando a capacitação e aperfeiçoamento de jovens talentos cabo-verdianos no domínio da música, teatro e artes plásticas.

4.5.8. Género e Desenvolvimento

A integração da **abordagem género** em Cabo Verde tem sido um desafio face às percepções sócio-culturais ainda subsistentes na sociedade e que muitas vezes constituem entrave ao desenvolvimento, formulação e implementação de políticas.

Impõe-se o reforço de acções no sentido da criação de condições para o exercício efectivo da cidadania que, ao mesmo tempo, favoreçam a eliminação gradual das situações de violência e discriminação, da protecção de direitos e muito em particular no plano da participação política e económica das mulheres através da implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género, Plano de Combate à VBG e elaboração e implementação dos Planos Municipais de Igualdade e Equidade de Género.

Com este entendimento o Governo, em estreita coordenação com as organizações da sociedade civil, propõe-se desenvolver as seguintes acções, entre outras:

- (i) Assegurar a introdução efectiva da abordagem género nas políticas sectoriais e nos programas e projectos, muito em particular no que respeita, à formação, a luta contra a pobreza, a formação e o emprego e à promoção da cidadania;
- (ii) Criar e implementar mecanismos de acção afirmativa visando o aumento da participação das mulheres nos poderes legislativo, judicial e local;
- (iii) Cuidar da efectiva implementação do dispositivo jurídico-legal em vigência, sobretudo a sua regulamentação, para que haja um real usufruto dos dispositivos de protecção subjacentes;
- (iv) Adoptar mecanismos que promovam a igualdade de oportunidades e uma maior participação das mulheres nas actividades económicas;
- (v) Atribuir especial atenção, na estruturação e no funcionamento das Casas do Direito e nas Casas do Cidadão, às questões ligadas à violência doméstica e à redução das desigualdades no acesso aos serviços;
- (vi) Reforçar as parcerias com as organizações da sociedade civil que actuam na promoção da cidadania e da família, na defesa dos direitos da mulher e na promoção do desenvolvimento comunitário e luta contra a pobreza.

5. Quadro lógico

Sendo o DCREP um quadro de referência operacional, ele é concebido na base de referências diversas e com resultados conducentes a impactos efectivos na qualidade de vida das populações pobres. Daí que a DGP tenha optado pela abordagem fixada em resultados, como se impõe para o quadro lógico.

Elaboração do quadro lógico

A montante do quadro lógico teve lugar uma análise causal profunda com os diferentes sectores. Esta análise permitiu conceber uma grelha de análise que resultou no quadro lógico propriamente dito. Esta grelha é uma matriz construída segundo uma lógica vertical e uma lógica horizontal.

A lógica vertical contém a hierarquia causal dos problemas identificados no conjunto do sistema de desenvolvimento durável, seguida do nível de problemas até as causas profundas e estruturais, passando pelas causas imediatas e pelas causas subjacentes.

A lógica horizontal comporta os indicadores para medir a amplitude dos problemas de diversa ordem, a origem e a data de referência, as oportunidades ou ganhos em relação ao problema de cada nível, os objectivos ou necessidades críticas, os indicadores de resultados, as orientações estratégicas associadas, os sectores e instituições próximas. Esta matriz global contém não somente a análise da situação do conjunto, como ainda os elementos da planificação estratégica e da planificação operacional obtida do quadro lógico.

O quadro lógico foi elaborado segundo as hipóteses seguintes:

A acções a desenvolver pelos sectores decorrem necessariamente do quadro global das orientações da adaptação feita pelo país em relação aos ODM, os objectivos das GOP e as orientações do programa do governo.

Dispondo cada sector de uma estratégia sectorial, elaborou o seu programa na base da sua estratégia, pelo que as propostas resultam, normalmente, da operacionalização dessa estratégia.

O DCREP II, para ser pertinente, foi construído tendo em conta as acções integrando as populações em geral e os pobres em particular.

O DCREPII visa efeitos transversais tais como a demografia, política, economia, socioeconomia, pobreza, género, juventude, meio ambiente, pesquisa e sociedade de

informação, conhecimento e competência, governação, capital humano, produtividade, infra-estruturação e coesão social.

Na base destas hipóteses a contribuição de cada sector fornecida à DGP foi utilizada para organizar a construção do quadro lógico segundo a casualidade da análise.

Arquitectura e conteúdo

O quadro lógico está concebido numa cadeia de resultados a três níveis : Le cadre logique du DECRPII est bâti sur une chaîne des résultats à trois niveaux : fim ou finalidade, efeitos e produtos. O quadro lógico não vai para além dos produtos porque as actividades que deveriam gerá-los relevam da responsabilidade de cada sector e das respectivas estruturas operacionais.

Um plano de acção deverá ser elaborado para precisar as actividades associadas a cada produto, bem como as estratégias operacionais a que estão ligadas e os indicadores de processo a que estão associados.

Fim

Provém directamente dos instrumentos nacionais de desenvolvimento durável do país, na ocorrência as GOP e as orientações do Governo. Sendo que à priori esses dois quadros integram os ODM, interessará a apresentação da seguinte síntese :

Atingir um desenvolvimento humano duravel assente no sistema produtivo forte e dinâmico, na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura, no contexto de desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ecológica.

O fim em si é suportado por diversos indicadores ligados às dimensões dos eixos de acção prioritários que guiam om processo a longo prazo como é o caso dos ODM e as outras prioridades nacionais a maioria das quais serviram à definição de uma política e estratégia nacional ou sectorial.

Ao fim de contas foram determinados os efeitos que cobrem os domínios transversais, bem como os cinco pilares definidos pelo governo para suportar as acções de desenvolvimento, a saber, a governação, o capital humano, a capacidade produtiva, as infra-estruturas e a coesão social.

Os efeitos

Os efeitos formulados são :

Género: Igualdade e a equidade de género assegurados

Juventude: Participação e representação dos jovens como protagonistas de desenvolvimento acrescidas

Demografia: equilíbrio entre os parâmetros demográficos e de desenvolvimento socio-económico assegurado

Ambiente: Gestão dos recursos naturais equilibrada

Investigação: Resultados de investigações utilizados em todas as políticas e estratégias de desenvolvimento; Valorização do quadro de investigadores

Cidadania: Direitos humanos e da cidadania assegurados

Boa governação: Reforma do Estado: Gestão de despesas públicas, melhorada, a nível central e municipal; prestação de serviço aos utentes pela administração pública melhorada a nível central e municipal; Administração Pública: Critérios modernos de gestão da administração pública aplicados; Comunicação Social: Participação da população no processo de desenvolvimento melhorada; Justiça: Mecanismos de protecção dos direitos dos cidadãos reforçados; Eficiência dos tribunais e da justiça em geral melhorada; Prestação dos serviços de registo e notariado e identificação aos cidadãos melhorados; Prevenção e combate à droga reforçados; Sistema prisional e de reinserção social de adultos e de menores em conflito com a lei melhorado; Segurança: Segurança interna assegurada; Transportes rodoviários seguros; Riscos inerentes à ocorrência de catástrofes naturais e provocadas reduzidos; Participação política: Participação da população na vida política reforçada; Descentralização e Administração Local: Política de descentralização implementada

Capital Humano: Educação: sistema educativo melhor adaptado às necessidades de desenvolvimento económico; Ensino superior generalizado e voltado para o mercado de trabalho; Desporto: Desporto dinamizado e massificado; Formação Profissional: Formação profissional reforçada e direccionada para o emprego e inclusão social; Ambiente económico favorável à criação de emprego para a integração das populações vulneráveis; Cultura: Produtos culturais e património histórico-cultural valorizados; Saúde: Saúde da população melhorada, em especial a das mulheres e das crianças; Vigilância integrada das doenças transmissíveis; Luta contra as doenças não transmissíveis assegurada

Competitividade: Agricultura: Sistemas Integrados de Produção Vegetal, Animal e Agro – Silvo –Pastoril intensificados e diversificados; Produtos agrícolas nacionais valorizados; Segurança alimentar melhorada pela produção agrícola nacional; Pesca: Valor acrescentado

bruto provenientes da pesca aumentado; Turismo: Valor acrescentado bruto do turismo aumentado; Política de diversificação de produtos turísticos implementada; Qualidade dos produtos e serviços do turismo melhorada; Serviços: Produtividade dos serviços aumentada; Comércio: comércio que valoriza a produção nacional e orientado às necessidades da população; Indústria: indústria integrada na política de desenvolvimento humano do país e que respeita o ambiente; Sistema financeiro: Sistema financeiro modernizado; Regulação: Função fiscalizadora e reguladora do Estado melhorada

Infra estruturação: Ordenamento do território: Gestão do território, dos solos e do Cadastro melhorada; Saneamento básico: sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e de águas residuais melhorado a nível nacional e local; Gestão dos recursos hídricos: Gestão integrada e qualidade da água para o abastecimento público melhorada; Infra-estruturas e transportes terrestres: Circulação de pessoas e mercadorias em condições de segurança garantida; Infra-estruturas e transportes marítimos: Portos adaptados às necessidades da internacionalização da economia; Sistema de protecção e segurança marítima melhorado; Infra-estruturas e transportes aéreos: Aeroportos internacionais adequados às necessidades de tráfego, assegurando os padrões de segurança, eficiência e conforto; Energia: Infra-estruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia e água melhoradas; Fontes de energias renováveis e outras fontes de energia com baixa produção de carbono desenvolvidas; Requalificação urbana e habitação: Planificação urbanística, habitacional e a requalificação urbana melhorada

Coesão Social: Segurança Alimentar: Disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares asseguradas no abastecimento dos mercados centrais e periféricos; Habitação Social: Planificação da habitação social melhorada; Pobreza: Acesso dos pobres aos serviços sociais de base e ao rendimento, melhorado; Protecção Social: Condições de trabalho e as relações entre os parceiros sociais melhorada; Acesso de todos os grupos sociais e profissionais à protecção social, em particular dos grupos vulneráveis garantidos

Os produtos

Foram organizados segundo domínios transversais e segundo os cinco pilares que representam as principais linhas de acção do Governo na sua tarefa de promoção do desenvolvimento durável do país, como segue:

Foram formulados a partir das contribuições dos diferentes sectores tendo em conta a qualidade e a quantidade de resultados esperados nos diferentes níveis superiores e do contexto político, socio económico, técnico e institucional.

O quadro dos indicadores deverá ser consolidado com os diferentes sectores em estreita concertação com o INE e o sistema de M&E.

QUADRO LÓGICO

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|-----------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|---------------|-----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| OBJECTIVO GLOBAL | | | | | | | | | | |
| (IMPACTO) | | | | | | | | | | |
| <i>Atingir um desenvolvimento humano durável assente no sistema produtivo forte e dinâmico, na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura, no contexto de desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ambiental.</i> | Taxa de crescimento real do PIB | 7.2 (2007) | 7,8 | 8,4 | 10,2 | 10,2 | INE/MFAP | Anual | | |
| | Taxa de Inflação | | 3,0 | 2,8 | 3,3 | 3,1 | INE/MFAP | Anual | | |
| | Investimento público (CVE 10 ⁹) | | 11.8 | 13.6 | 17.7 | 19.9 | INE/MFAP | Anual | | |
| | Reservas cambiais (meses de importação) | | 3,2 | 3,3 | 3,4 | 3,5 | INE/MFAP | Anual | | |
| | Despesas de investimento (% PIB) | | 12.2 | 12.1 | 13 | 12.5 | INE/MFAP | Anual | | |
| | Taxa de Desemprego | 18 | 17 | 14 | 11.5 | 9,5 | INE/IEFP | Semestral | ISE | |
| | Taxa de crescimento demográfico | 1,86 | 1,87 | 1,88 | 1,89 | 1,9 | INE | Anual | Projecções | |
| | Esperança de Vida | 72,6 | 72,8 | 73,1 | 73,3 | 73,4 | INE | Anual | Projecções | |
| | Saldo Migratório | -1.384 | -1.355 | -1.327 | -1.298 | -1.252 | INE | Anual | Projecções | |
| | Taxa de Mortalidade Infantil | 29,1 | 28,5 | 27,9 | 27,3 | 27 | MS/INE | Anual | Anuários estatísticos | |
| | Taxa de Mortalidade Materna | | | | | | MS | | Anuários estatísticos | |
| | Taxa de mortalidade de crianças até 6 semanas de | 3,6 | 3,5 | 3,5 | 3,4 | 3,4 | MS/INE | Anual | Anuários estatísticos | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------|-----------------------|--------------------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | nascimento | | | | | | | | | |
| | Taxa de Prevalência do VIH/SIDA | | | | | | MS/CCS-Sida | Anual | | |
| | Taxa da alfabetização (urbano/rural, F/M) | | | | | | MEES | Anual | | |
| | Taxa de cobertura na Educação Pré-escolar | 55,8% | 56,3% | 56,6% | 57,0% | 57,2% | MEES | Anual | Anuários estatísticos | Engajamento dos intervenientes |
| | Taxa líquida de escolarização Secundário | 32,8% | | | | | MEES | Anual | Anuários estatísticos | |
| | Proporção de efectivos do Ensino Secundário que seguem a via técnica | 80,5% | 84,0% | 85,5% | 87,0% | 88,5% | MEES | Anual | Anuários estatísticos | |
| | % População com nível superior (F/M) | 2,8% | 3,1% | 3,2% | 3,3% | 3,4% | MEES | Anual | Anuários estatísticos | |
| EFEITOS (Objectivos específicos) | | | | | | | | | | |
| (TEMAS TRANSVERSAIS) | | | | | | | | | | |
| Género Igualdade e a equidade de género assegurados | Taxa de desemprego (M/F, idade, sexo do chefe do agregado familiar, meio de residência, regiões) | CV: 21% F: 28% M: 16% | CV:18% F: 22% M: | CV:15% F: 18% M: 12% | CV:12% F: 14% M: 10% | CV: 9% F: 10% M: 8% | ICIEG | Anual | QUIBB / IDRF ou ISE | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|---|---|---|---|---|---|-------------------------|---------------|--|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | | | 14% | | | | | | | |
| | Índice de rendimento (M/F, idade, sexo do chefe do agregado familiar,, meio de residência, regiões) | Ratio estimado de 0,35 GDP per capita CV: 5,803 US\$ F: 3, 087 M: 8,756 | Ratio de 0,40 | Ratio de 0,45 | Ratio de 0,50 | Ratio de 0,55 | ICIEG | Anual | Relatório de DH/PNUD e inquérito às empresas (INE) | |
| | Índice de pobreza (M/F, idade, sexo do chefe do agregado familiar, meio de residência, regiões) | Agregados CV: 28 % F: 31 % M: 26% | Agregados CV: 26 % F: 28 % M: 24% | Agregados CV: 24 % F: 25 % M: 22% | Agregados CV: 22 % F: 22 % M: 21% | Agregados CV: 20 % F: 21 % M: 19% | ICIEG | Anual | QUIBB IDRF ISE | |
| Juventude Participação e representação dos jovens como protagonistas de desenvolvimento | Nº de associações e ligas juvenis operacionais | | | | | | SEJD | Anual | | |
| | Nº de dispositivos legais criados a favor dos jovens | | | | | | SEJD | Anual | | |
| | Nº de parcerias nacionais e estrangeiras formalizadas | | | | | | SEJD | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|--|----------------|---------|---------|---------|---------|------------------------------|---------------|--|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| acrescidas | com as organizações juvenis | | | | | | | | | |
| Demografia O equilíbrio entre os parâmetros demográficos e de desenvolvimento socio-económico assegurado | Efectivo de população | 496.316 | 505.756 | 515.426 | 525.307 | 535.435 | INE | Anual | Projeções | |
| | Taxa de dependência | 0,76 | 0,74 | 0,72 | 0,71 | 0,69 | INE | Anual | Projeções | |
| Ambiente Gestão dos recursos naturais equilibrada | Nº áreas protegidas (terrestres e marinhas) | 47 | 47 | 47 | 47 | 47 | MAA | Anual | SIA SSQA Relatórios MAA | |
| | Ton de areia importadas/produzidas | 47.000 | 50.000 | 65.000 | 80.000 | 100.000 | Empresas Privadas | Anual | Relatórios MAA Alfandegas | |
| | Numero de bases de dados ambiental operacional no regiões e no nível central | 1 | 4 | 4 | 5 | 7 | MAA/Municípios/MITM DGOTH | Anual | SIA SSQA Relatórios MAA e Sectoriais | |
| Investigação/Pesquisa Resultados de investigações utilizadas em todas as políticas e estratégias | Nº de projectos de investigação científica realizados | 0 | 0 | 3 | 5 | 7 | UNI-CV | Anual | Relatório | |
| | Nº de sectores que dispõem de postos permanentes de | 3 | 3 | 3 | 4 | 5 | UNI-CV | Anual | Relatório | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|---------------------------------------|-----------------|-------|----|----|----|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| de desenvolvimento | investigadores | | | | | | | | | |
| Valorização do quadro de investigadores | Nº de centros de investigação activos | 2 | 2 | 3 | 4 | 4 | UNI-CV | Anual | Relatório | |

EIXO – I – BOA GOVERNAÇÃO

| | | | | | | | | | | |
|---|---|-----|--|--------------------|---------|---------|-----------------|-------|-----------|--|
| Reforma do Estado A prestação de serviço aos utentes pela administração pública melhorada a nível central e municipal | % de execução do Plano de Acção para a Governação Electrónica | 17% | 20% | 70% | 100% | - | UCRE/NOSI | Anual | Relatório | |
| | Nº de entidades públicas na rede do Estado | 45% | 60% | 100% | - | - | UCRE/NOSI | Anual | Relatório | |
| | Nº de entidades públicas com a utilização do SIGOF | 30% | 40% | 100% | - | - | UCRE/NOSI | Anual | Relatório | |
| | Nº de utentes registados no Portal Casa do Cidadão | - | 30.000 | 70.000 | 150.000 | 230.000 | Casa do Cidadão | Anual | Relatório | |
| | % de estruturas centrais racionalizadas e com novas orgânicas | 15% | 20% | 70% | 100% | | UCRE | Anual | Relatório | |
| | % de Direcções Nacionais definidas segundo a nova tabela de níveis de direcção | - | 50% Implementadas | 100% Implementadas | - | - | UCRE | Anual | Relatório | |
| | Nº de Unidades Regionais de Coordenação dos Serviços Desconcentrados em funcionamento | - | Experiência piloto (S ^a Antão e | 100% Implementado | - | - | UCRE | Anual | Relatório | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|---|-----------------|-------|------|----|----|-------------------------|---------------|--|------------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | | | Sal) | | | | | | | |
| | % de departamentos sectoriais com planeamento estratégico | | 20% | 100% | - | - | UCRE | Anual | Relatório | |
| Administração Pública Critérios modernos de gestão da administração pública aplicados | Nº de modelos de avaliação dos recursos humanos implementados | 1 | - | 3 | - | - | SEAP | Anual | Fichas de Avaliação | Resistência á mudanças |
| | Nº de brochuras / publicações sobre os direitos e deveres dos funcionários públicos | 6 | - | 8 | 8 | 8 | | | Site criado para o efeito | |
| Comunicação Social Participação da população no processo de desenvolvimento melhorada | Número de Espaço/fórum de discussão dos problemas de desenvolvimento a nível central e local. | | 1 | 3 | 3 | 3 | GMAPM/DGCS | Tri-mestral | Relatório final dos fóruns realizados. | |
| Justiça Mecanismos de protecção dos direitos dos cidadãos reforçados | % Pessoas atendidas nas casas de direito por concelho, sexo, idade e meio de residência | | | | | | MJ | Anual | | |
| Prestação dos serviços de registo e notariado e identificação aos cidadãos melhorados | % Crianças registadas em menos de um mês por concelho e meio de residência | | | | | | MJ | Anual | | |
| | Nº de empresas que | | | | | | MJ | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|----------------|-------|----|----|----|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | beneficiam dos novos mecanismos de constituição de empresas por concelho | | | | | | | | | |
| Eficiência dos tribunais e da justiça em geral melhorada | Nº casos julgados em tribunais de pequenas causas por concelho | | | | | | MJ | Anual | | |
| | Tempo médio de resolução dos casos judiciais por concelho | | | | | | MJ | Anual | | |
| | Nº de casos prescritos por concelho | | | | | | MJ | Anual | | |
| Prevenção e combate à droga reforçados | % de pessoas detidas por causa do uso e/ou tráfico de droga por sexo, idade e meio de residência | | | | | | MJ | Anual | | |
| Sistema prisional e de reinserção social de adultos e de menores em conflito com a lei melhorado | Nº de casos em que os mecanismos institucionais para a promoção da reinserção social dos reclusos adultos e menores aplicados | | | | | | MJ | Anual | | |
| <i>Segurança</i> Segurança interna assegurada | Nº de casos de crimes contra a propriedade e contra as pessoas declarados por concelho e meio de residência | | | | | | MAI | Anual | | |
| Transportes rodoviários seguros | Nº de acidentes rodoviários por gravidade e por | | | | | | MAI | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-----------------|---|--|--|----------------------------------|-------------------------|---------------|---|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | concelho | | | | | | | | | |
| Riscos inerentes à ocorrência de catástrofes naturais e provocadas reduzidos | Número de vítimas resultantes das catástrofes naturais e provocadas por concelho e meio de residência | | | | | | MAI | Anual | | |
| <i>Descentralização e Administração Local</i> Política de descentralização implementada | Numero de disposições legais elaboradas e regulamentadas; | | Três leis elaboradas: Lei de Base de Ordenamento de Território, Lei Quadro do Cadastro e Lei da Produção Cartográfica; | Elabora da a Regula mentaçã o Geral das Áreas das ZDTIs. Leis aprovadas e regulam entadas | Regula mentaçã o Geral das Áreas das ZDTIs-Aprova da | Leis implem entadas e aplicadas; | DGOTH | | - Boletim Oficial - Reunião do Conselho de Ministros especializado; | |
| | Nº de Ilhas contempladas; | | 25% das ilhas; | 50% das ilhas; | 75% das ilhas | 100% das ilhas; | DGOTH | | - Relatórios - Relação | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--------------------------------------|--|-----------------|---|---|---|---|-------------------------|---------------|----------------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | | | | | | | | | de pontos; - Mapas; | |
| | Áreas de cartografia produzida a 1:10 000 e 1:2 000; | | 5.000 ha de 1:2 000 dos centros urbanos ; | 15. 000 ha de 1:2 000 dos centros urbanos ; | 25. 000 ha de 1:2 000 dos centros urbanos ; | 35. 000 ha de 1:2 000 dos centros urbanos ; | DGOTH Municípios | | DGOTH, Relatórios, Cartas. | |

| EIXO – II – CAPITAL HUMANO | | | | | | | | | | |
|---|--|-------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-----------------------|--|
| Educação O sistema educativo melhor adaptado às necessidades de desenvolvimento económico | Taxa bruta de admissão no ensino secundário técnico | 5,3% | 5,4% | 5,5% | 5,6% | 5,7% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | % de estudantes que terminou o ensino secundário técnico | 41,6% | 42,0% | 42,4% | 42,8% | 43,2% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | % de repetência no ensino Básico | 12,9% | 12,4% | 12,0% | 11,6% | 10,0% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | % de repetência no ensino secundário | 19,8% | 19,5% | 19,0% | 18,5% | 18,0% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | % de abandono no ensino Básico | 2,2% | 2,0% | 1,8% | 1,6% | 1,4% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-----------------|-------|------|-------|-------|-------------------------|---------------|-----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | % de abandono no ensino secundário | 8,4% | 8,2% | 8,0% | 7,8% | 7,6% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | Coefficiente de variação da taxa de escolarização bruta | 13% | 12% | 11% | 10% | 9% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | Nº de alunos beneficiados com bolsas de estudos no Ensino Superior no país | 132 | 322 | 350 | 400 | 450 | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| | Taxa bruta de Escolarização no Ensino superior | 7,0% | 8,5% | 9,3% | 10,0% | 10,5% | MEES | Anual | Anuários Estatísticos | |
| O subsistema de Ensino Superior Público configurado e dotado de condições instituições técnico para a investigação e extensão orientadas para as e necessidades de transformação e modernização do país. | % de aumento da oferta formativa e das actividades de investigação e extensão | 7 | 17 | 17 | 17 | 17 | UNI-CV | Anual | Relatórios | |
| | Capacidade instalada a nível das infra-estruturas universitárias, dos equipamentos e recursos científicos e técnico-pedagógicos | 50 | 70 | 75 | 100 | 120 | UNI-CV | Anual | | |
| Desporto Práticas Desportivas especializadas generalizadas | Nº de Infraestruturas criadas e a funcionar | | 31 | 29 | 23 | 19 | DGD | Anual | | |
| | Nº de participação em competições internacionais | | | | | | DGD | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|--|-----------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | Nº de associações desportivas por concelho | | | | | | DGD | Anual | | |
| Emprego/Formação Profissional Formação profissional reforçada e direccionada para o emprego e inclusão social. | Nº de estruturas de formação profissional construídas ou melhoradas | 9 | 1 | 3 | 2 | 2 | MQE/IEFP | Anual | Carta de formação de FP e emprego | |
| | Nº de empregos gerados | | 10.800 | 10.800 | 10.800 | 10.800 | | | | |
| | Nº de programas concebidas e implementadas. | | 10 | 15 | 15 | 20 | MQE/IEFP | Anual | Certificados | |
| | Nº de Diagnostico de Mercado de emprego e FP | | 1 | 1 | 1 | 1 | MQE/IEFP | Anual | | |
| Ambiente económico favorável à criação de emprego para a integração das populações vulneráveis | Nº de diplomas legais publicados | | 1 | | | | MQE/MECC | Anual | BO | |
| | Nº de inventario de oportunidades de micro-negócios realizados | | 1 | 1 | 1 | 1 | MQE/MECC/INE | Anual | Relatórios | |
| | Nº de rede de incubadoras de micro-negócios e de pequenas e médias empresas montadas | | 1 | - | - | - | MQE/IEFP/MECC | Anual | Censo empresarial | |
| | Nº de micro – empresas | | 1.600 | 1.600 | 1.600 | 1.600 | MQE/MECC | Anual | Censo empresarial | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|------------------------|-------|-------|-----|-------|-------------------------|---------------|---------------------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | Nº de media empresas | | 170 | 170 | 170 | 170 | | | | |
| | Nº de grandes empresas | | 48 | 48 | 48 | 48 | | | | |
| | Nº de micro-empresas assistidas | | 500 | 600 | 700 | 800 | MQE/MECC | Anual | Informes | |
| Cultura Produtos culturais e património histórico-cultural valorizados | Nº de sectores que integram a Administração da política cultural | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 | MC | Anual | Relatórios; | |
| | Nº de sectores que beneficiam da política cultural | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | MC | Anual | | |
| | Nº de mecanismos aplicados a favor da promoção do turismo cultural | 2 | - | 2 | - | - | MC | Anual | Medidas legislativas publicadas | |
| Saúde Saúde da população melhorada, em especial a das mulheres e das crianças | Taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos | 29,2% (2006) | | 28,5 | | 27,5% | INE | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de mortalidade infantil | 25,4% (2006) | | 24,5% | | 23,5% | INE | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de mortalidade materna | 42,7% (2006) | | | | 30% | GEPC-MS/INE | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Proporção de partos* assistidos por pessoal de saúde | 78% (2006) QUIBB | | | | | PNSR | Anual | Anuário Estatístico | |
| | % População acesso <30mn | 74% | | | | 78% | INE | Anual | Anuário | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|--------------------------|-------|-----|------|------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | de estruturas de saúde | (2006) QUIBB | | | | | | | Estatístico | |
| | Rácio medico/habitante | 4,5/10.00 0 (2006) | | | | 4,5 | GEPC-MS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Rácio enfermeiro/habitante | 9,7/10.00 0 (2006) | | | | 10,0 | GEPC-MS | Anual | Anuário Estatístico | |
| Vigilância integrada das doenças Transmissíveis | Taxa de prevalência do VIH/SIDA entre as mulheres grávidas com idades entre os 15 e os 24 anos | 0,4% (2006) | | | < 1% | | PNLS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de prevalência do VIH nas mulheres grávidas frequentando consulta pré-natal | 0,9% | | | < 2% | | PNLS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Proporção de pessoas com critério que fazem terapia anti retroviral | 64% (2007) | 66% | 68% | 69% | 70% | PNLS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de prevalência contraceptiva | 57,1% IDRSII 2005 | | | | 60% | PNSR | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de prevalência de pessoas VIH positivas em vida após 12 meses de | 67% (2005) | | 71 | | 75% | PNLS | Anual | Anuário Estatístico | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-------------------------------|-------------------------------|------------|---------|----------------------------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | TARV | | | | | | | | | |
| | Taxa de incidência da malária | 16,6%000 | 4,5 | 3,9 | | 3,7 | DGS-VEpi | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de mortalidade por malária | 1,5%000 | | 0,6 | | 0,2%000 | GEPC-MS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxas de prevalência da tuberculose | 57%000 | 56%000 | 54%000 | 52%000 | 50%000 | DGS-Vig. Epid | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Taxa de mortalidade por tuberculose | 4,8%000 | 4,5%000 | 4,2%000 | 4,0%000 | 3,5%000 | GEPC-MS | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância directa | 70% | 80% | 90% | 95% | 95% | DGS-PNLT | Anual | Anuário Estatístico | |
| Luta contra as doenças não transmissíveis assegurada | Factores de risco identificados | Inquérito STEP realizado 2007 | Dados do Inq. STEP publicados | | | Dados novo STEP publicados | DGS- PLDNT | Anual | Anuário Estatístico | |
| | Protocolos de tratamento das DNT disponíveis e | | Protocolos | Protocolos | | | | Anual | Anuário Estatístico | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-----------------|------------------------------------|---|--------|--------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | implementados | | elaborados para HTA, Diabete e RAA | implementados em todas as estruturas de saúde | | | | | | |
| EIXO – III - COMPETITIVIDADE | | | | | | | | | | |
| <i>Agricultura</i> Sistemas Integrados de Produção Vegetal, Animal e Agro – Silvo –Pastoril intensificados e diversificados | Área Irrigada Permanente (há) | 1.520 | 1.620 | 1.720 | 1.820 | 1.920 | MAA | Anual | | |
| | Área Irrigada c/micro irrigação (há) | 350 | 520 | 690 | 860 | 1.060 | MAA | Anual | | |
| | Produção de Frutas (ton) | 15.614 | 16.420 | 17.231 | 18.047 | 18.868 | MAA | Anual | | |
| | Produção de Raízes e Tubérculos (ton) | 24.512 | 25.514 | 26.557 | 27.643 | 28.774 | MAA | Anual | | |
| | Produção de Legumes (ton) | 24.512 | 25.514 | 26.214 | 26.214 | 27.643 | MAA | Anual | | |
| | Áreas Florestadas (há) | 1.063 | 1.063 | 1.363 | 1.663 | 1.963 | MAA | Anual | | |
| | Produção de Carne (ton) | 6.325 | 6.497 | 6.720 | 7.004 | 7.361 | MAA | Anual | | |
| Produtos agrícolas nacionais valorizados | Nº de unidades de transformação e conservação | 5 | 6 | - | - | - | MAA | Anual | | |
| | Evolução da Produção de Vinho (ton) | 75 | 70 | 90 | 90 | 90 | MAA | Anual | | |
| <i>Pesca</i> | Captura (ton) | 9.950 | 10.463 | 10.915 | 11.426 | 11.999 | MITM/INDP | Anual | Boletim | Diminuição |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|----------------|-------|-------|-------|-------|-------------------------|---------------|--------------------------------------|---|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| Valor acrescentado bruto provenientes da pesca aumentado | | | | | | | | | Estatístico INDP e dados Provisórios | o dos níveis de captura actual; Não operacionalizaçã das embarcaõ es de 26 metros |
| | % da população activa que vive das pescas | 12% | 12% | 12% | 12% | 12% | INE | Anual | Censo | Surgiment o de outras actividade s alternativa s e ou atractivas |
| | Nº de infraestruturas modernas no sector | - | 1 | 1 | 1 | 1 | MITM/D G Pescas | Anual | Relatorios | Não realização de Investimen tos previstos |
| | Nº de empregos criados pelo sector | - | 9.200 | 9.200 | 9.300 | 9.400 | MITM/D G Pescas/DGPO G | Anual | Relatorios | Não realização de Investimen tos previstos |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|----------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|---------------|----------------------|---|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | | | | | | | | | | Saída de pessoal do sector das pescas, técnicos, pescadores |
| Turismo Processo de desenvolvimento do turismo direccionado para o turismo de alto valor acrescentado reorientado | Nº de zonas turísticas infraestruturadas | 1 | 2 | 3 | 3 | 4 | MECC | Anual | DGDT | |
| Melhorar a eficiência da promoção turística e a qualidade dos produtos e serviços | Nº de turistas que visitam Cabo Verde | 312880 | 350000 | 370000 | 415000 | 460000 | MECC | Anual | INE | |
| | Taxa de crescimento dos investimentos para o sector do turismo (%) | 15 | 20 | 15 | 15 | 15 | MECC | Anual | CVI | |
| Qualidade dos produtos e serviços do turismo melhorada | Nº de estruturas turísticas graduadas | 150 | 160 | 168 | 175 | 180 | MECC | Anual | DGDT | |
| Serviços Competitividade dos serviços melhorada | Nº de Agencias internacionais financeiras no país. | 5 | 6 | 7 | 8 | 10 | MECC | Anual | BCV | |
| | Nº de empresa TIC criadas no país. | - | 2 | 6 | 8 | 10 | MECC | Anual | Cadaste industrial | |
| Sector Privado | Nº de empresas privadas | - | 200 | 240 | 290 | 350 | MECC | Anual | MECC | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|----------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|---------------|--------------------------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| Sector privado como o líder da economia nacional dinamizado | apoiadas | | | | | | | | | |
| | Raking de Cabo Verde no relatório "Doing Business" | 156 | 150 | 140 | 120 | 100 | MECC | Anual | "Doing Business Report" – World Bank | |
| Comércio Um comércio que valoriza a produção nacional e orientado às necessidades da população | % da contribuição do sector do comércio no PIB | 20 (2006) | 22 | 23 | 22 | 20 | MECC | Anual | Contas Nacionais (INE) | |
| Ambiente de negócios do comércio interno melhorado | Nº e dispositivos legais do quadro regulador do comercio | 7 | 9 | 14 | 14 | 14 | MECC | Anual | Legislação publicada | |
| Inserção de Cabo Verde na Economia Mundial assegurada | Taxa de crescimento da importação (%) | 26,4 | 10 | 15 | 10 | 5 | MECC | Anual | INE | |
| | Taxa de crescimento das exportações (%) | -15,3 | 15 | 5 | 5 | 5 | MECC | Anual | INE | |
| | Nº de acordos de adesão do país a acordos comerciais internacionais | 3 | 4 | 5 | 6 | 6 | MECC | Anual | Acordos Ratificados | |
| Indústria Uma indústria integrada na política de desenvolvimento humano do país e que | Nº de empregos permanentes criados pelo sector industrial | 140700 | 154000 | 162000 | 170000 | 178000 | MECC | Anual | Cadaste industrial | |
| | % da contribuição do sector industrial no PIB | 17,6 | 18,5 | 19 | 19,5 | 20 | MECC | Anual | INE | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------|---|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| respeita o ambiente | Nº zonas industriais criadas | 4 | - | 1 | 1 | 1 | MECC | Anual | DGIE | |
| Base produtiva nacional reforçada | Numero de novas unidades industriais criadas | 40 | 30 | 30 | 35 | 40 | MECC | Anual | Cadaste industrial | |
| Investimento Clima de investimento nacional e estrangeiro favorizado | Taxa de crescimento de Investimentos | - | 10 | 12 | 15 | 20 | MECC | Anual | INE / BCV | |
| Inspecção e Fiscalização Fiscalização do cumprimento dos regulamentos legais reforçada | Número de operadores económicos e áreas abrangidas pela inspecção | acções inspectivas =110 | acções inspectivas =300 | acções inspectivas =500 | acções inspectivas =700 | acções inspectivas =1000 | MECC | Anual | Relatórios Anuais de Actividades | |
| | Nº de mecanismos de aplicação do quadro legal da função inspectiva | 6 | 8 | 10 | 12 | 15 | MECC | Anual | Relatórios anuais | |
| | Nº de estruturas responsáveis pelo Sistema de alerta e estrutura de suporte | 2 | 6 | 8 | 10 | 11 | MECC | Anual | Relatórios anuais Protocolos Assinados | |

EIXO – IV - INFRAESTRUTURAÇÃO

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|-------|-------|--|--|
| Ordenamento do Território Gestão do território, dos solos e do Cadastro melhorada | | | | | | | MDHOT | Anual | | |
|---|--|--|--|--|--|--|-------|-------|--|--|

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|--|----------------|--------|-------|-------|-------|-------------------------|---------------|--------------------------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| Saneamento Básico Sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e de águas residuais melhorado a nível nacional e local | % População com acesso aos serviços de recolha de lixo | 53,8 (2006) | | | | | INGRH | Anual | | |
| | % População ligada rede de esgoto | 30.4 (2006) | | | | | INGRH | Anual | | |
| Gestão dos Recursos Hídricos Gestão integrada e qualidade da água para o abastecimento público melhorada | Nº de bacias hidrográficas com plano de ordenamento | | | | | | INGRH | Anual | | |
| | % População com acesso à água (meio rural e urbano) | 84,9 (2006) | | | | | INGRH | Anual | | |
| Infra-estruturas e Transportes Terrestres Circulação de pessoas e mercadorias em condições de segurança garantida | % Estradas em boas condições | 36.6% | 45.5% | 51.4% | 56.7% | 68.6% | MITM | Anual | Relatório e inventário rede estradas | |
| Plano Nacional Rodoviário elaborado e implementado | Km de estradas reabilitadas | 26 km | 43km | 31km | 124km | 141km | MITM (IE) | Anual | Relatório e inventário rede estradas | |
| | Km de estradas construídas | 29 km | 33.7km | 56km | 19km | 20km | MITM (IE) | Anual | Relatório e inventario | |
| | Mecanismos de gestão | Implemen | IDR e | IDR e | IDR e | IDR e | MITM (IE) | Anual | Relatório e | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | implementados | tação e IDR SIGIE | SIGIE em funcionamento | SIGIE em funcionamento | SIGIE em funcionamento | SIGIE em funcionamento | | | inventario | |
| Infra-estruturas e Transportes Marítimos Portos adaptados às necessidades da internacionalização da economia | Tempo de carga e descarga nos portos principais | | | | | | MIT/Enapor | Anual | | |
| | Toneladas transportadas em viagens internacionais | | | | | | MIT/Enapor | Anual | | |
| | Nº passageiros | | | | | | MIT/Enapor | Anual | | |
| Sistema de protecção e segurança marítima melhorado | Nº de mecanismos de controlo do tráfego marítimo e costeiro instalado | | | | | | MIT/Enapor | Anual | | |
| Infra-estruturas e Transportes Aéreos Aeroportos internacionais adequados às necessidades de tráfego, assegurando os padrões de segurança, eficiência e conforto | Nº passageiros | | | | | | MIT/ASA | Anual | | |
| | Tempo de carga e descarga dos aviões | | | | | | MIT/ASA | Anual | | |
| Energia Infra-estruturas de produção e | Taxa de cobertura de electrificação (%) | 70,5 (2005) | | | | | MECC | Anual | | |
| | Nº de clientes de | | | | 100.000 | | MECC | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|----------------|-------|--------|----------|------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| distribuição de energia melhoradas | electricidade | | | | clientes | | | | | |
| | Nº clientes de electricidade | | | | | MECC | Anual | | | |
| | Produção água dessalinizada (capacidade garantida) m3/dia | 14.430 (2006) | | 28.860 | | | MECC | Anual | | |
| Fontes de energias renováveis e outras fontes de energia com baixa produção de carbono desenvolvidas | Potência através de energia eólica (MW) | 2,5 MW (2007) | | | 15 MW | | MECC | Anual | | |
| | Participação da energia solar (%) | | | | 2 | | MECC | Anual | | |
| Requalificação Urbana e Habitação Planificação urbanística, habitacional e a requalificação urbana melhorada | Nº espaços urbanos humanizados | | | | | | | | | |
| | Áreas históricas reabilitadas | | | | | | | | | |
| | Política nacional de Habitação elaborada | | | | | | | | | |

| EIXO – V – COESÃO SOCIAL | | | | | | | | | | |
|--|---|--|-----|-----|-----|-----|------|-------|---|---------------------------------|
| Segurança Alimentar Segurança alimentar melhorada pela produção agrícola | Taxa de Crescimento médio da produção agrícola e alimentar nacional | | +5% | +5% | +5% | +5% | PNSA | Anual | Relatórios: Governo, BCV, INE, BM, FMI; | Vontade Política; Instabilidade |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|--|-----------------|-------|------|------|------|-------------------------|---------------|--|---|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| nacional | % de receita das exportações | | + 5% | + 5% | + 5% | + 5% | | | Estudos macroeconómicos; - Inquéritos, Relatórios e publicações do INE, DSSA/DG POG; MES | macroeconómica; Engajamento de parceiros; Mobilização de recursos Vulnerabilidade ao contexto económico internacional |
| | Percentagem de famílias em situação de insegurança alimentar reduzida em 50% - | | | | | | PNSA | Anual | | |
| | Taxa de desnutrição crónica de crianças menores de 5 anos diminuída em 35%. | | | | | | PNSA | Anual | | |
| Disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares asseguradas no abastecimento dos mercados centrais e periféricos | Contribuição do sector primário para o PIB | | 12% | | | 14% | PNSA | Anual | Relatórios Base de dados, inquéritos Estudos temáticos Publicações Quadro legal/institucional (B.O.) | Instabilidade macroeconómica; Dinâmica de funcionamento da rede de parceiros; Vontade política |
| | Produção agrícola | | | | | 26% | PNSA | Anual | | |
| | Pecuária: carne | | | | | 17% | | | | |
| | Ovos | | | | | 21% | | | | |
| Leite | | | | | | 27% | | | | |
| Observatório de mercado de géneros alimentícios instituído e funcional | | | | | | | PNSA | Anual | | |
| Nº de Infraestruturas de distribuição, armazenagem e comercialização (estradas, transportes, mercados, entrepostos, etc.) | | | | | | | PNSA | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|---|-----------------|-------------|---------------|---------------|---------------|-------------------------|---------------|--|--|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| Dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar e qualidade dos alimentos e da água criados e implementados | Nível de conforto das famílias | | +10% | +10% | +10% | +10% | PNSA | Anual | | |
| | Sistema de informação para a segurança alimentar | | | | | | PNSA | Anual | | |
| | Conselho Nacional de Segurança Alimentar | | | | | | PNSA | Anual | | |
| | Rede de segurança alimentar | | | | | | PNSA | Anual | | |
| | Sistema de controlo da qualidade dos alimentos e da água | | | | | | PNSA | Anual | | |
| | Padrões de consumo e hábitos alimentares conhecidos e dieta alimentar melhorada | | | | | | PNSA | Anual | | |
| <u>Pobreza</u> Acesso dos pobres aos serviços sociais de base e ao rendimento, melhorado | % Famílias abaixo da linha da pobreza que são chefiadas por mulheres | 11.214 | 10663 (-5%) | 9055,3 (-15%) | 6791,4 (-25%) | 4414,4 (-35%) | MTFS/PNLP | Anual | Inquéritos; Relatórios de seguimento e avaliação | Insuficiência no sistema de seguimento e avaliação |
| | Nº famílias chefiadas por mulheres beneficiadas com micro-crédito | 3818 | 4009 (+5%) | 4810 (+20%) | 5532 (+30%) | 7191,6 (+30%) | MTFS/PNLP | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Data | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|---|---|----------------|-------------------|-----|-----|------|-------------------------|---------------|--|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | Nº de Comissões Regionais de Parceiros criados e funcionais | 5 | 5 | 8 | 8 | 8 | PNLP | Anual | Acta da Assembleia constitutiva e relatórios | |
| | Nº de Programas Locais de Luta contra a Pobreza elaborados, aprovados e executados) | 5 | 5 | 8 | 8 | 8 | PNLP | Anual | Actas Relatórios | |
| | Nº de Mecanismos de harmonização de seguimento e avaliação do PLPR funcionais | 0 | 2 (base de dados) | 2 | 2 | 2 | PNLP | Anual | Relatórios de Actividades das CRPs | |
| | Nº de habitações sociais construídas ou reabilitadas no quadro do PLPR | 332 | 482 | 618 | 750 | 750 | PNLP | Anual | Relatórios de Actividades das CRPs | |
| <u>Trabalho/Protecção Social</u> Melhorar as condições de trabalho e as relações entre os parceiros sociais | Nº de Agentes inspectivos e parceiros sociais formados em sistema de SHS/RP | 17 | 27 | 27 | 27 | 27 | MTFS/IGT/DG | Anual | | |
| | Nº de delegações do IGT criados em funcionamento | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | MTFS/IGT/DG | Anual | | |
| | % dos técnicos IGT/parceiros sociais capacitados para a aplicação | 17% | 33% | 66% | 75% | 100% | MTFS/IGT/DG | Anual | | |

| Hierarquia dos Objectivos/Resultados | Indicadores | Base Line/Dat a | Metas | | | | Estruturas Responsáveis | Periodicidade | Meios de Verificação | Riscos e Hipóteses |
|--|---|-----------------|--------|--------|--------|--------|-------------------------|---------------|----------------------|--------------------|
| | | | 08 | 09 | 10 | 11 | | | | |
| | do novo Código laboral | | | | | | | | | |
| Garantir o acesso de todos os grupos sociais e profissionais à protecção social, em particular os grupos vulneráveis em situação de risco ou exclusão social | Nº de beneficiários de pensão social | 21.361 (2007) | 22.934 | 23.934 | 24.370 | 24.434 | MTFS/CNPS | Anual | | |
| | Nº de estudantes pertencentes a famílias carenciadas apoiadas com formação | 220 | 212 | 215 | 215 | 230 | MTFS/DGSS | Anual | | |
| | Nº de OSC/Associações comunitárias apoiadas | 15 | 16 | 20 | 22 | 25 | MTFS/DGSS | Anual | | |
| | Nº de centros dia/lares de acolhimento apoiados | 5 | 8 | 8 | 8 | 7 | MTFS/DGSS | Anual | | |
| | Nº de instituições/associações que intervêm na área da deficiência apoiadas | | 7 | 9 | 11 | 13 | MTFS/DGSS | Anual | | |
| | Nº de crianças em situações de risco acolhidas em instituições especializadas | 520 | 900 | 950 | 1.000 | 1.050 | MTFS/ICCA | Anual | | |
| | Nº de casos de denúncias por violação dos direitos das crianças recebidos | 2.234 | 3.128 | 2.904 | 2.680 | 2.457 | MTFS/ICCA | Anual | | |
| | Nº de delegações criadas e em funcionamento | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | MTFS/ICCA | Anual | | |

6. CUSTO E FINANCIAMENTO DA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA

O Documento Estratégico de Redução da Pobreza continua a ser uma referência e um instrumento mobilizador de recursos para o período 2008-2011, e a sua implementação dependerá da capacidade de mobilização de recursos quer internos como externos. Os custos da sua implementação estão resumidos no quadro abaixo e totalizam 82.394 milhões de escudos (747 milhões de euros) para o período, sendo que 43.799 milhões de escudos já estão garantidos e corresponde ao orçamento consolidado (397 milhões de euros) e aprovado para 2008 e aos investimentos externos garantidos através de acordos de cooperação. A previsão das necessidades de financiamento para a implementação de projectos no período de 2009 a 2011 e que constitui o gap, totaliza 38.595 milhões de escudos (350 milhões de euros).

Sendo um documento alinhado com os demais instrumentos de planificação estratégica o seu financiamento também visa a prossecução dos objectivos neles propostos. O custo é aqui apresentado por eixos da estratégia e ligado aos objectivos/resultados definidos no quadro lógico.

| Eixos | 2008-2011 | |
|--|---------------|---------------|
| | Garantido | Gap |
| | (milhões ECV) | |
| Questões transversais (Género, Juventude, Demografia, Ambiente, Pesquisa, Cidadania) | 1.971 | 2.116 |
| Boa Governação | 4.537 | 4.815 |
| Capital Humano | 6.481 | 9.541 |
| Competitividade | 3.576 | 2.629 |
| Infra estruturação | 25.485 | 15.594 |
| Coesão Social | 1.750 | 3.899 |
| Total | 43.799 | 38.595 |

No quadro da política económica, o Programa de Investimentos tem sido virado para um crescimento acelerado, visando contribuir para: (i) a dinamização dos sectores dinâmicos da economia onde a possibilidade de criação de vantagens competitivas se conjuga com a propensão para criação do emprego; (ii) o fortalecimento de linkages intersectoriais com vista à promoção dos sectores dinâmicos com a implementação de medidas de políticas transversais e de coordenação operativa entre esses sectores que facilitam o crescimento harmonizado entre eles; (iii) a remoção ou eliminação progressiva dos factores inibidores da

competitividade; (iv) a implementação de políticas, programas e instrumentos de promoção do investimento privado e de desenvolvimento empresarial; (v) redução da taxa de desemprego e a redução dos níveis de pobreza.

6.1. FONTES DE FINANCIAMENTO

A estratégia de redução da pobreza pode ser financiada com recursos internos e recursos externos provenientes da ajuda bilateral e multilateral ao desenvolvimento. A realização dos projectos e consequentemente a concretização dos objectivos da estratégia dependerá de vários factores, entre os quais se destaca a capacidade de mobilizar os recursos junto a comunidade dos doadores e ainda das condições de elegibilidade de Cabo Verde para beneficiar da ajuda internacional.

6.2. FINANCIAMENTO INTERNO

As reformas do sistema fiscal em curso propiciarão um aumento das receitas fiscais e consequentemente a capacidade interna de financiamento da estratégia de redução da pobreza na sua vertente investimento. Há um esforço interno cada vez maior de canalizar recursos do orçamento do estado para o investimento. Tendo em conta as projecções provisórias das receitas e despesas do Quadro de Despesas a Médio Prazo 2009-2011, prevê-se dois cenários para o financiamento interno, mantendo-se constante o saldo primário, parte do qual deve ser canalizado para amortização das dívidas e os restantes para os investimentos. Um primeiro cenário prevê o co-financiamento com recursos internos de até 50% do *gap* em cada ano e um segundo cenário de até 60%, sendo este condicionado à diminuição das despesas correntes.

6.3. FINANCIAMENTO EXTERNO

A Estratégia de Redução da Pobreza é financiada pelos principais parceiros de desenvolvimento através das seguintes modalidades: i) Ajuda Orçamental que tem como principais objectivos aumentar a eficácia e a eficiência da ajuda externa e harmonizar os processos e procedimentos, e é regulamentada no Memorando de Entendimento dos Parceiros da Ajuda Orçamental (MoU) assinado pela Áustria, BAD, Banco Mundial, Espanha, Holanda, Portugal, e União Europeia, mas aberta à entrada de novos parceiros ii) Ajuda a Projectos que ainda tem um peso significativo no Orçamento do Estado; iii) Empréstimos concessionais; iv) Alívio da dívida sob condição de financiamento do DECRP. Mantém-se também a modalidade de ajuda alimentar preferencial para alguns parceiros.

6.4. ORÇAMENTAÇÃO

| Hierarquia dos objectivos/ Resultados | Orçamento | | | | | | | | Entidade responsável |
|--|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------|
| | 2008 (Orç aprovado) | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | |
| | fin. externo | fin. interno | garantido | gap | garantido | gap | garantido | gap | |
| EFEITOS (Objectivos específicos) | | | | | | | | | |
| Questões transversais | | | | | | | | | |
| <u>Género</u> | | | | | | | | | |
| Igualdade e a equidade de género asseguradas | 65.488 | | 61.989 | 3.500 | 18.655 | 3.500 | 18.655 | 3.500 | ICIEG |
| <u>Juventude</u> | | | | | | | | | |
| Participação e representação dos jovens como protagonistas do desenvolvimento acrescidas | | 63.100 | | 63.100 | | 63.100 | | 63.100 | SEJD |
| <u>Demografia</u> | | | | | | | | | |
| Equilíbrio entre os parametros demograficos e de desenvolvimento socio-economico assegurados | 46.691 | | 46.691 | | 46.691 | | 46.691 | | MFAP |
| <u>Ambiente</u> | | | | | | | | | |
| Gestão sustentável dos recursos naturais equilibrada | 716.599 | 24.300 | 252.576 | 567.301 | 252.576 | 565.923 | 252.576 | 563.323 | MAA |
| <u>Investigação/ Pesquisa</u> | | | | | | | | | |
| Resultados das investigações utilizadas em todas as politicas e estratégias de desenvolvimento | | 44.328 | | 62.828 | | 62.828 | | 54.328 | INE |
| <u>Cidadania</u> | | | | | | | | | |
| Direitos Humanos e da Cidadania assegurados | | 13.266 | | 13.266 | | 13.266 | | 13.266 | CNDH |
| sub-total | 828.778 | 144.994 | 361.256 | 709.995 | 317.922 | 708.617 | 317.922 | 697.517 | |

| | | | | | | | | | |
|--|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|---------|---------|------------|
| Boa governação | | | | | | | | | |
| <u>Reforma do Estado e da Administração Pública</u> | | | | | | | | | |
| Gestão das despesas públicas melhorada a nível central e municipal | 615.069 | 197.320 | 676.073 | 259.030 | 505.149 | 253.030 | 505.149 | 246.030 | MFAP/MRE |
| Prestação de serviços melhorados a nível central e municipal | | | | | | | | | |
| <u>Administração Pública</u> | | | | | | | | | |
| Critérios modernos de gestão da administração pública aplicados | 8.000 | 36.000 | | 193.619 | | 12.795 | | 29.986 | SEAP |
| <u>Comunicação Social</u> | | | | | | | | | |
| Participação da população no processo de desenvolvimento melhorado | | 30.590 | | 105.735 | | 166.720 | | 156.960 | DGCS |
| <u>Justiça</u> | | | | | | | | | |
| Mecanismos de protecção dos direitos dos cidadãos reforçados | 97.400 | 793.365 | | 754.990 | | 1.060.490 | | 727.190 | MJ/CCDroga |
| Prestação dos serviços de registo e notariado e identificação aos cidadãos melhorados | | | | | | | | | |
| Eficiência dos tribunais e da justiça em geral melhorados | | | | | | | | | |
| Prevenção e o combate à droga reforçados | | | | | | | | | |
| Sistema prisional e de reinserção social de adultos e de menores em conflito com a lei melhorada | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|---------|
| <u>Segurança</u> | | | | | | | | | |
| Segurança interna assegurada | | 331.104 | 203.904 | 130.788 | 200.571 | 129.788 | 200.571 | 128.788 | MAI, MD |
| Transportes rodoviários seguros | | | | | | | | | |
| Riscos inerentes à ocorrência de catástrofes naturais e provocados reduzidos | | | | | | | | | |
| <u>Participação política</u> | | | | | | | | | |
| Participação da população na vida política reforçada | | | | 11.600 | | 19.150 | | 311.700 | MAI |
| <u>Descentralização e Administração Local</u> | | | | | | | | | |
| Política de descentralização implementada | 66.114 | | 44.106 | 53.000 | 13.232 | 33.000 | 13.232 | 31.000 | MDHOT |
| sub-total | 786.583 | 1.388.379 | 924.083 | 1.508.762 | 718.952 | 1.674.973 | 718.952 | 1.631.654 | |

| | | | | | | | | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|------|
| Capital Humano | | | | | | | | | |
| <u>Educação</u> | | | | | | | | | |
| Sistema educativo melhor adaptado às necessidades de desenvolvimento económico | 901.095 | 391.148 | 642.116 | 892.306 | 562.229 | 888.130 | 526.358 | 698.839 | MEES |
| <u>Desporto</u> | | | | | | | | | |
| Desporto dinamizado e massificado | | 80.000 | | 398.625 | | 475.125 | | 361.625 | SEJD |
| <u>Emprego/ Formação Profissional</u> | | | | | | | | | |
| Formação profissional reforçada para o emprego e inclusão social Ambiente económico favorável a criação de emprego para a integração das populações vulneráveis | 285.465 | 186.709 | 533.548 | 1.030.958 | 254.381 | 1.237.151 | 65.150 | 1.117.531 | MQE |
| <u>Cultura</u> | | | | | | | | | |
| Produtos culturais e património histórico-cultural valorizados | 47.690 | 67.000 | | 243.896 | | 242.196 | | 237.896 | MC |
| <u>Saúde</u> | | | | | | | | | |
| Saúde da população melhorada, em especial das mulheres e das crianças Vigilância integrada das doenças transmissíveis Luta contra as doenças não transmissíveis asseguradas | 925.981 | 275.000 | 335.935 | 487.000 | 335.245 | 799.000 | 65.584 | 431.000 | MS |
| sub-total | 2.160.231 | 999.857 | 1.511.599 | 3.052.785 | 1.151.855 | 3.641.602 | 657.092 | 2.846.891 | |

| | | | | | | | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------|
| Competitividade | | | | | | | | | |
| <u>Agricultura</u> Sistemas integrados de produção vegetal, animal e agro-silvopastoril intensificados e diversificados Produtos agrícolas nacionais valorizados | 800.811 | 410.484 | 166.882 | 640.484 | 201.456 | 548.000 | 201.456 | 548.000 | MAA |
| <u>Pesca</u> Valor acrescentado bruto provenientes da pesca aumentada | 74.000 | 21.900 | | 106.296 | | 142.103 | | 94.150 | MITM |
| <u>Turismo</u> Valor acrescentado bruto do turismo aumentado Política de diversificação de produtos turísticos implementada Qualidade dos produtos e serviços do turismo melhorada | 232.952 | 15.000 | 147.132 | 17.000 | 42.895 | 17.000 | | 13.000 | MECC |
| <u>Sector Privado</u> Papel do sector privado reforçado | 522.190 | 27.000 | 353.518 | 27.000 | 98.266 | | 98.266 | | MECC |
| <u>Comércio</u> Comércio que valoriza a produção nacional e orientado às necessidades da população | 9.000 | 70.600 | | 78.100 | | 80.600 | | 79.100 | MECC |
| <u>Indústria</u> Indústria integrada na política de desenvolvimento humano do país e que respeita o ambiente | 12.000 | 70.000 | | 118.300 | | 91.500 | | 28.500 | MECC |
| sub-total | 1.650.953 | 614.984 | 667.532 | 987.180 | 342.617 | 879.203 | 299.722 | 762.750 | |

| | | | | | | | | | |
|--|-----------|---------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| Infra estruturação | | | | | | | | | |
| <u>Ordenamento do território</u> | | | | | | | | | |
| Gestão do território, dos solos e do Cadastro melhorada | 109.943 | | 25.153 | 100.000 | 13.232 | 99.000 | | 95.000 | MDHOT |
| <u>Saneamento básico</u> | | | | | | | | | |
| Sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos e de águas residuais melhorado a nível nacional e local | 1.226.857 | 69.666 | 774.316 | 412.500 | 569.650 | 1.440.600 | 55.650 | 1.578.400 | MITM |
| <u>Gestão dos recursos hídricos</u> | | | | | | | | | |
| Gestão integrada e qualidade da água para o abastecimento público melhorada | 967.328 | 40.747 | 55.650 | 201.000 | 55.650 | 712.985 | 55.650 | 712.985 | MAA |
| <u>Infra-estruturas e transportes terrestres</u> | | | | | | | | | |
| Circulação de pessoas e mercadorias em condições de segurança garantida | 1.236.892 | 945.187 | 3.507.895 | 815.233 | 3.192.677 | 1.300.233 | 2.047.677 | 5.286.000 | MITM |
| <u>Infra-estruturas e transportes marítimos</u> | | | | | | | | | |
| Portos adaptados às necessidades da internacionalização da economia Sistema de protecção e segurança marítima melhorada | 645.780 | 12.000 | 1.256.530 | 305.148 | 513.707 | 255.148 | | 755.148 | MITM |
| <u>Infra-estruturas e transportes aéreos</u> | | | | | | | | | |
| Aeroportos internacionais adequados as necessidades de tráfego, assegurando os padrões de segurança, eficiência e conforto | 100.000 | | 222.879 | | 222.879 | | | | MITM |

| | | | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------|
| <u>Energia</u> Infra-estruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia e água melhoradas Fontes de energia com baixa produção de carbono desenvolvidas | 2.188.862 | 220.967 | 403.000 | 353.467 | 403.000 | 353.467 | | 333.467 | MITM |
| <u>Requalificação urbana e habitação</u> Planificação urbanística habitacional e a requalificação urbana melhorada | 100.000 | 45.000 | 503.526 | 168.250 | 1.499.028 | 156.250 | 2.197.770 | 160.000 | MDHOT |
| sub-total | 6.575.662 | 1.333.567 | 6.748.949 | 2.355.598 | 6.469.823 | 4.317.683 | 4.356.747 | 8.921.000 | |
| Coesão Social | | | | | | | | | |
| <u>Pobreza</u> Acesso dos pobres aos serviços sociais de base e ao rendimento melhorado | 325.004 | 218.000 | 256.546 | 778.967 | 159.454 | 778.967 | 165.356 | 766.467 | MTFS/PNLP |
| <u>Segurança alimentar</u> Segurança alimentar melhorada pela produção agrícola nacional | 35.966 | 34.150 | | 40.045 | | 40.045 | | 40.045 | MAA |
| <u>Protecção Social</u> Condições de trabalho e as relações entre os parceiros sociais melhoradas Acesso de todos os grupos sociais e profissionais à protecção social garantido | 106.526 | 377.397 | 24.026 | 465.661 | 24.026 | 490.809 | 24.026 | 497.505 | MTFS |
| sub-total | 467.496 | 629.547 | 280.572 | 1.284.673 | 183.480 | 1.309.821 | 189.382 | 1.304.017 | |

| | | | | | | | | |
|--------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| TOTAL | 12.469.703 | 5.111.328 | 10.493.991 | 9.898.993 | 9.184.649 | 12.531.899 | 6.539.817 | 16.163.829 |
|--------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|

| | garantido | gap |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Total 2008-2011 | 43.799.488 | 38.594.721 |

Quadro Resumo

| Eixos | Orçamento | | | | | | | | 2008-2011 | |
|--|---------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2008 (Orç aprovado) | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | | |
| | fin. externo | fin. interno | garantido | gap | garantido | gap | garantido | gap | | |
| Questões transversais (Gênero, Juventude, Demografia, Ambiente, Pesquisa, Cidadania) | 828.778 | 144.994 | 361.256 | 709.995 | 317.922 | 708.617 | 317.922 | 697.517 | 1.970.872 | 2.116.129 |
| Boa Governança | 786.583 | 1.388.379 | 924.083 | 1.508.762 | 718.952 | 1.674.973 | 718.952 | 1.631.654 | 4.536.949 | 4.815.389 |
| Capital Humano | 2.160.231 | 999.857 | 1.511.599 | 3.052.785 | 1.151.855 | 3.641.602 | 657.092 | 2.846.891 | 6.480.634 | 9.541.278 |
| Competitividade | 1.650.953 | 614.984 | 667.532 | 987.180 | 342.617 | 879.203 | 299.722 | 762.750 | 3.575.808 | 2.629.133 |
| Infraestruturação | 6.575.662 | 1.333.567 | 6.748.949 | 2.355.598 | 6.469.823 | 4.317.683 | 4.356.747 | 8.921.000 | 25.484.748 | 15.594.281 |
| Coesão Social | 467.496 | 629.547 | 280.572 | 1.284.673 | 183.480 | 1.309.821 | 189.382 | 1.304.017 | 1.750.477 | 3.898.511 |
| Total | 12.469.703 | 5.111.328 | 10.493.991 | 9.898.993 | 9.184.649 | 12.531.899 | 6.539.817 | 16.163.829 | 43.799.488 | 38.594.721 |

ESTRATEGIA CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA: PILARES/PARCEIROS

| Pilar 1: Promover Boa Governação, Reforçar a Eficiência e garantir a Equidade | | | |
|--|--|--|---|
| Reforma da Administração Pública | Reforço do Sistema da Justiça | Reforma das Finanças Públicas | Descentralização |
| Austria União Europeia França Luxemburgo Países Baixos Portugal Espanha Nações Unidas Estados Unidos - MCA Banco Mundial Sueça | União Europeia Nações Unidas Banco Mundial Portugal Espanha Japão | Austria União Europeia França Países Baixos Espanha Banco Mundial BAD Estados Unidos Nações Unidas Portugal | Austria França Países Baixos Espanha Suiça Nações Unidas |

| Pilar 2: Promoção Competividade a favor do Crescimento e Criação do Emprego | | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|--|---|---|---|
| Sector Privado (Business) | Política de Emprego | Micro-credit | Agricultura | Segurança Alimentar | Pesca | Turismo |
| China França Italia Luxemburgo Países Baixos Portugal Sueça Suiça Nações Unidas Estados Unidos Banco Mundial | Luxemburgo Suiça União Europeia Portugal Espanha | Luxemburgo França BAD FIDA | Austria Brasil CILSS União Europeia Italia Japão Países Baixos Espanha Sueça Suiça Nações Unidas Estados Unidos | Austria Brasil Cuba União Europeia Nações Unidas Banco Mundial Luxemburgo | BADEA BAD Canarias União Europeia Países Baixos Espanha Banco Mundial | Austria Luxemburgo Países Baixos Banco Mundial |

| Pilar 3: Desenvolver o Capital Humano | | |
|--|------------------------------|----------------|
| Educação | Formação Profissional | Saúde |
| BAD | Austria | Brasil |
| BADEA | Brasil | CEDEAO |
| Austria | Canarias | Cuba |
| Brasil | Cuba | União Europeia |
| Canarias | União Europeia | Alemanha |
| China | França | Japão |
| Cuba | Luxemburgo | Luxemburgo |
| União Europeia | Países Baixos | Países Baixos |
| França | Portugal | OPEP |
| Luxemburgo | Espanha | Portugal |
| Países Baixos | Suíça | Espanha |
| OPEP | Banco Mundial | Suíça |
| Portugal | | Nações Unidas |
| Espanha | | Banco Mundial |
| Suíça | | |
| Nações Unidas | | |
| Senegal | | |
| Marrocos | | |
| Argelia | | |

| Pilar 4: Desenvolver as Infraestruturação e Ambiente | | | | |
|---|---|---|---|--|
| Ordenamento do Território | Transportes | Energia | Água e Saneamento Básico | Ambiente |
| Austria Canarias Países Baixos Portugal Espanha | BADEA CEDEAO União Europeia Luxemburgo Países Baixos Portugal Suíça Estados Unidos Banco Mundial Espanha | BAD Canarias CILSS União Europeia Japão Espanha Nações Unidas Banco Mundial Países Baixos | BADEA BAD Austria União Europeia França Espanha Japão Kwait Luxemburgo Países Baixos OPEP Nações Unidas Banco Mundial | BAD BADEA Austria Canarias China Nações Unidas Espanha Luxemburgo |

| Pilar 5: Promover Eficiência e a Sustentabilidade da Proteção Social |
|---|
| Proteção Social |
| União Europeia Portugal Nações Unidas Banco Mundial |

7. IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. QUADRO CONCEPTUAL

A graduação de Cabo Verde a « País de rendimento médio », a parceria estratégica com a União Europeia, a acessão à OMC, bem como os desafios decorrentes da dinâmica de desenvolvimento dos últimos anos como sejam os dois dígitos de taxa de crescimento e um dígito de taxa de desemprego em 2011, impõem, mais do nunca, a adopção de uma gestão do seu desenvolvimento baseada no rigor, na transparência, equidade e em resultados que lhe permitam consolidar os ganhos e evitar retrocessos em relação a este novo estatuto.

A necessidade de assegurar o seguimento das acções e intervenções previstas nos diferentes quadros de desenvolvimento, vêm fazendo parte dessas preocupações, traduzidas nas tentativas de montar um seguimento e avaliação parte integrante do seu sistema de planificação.

Um projecto-piloto está sendo montado com os seguintes **objectivos** :

1. Proceder ao seguimento dos indicadores de resultado fixados pelo DECRP II ;
2. Fazer o seguimento de um número de indicadores possíveis de medir e que estejam seleccionados nas matrizes, acordados pela DGP/STAD/INE, DGPOGs e GEP sectoriais;
3. Fazer o seguimento físico e financeiro da execução dos programas sectoriais, começando por alguns programas ligados ao MIT, MAA, MEVRH e MS, incidindo nos indicadores relativos a actividades principais e outputs de maior importância;

Para o efeito está sendo montado um sistema:

- Capaz de responder às necessidades de informação ao Governo, seja na perspectiva de preparação anual do relatório de avanço da implementação do DECRP II, seja das revisões trimestrais ou semestrais de progresso relativa ;
- Muito operacional;
- De utilização simples e fácil;
- Baixo custo apoiando-se, na medida do possível, nos equipamentos e programas existentes;
- Adequado pelas estruturas nacionais, muito especialmente pelos quadros e técnicos com a responsabilidade de fazer o seguimento.

O sucesso do projecto depende das **condições críticas** seguintes :

- Adopção operacional do quadro institucional proposto;
- Recrutamento de quadros e técnicos nacionais segundo termos de referência precisos;
- Participação dos mesmos em acções de formação de curta duração específicas e pertinentes, para a implementação do sistema de informação;
- Aquisição de equipamento informático segundo especificações precisas;
- Acesso da DGP e das DGPOGs sectoriais às informações sobre a execução financeira dos projectos via rede do SIGOF;
- Acesso da DGP e das DGPOGs sectoriais às informações sobre os indicadores do BDEO do INE via rede do SIGOF;

- Circulação da informação entre a DGP e as diferentes DGPOGs sectoriais via sistema de transferência de ficheiros (ftp) instalados pelo SIGOF.

No que respeita os **resultados esperados** o projecto-piloto deverá permitir o seguinte :

- Relatório de avanço da implementação do sistema e do avanço da implementação do DECRP II;
- Disponibilidade da base de dados sobre o seguimento funcional de programas (BDMP) à DGP/STAD, incluindo (i) os indicadores de resultados do DECRP, (ii) os indicadores da implementação física e da execução financeira dos projectos prioritários para o DECRP II;
- Reforço da base dos dados estatísticos oficiais (BDEO) junto do INE;
- Apoio à base de dados sectoriais (BDS) nos quatro ministérios, incluindo tanto os dados e os indicadores de resultados sectoriais, como os indicadores da execução física e financeira dos projectos sectoriais prioritários
- Pessoal da DGP/STAD e das DGPOGs capacitados no manejo dos instrumentos técnicos e informáticos do sistema de informação;
- Equipamento informático apropriado disponibilizado para a DGP/STAD e para as DGPOGs.

Com efeito, a execução do DCRP II faz-se segundo uma abordagem da gestão baseada em resultados. Daí que o reforço do seguimento e avaliação a nível de todos os agentes intervenientes na implementação seja incontornável, para que o sistema de seguimento e avaliação seja eficaz, pelo.

7.2. QUE SISTEMA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO PARA O DCRP II ?



Para a implementação de um sistema de seguimento e avaliação integrado e global são necessários agentes, mecanismos, dados e recursos. O esquema acima compreende não somente a dimensão central, Ministério das Finanças e Administração Pública e departamentos governamentais, como também os agentes nas regiões e concelhos, todos fazendo parte do sistema. Devendo estabelecer relações entre si no seio do sistema, a informação constitui-se em energia do sistema, pelo que o INE e o SIGOF desempenharão um papel chave na gestão, tanto na recolha e tratamento em informações essenciais no que respeita o INE mas, também, o SIGOF, enquanto estrutura NTIC, na organização técnica e formatação da circulação da informação no interior do sistema.

Características do sistema

Enquanto a gestão da implementação do DECRP II incumbe ao Ministério das Finanças e Administração Pública, é inegável que as actividades técnicas terão lugar nos sectores, devendo cada um dispor de um sistema sectorial do sistema para a gestão das respectivas actividades. E cada sector terá a desconcentração ou descentralização dos seus serviços nas regiões e concelho. Para que o sistema central seja funcional e eficaz ter-se-à que federar/harmonizar os diferentes sistemas sectoriais, pelo que se terá de conhecer bem da existência nos sectores de mecanismos, recursos e sistema de informação.

Agentes do sistema

O sistema funcionará graças à inter penetração das partes com papéis bem definidos, a saber :

Funções técnicas e de coordenação

- A Direcção Geral do Plano (DGP) tem a responsabilidade técnica de elaboração dos planos assim como os diferentes quadros de desenvolvimento, p.e., o DECRP II, sendo por isso responsável pela gestão da implementação e da coordenação, através dos seus serviços. No que respeita o seguimento e avaliação a DGP terá que dispor de uma estrutura interna permanente, com estatuto apropriado para desempenhar esta função com eficácia;
- As DGPOGs dos ministérios têm a responsabilidade técnica de planificação no seu sector respectivo, ao mesmo tempo que se ocupa do seu S&A. Precisar que eles são parceiros técnicos da DGP e, como tais, aprovacionam o sistema com dados e informações relativas às actividades e resultados do seu sector. A nível de cada DGPOG deverá haver uma «representação» do S&A, uma espécie de agente do Ministério das Finanças e Administração Pública, encarregado de alimentar o sistema com informações e dados sectoriais.
- A Direcção Geral do Orçamento, a Direcção Geral do Tesouro e a Direcção Geral da Contabilidade Pública deverão apoiar nas respostas às necessidades técnicas do sistema.

Função consultiva

- Um “Conselho Económico e Social”, com a participação de representantes do sector público, das colectividades locais, do sector privado e das ONGs, deverá ser um espaço de consulta e sobre as prioridades do desenvolvimento e os avanços no processo de implementação do DECRP II e, sobretudo, zelar para que as estratégias operacionais e as orientações estejam alinhadas com os documentos de referência nacionais como sendo : a Constituição da República, o Programa do Governo e os OMD.

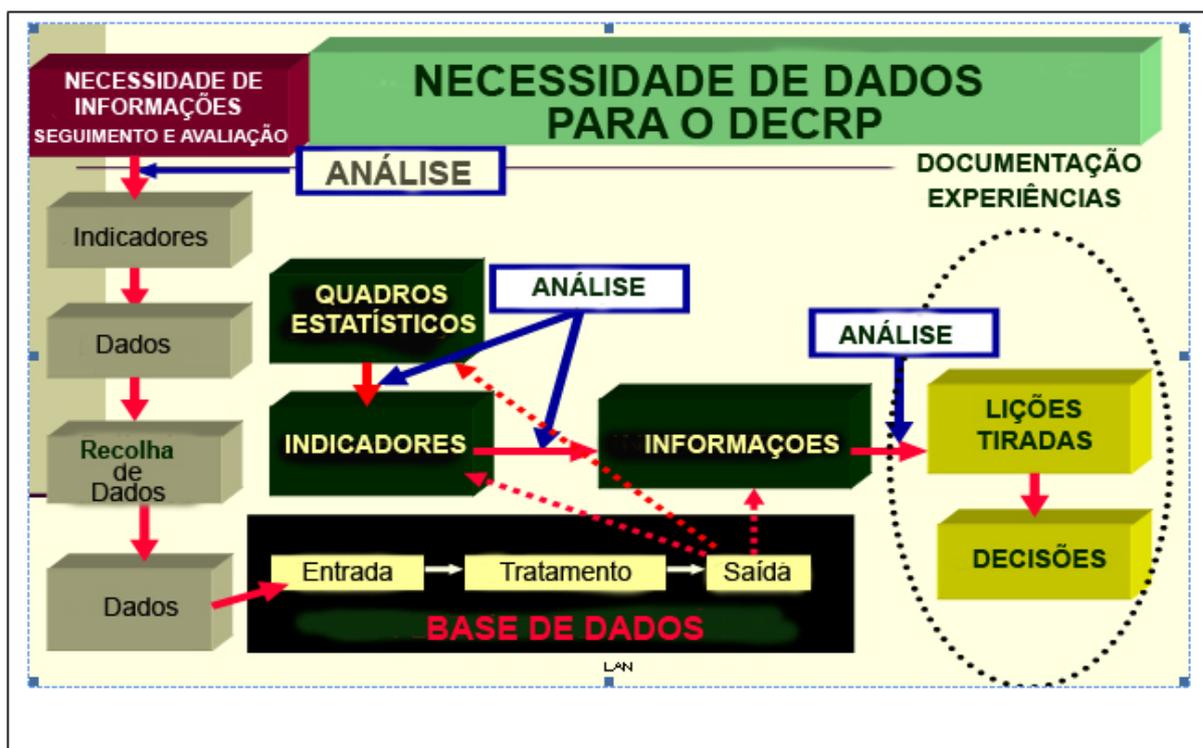
Decisão política

- Em conformidade com as competências e atribuições de cada nível de responsabilidades, as decisões e arbitragens far-se-ão como segue : (i) directores de departamento, (ii) gabinetes ministeriais e os ministros sectoriais (iii) a Ministra das Finanças e da Administração Pública, (iv) Conselho de Ministros.
- A Assembleia Nacional aprovará uma versão final dos quadros de desenvolvimento e o orçamento anual.

Os órgãos ou estruturas incumbidas de funções dentro do sistema, deverão desempenhá-la a partir de informações apropriadas e actualizadas, recolhidas, tratadas e difundidas segundo a legislação em vigor e segundo mecanismos adoptados, apropriados para todos os agentes do sistema.

7.3. INFORMAÇÃO E QUADRO DE PRODUÇÃO E DE CONTROLO DAS ESTATÍSTICAS

Não há S&A sem a disponibilização de informação fiável, completa e actual. A informação é um recurso estratégico e para que se tenha acesso a ela é necessário ter certas precauções de ordem legal e o respeito pelos direitos e regulamentos em vigor no país.



O bom desempenho do sistema implica uma necessidade considerável de dados a recolher, tratar, analisar, armazenar e difundir para diferentes fins. Necessita, pois, tanto de indicadores de entrada que de indicadores a gerar como produtos.

Sendo que a informação é um recurso estratégico, o acesso à mesma deve ser objecto de certas precauções de acordo com a legislação em vigor no país.

7.4. QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

As leis 15/V/96 e 93/V/99 são as bases do Sistema Estatístico Nacional que definem as condições e as regras de recolha, tratamento, gestão e difusão das informações e dados estatísticos no país, nomeadamente o mandato e o papel do INE a nível central, o papel dos órgãos produtores de estatísticas sectoriais (OPES).

Sistema Estatístico Nacional

Compreende todos os instrumentos de recolha e tratamento de dados assim como as instituições encarregues de actividades estatísticas no espaço nacional. O INE dispõe de um plano de desenvolvimento do SEN denominado “Agenda Estatística”.

Em matéria de produção e informação estatística a situação é a seguinte:

- O INE recolhe os dados a nível dos sectores e elabora os indicadores macroeconómicos e as contas nacionais. É, igualmente, a estrutura encarregue da realização das grandes operações de recolha, tais como : os recenseamentos demográficos da população e habitação de onde ele faz as projecções demográficas e da saúde, os inquéritos (IDSR), os inquéritos QUIB para medir a pobreza. Em Fevereiro de 2008 o INE desenvolveu e tornou pública uma interface de difusão da informação estatística denominada « *Statline* ».
- Os ministérios sectoriais recolhem dados administrativos através dos seus serviços desconcentrados e os agregam para terem dados nacionais. Alguns ministérios possuem um OPES que é responsável dos dados em sectores como : agricultura, pesca e ambiente, Educação, Saúde, Justiça, Emprego e Protecção Social. Alguns deles como a Saúde e a Educação implementaram sistemas de informação sectoriais com o apoio do INE.
- A Base de Dados Estatísticos Oficiais (BDEO) elaborada pelo INE está em linha no Statline, contendo a maior parte dos dados sobre o desenvolvimento económico e social.
- Um quadro de referência (QBS) está igualmente disponível no Statline;
- O site do Governo dá acesso aos relatórios publicados e aos dados oficiais sobre o desenvolvimento económico e social.

Sistema de informação financeira

- O Sistema de Informação e Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF) fornece uma plataforma comum a todos os ministérios e organismos públicos centrais para aceder a informações orçamentais e financeiras, estando sob a responsabilidade da DGO a nível dos dados e do SIGOF para tratamento informático.
- A rede do SIGOF é o sistema de informação que permite o tratamento, classificação e difusão da informação no sector público, actualmente está ligado a todos os ministérios e a três dos dezasseis municípios.
- O sistema de planificação e da administração financeira do Estado fornece via Intranet www.intra.minfin.gov.cy aos Ministérios diversos relatórios e dados financeiros com níveis de acesso apropriados segundo o estatuto do utilizador.

Seguimento da implementação dos programas públicos

- Cada ministério possui uma lista de projectos no seu sector com informações tais como: designação do projecto, ano de início, ano de finalização, parceiros de desenvolvimento que apoiam, agência de execução, montante total do projecto. Quando se trate de um

plano estratégico com eixos estratégicos, os projectos são reagrupados por eixos estratégicos e a lista é revista anualmente.

- Já que o sistema não permite fazer o seguimento dos programas, os ministérios não têm a possibilidade de fazer o seguimento, desde os inputs até aos produtos e outros resultados dos programas.

A rede do SIGOF é o sistema de informação que permite o tratamento, a classificação e a difusão da informação no sector público, interligando todos os ministérios e os municípios.

7.5. GESTÃO CENTRADA NOS RESULTADOS E NECESSIDADE DE DADOS

O DCREP II está elaborado com base na abordagem da gestão centrada nos resultados. Da análise da situação à fixação das estratégias e das intervenções e acções, a lógica causal foi rigorosamente seguida, o que conduziu à elaboração de um quadro lógico conforme o esquema a seguir:



O sistema de S&A está portanto concebido nessa base, sendo o elemento mais essencial os inputs na sua função tanto qualitativa, como quantitativa dos resultados esperados. O seguimento orçamental não poderia ser concebido à margem dos resultados esperados e aqueles realmente alcançados. A apreciação do nível de execução não se fará somente a nível dos orçamentos, mas, mais ainda, em relação ao nível dos resultados atingidos e, mesmo, da qualidade desses resultados, sendo esta uma exigência a que os sectores devem procurar dar resposta.

7.6. AS BASES DE DADOS DO SISTEMA

São necessárias diversas bases de dados para que o sistema funcione bem, nomeadamente a base de dados das estatísticas oficiais (BDEO) já disponível no INE a qual deve ter em conta as especificidades do DECRP II, isto é, uma (i) base dados dos inputs, uma (ii) base dados das partes intervenientes, uma (iii) base de dados dos programas e projectos ligados às políticas e estratégias adoptadas para assegurar o desenvolvimento económico e social.



Mecanismos apropriados serão desenvolvidos para que as diversas bases de dados possam ter uma conexão orgânica e tecnológica entre elas e constituir um sistema eficaz de base de dados ao serviço do seguimento e avaliação do DECRP II.

7.7. OS DESAFIOS DO SISTEMA DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO DECRP II

O seguimento e a avaliação estão no coração da cultura da boa governação. Com efeito, são necessários à implementação de políticas de desenvolvimento e de luta contra a pobreza centrada no concreto, em decisões orçamentais coerentes, numa gestão racional, na transparência e na responsabilidade a todos os níveis de intervenção. Todavia, de se ter presente que não existe um sistema ideal de seguimento e avaliação. A natureza do sistema a implementar dependerá, sobretudo, das expectativas criadas bem como da utilização que o Governo desejar dar às informações geradas pelo sistema.

Devem ser tidos em conta desafios diversos, nomeadamente:

(i) Face à existência de uma multitude de sistemas sectoriais não integrados, torna-se indispensável uma harmonização para que haja convergência de esforços no sentido de uma visão única definida pelo Governo. Há que se conhecer as capacidades técnicas e as competências existentes, para assegurar a continuidade e o sucesso do sistema a implementar, eliminando-se deste modo a sua heterogeneidade e a ineficácia daí resultantes.

(ii) A questão da informação e dos dados é fundamental, merecendo uma atenção particular. Embora a qualidade dos dados disponibilizados pelo INE, tem-se que reconhecer a ausência de um sistema de informação exaustivo nos planos global e sectorial. Muito há a fazer para que a plataforma “Staline” seja completo e responda efectivamente às necessidades dos utilizadores. Tem-se que proceder à harmonização do conteúdo e da forma dos dados a introduzir e, sobretudo, velar para que todo o tipo de dados e de informações necessários à cobertura da cadeia de resultados estejam presentes no sistema e que as informações seja actualizadas regularmente.

(iii) É imperativo dispor-se de indicadores apropriados para cada nível de resultado já que, p.e., os indicadores de impacto não são obtidos de dados idênticos aos dos indicadores de processo. Os indicadores devem ser possíveis de medir e tornar possível e efectiva a avaliação das intervenções desencadeadas para a redução da pobreza e para o desenvolvimento durável. Impõe-se, pois, o estabelecimento do diálogo, por um lado entre os produtores de dados e dos indicadores e, por outro, entre os utilizadores. Daí que devam ser adoptados mecanismos de encontros periódicos para facilitar a provisão de um sistema de seguimento e avaliação operacional.

(iv) Para tanto, um sistema de seguimento e avaliação coerente significa que os papéis dos diferentes intervenientes sejam claramente definidos, nomeadamente os da coordenação a nível sectorial e global, pelo que dispositivos legais são necessários para legitimar e responsabilizar uns e outros. Também, são necessários mecanismos funcionais permitindo que o processo se desenvolva de forma sistemática e com eficácia.

(v) Na medida em que a DGP padece de recursos humanos nomeadamente no domínio da informação, é imperativo a sua dotação com quadros em número suficiente e dos meios técnicos que permitam assegurar as tarefas de seguimento e avaliação que lhe incumbem.

(vi) Na medida em que o se optou pela abordagem “Gestão por Resultados” para o DECRP II, e que há todo um trabalho de mudança de mentalidades e de comportamentos de gestão, impõe-se a sensibilização e a tomada de consciência a todos os níveis sobre o sistema de seguimento e avaliação. Ou melhor, ter-se-á que conceber e implementar um plano de comunicação objectiva e apropriada.

(vii) o SIGOF é a plataforma que comporta a dimensão operacional do sistema, impondo-se, entretanto, ligá-la à dimensão organizacional, para que o sistema seja perene.

7.8. RECAPITULANDO, NO QUADRO DE UM PLANO DE ACÇÃO, TORNA-SE IMPRESCINDÍVEL:

Para a implementação de um sistema de seguimento e avaliação funcional, fiável e operacional, há que se adoptar um plano de acções visando:

i) Avaliação dos sistemas de seguimento e avaliação existentes, seus pontos fortes e fracos; disponibilidade em recursos humanos, níveis de competências em matéria de

seguimento e avaliação; capacidades tecnológicas, logísticas e materiais; instrumentos legais, administrativos e organizacionais;

ii) Harmonização dos sistemas existentes e sua integração, estabelecendo-se uma rede piramidal de pontos focais do S&E tendo à cabeça a DGP, adoptando-se dispositivos regulamentares que veiculem esses pontos focais a uma dependência funcional do centro de coordenação, a DGP, para garantir uma recolha e tratamento apropriado da informação;

i) Determinar as necessidades a nível central, em capacidades técnicas, equipamento e em tecnologia;

ii) Recrutamento de quadros técnicos qualificados, organizar acções de formação para os que se encontram em exercício

v) Estabelecer a orgânica de funcionamento do sistema e sua regulamentação;

iii) Harmonizar e simplificar o quadro de indicadores em conformidade com os ODM e das GOP, elaborando um plano de recolha de dados apropriado para cálculos

iv) Dotar a DGP de recursos humanos em pelo menos cinco quadros para constituírem a célula central do sistema de seguimento e avaliação, que coordenará os pontos focais sectoriais na implementação e funcionamento do sistema

v) Elaborar e implementar uma estratégia de socialização que abrangerá sejam os departamentos governamentais a todos os níveis, seja a sociedade civil e o sector privado

vi) Estabelecer modalidades de concertação regular da célula da DGP com o SIGOF e INE, para tornar coerentes as iniciativas, com base no diálogo e sinergias entre os agentes intervenientes no sistema de seguimento e avaliação.